

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

(Anteriormente publicada sob o nome:
Estudos Universitários. Revista de Cultura
da Universidade | do | Recife)

Editada, trimestralmente, pelo Departamento de Extensão
Cultural da Universidade Federal de Pernambuco
Impressa nas Oficinas Gráficas da Editora Universitária

Capa de Wilton de Souza

Número avulso: Cr\$ 10,00; atrasado: Cr\$ 16,00

Assinatura anual (quatro números): Cr\$ 30,00

Estrangeiro: número avulso: US\$ 3.00; atrasado: US\$ 4.00

Assinatura anual: US\$ 12.00

NOTA: Os números 2, 3 e 4, correspondentes ao Volume XIV, deixaram de
ser editados por motivos técnico-administrativos.

ENDEREÇO: Rua Moraes Rêgo — Cidade Universitária
RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL

Est-s univ-s R. Cult. Univ. Fed. Pe., Recife 16 (3-4): p. $\frac{1}{224}$ Jul.-Dez. 1977

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Diretoria Executiva

Diretor: Reitor Prof. Paulo Frederico do Rego Maciel

Diretor-associado: Prof. Lourival Vilanova

Editor: Prof. César Leal

CONSELHO DIRETOR

Prof. Waldecyr Araujo

Prof. Luis Antonio Marcuschi

Prof. Marcus Accioly

Prof. Telmo Frederico do Rego Maciel

Prof.^a Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio

Prof. Oswaldo Gonçalves de Lima

Prof. Nilo Pereira

Prof. Ruy João Marques

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Est-s univ-s R. Cult. Univ. Fed. Pe. | Recife | Vol. 16 | n. 3-4 | p. 1-224 | jul. / dez. 1977

Estudos universitários; revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco,
v. 1- . jul./set. — , 1962- Recife, Universidade
Federal de Pernambuco, 1962- Trimestral.

De jul. 1962 até ago. 1964 foi publicada sob o título Estudos Universitários;
revista de cultura da Universidade do Recife.

Diretor: 1962-ago. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, 1964-set.
1971, Murilo Humberto de Barros Guimarães, 1971-ago.-1975-out. Marcionilo de
Barros Lins, 1975-out.- Paulo Frederico do Rêgo Maciel,

1. Educação Superior — Periódicos. I Título.

378.4 (CDD)

378.4 (813.41) (05) (CDU)

PE-UF

BC-71-1754/rev.

Livros, cartas e pedidos de assi-
natura devem ser enviados para:
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS —
Avenida Prof. Moraes Rêgo —
Cidade Universitária — 50.000
— Recife — Pernambuco — Brasil

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura
Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

Integração Ensino-Pesquisa em Economia — <i>Jorge Jatobá</i>	5
O Método Heurístico em Pesquisa — <i>Waldecyr C. Araújo Pereira</i>	19
A Sociologia do Direito no Brasil — <i>Cláudio Souto</i>	31
Valores Tropicais de Cultura em face dos Impactos Tecnológicos — <i>Roberto Motta</i>	49
Testes Como Instrumento de Seleção e Orientação Vocacional — <i>Rubem Eduardo da Silva</i>	57
Pietá — Essência e Aparência — <i>Ruy dos Santos Pereira</i>	79
Comportamento Religioso em Situação de Crise — <i>Celina Ribeiro Hutzler</i>	89
O Desvelar do Oculto em Benjamin Lee Whorf — <i>Roberto de Amorim Almeida</i>	111
A Ecologia Atlântico - Tropical do Recife — <i>Telmo Frederico do Rego Maciel</i>	123
Literatura: a Palavra Como Forma de Ação — <i>César Leal</i>	149
Contexto Social e Estruturas Lingüísticas — <i>Waldecyr C. Araújo Pereira e</i> <i>Luis Antônio Marcuschi</i>	211

COLABORAM NESTE NÚMERO

JORGE JATOBÁ

Ph. D. e M.A. em Economia pela Universidade de Vanderbilt, U.S.A. Professor da Universidade Federal de Pernambuco, membro da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPE.

WALDECYR C. DE ARAÚJO PEREIRA

Ph. D. em Psicologia e Matemática pela Universidade de Wisconsin, Coordenador do Curso de Mestrado em Psicologia da UFPE.

CLÁUDIO SOUTO

Professor Titular de Sociologia Jurídica da UFPE., pesquisador, autor de numerosos livros sobre sua especialidade. Colabora em revistas universitárias brasileiras, européias e norte-americanas.

ROBERTO MOTTA

Mestre em Antropologia, concluiu todos os créditos de Ph. D. na Universidade de Colúmbia, N.Y., estando com tese em fase de conclusão. Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

RUBEM EDUARDO DA SILVA

Mestre em Educação, Livre Docente (1974), membro da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do Conselho Coordenador do Ensino e Pesquisa da UFPE. Colabora em revistas universitárias nacionais e estrangeiras.

CELINA RIBEIRO HUTZLER

Mestre em Sociologia, pesquisadora, professor de Cultura Brasileira do Curso de Mestrado em Letras e Linguística e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

LUIS ANTONIO MARCUSCHI

Doutor em Filosofia da Linguagem pela Universidade Erlangen, República Federal da Alemanha. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco. Autor dos livros *Das Beispiel als Methode* (tese de doutoramento) e *Linguagem e Classes Sociais*.

TELMO FREDERICO DO REGO MACIEL

Livre Docente em Estatística e Economia, Titular por concurso de Econometria da UFPE. Engenheiro Civil e Eletricista, Coordenador do Curso de Mestrado em Estatística da UFPE. Autor de numerosos trabalhos sobre modelos econométricos e modelos operacionais em Engenharia.

CÉSAR LEAL

Poeta e crítico de Poesia. Adjunto de Teoria da Literatura da UFPE. Autor do livro *Jornal do Verão*, Prêmio Nacional de Poesia da Fundação Cultural de Brasília, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística e Executor do Projeto Nordeste de Pós-Graduação na área de Letras da UFPE.

RUY DOS SANTOS PEREIRA

Professor Adjunto da UFPE. — Departamento de Clínica Médica.

ROBERTO DE AMORIM ALMEIDA

Doutor em Filosofia pela Universidade de Munique. Professor Adjunto da UFPE.

Integração ensino-pesquisa em economia

(Notas para Discussão)*

Jorge Jatobá*

I

Este trabalho visa provocar a discussão em torno de alguns problemas associados à integração do ensino com a pesquisa em Economia. Defender a relevância do tópico não exigirá muito esforço. Recorde-se que todos os centros de pós-graduação em Economia no país se propõem a formar professores e pesquisadores¹. Cabe também o argumento irrefutável de que a motivação ao aprendizado é tanto maior quanto mais evidenciado fique para o estudante a aplicabilidade do que ele aprendeu.

No entanto, em um seminário de objetivos semelhantes a este, que se realizou em Itaipava em março de 1966, nenhum dos trabalhos apresentados deu relevância a este tópico². De fato, o trabalho de Mário Henrique Simonsen restringiu-se a problemas de ensino de economia a nível de pós-graduação no Brasil, enquanto o de Delfin Neto, com tema semelhante apenas tocou imperceptivelmente no assunto. O trabalho que se dedicou ao tema de pesquisa apresentado por Isaac Kerstenetzky e Julian Maria Chacel resumiu-se a sugerir algumas linhas de investigação econômica para o país como um todo. Conseqüentemente, o leitor atento destes trabalhos não pode fugir da impressão de que as tarefas de ensino e pesquisa a nível de pós-graduação são completamente distintas.

* Trabalho apresentado ao Seminário sobre Ensino de Economia promovido pela ANPEC, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco.

* Professor Adjunto do Departamento de Economia e do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco. O autor agradece as críticas e sugestões dos Professores Carlos Osório de Cerqueira, Olímpio Galvão, Yony Sampaio e Clóvis Cavalcanti.

1 O regimento interno do PIMES explicita entre os objetivos da instituição «a produção de conhecimentos em Economia e Sociologia em seus diversos campos, através de um estrito interrelacionamento entre a teoria e a pesquisa aplicada».

2 Vide *Revista Brasileira de Economia*, XX, nº 4 (dezembro de 1966). Apresentaram trabalhos Antônio Delfin Neto, Mário Henrique Simonsen, Manoel Orlando Ferreira, João Paulo dos Reis Velloso, Isaac Kerstenetzky e Julian M. Chacel.

Em contraste, no primeiro seminário sobre Ensino de Economia promovido pela ANPEC (Belo Horizonte, agosto de 1972), o Professor Clóvis Cavalcanti chamou a atenção de seus pares para a compartimentalização existente entre as tarefas de ensino e pesquisa em Economia e para a necessidade de se encarar o ensino como experimental, investigador e como via importante de acesso ao conhecimento³.

Estas notas pretendem trazer mais uma vez o tema para discussão constituindo-se em uma extensão dos problemas tratados pelo Prof. Clóvis Cavalcanti em seu oportuno trabalho. Pretendem também propor algumas medidas concretas para fortalecer a integração do ensino formal com a pesquisa nos centros de pós-graduação em Economia do país. Estas notas são bastante simples em seus objetivos e não se constituirão em um ensaio epistemológico nem em uma justificativa de possíveis enfoques metodológicos.

Os temas abordados serão os seguintes. Na próxima seção analisam-se as dificuldades encontradas pelos estudantes na concepção de suas teses de mestrado e associa-se estas dificuldades ao pouco destaque da componente pesquisa na formação do mestrando. Ressalta-se a seguir um conjunto de fatores explicativos dos fracos elos entre o ensino formal e a pesquisa e discutem-se algumas medidas que poderiam fortalecê-los. Na seção III analisa-se os vários estilos de pesquisa, sua natureza, e identifica-se algumas prioridades de investigação econômica para o país como um todo. Algumas provocações de ordem metodológica serão enumeradas nesta seção. Por fim, a última seção identificará possíveis medidas, cuja implementação, por certo, tornará o ensino de Economia mais integrado ao mundo dos fenômenos econômicos concretos.

II

É um fato que a defasagem entre a conclusão dos cursos e o término das teses de mestrado tem sido, em média, longa. A explicação mais comum para este fato geralmente se prende à

3 Cf. Clóvis Cavalcanti, *O Papel da Pesquisa*, (Paper apresentado no Seminário Sobre Ensino de Economia promovido pela ANPEC. Belo Horizonte, agosto de 1972). Mimeo.

falta de recursos para financiar as despesas de pesquisa e a manutenção do estudante. Adicione-se outro condimento, qual seja, a forte atração do mercado de trabalho, e obtém-se um quadro que desestimula o estudante a permanecer na Universidade até a conclusão definitiva de sua dissertação de mestrado. Reconhece-se estes casos como muito freqüentes, embora mais recentemente instituições como a FINEP tenha promovido os cursos de mestrado com condições financeiras para minorar estes problemas e acelerar a conclusão das dissertações.

Observa-se, no entanto, que mesmo em situações onde tal ordem de problemas inexista, evidencia-se um período excessivamente longo entre a conclusão dos cursos e a defesa de tese de mestrado. Tal fato, na maioria dos casos, parece refletir, por um lado, a insegurança do mestrando em se envolver de imediato com problemas de pesquisa, e por outro, a dificuldade de usar o aparelho teórico apreendido durante o curso para atacar tanto problemas de teorização (Pesquisa básica) quanto de pesquisa aplicada. A insegurança é natural para os iniciantes. No entanto, a dificuldade na utilização do corpo teórico para a análise de problemas correntes — tanto teóricos quanto «práticos» — parece revelar sintomas de uma séria distonia entre as componentes ensino e pesquisa nos centros de pós-graduação em Economia. A compartimentalização entre teoria e prática leva a que o ensino de teoria não forneça os insumos necessários para que o processo de investigação econômica seja levado a efeito mais facilmente. Atualmente distinguem-se dois estágios na formação de um estudante pós-graduado. No primeiro o aluno é passivo. Este estágio é caracterizado pela freqüência às aulas e pela transcrição para os cadernos, via professor, dos livros textos e leituras complementares. Neste estágio a análise é formal e o mundo concreto dos fatos econômicos não cria nenhum obstáculo ao estudante vez que está fora do quadro analítico. Este é o ensino não-experimental onde teoria e prática são tratados como elementos distintos. Pode-se inferir que sob tais circunstâncias o estudante possa alienar-se e confundir a realidade observável com as teorizações formalmente apresentadas durante aulas e seminários. No segundo estágio, após a conclusão do curso formal, o estudante se defronta um tanto despreparado e inexperiente com a tarefa de elaborar um trabalho

que demonstre sua capacidade de pesquisador em Economia. Neste estágio, mais cedo ou mais tarde, ele aprende que «na prática a teoria é outra», conforme reza o ditado enunciado por aquelas que já possuem algum tempo dedicado à pesquisa e ao ensino. Este ditado sumaria evidência de que muitas formulações teóricas não se constituem em explicação adequada para certos fenômenos, de que na prática muitas concessões têm que ser feitas, e de que muitas suposições heróicas têm que ser aceitas para se poder trabalhar com certos modelos de análise econômica. Este estágio talvez seja o mais doloroso dos dois.

Cabe destacar que não se defende aqui o empiricismo rasteiro nem se despreza a alta abstração, que é um traço fundamental da teorização. O que vem se criticando é a forte dissociação entre teoria e prática, e entre ensino e pesquisa.

Pode-se identificar alguns problemas que, no segundo estágio referido acima, dificultam a realização das tarefas de pesquisa. Em primeiro lugar, e já se fez referência ao fato, o ensino de teoria pode estar sendo conduzido a um nível muito formal, isto é, não tem sido experimental e investigador e não tem contemplado a pesquisa e a prática como laboratórios para o aprendizado de procedimentos de investigação econômica. As bibliografias utilizadas nos cursos de teoria poderiam demonstrar como o corpo teórico pode ser utilizado na investigação de fenômenos econômicos, isto é, que existe um vasto campo de aplicabilidade para os modelos formais e para os conceitos básicos de análise econômica, apreendidos em aulas e seminários. Poder-se-ia também prover o aluno com uma gama de trabalhos que demonstrassem a variedade de enfoques metodológicos para a análise de problemas econômicos semelhantes familiarizando-o, portanto, com as diversas «escolas» existentes. Tal procedimento é importante, por exemplo, para desmistificar e denunciar a noção corrente e falaciosa de que a aplicação de alguma teoria só é válida se seus parâmetros fundamentais forem sujeitos à mensuração econométrica.

A preocupação de integrar teoria e prática deve ser fundamental à pós-graduação e deveria ser um hábito adquirido desde a graduação. Exigir *papers* no sentido mais convencional

do termo não constitui um bom instrumento de estímulo à investigação teórica e empírica na medida em que estes *papers* se caracterizem como sendo do tipo *survey*, isto é, uma compilação do que alguns economistas já teorizaram e pesquisaram sobre algum tópico convencional da teoria econômica básica e aplicada. Meios para exercitar o aparelho teórico devem ser concebidos a nível de pós-graduação. Ademais, convém insistir no argumento de que a preocupação em exercitar o aparelho teórico deveria começar nos cursos de graduação. Este seria, sobretudo, um hábito pedagógico dos mais desejáveis para cursos de introdução à Economia que no Brasil ainda são muito acadêmicos. A concepção de manuais de «casos» seria recomendável. Estes manuais devem exercitar o uso do aparelho teórico para a análise de problemas econômicos concretos. Estes «casos» podem ser coletados, entre outras fontes, através da Imprensa especializada. Manuais como os propostos aqui deveriam ser elaborados a diversos níveis de dificuldade prestando-se, portanto, tanto para o ensino a nível de graduação quanto de pós-graduação.

Em segundo lugar, cabe inquirir se os cursos de teoria tem avaliado a adequação do aparelho teórico para explicar os fenômenos da atividade econômica, sobretudo aqueles que dizem respeito ao nosso país. Ressaltar a irrelevância ou inadequação de algumas constituições teóricas para explicar a realidade observável é tão importante quanto destacar aquelas áreas do conhecimento que são férteis do ponto de vista de sua capacidade explicativa. Os cursos de teoria devem evidenciar para o estudante a efetiva capacidade de utilização científica de sua área de conhecimento. As listas de leitura nos cursos de teoria deveriam também ser o fundamento para a crítica das estruturas teóricas nelas apresentadas. Infere-se que talvez seja melhor para a sociedade e para o bem da ciência formar um cético do que um dogmático.

Em terceiro lugar, as dificuldades na realização de pesquisas estão também associadas à deficiência de treinamento em áreas — tais como metodologia científica nas Ciências Sociais — que capacitariam o estudante a enfrentar com mais rigor lógico os problemas da pesquisa básica e aplicada. O

conhecimento dos problemas de evolução e constituição científica nas Ciências Sociais, especialmente em Economia, é relevante não só para a compreensão dos diversos enfoques epistemológicos quanto para o disciplinamento lógico-científico necessário àqueles que se dedicam às tarefas de investigação. É o caso, portanto, de se despertar a atenção dos mestrados para as necessidades nesta área do conhecimento. A Professora Marilena Berlink, por certo, nos deu alguns insumos para reflexão sobre este tema e o Prof. Vilmar Faria nos proveu com uma tipologia de um curso desta natureza que seria adequado aos interesses dos economistas.

A técnica de geração de informações primárias ainda é estranha a muitos economistas. Estes têm usado mais frequentemente — em contraste com as demais Ciências Sociais — dados secundários nos seus trabalhos. É importante que estudantes se familiarizem com a técnica de geração de informações primárias e isso poderia ser feito de duas maneiras:

- a) adquirindo conhecimento das técnicas de elaboração e aplicação de questionários — ou seja — conhecendo como conceber e conduzir uma pesquisa de campo;
- b) conhecendo como os organismos oficiais de estatística coletam informações.

Estes conhecimentos podem ser adquiridos sem necessidade de cursos formais sendo suficiente uma adequada orientação do corpo docente. Alternativamente, tal conhecimento pode ser adquirido em trabalho conjunto com os sociólogos e outros cientistas sociais que possuem vasta experiência no campo. Contudo, seria recomendável que a possibilidade de cursos dessa natureza fosse aberta aos estudantes, em caráter opcional. Tal sugestão não conduz à conclusão que os economistas neste país já tenham utilizado amplamente as informações de caráter secundário fornecidas pelos órgãos oficiais, sendo, portanto, necessário que nos associemos às tarefas de geração de informações primárias. Esta conclusão seria apressada pois constata-se que a oferta de informações vem crescendo a taxas maiores do que os economistas as vem utilizando. Observa-se entretanto que é

elevado o número de estudantes pós-graduados que jamais abriram um censo de qualquer natureza ou mesmo o Anuário Estatístico do Brasil. Desta forma muitos estudantes pós-graduados ao chegarem à fase de tese desconhecem o conjunto de informações secundárias que está à sua disposição. Seria fácil demonstrar a estes estudantes que muitas pesquisas econômicas poderiam ser conduzidas com base exclusivamente nas informações publicadas pela FIBGE. Conseqüentemente, é também relevante, que se oriente os estudantes — de todos os níveis — para que tomem conhecimento da qualidade, disponibilidade e escopo das informações coletadas pelos órgãos oficiais. Este tipo de familiarização com as fontes de informações nacionais pode ser adquirido lentamente e seria o resultado natural de um ensino mais experimental tanto em teoria econômica quanto em métodos quantitativos.

A criação de unidades de pesquisa, conforme sugerida pelo Professor Clóvis Cavalcanti, e formada de professores e estudantes que trabalhariam conjuntamente na concepção, execução e redação de relatórios de pesquisa, por certo, fortaleceria a componente pesquisa nos centros de pós-graduação do país⁴. Neste tipo de unidade o estudante não seria um coletador de dados mas participaria ativamente nos estágios mais relevantes do processo.

A concretização dessas medidas tenderia a melhorar a qualidade da tese de mestrado, que é o maior *output* de pesquisa do estudante pós-graduado, e reduziria por certo, o grau de dificuldade encontrado durante a sua elaboração. No final ter-se-á um mestre mais familiarizado com os procedimentos de investigação científica em economia, mais crítico e cético do que aprendeu, mais qualificado na sua capacidade de recorrer ao aparelho teórico para explicar a realidade e mais familiarizado com as fontes de informação.

Pretende-se discutir a seguir alguns problemas relacionados à natureza das pesquisas na pós-graduação tanto a nível docente quanto discente. Destaca-se também para debate os vários

4 Cf. Clóvis Cavalcanti, *op. cit.*, p. 9

«estilos» de pesquisa, algumas prioridades de investigação econômica, e a possibilidade de trabalhos conjuntos com outras áreas das Ciências Sociais.

III

O cadastro de Professores e Pesquisadores da ANPEC demonstra que a maior parte dos professores de pós-graduação em Economia do país foram treinados nos Estados Unidos e, como a cada país, segundo Harry Johnson, está associado um «estilo» nacional de pesquisa econômica, infere-se, obviamente com algumas exceções, que as pesquisas «brasileiras» a nível docente e, por orientação, as de mestrado, tem seguido o «estilo norte-americano»⁵. Ainda segundo aquele autor foi nos Estados Unidos que se originou a «revolução» da pesquisa em Economia cujas características foram «*the introduction of mathematically-based general equilibrium theory derived from the continental theoretical tradition, the acceptance of mathematics as a more powerful analytical tool than literary logic and commentary, and transmogrification of economic statistics into econometrics*»⁶. Ademais, afirma Harry Johnson, que as novas técnicas de análise matemática e econométrica superaram totalmente a sabedoria social e a filosofia que caracterizam o velho estilo da «economia política»⁷. Este tipo de afirmação dá margem para profundas controvérsias epistemológicas. Cabe, no entanto, inquirir se este estilo de pesquisa econômica é o mais desejável. As razões para tal dúvida prendem-se sobretudo ao fato de algumas constituições teóricas com as características descritas acima darem mais destaque à elegância acadêmica e ao formalismo lógico-matemático do que a sua capacidade explicativa da realidade. Recorde-se exatamente a profunda dissatisfação de W. Leontief, entre muitos outros de igual envergadura intelectual, com o estado da teoria e da pesquisa

5 Ver Harry G. Johnson, «National Styles in Economic Research: The United States, The United Kingdom, Canada and Various European Countries», «DAEDALUS — Journal of the American Academy of Arts and Sciences», Vol. 102 (Primavera 1973), pp. 65 - 74.

6 Ibidem, p. 65.

7 Ibidem.

econômica que Harry Johnson tão entusiasticamente defende⁸. Seria o caso, portanto, de se incentivar a emergência de outros estilos de pesquisa econômica tanto básica quanto aplicada?

No caso da pesquisa aplicada, seria insistir no óbvio afirmar de sua importância em um país cuja realidade econômico-social tem muito a ser explorada. Mais interessante e provocativa é a questão do referencial teórico que governa nossa análise. A questão é válida pois o tema a ser investigado pode ser relevante mas os meios analíticos que refletem uma certa constituição teórica, totalmente inadequados. Chega-se ao âmbito da epistemologia e do método, onde as indagações sobre a consistência, validade e verificação do conhecimento, são caracterizados pela controvérsia. Não cabe aqui a discussão sobre este tema sendo melhor que as preferências metodológicas de cada um sejam explicitadas durante a discussão.

Se novas formulações teóricas devem surgir, cabe inquirir quais as áreas de prioridade para a pesquisa básica no país. Ainda mantenho as prioridades que foram traçadas há alguns anos atrás — ou seja — que esforços teóricos sejam desenvolvidos para explicar adequadamente os determinantes da subutilização de recursos humanos e da distribuição de renda, onde é evidente que as constituições teóricas mais convencionais têm sido estéreis⁹. Estes tópicos deverão ser estudados no contexto da teoria do crescimento por razões que considero óbvias e julgo desnecessário justificar. Infere-se, portanto, que teorias sobre a mecânica e natureza do crescimento econômico brasileiro deverão ser temas de fundamental importância para a pesquisa básica no país.

Nesta seção cabe destacar um aspecto que um dos painéis deste seminário deve ter discutido amplamente — ou seja — possibilidades de integração — tanto em pesquisa básica quanto aplicada — da Economia com as demais Ciências Sociais. As necessidades do país no que diz respeito às

8 W. Leontief, «Theoretical Assumptions and Nonobserved Facts», American Economic Review (XI Março 1971), pp. 1-7, especialmente p. 1.

9 Os encontros na ANPEC têm revelado, através da apresentação de trabalhos, preocupações muito oportunas nestas áreas.

investigações sócio-econômicas — em áreas tais como emprego e distribuição de renda — talvez sejam demasiadas para serem atendidas apenas por economistas. Um enfoque transdisciplinar poderá trazer importantes contribuições para a compreensão mais ampla desses problemas. A Economia tem se isolado muito e criado um mito de auto-suficiência, sobretudo pela excessiva confiança nos métodos estatístico-econômicos como instrumento de pesquisa aplicada e nos métodos matemáticos como instrumento de pesquisa básica.

Finalmente uma idéia para discussão: seria recomendável uma certa especialização em temas de pesquisa por parte de Centros ou grupos de Centros? Seria desejável talvez que alguns centros procurassem orientar suas pesquisas sobre temas particularmente relevantes — a nível de «região», de «setor» ou de «tópico»? Evidentemente não se pretende restringir em demasia o campo de preocupações dos pesquisadores de cada centro, pois assim se estaria negando o caráter da universalidade da pesquisa e limitando a liberdade dos pesquisadores. Não se pretende também correr o risco da super-especialização que traria viéses inevitáveis de uma formação ou orientação *one-sided*. Não seria proveitoso, todavia, que se desenvolvessem certas linhas ou correntes de pensamento em cada centro? Ou será que estas correntes e especializações já tendam a se evidenciar em função das localizações geográficas dos centros, de suas dotações de recursos humanos e de afinidades ideológicas?

Não passa despercebido que os temas discutidos nesta seção se afastaram do propósito geral do trabalho que foi o de debater os problemas de integração da pesquisa com o ensino em Economia. Observe-se, entretanto, que esta separação é um tanto fictícia pois os temas discutidos nesta seção são de fundamental importância para as tarefas de pesquisa nos centros de pós-graduação do país. Se algumas das modificações aqui sugeridas forem implementadas, por certo, afetarão a natureza e estrutura do ensino e obviamente a orientação, qualidade e escopo das teses de mestrado e pesquisas do corpo docente. Como se defende a idéia de que as tarefas de ensino e pesquisa não sejam compartimentalizadas, o ensino de Economia sofreria impacto em função dessas modificações.

IV

Retomando o tema central do trabalho, enumeram-se nesta seção algumas sugestões para fortalecer a integração ensino pesquisa em Economia. Tais sugestões emanam do ponto de vista do autor de que o ensino de Ciência deve ser experimental e investigador e que as tarefas de pesquisa e ensino são sobretudo atividades complementares.

Sugere-se:

- a) estimular os estudantes de pós-graduação a terem treinamento na área de Metodologia Científica das Ciências Sociais. Esta disciplina é em geral oferecida nos Departamentos de Filosofia e/ou Ciências Sociais. A disciplina também poderia ser oferecida em caráter opcional pelos cursos de pós-graduação em Economia e idealmente deveria contar com a contribuição de economistas que tivessem conhecimento dos problemas epistemológicos na sua especialidade. Nesta disciplina sugere-se solicitar do estudante um projeto de pesquisa, que poderá ser seu projeto de dissertação de mestrado. Justifica-se tal medida, pela necessidade que tem o estudante de enfrentar antes da fase de tese um exercício de identificação de tópicos de pesquisa que atenda a todos os requisitos acadêmicos. A delimitação do tópico, sua relevância e o método de análise estão entre os problemas defrontados por aqueles que se iniciam nas tarefas de pesquisa. Um treinamento adequado nesta área poderá tornar mais eficiente o trabalho de investigação do mestrando tanto para atender ao seu interesse imediato que é o de finalizar com sucesso seu curso de pós-graduação quanto nos seus trabalhos futuros como profissional.
- b) atribuir créditos a atividades de pesquisa dos mestrandos quando realizada conjuntamente com o corpo docente. Deveria ser estimulada a criação de grupos de pesquisa formados por professores e estudantes,

devendo a participação dos últimos na concepção, execução e redação de relatórios de pesquisa, ser premiada com créditos.

- c) incorporar à lista de leituras dos cursos de teoria econômica bibliografia representativa das várias tendências atuais da pesquisa básica e aplicada em Economia. A bibliografia deve ser crítica e servir de base para a avaliação das estruturas teóricas apresentadas.
- d) criar condições financeiras e alocar recursos humanos para a elaboração de manuais de «casos» — a diversos níveis de dificuldade — que habituem o estudante a exercitar a aplicação do aparelho teórico para a interpretação e análise de fenômenos correntes.
- e) familiarizar os estudantes com as fontes de informações estatísticas nacionais e internacionais e com as técnicas utilizadas por órgãos oficiais para a geração de dados primários. Frequência a cursos de métodos e técnicas de pesquisa poderia ser estimulada.
- f) incentivar a elaboração de teses de mestrado nas quais seja necessário o apoio analítico de outras Ciências Sociais (Sociologia, Demografia, etc.). Isto incentivaria a integração do aparelho analítico do economista com os de outras Ciências Sociais para a análise de problemas cujos aspectos econômicos constituem apenas uma face da moeda.
- g) que as informações geradas por pesquisas realizadas pelos centros de pós-graduação em Economia em convênios com organismos nacionais e internacionais sejam utilizadas como insumos para teses de mestrado. No caso do CME-PIMES dez teses de mestrado estão sendo realizadas utilizando levantamentos feitos em convênio com o Banco Mundial e SUDENE. Este é um exemplo de integração pesquisa corpo-docente-discente.

- h) que haja maior intercâmbio entre os Centros no que se refere ao *output* de pesquisa do corpo docente e discente. Recomenda-se que todos os Centros distribuam entre si todas as pesquisas realizadas e teses aprovadas. Sugere-se também que a ANPEC atualize e divulgue o catálogo de pesquisas já concluídas e em andamento, em cada Centro.

Finalmente, embora não se tenha dado destaque ao tema, é relevante para incentivar o estudante a iniciar — logo após a conclusão dos cursos — seu trabalho de tese, que se criem as condições financeiras necessárias para assegurar sua manutenção e cobrir as despesas de pesquisa. Existem atualmente fundos do Governo Brasileiro e de Fundações Privadas para esse fim. Seria recomendável avaliar a eficácia com que estes recursos vêm sendo utilizados e se fontes alternativas de financiamento se encontram disponíveis.

O método heurístico em pesquisa

Waldecyr C. de Araújo Pereira

Resumo: O trabalho apresenta os princípios que poderiam ser utilizados na sistematização e utilização do método heurístico na investigação científica.

No presente trabalho vamos expor de modo sucinto os resultados a que chegamos através das nossas investigações sobre o pensamento, ensino de metodologia científica e orientação de alunos. Estes resultados indicam a possibilidade da sistematização de um método de investigação flexível, dinâmico e que utiliza as características e leis do pensamento, para a construção do conhecimento científico. Denominamos este método de «heurístico», pelo fato do mesmo utilizar a formulação explícita de questões nos diversos momentos da investigação, obter informações a partir do confronto entre a situação problemática e o conhecimento prévio, analisar as informações, organizá-las e produzir respostas. As respostas, por sua vez, são analisadas, comparadas com o conhecimento prévio e com a realidade e a seguir são organizadas para produzir novas questões. O método heurístico pressupõe a formulação e a estruturação de um sistema de ação adequado para cada problema a investigar, o qual é construído durante o próprio processo de investigação.

No método heurístico, a situação problemática entra incessantemente em novas relações, resultando a aquisição de novas qualidades, as quais se fixam em novos conceitos. Ele funciona como se da situação problemática se fossem retirando novos conteúdos; e, com questões e organização das respostas, ele possibilita, nos vários momentos da investigação, que os elementos iniciais do problema adquiram novas relações, aparecendo cada vez uma nova qualidade e por isso uma nova caracterização conceitual. A atualização dos conhecimentos necessários para a investigação de um problema exige relacionar o problema

e o conhecimento disponível, até que todos os conceitos necessários sejam determinados. Isto produz uma mudança da formulação verbal do problema.

A mudança da formulação verbal do problema resulta de uma atividade mental e é a manifestação externa de um processo de análise do problema, no decorrer do qual os elementos deste último aparecem com novas qualidades e novas características conceituais.

Questão e resposta são dois aspectos de um mesmo processo do pensar; eles se acham relacionados e condicionados entre si. Questionar um todo, qualquer que seja, é sempre condicionado pelas características, as quais mantêm unidas as suas partes. O método heurístico dirige a análise de um problema, com questões sobre as suas partes, elementos, propriedades, conexões e relação entre as partes, elementos e propriedades. Portanto, deste trabalho não resulta uma desintegração do problema, mas uma transformação. Tal transformação é uma nova correlação dos elementos do todo, separados pelo questionar. A atividade mental diferencia os elementos heterogêneos; ele separa os aspectos fundamentais para cada uma das respostas e, logo após, mediante a correlação das abstrações obtidas, reconstrói na mente, a realidade concreta.

A formulação de questões se inicia abrangendo o campo inteiro da situação problemática. À medida em que avança, vai deixando de lado as áreas especiais e os aspectos do problema que não são básicos para a sua compreensão e caminha em busca das relações entre as variáveis responsáveis pela sua existência. Desta maneira, o questionar se vai concentrando em um raio de ação cada vez mais reduzido e mais diretamente vinculado ao problema. No início, as questões têm um caráter mais extensivo, mas, pouco a pouco, tornam-se mais intensivas.

O método heurístico consiste em formular questões nos diversos momentos de uma investigação científica e através da análise conceitual e dos dados obtidos, construir as respostas para organizá-las e gerar novas questões. O método é usado na formulação do problema, na construção de hipóteses, na

antecipação de etapas, na escolha de técnicas de obtenção, organização e a análise de informações e na crítica dos resultados obtidos. O método heurístico é um instrumento do pensamento e não se confunde com técnicas de pesquisa, as quais são instrumentos de ação.

O método heurístico é um conhecimento usado pelos pesquisadores e é construído através das experiências acumuladas, reformuladas, re-estruturadas, racionalizadas e comprovadas pela comunidade científica, ao longo da história do desenvolvimento da atividade de investigação. Ele possui uma estrutura que se forma e se desenvolve por um procedimento semelhante e integrado ao da construção e desenvolvimento das teorias científicas. Esta estrutura está constituída pelos princípios gerais que são utilizados na formulação de teorias e representam a síntese de grande número de experiências realizadas no decorrer da atividade científica. Apesar do método heurístico apresentar uma estreita relação com as teorias, não se confunde com as mesmas, pelo fato destas serem formadas por um aparato conceitual e por proposições consistentemente relacionadas, as quais descrevem processos e fenômenos da realidade empírica. O método heurístico se aperfeiçoa com o desenvolvimento das teorias, pois aumenta a possibilidade da formulação de novas questões e da organização das informações para obtenção de respostas. A atualização destas questões e a capacidade de organização possibilita a formulação de novos problemas, os quais resolvidos, produzirão como consequência, a construção de novos conceitos e o enriquecimento da teoria. Sem um conhecimento prévio não se pode questionar, e, sem questionar não se pode construir teoria. Portanto, existe uma relação de dependência recíproca entre o método heurístico e teoria. A partir destas considerações é compreensível admitir que ambos possuem os seguintes princípios construtivos: simplicidade, regularidade e continuidade.

A simplicidade é definida como a escolha da questão mais simples, capaz de produzir a redução do número de alternativas possíveis para a aquisição de uma informação. A simplicidade também exige que o número de questões utilizadas seja o mais reduzido possível. Assim, quando se tem duas ou mais questões

para obtenção de informações sobre certa classe de fenômenos, deve-se preferir aquela que apresente uma maior abrangência e capacidade redutora.

Pelo princípio da continuidade se expressa a impossibilidade de efetuar uma divisão definitiva dentro do contínuo uniforme, que constitui todas as questões que se podem formular sobre os processos do universo. A continuidade nos permite «interrogar» o desconhecido em termos do conhecido, em transformar as questões formuladas e introduzir outras diferentes, quando assim exigirem as investigações.

A formulação de questões está relacionada à maneira de integração das respostas obtidas a ambas dependem do modo como se organiza o conhecimento. A obtenção de informações depende da organização do pensamento. Como consequência, o uso de estratégias para o uso de informações durante o processo de questionar é baseado na estrutura propiciada pela construção de categorias equivalentes e superordenadas. O desenvolvimento das próprias estratégias depende da relevância dada pelos meios mais econômicos, mas menos direto: a busca de categorias superordenadas. Para ampliar uma estratégia é necessário ser capaz de planejar o seu trajeto de ação, pelo menos duas ou três etapas para adiante.

A regularidade corresponde à organização hierárquica de questões, pois a hierarquia permite descer de questões gerais para questões específicas e compreender todo o material analisado, ou partir de questões específicas para questões gerais. Nesta condição se apóia a possibilidade de questionar as relações entre um grupo finito de processos de uma classe e generalizar as questões para o conjunto infinito de processos da mesma classe. Isto é, na regularidade se encontra a possibilidade de questionar, com uma aproximação crescente, as leis do comportamento de cada classe de processos, baseando-se no questionar de um dos intervalos finitos em que se manifesta o seu desenvolvimento.

No processo de questionar é necessário distinguir as seguintes categorias de questões: analíticas, sintéticas e de não-trivialidade. As questões analíticas permitem identificar os elementos componentes do problema. As questões sintéticas possibilitam o relacionamento dos componentes e a implementação de um plano de ação. As questões de não-trivialidade permitem selecionar as informações relevantes das triviais.

A diversidade de modalidades que a atividade científica apresenta é uma consequência da imensa variedade dos processos objetivos e dos problemas que implica a tarefa de conhecer seus comportamentos, o que faz com que o «questionar» adote diferentes formas específicas. Contudo, todas estas aplicações têm em comum certas questões. É necessário lembrar que não se encontram respostas definitivas para os problemas científicos, pela simples razão de que não existem problemas definitivos. Pelo contrário, todo descobrimento que se realize traz consigo novos problemas por se resolver e, sem dúvida, a importância de uma solução encontrada pode avaliar-se justamente pelo número de novos problemas que suscita.

A seguir apresentaremos as sugestões para o questionar e que poderia ser feito numa situação problemática, o qual levaria à caracterização de um problema específico.

—o—

O QUESTIONAR NUMA SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA

A investigação começa quando se questiona algum fenômeno ou algum processo, ou ainda a construção de uma técnica que evidencia as suas limitações e a dubiedade da interpretação de seus resultados, ou quando surge um fato novo que não se compreende, ou quando se questiona alguma crença passada. O

conhecimento científico se aperfeiçoa e adquire novas dimensões pelo confronto entre o conhecimento anterior e a necessidade de compreensão de um problema da realidade objetiva.

Inicialmente, o pesquisador localiza a sua situação problemática e procura formular o problema a ser investigado, a partir de uma verdadeira «nebulosa» de problemas possíveis. Para realizar o refinamento é necessário analisar os constituintes factuais e teóricos relacionados ao possível problema. Um contato direto com a realidade a ser investigada permite uma percepção primária, a qual ajuda a escolha do aparato conceitual necessário, para a apreensão e compreensão da mesma.

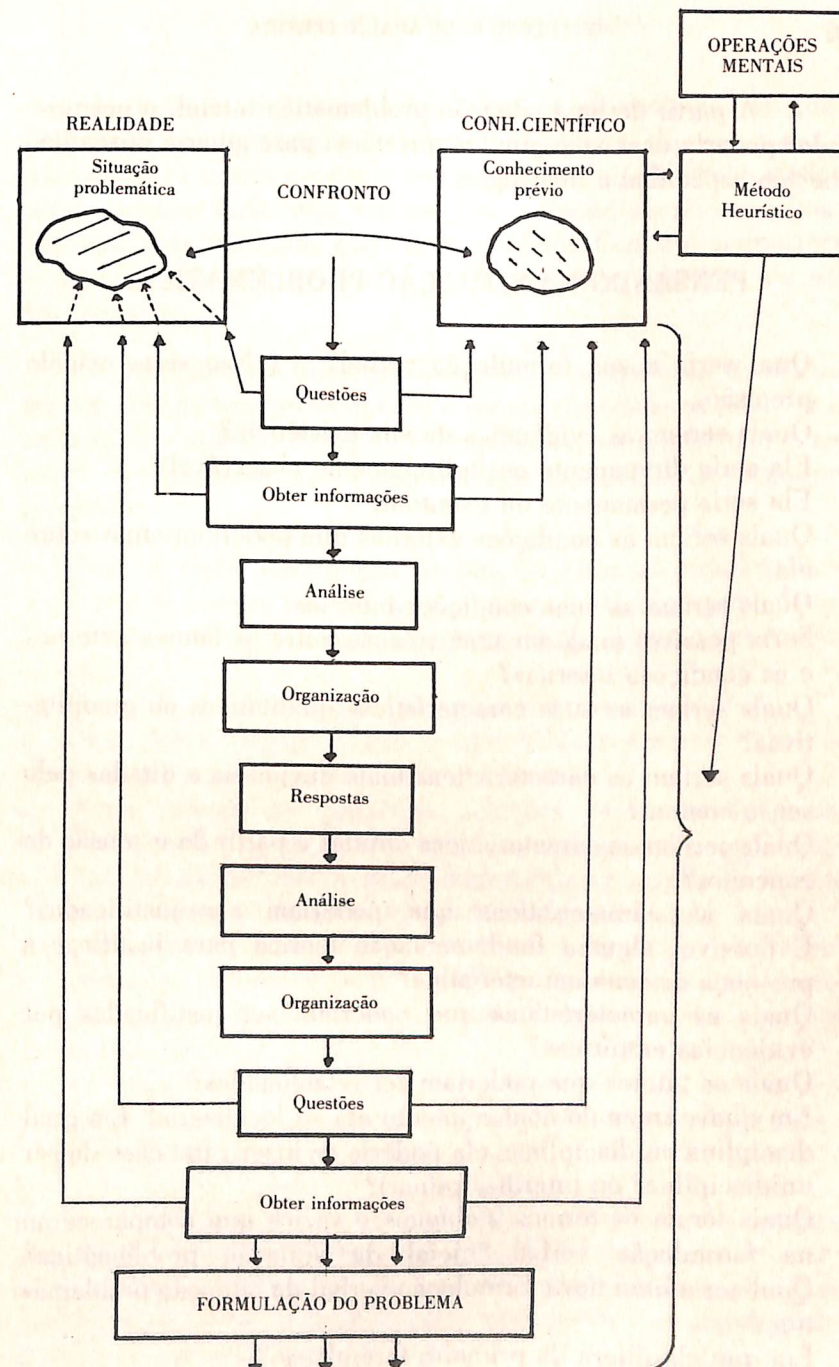
Nesta etapa se faz um grande investimento de tempo, para a determinação de toda a literatura existente, não somente relatórios de pesquisas relacionados ao tema, como também teorias que possam explicar o processo a ser estudado.

O pesquisador necessita selecionar conceitos e categorias que possam ser utilizadas na descrição e apreensão da realidade, a fim de que seja possível a assimilação e um maior nível de compreensão.

A colocação do problema no tempo levará o investigador a realizar análises diacrônicas e sincrônicas, as quais forneceriam novas indicações para a elaboração final do problema a investigar.

Na etapa da análise da situação problemática, o pesquisador necessita ter experiência nos diversos aspectos de uma pesquisa, para poder formular um problema investigável. Esta etapa se constitui num verdadeiro processo, no qual o pesquisador parte de uma «nebulosa» e, pelo questionar e pela organização das respostas obtidas, ele aperfeiçoa e delineia a questão a investigar.

O processo de formulação de um problema poderia ser representado pelo seguinte esquema:



A partir de uma situação problemática inicial, o pesquisador poderia usar as seguintes questões, para guiar a busca da questão específica a investigar.

PENSANDO NA SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA:

- Qual seria a sua formulação verbal? (Não seria exigido precisão).
- Quais seriam as evidências da sua existência?
- Ela seria diretamente ou indiretamente observável?
- Ela seria permanente ou eventual?
- Quais seriam as condições externas que poderiam atuar sobre ela?
- Quais seriam as suas condições internas?
- Seria possível imaginar uma relação entre os fatores externos e as condições internas?
- Quais seriam as suas características qualitativas ou quantitativas?
- Quais seriam as características mais duvidosas e ditadas pelo senso comum?
- Quais seriam as características obtidas a partir da extensão de conceitos?
- Quais as características que poderiam ser justificadas?
- É possível alguma fundamentação teórica para justificar a presença de uma característica?
- Quais as características que poderiam ser justificadas por evidências empíricas?
- Quais os fatores que poderiam ser relacionados?
- Em quais áreas do conhecimento ela se localizaria? Em qual disciplina ou disciplinas ela poderia se inserir (no caso de ser unidisciplinar ou interdisciplinar)?
- Quais foram os termos ambíguos e vazios que compareceram na formulação verbal inicial da situação problemática?
- Qual seria uma nova formulação verbal da situação problemática?
- Em que ela difere da primeira formulação?

A organização das respostas obtidas possibilitaria uma re-formulação da situação problemática e apresentaria possibilida-

des de indicar ao pesquisador questões alternativas, as quais poderiam ser investigadas. Com a tentativa de relacionar e estruturar as componentes e conceitos da situação problemática, o pesquisador faria uma redução das características, conceitos e elementos da realidade que seria estudada. Com novas questões, o pesquisador iria se aproximando do foco principal da sua investigação.

As seguintes questões ajudariam o pesquisador a localizar teorias, conceitos, pressupostos e outros elementos para poder se adaptar à realidade concreta e assimilá-la, para aumentar o seu nível de compreensão. Poderiam ser formuladas as seguintes questões:

- Qual a nova formulação verbal da situação problemática?
- Quais as teorias científicas que, a um nível mais geral, forneceriam elementos para a compreensão da situação problemática?
- Quais os problemas que poderiam ser investigados?
- Qual deles corresponderia a uma relação entre os possíveis fatores essenciais da situação problemática?
- Quais seriam as possíveis relações entre as variáveis?
- Quais seriam os conceitos das variáveis do problema?
- Qual seria a história do problema, obtida a partir das pesquisas que já foram realizadas, tentando compreendê-lo?
- Quais as revistas científicas que tratam do problema?
- Quais os autores e publicações que abordam o problema?
- Qual a natureza dos dados e como poderiam ser obtidos para um melhor estudo das variáveis?
- Os dados seriam primários ou secundários?
- Quais os pressupostos teóricos que poderiam ser usados para a fundamentação do problema?

Analisando os dados coletados, o pesquisador tentaria organizar e estruturar as respostas obtidas. Ele poderia evidenciar a necessidade de refinar alguns conceitos para definir as variáveis com precisão, a fim de possibilitar a utilização de instrumentos adequados ao levantamento dos dados.

Depois de delimitar e caracterizar o problema, o pesquisador teria uma idéia das variáveis essenciais, dos conceitos

necessários para obter os dados e dos pressupostos teóricos, sobre os quais ele se apoiaria para formular as suas hipóteses de trabalho. Tudo isto resultaria do relacionamento e integração das informações obtidas do conhecimento científico anterior e da própria realidade.

Agora, seria desejável o aprofundamento da análise para a escolha das técnicas que seriam utilizadas para a obtenção de informações, organização e interpretação, por intermédio das seguintes questões:

- Quais as técnicas de obtenção de informação adequadas à natureza do problema e à classe de soluções desejadas?
- Quais os instrumentos de medida que seriam utilizados? Questionários? Entrevistas? Testes? Experimentos?
- Seriam utilizadas técnicas de análise lógica, de matemática, de análise de conteúdo, de análise transinformacional?
- Seria desejável construir uma nova técnica de obtenção de dados para as variáveis? Qual seria a natureza dessa técnica?
- Seria desejável definir novos testes?
- Como os dados seriam organizados?
- Seriam utilizadas técnicas estatísticas para a obtenção do máximo de informações, a partir dos dados coletados?
- Quais as técnicas estatísticas que seriam utilizadas?
- O problema seria mais fácil de investigar se fosse decomposto em sub-problemas?
- Qual seria a estratégia utilizada para a ordenação dos sub-problemas?
- Seria preferível ordená-los segundo o grau de dificuldade, ou obedecendo a uma ordem lógica?
- Seria possível incluir o problema numa classe de problemas conhecidos?
- Seria possível transformar o problema dado em um outro mais simples de investigar e de mesma natureza?
- Existiria um problema análogo em outro campo do conhecimento?
- Seria possível definir um isomorfismo entre os dois campos e realizar a investigação no campo mais simples, para exprimir os resultados na linguagem do campo mais difícil de investigar?

Neste momento, o pesquisador já possuiria uma visão bem nítida do seu problema e já poderia analisá-lo quanto à sua importância científica, com as respostas às seguintes questões:

- Quais seriam as implicações teóricas dos resultados da investigação?
- Quais seriam as implicações práticas dos seus resultados?
- A partir da investigação surgiriam novos modos de questionar? Seriam obtidas novas categorias de questões?
- A determinação dos elementos essenciais de um problema poderia ser aperfeiçoada?
- Seriam construídos novos conceitos?

As questões acima apresentadas são algumas sugestões para o pesquisador explorar a sua situação problemática, e, procurando organizar as respostas e os dados coletados, reduzir as alternativas e descobrir o problema a ser investigado.

Após o uso de questões adequadas, o pesquisador teria uma consciência plena do problema a investigar e poderia explicitá-lo verbalmente.

Com o método heurístico e um conhecimento teórico adequado, o pesquisador estaria preparado para investigar problemas concretos da realidade e poderia descobrir a estrutura subjacente, determinada pelas relações entre as variáveis essenciais à dinâmica e funcionamento dos mesmos.

O método heurístico é flexível, dinâmico e pode ser aplicado na investigação de qualquer problema científico, possibilitando assim a permuta de experiências metodológicas de pesquisadores das diversas áreas do conhecimento. O método pode utilizar técnicas dedutivas, indutivas, estatísticas, lógicas, matemáticas, experimentais, desde que elas sejam úteis para gerar questões, obter informações e organizar os dados coletados.

O método heurístico não se caracteriza pelo uso de nenhuma técnica específica, uma vez que está diretamente relacionado ao processo do pensar e ao próprio conhecimento construído. O método heurístico ativa as operações mentais responsáveis pela formação de conceitos, abstração, generalização, criatividade e dirige o processo de investigação.

Apesar do método heurístico ter sido apontado por filósofos e pesquisadores desde a Antiga Grécia, tem resistido a uma completa explicitação verbal e a um nível consciente. Talvez isto possibilitasse o encontro do «divisor comum» que aproximaria todas as linhas metodológicas e evidenciaria a trivialidade das diferenças.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, B. F., 1975 — *Cognitive Psychology* - Academic Press, N.York.
- ARNAULD, A.; e Nicole, P., 1970 — *La Logique ou L'Art de Penser* - Flammarion, Paris.
- BEVERIDGE, W. I. B., 1957 — *The Art of Scientific Investigation* - Vintage Books, New York.
- BRUNER, J.S.; Olver, R.R.; Greenfield, P.M. e outros, 1967 — *Studies in Cognitive Growth* John Wiley & Sons, Inc., New York.
- BUNGE, M., 1973 — *La Investigacion Cientifica* - Editorial Ariel, Barcelona.
- CLAPARÈDE, E., 1934 — *La «Genèse de L'Hypothèse»* - Archives de Psychologie, Genève.
- DESCARTES, R., 1970 — *Discourse on Method* - Penguin Books, Londres.
- DUNCKER, K., 1945 — *On Problem Solving* - Psychological Monographs, 58:5, N° 270.
- HADAMARD, J., 1954 — *The Psychology of Invention in the Mathematical Field* - Dover Publications, Inc., New York.
- JOJA, Ath., 1965 — *A Lógica Dialética* - Editora Fulgor Ltda., São Paulo.
- LAKATOS, I.; Musgrave, A., 1975 — *La Critica y el Desarrollo del Conocimiento*, Ediciones Grijalvo, S.A., Barcelona.
- MOLES, A.A., 1957 — *La Création Scientifique* - René Kister, Paris.
- NEWELL, A. e Simon, H.A., 1972 — *Human Problem Solving* - Prentice Hall, Inc. New Jersey.
- PEREIRA, W.C.A., 1958 — *Da Resolução dos Problemas de Matemática Elementar*, Recife.
- PIAGET, J., 1976 — *Ensaio de Lógica Operatória* - Editora Globo, Porto Alegre.
- PLATÃO, 1964 — *Diálogos* - Editora Cultrix, São Paulo.
- POINCARÉ, H., 1952 — *Science and Hypothesis* - Dover Publications, Inc. New York.
- POLYA, G., 1945 — *How to Solve it?* - Princeton University Press.
- PUCHKIN, V.N., 1969 — *Heurística* - Zahar Editores - Rio de Janeiro.
- WASON, P.C. e Johnson-Laird, P.N. — *Thinking and Reasoning* - Penguin Books Ltd., Londres.

A sociologia do direito no Brasil

Cláudio Souto*

A Posição do Conhecimento Jurídico no Mundo Científico de Hoje e a Necessidade da Sociologia do Direito.

A inegável importância atribuída pelas sociedades, tanto do passado quanto do presente, ao direito como instrumento de controle social, não tem sido acompanhada, nos dias de hoje, por um reconhecimento proporcional da importância científica dos estudos jurídicos. Na verdade, esses estudos têm-se mantido ao longo dos séculos basicamente sob a forma de estudos de Lógica Jurídica (ou Dogmática Jurídica) e Filosofia do Direito, e só recentemente se tem intensificado a prática de estudos do Direito como uma ciência social empírica, capaz de adaptar métodos e técnicas de pesquisa científica.

Além disso, como a Teoria Sociológica Geral é um ramo do conhecimento ainda não desenvolvido, não seria razoável esperar-se o desenvolvimento de uma Teoria Sociológica do Direito. É fato que os juristas se têm preocupado com a teoria do Direito, mas, dentro de uma perspectiva essencialmente lógica ou filosófica. O interesse pela Sociologia Jurídica é um fenômeno recente, a rigor deste século, e um fenômeno minoritário.

Deve-se notar, no entanto, que nem mesmo um autor como Ehrlich nega a existência de elementos científicos na ciência do direito: «Não menos importantes para a Sociologia do Direito são os resultados da jurisprudência prática» («der praktischen Jurisprudenz»). Não existe nenhuma doutrina técnica («Kunstlehre») que não inicie uma ciência, o que também é válido no que

* Professor Titular de Sociologia Jurídica na Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Informe preparado para o VIII Congresso Mundial de Sociologia da Associação Sociológica Internacional, Toronto, 19 a 25 de agosto, 1974. Traduzido do inglês por Francisco Mussnich e Nelson Laks Eizerik.

concerne a Jurisprudência... A contemplação viva («die lebendige Anschauung») das relações humanas de caráter jurídico, as generalizações dos resultados dessa contemplação e as correspondentes normas de decisão, tudo isso forma o elemento científico da Jurisprudência.»¹

Entretanto, o que afirmamos não significa, nem poderia significar, menosprezo pela formação lógica ou filosófica dos juristas.² Queremos simplesmente assinalar que Lógica Jurídica e Filosofia do Direito, embora proporcionem uma importante preparação, não se configuram como ciência social do direito. Não importa quão tradicionais e bem desenvolvidos possam ser esses estudos, não significam desenvolvimento e maturidade na Sociologia do Direito.

Isso é verdade, apesar de as normas jurídicas serem as regras de conduta aceitas com maior intensidade em nível social. A aceitação e o cumprimento de regras como as que impõem a castidade, ou as que regulam em geral a vestimenta e certas formas de saudação, são bem menos genéricos que a aceitação e o cumprimento das normas jurídicas. Por esta razão, as regras jurídicas, em reconhecimento ao seu caráter de mínimo pacificador indispensável, são em geral impostas à força através dos canais judiciais, ou têm, pelo menos, a tendência de serem impostas à força. Isso significa que o fato jurídico revela um alto índice de socialização entre os fenômenos normativos.

Durkheim, ainda um dos nomes fundamentais para a Teoria Sociológica, em clássica passagem, observou: «a vida social, onde quer que exista de forma duradoura, inevitavelmente tende a organi-

1 Eugen Ehrlich, *Grundlegung der Soziologie des Rechts*, München und Leipzig, 1929, páginas 384 e 385.

2 A formação lógica dos juristas é salientada pelos próprios cientistas sociais. Samuel A. Stouffer, da Universidade de Harvard, por exemplo, observa: «É bem possível que o treinamento em teoria simples de medição algum dia seja tão importante na formação jurídica como o é a teoria da contabilidade de custos. Mesmo não sendo advogado, penso que as mentes rigorosamente disciplinadas de alguns dos meus amigos juristas alcançam a lógica essencial de certos problemas mais rápida e facilmente do que o fazem alguns colegas menos rigorosos, formados em Psicologia ou Ciências Sociais». (Comment, in Walter J. Blum e Harry Kalven, Jr., *The Art of Opinion Research: A Lawyer's Appraisal of an Emerging Science*, «The University of Chicago Law Review», Vol. 24, outono de 1956, n.º 1. Da mesma forma, David Riesman enfatiza o «senso de relevância» no jurista (*Toward an Anthropological Science of Law and the Legal Profession*, «The American Journal of Sociology», LVII, julho 1951 - maio 1952).

zar-se e tomar uma forma definida, e o direito nada mais é do que esta organização, no seu caráter mais estável e preciso... Se então pode ocorrer que certos tipos de solidariedade social são manifestados apenas através do costume («moeurs»), são tipos certamente muito secundários; ao contrário, o direito reproduz todas as formas essenciais, e é apenas estas que precisamos conhecer».³

Tudo isto levar-nos-ia a esperar uma preocupação intensa e específica com a Sociologia do Direito. No entanto, paradoxalmente, tal não ocorreu, nem ocorre no presente momento. Nesse sentido, Timasheff pode observar — e a observação permanece válida — que «ainda não existe uma Sociologia Teórica genericamente reconhecida» e que «os problemas atuais da Sociologia do Direito são problemas de uma ciência subdesenvolvida («einer unentwickelten Wissenschaft»).»⁴

Entretanto, a perspectiva sócio-científica do jurídico tem sido internacionalmente defendida de forma clara e progressiva, e não pode ser ignorada por um país em crescente desenvolvimento como o Brasil. De fato, a expansão das sociedades e de seus problemas de contato social, o incremento da comunicação interna e externa, as necessidades da vida nacional e internacional, tudo parece demandar um tipo de controle social adaptável à sociedade moderna: um controle menos formal, menos dogmático, mais dinâmico, que corresponda à rápida mudança ocorrida dentro de sociedades particulares e à natureza da sociedade internacional, que permanece, em larga escala, uma sociedade informal.

Isso ilustra a crescente necessidade de pesquisas de caráter científico, interessadas no direito com fenômeno social básico. As necessidades sociais já não podem ser satisfeitas apenas por juristas de tradicional formação lógico-filosófica, mesmo de nível pós-graduado. Além desses estudiosos tradicionais, deve haver um aumento do número de pesquisadores da Sociologia do Direito, seja a ênfase na sua formação o Direito ou a Sociologia, distribuídos esses pesquisadores em tarefas de pesquisa de acordo com sua inclinação (pesquisa teórica ou aplicada).

3 Émile Durkheim - *De la Division du Travail Social*, Paris, 1960, págs. 29 e 30.

4 N.S. Timasheff, *Wie steht es heute mit der Rechtssoziologie* «Kolner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie», 8. Jahrgang, 1956, pp. 415 e 417.

Os pesquisadores de Sociologia Jurídica Básica procuram construir modelos teóricos gerais no tocante ao direito como fenômeno social, enquanto os que estão engajados em estudos aplicados procuram utilizar as teorias científicas abstratas sobre o direito em função de problemas científicos e tecnológicos de um caráter menos genérico.

Justamente por sua natureza, a ciência social empírica do direito é altamente diversificada, e pode corresponder à atual divisão dos estudos jurídicos.

Condições Atuais da Sociologia do Direito no Brasil

Como condição primordial para um vasto desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil, parece claramente adequada a criação de uma sólida infra-estrutura sócio-científica para estudos jurídicos, a fim de evitar-se a falta de equilíbrio entre o direito (um fenômeno social altamente considerado) e o estudo do direito (ao qual não é dado cientificamente um *status* alto) — com prejuízos óbvios aos propósitos de desenvolvimento do país. A formação do jurista não pode permanecer exclusivamente, ou quase exclusivamente, uma formação lógica ou filosófica.

Contudo, ainda que seja desejável o estímulo a estudos fundamentais ou aplicados quanto a pesquisas brasileiras no campo da Sociologia do Direito, esta especialização tem encontrado dificuldades em sua inserção nas universidades do Brasil por estar sendo negativamente avaliada, por razões estranhamente opostas, tanto por juristas quanto por sociólogos: não é raro ouvir sociólogos referirem-se a estes estudos como «Direito», enquanto que juristas tendem a considerá-los «Sociologia». Na verdade, essa disciplina abrange os dois campos como uma ciência social empírica do direito, que funciona como verdadeira ponte entre o conhecimento jurídico tradicional e o desenvolvimento científico-tecnológico.

Atualmente, o número de pesquisadores empíricos em nível de doutorado em Sociologia do Direito (básica ou aplicada) no Brasil é quase nulo, aparentemente não ultrapassando meia dúzia, um número obviamente insuficiente, considerando-se as necessidades do país nos anos vindouros.

O aumento desse número, através de programas *específicos* de preparação de pesquisadores em Sociologia do Direito, parece uma necessidade de prioridade fundamental para um efetivo desenvolvimento empírico-científico dos estudos jurídicos do país.

Aqui, a Divisão de Ciência do Direito, do antigo Instituto de Ciências do Homem da Universidade do Recife, fundada em 1963, que se dedicou especificamente à teoria e pesquisa sócio-jurídicas — inclusive à pesquisa fundamental — e à formação de pesquisadores no campo específico da Sociologia do Direito⁵, poderia servir como um tipo de modelo inicial para programas de Mestrado e Doutorado neste campo, que formariam pesquisadores com o nível de Mestrado, e, em prazo não demasiado longo, com o de Doutorado.

Na verdade, a Sociologia do Direito tem uma tradição teórica no Brasil. Já em 1922, surgia no país um notável trabalho de Sociologia Jurídica: *O Sistema de Ciência Positiva do Direito*, de Pontes de Miranda.⁶

Pontes de Miranda toma uma posição que escapa às ambiguidades tanto do racionalismo técnico de Weber quanto do «espontaneísmo social» de Ehrlich. Sua posição é de racionalidade científica, e, racionalmente, enfatiza o papel da ciência no direito, sem contudo repudiar a grande importância da elaboração jurídica inconsciente. Ele insiste com excesso, no entanto, numa rigorosa separação entre julgamentos científicos de realidade e julgamentos de valor. O resultado é que sua idéia do direito — que é um fenô-

5 Com a absorção desse Instituto — em virtude da legislação federal da Reforma Universitária — pelo novo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, as atividades sócio-jurídicas da Divisão de Ciência do Direito foram também absorvidas em 1970 pelo Programa de Mestrado em Sociologia deste novo Instituto, vindo a constituir uma de suas áreas de concentração: a de Controle Social.

A respeito da orientação e atividades iniciais da Divisão de Ciência do Direito do extinto Instituto de Ciências do Homem da Universidade do Recife, v. W.D. MacDonald, *Legal Education and Research in Brazil*, «Association of American Law Schools, Foreign Exchange Bulletin», VI n.º 2, 1964, págs. 8-11 e José Maria Franco, *El Estudio del Derecho y de las Instituciones legales en Latinoamérica*, in «As Ciências Sociais na América Latina, Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais», São Paulo, S/D pág. 346. V. também: Cláudio Souto, *Sociology of Law, A New Perspective in Brazilian Legal Education*, «Archiv für Rechts-und Sozialphilosophie», vol. 1972 LVIII/2, págs. 237-251.

6 Pontes de Miranda, *Sistema de Ciência Positiva do Direito*, Vols. I e II, Rio de Janeiro, 1922.

meno essencialmente de valor, de dever ser — aparece um tanto vaga num sistema baseado, em certa extensão, numa forma de «cientificismo».

Depois desse livro de Pontes de Miranda, entretanto, a Sociologia do Direito Teórico no Brasil passou a sofrer, de maneira geral, uma certa negligência como área específica de estudo.⁷ De fato, os livros com o título «Sociologia Jurídica», subseqüentemente publicados, são escritos antes sob uma perspectiva propedêntica ou filosófica em relação ao estudo do direito, ou sob uma combinação dessas perspectivas. Assim são os trabalhos de Euzébio de Queiroz Lima, Carlos Campos, Evaristo Moraes Filho, Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento e A. L. Machado Neto.⁸

O ensaio de Nelson de Souza Sampaio e o livro de Nelson Saldanha, ambos recentes, já se movem de uma perspectiva tradicional para uma visualização sociológica.⁹

Uma perspectiva totalmente sociológica, mesmo do ponto de vista de suas referências à pesquisa empírica, é a do livro de Miranda Rosa. Nosso próprio trabalho mais recente nesta área é o aperfeiçoamento e atualização de livro anterior sobre esse mesmo assunto, baseado em pesquisa de campo teórica. O recente livro

7 Embora lisonjeiras, opiniões como as de Paul Trappe e Erik Wolf são talvez muito otimistas, pelo menos sob o estrito ponto de vista da Sociologia do Direito brasileira. Com referência à América Latina, Paul Trappe escreveu: «Eine solch' glückliche Verbindung von Rechtswissenschaft und Soziologie über deren Sinnfälligkeit heute nicht mehr diskutiert zu werden braucht kann einen kontinentaleuropäischen Rechtswissenschaftler, namentlich einen deutschen, nur mit Wehmut erfüllen.» (Paul Trappe, *Alfredo Poviña, Nueva Historia de la Sociología Latinoamericana*, «Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie», XLVII/1961, p. 453) Analogamente notas Wolf: «Die heutige Rechtswissenschaft... ist hat Anregungen von der empirischen Rechtssoziologie (bes. in Skandinavien und Südamerika)». (Erik Wolf, *Rechtswissenschaft, Staatslexikon* 6. Band, 1961, p. 747).

8 Euzébio de Queiroz Lima, *Princípios de Sociologia Jurídica*, 6a. edição, Rio de Janeiro, 1958; Carlos Campos, *Sociologia e Filosofia do Direito*, 2a. edição, Belo Horizonte, 1961; Evaristo Moraes Filho, *O Problema de uma Sociologia do Direito*, Rio de Janeiro - São Paulo, 1950; Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento, *Introdução ao Problema da Sociologia do Direito*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Recife, Recife, 1959; A. L. Machado Neto, *Introdução à Ciência do Direito*, 2ª Vol., Sociologia Jurídica, São Paulo, 1963. A. L. Machado Neto e Zahidé Machado Neto, *O Direito e a Vida Social*. Leituras Básicas de Sociologia Jurídica, São Paulo, 1966.

9 Nelson de Souza Sampaio, *Sociologia Jurídica*, Separata da Revista Scientia Jurídica, XIX, n.ºs. 103-104, abril-junho 1970; Nelson Nogueira Saldanha, *Sociologia do Direito*, São Paulo, 1970.

do criminologista Roberto Lyra Filho apresenta uma lúcida e atual perspectiva sócio-jurídica a respeito das relações entre direito e crime.¹⁰

O Ensino da Sociologia do Direito no Brasil

A experiência brasileira do ensino regular da Sociologia do Direito, em nível de graduação, começa com a Universidade Católica de Pernambuco, em Recife. A Faculdade de Direito desta Universidade, fundada em 1959, criou formalmente, em 1962, as disciplinas Sociologia e Sociologia do Direito, como cursos obrigatórios em nível de graduação, cursos autônomos em relação um ao outro e não vinculados às disciplinas Teoria do Direito e Introdução do Estudo do Direito. Esses cursos começaram a funcionar em 1964.

O funcionamento da disciplina Sociologia Jurídica em nível de pós-graduação, entretanto, começou antes disso. Data do segundo semestre de 1963, quando este curso foi introduzido como disciplina obrigatória na Divisão de Ciência do Direito do antigo Instituto de Ciências do Homem da Universidade do Recife, chamada hoje Universidade Federal de Pernambuco. Nesse ano, e nessa Divisão, encontra-se, pois, o efetivo início do ensino regular de Sociologia do Direito como disciplina autônoma nas universidades brasileiras.

Além da Universidade Federal de Pernambuco, onde a disciplina é hoje oferecida como matéria eletiva tanto no nível de graduação em Ciências Sociais como no Curso de Mestrado em Sociologia (na área de concentração «controle social»*, e da Universidade Católica de Pernambuco, onde é atualmente oferecida apenas no nível de graduação, como disciplina obrigatória do Curso de Direito, poucas instituições universitárias brasileiras ministram tal curso.

10 Felipe Augusto de Miranda Rosa, *Sociologia do Direito*, Rio de Janeiro, 1970; Cláudio Souto, *Introdução ao Direito como Ciência Social*, Rio de Janeiro, 1971; Cláudio Souto, *Fundamentos da Sociologia Jurídica*, Recife, 1968; Roberto Lyra Filho, *Criminologia Dialética*, Rio de Janeiro, 1972.

* A partir de 1975, o Curso de Mestrado em Direito da UFPE acolheu a Sociologia Jurídica como matéria eletiva do seu domínio conexo.

Dentre essas está incluída a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde a Sociologia Jurídica é oferecida no Curso de Mestrado em Direito como disciplina obrigatória desde 1972, e a Universidade de Brasília, onde seu ensino começou no segundo semestre de 1973, vinculado ao Departamento de Direito da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, como curso eletivo tanto para o Curso de Bacharelado em Ciências Sociais como para o de Bacharelado em Direito. Além disso, é oferecido na Universidade de Brasília sob o título «Direito e Sociedade», como disciplina obrigatória para o Curso de Mestrado em Direito, que está em processo de criação. Também no Rio de Janeiro, a Sociologia Jurídica é lecionada em alguns cursos de graduação em Direito, na Universidade Gama Filho (como matéria eletiva) e nas Escolas de Direito Bennett e Estácio de Sá (como matéria obrigatória).

É de se notar que a disciplina Sociologia atualmente é obrigatória, por decisão do governo federal, para os cursos de Direito do país, funcionando como curso básico. Esse caráter obrigatório não se estende à Sociologia do Direito, e, por isso, o currículo da matéria Sociologia pode, ou não, conter temas de Sociologia do Direito. Exemplo típico dessa primeira possibilidade é a Universidade de São Paulo, onde o segundo semestre inteiro da disciplina Sociologia é dedicado a tópicos de Sociologia Jurídica.

Tanto na Universidade Federal de Pernambuco quanto na Universidade Católica de Pernambuco, o mesmo professor iniciou o ensino da Sociologia do Direito sob uma perspectiva mais teórica que aplicada. Pode-se dizer que o modelo de Recife do ensino da Sociologia do Direito é um modelo teórico, sendo o curso orientado de um ponto de vista geral e básico: trata fundamentalmente do direito como fenômeno social, do conhecimento científico-empírico de justiça e equidade, da composição social do direito e formas coercíveis, de direito e sociedade, e de direito e mudança social.

O modelo de ensino da Sociologia do Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, por outro lado, é antes de mais nada aplicado, em harmonia com a ênfase em Direito e Desenvolvimento, ou em Direito de Empresas, do respectivo Cur-

so de Mestrado. O curso de Sociologia Jurídica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro focaliza principalmente as perspectivas sociológicas do processo legal, com ênfase especial no papel dos agentes participantes desse processo em suas diversas fases (a elaboração legislativa, as decisões judiciais, o advogado, etc...). Ocorre, no entanto, num esforço para «fornecer ao estudante instrumentos teóricos para a análise do fenômeno jurídico». Note-se, entretanto, que 'Sociologia' é aqui entendida como um modo de abordar, como uma perspectiva, e menos como um campo de investigação. Ela serve como uma perspectiva social para uma teoria do direito integrada no fenômeno humano».

De forma análoga ao que ocorreu em relação à Divisão de Ciência do Direito do antigo Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal do Recife, os estudantes do Departamento de Ciências Jurídicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro interessados em pesquisa empírica são dirigidos aos muitos cursos oferecidos pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política, por exemplo, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Metodologia das Ciências Sociais e Estatística Inferencial. Aquele Departamento também inclui, em nível de pós-graduação, as disciplinas Antropologia Jurídica e Ensino Jurídico.

Pesquisa Científico-Empírica sobre o Direito no Brasil

Do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico, a importância da pesquisa empírica em Direito é evidente, pois sem a mesma não existe ciência social do direito propriamente dita.

Como ocorre em qualquer campo científico, a aplicação da Sociologia Jurídica pressupõe como base uma atividade científica segura na área da Sociologia do Direito Teórica. Esta atividade de fundamental e desinteressada pesquisa empírica, é praticamente inexistente (são exceções dois projetos de pesquisa elaborados por brasileiros, mas realizados na República Federal da Alemanha).

Mesmo no tocante a pesquisas de Sociologia do Direito Aplicada, elas podem ser contadas nos dedos e o número de projetos de pesquisa, teóricas ou aplicadas, completados no país não ultrapassa, segundo nosso conhecimento, nove.

Com referência à pesquisa sócio-jurídica no Brasil, tudo indica que foi em Pernambuco que a primeira investigação empírica do país foi realizada. Este projeto de pesquisa estuda a receptividade social a uma lei agrária proposta ao Estado de Pernambuco, e foi orientado por Cláudio Souto em 1960 sob os auspícios do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais do Recife (publicado em 1962)¹¹.

Depois disto, o relatório de outro projeto de pesquisa sócio-jurídica aplicada, de natureza similar, foi publicado¹²: concernente à aceitação, no Estado da Guanabara, da nova «Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional» (Lei 4024/61), projeto sob a direção de Hermínio Augusto Faria.

Entretanto, a primeira instituição brasileira a dedicar-se sistematicamente à pesquisa em Sociologia do Direito foi o antigo Instituto de Ciências do Homem da Universidade do Recife, fundado em 1963, com uma de suas Divisões, a Divisão de Ciência do Direito, dedicada especificamente à pesquisa sócio-jurídica empírica e à formação, em nível de pós-graduação, de pesquisadores neste campo. O principal objetivo deste Departamento era a preparação, em colaboração com outros Departamentos do mesmo Instituto, de bacharéis em direito para serem cientistas sociais, através da sua formação em cursos não ordinariamente incluídos no Currículo de Direito (tais como Sociologia do Direito, Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, Estatística, Desenvolvimento Sócio-Econômico e Direito, Sociologia Geral, Sociologia Industrial, Sociologia do Desenvolvimento, Psicologia Sócio-Jurídica, Antropologia Jurídica). As atividades de ensino e

¹¹ O relatório da pesquisa foi divulgado em «Estudos Universitários», Revista de Cultura da Universidade do Recife, I, julho-setembro de 1962, págs. 22-44.

¹² Em 3 pesquisas, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 1964, págs. 69-110.

pesquisa da Divisão de Ciência do Direito eram, no entanto, também abertas a estudantes pós-graduados de outras ciências sociais além do Direito.

Mais ainda, nessa Divisão, havia um dedicar à teoria sócio-jurídica, através de um esforço de cooperação com as tentativas internacionais para ultrapassar-se o grau reconhecidamente baixo de desenvolvimento teórico da Sociologia do Direito, na tentativa de determinar-se qualitativamente ou substantivamente o conteúdo de algo que pode ser chamado «direito vivo» — algo que a Sociologia Jurídica atual ainda não alcançou, já que o conceito de direito vivo, embora geralmente considerado como conceito básico de articulação, ainda não foi definido qualitativamente em bases empíricas.

A essa foi a tarefa qualitativa empreendida, aparentemente pela primeira vez mediante pesquisa empírica, pela investigação exploratória «O Sentimento e a Idéia de Justiça», dirigida por professores da Divisão brasileira e realizada na Universidade de Colônia, na República Federal Alemã, em 1965. A síntese «pesquisa empírico-teórica básica», como tal, não tinha sido desenvolvida, tanto quanto sabemos, na Sociologia Jurídica da Europa, nem na dos Estados Unidos. Isso explica, — à parte o problema de seus méritos intrínsecos — a significação e interesse de esforços como este, dado que esta pesquisa exploratória é uma tentativa de verificação empírica de uma *teoria* da justiça, e, pelo que sabemos, nenhuma teoria da justiça até hoje foi baseada em pesquisa empírica¹³.

Além do projeto de pesquisa fundamental e dos dois projetos de pesquisa aplicada já mencionados, os seis seguintes estudos empíricos de Sociologia do Direito foram realizados no Brasil, três dos quais filiados à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo:

¹³ Cláudio Souto e Solange Souto, *O Sentimento e a Idéia de Justiça: Um Sumário da Pesquisa Exploratória*, Universidade Católica de Pernambuco, Faculdade de Direito, Série Estudos Sócio-Jurídicos, n.º 1, Recife, 1968. Trata-se de uma separata do apêndice do livro de C. Souto, *Fundamentos da Sociologia Jurídica* (publicado em português), Recife, 1968. O projeto de pesquisa brasileiro teve, na Alemanha, sobretudo a colaboração da Fundação Alexander von Humboldt juntamente com a do Instituto de Direito Estrangeiro e Internacional Privado da Universidade de Colônia, dirigido por Richard Kegel. Para um relatório sucinto desta pesquisa, v. Cláudio Souto, *Sociology of Law: A New Perspective in Brazilian Legal Education*, «Archiv für Rechtsund Sozialphilosophie», vol. 1972 LVIII/2, págs. 245-249.

1. «A Composição Social do Direito e a Dinâmica Social» — pesquisa exploratória básica que procura aferir a composição social do direito e sua dinâmica em confronto com a dinâmica social. Realizada na Universidade de Colônia, República Federal da Alemanha, em 1970, por Cláudio Souto e Solange Souto para a Divisão de Ciência do Direito do antigo Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal em Recife, utilizando questionários dirigidos principalmente a estudantes estrangeiros daquela universidade alemã: a ser publicada.

2. «A Norma Jurídica e sua Influência na Opinião» — um projeto de pesquisa aplicada que investiga opiniões e atitudes com referência a normas ou instituições específicas, para explorar o conhecimento da ordem jurídica, e a influência da orientação legal na opinião. Estudantes universitários do Rio de Janeiro, onde o questionário foi distribuído, foram o objeto principal do estudo. Essa pesquisa foi orientada pelo Prof. Miranda Rosa para a Coordenação de Projetos de Pesquisa do Centro de Estudos Jurídicos da Guanabara. Um breve relatório preliminar do estudo acaba de ser publicado¹⁴.

3. «Estruturas Institucionais e Desenvolvimento» — pesquisa aplicada sobre a origem da lei que criou o Plano Nacional de Habitação, identificando os interesses de grupos, como estes interesses foram consolidados no texto legal. O modelo de Talcott Parsons para sistemas sociais foi adotado, e pesquisa em documentos e estudo histórico, assim como entrevistas, foram realizados. Este projeto de pesquisa foi dirigido em 1972 - 1973 pelo professores Joaquim Falcão e Fanny Tabak para o Curso de Mestrado em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e será publicado brevemente.

4. «Aspectos Legais e Econômicos da Pequena Empresa Brasileira» — um projeto de pesquisa aplicada que entrevistou um certo número de pequenos empresários dos Estados brasileiros de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, a fim de conhecer a forma com que eles administram seus negócios e como poderiam fazê-lo

¹⁴ Felipe Augusto de Miranda Rosa, *Conhecimento e Opinião sobre o Direito, A Norma Jurídica e sua Influência*, Rio de Janeiro, S/D.

de maneira melhor. Foram utilizados questionários e seminários com os empresários. A pesquisa foi realizada em 1965 sob a direção dos professores Ary Bouzan, Antonio Angarita Silva e Alcídio Prado, todos da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo¹⁵.

5. «Vendedores, Viajantes ou Pracistas e Representantes Comerciais — Estudo Sistemático da Regulamentação Legal» — esta investigação, orientada pelo professor Cid José Sitrângulo, da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, em 1971, examinou as razões do choque de interesses entre as pessoas envolvidas em relações de trabalho, com o objetivo não somente de interpretar a legislação existente, mas também de estabelecer certos conceitos e sugerir soluções para os casos de lacunas na lei. Entrevistas com empresários e com advogados representativos da classe foram utilizadas¹⁶.

6. «Estudo do Sistema Tributário para Ganhos e Perdas de Capital» — uma análise exploratória horizontal do sistema tributário de ganhos e perdas de capital, com referência especial à realidade brasileira, procurando concluir se os ganhos de capital serão taxados ou não, se tal taxação é politicamente viável e administrativamente executável. A pesquisa foi feita pelo professor Ary Oswaldo Mattos Filho, da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, em 1972, utilizando um levantamento de casos na jurisprudência e entrevistas com especialistas na área.¹⁷

A respeito de projetos de pesquisa em Sociologia do Direito atualmente em fase de execução no país, há apenas um que é uma pesquisa básica: Reações Afetivas na Interação Social: «um experimento de laboratório». Tal projeto tenta verificar a teoria sociológica mais geral sobre a interação, incluindo situações inte-

¹⁵ Publicado no livro: Ary Bouzan, Antonio Angarita Silva, Alcídio de Souza Prado, *Aspectos Legais e Econômicos da Pequena Empresa Brasileira*, Rio de Janeiro, 1968.

¹⁶ Cid José Sitrângulo, *Vendedores, Viajantes ou Pracistas e Representantes Comerciais - Estudo sistemático da regulamentação legal*, mimeografado, 218 páginas.

¹⁷ Ary Oswaldo Mattos Filho, *Notas sobre a Tributação de Ganhos de Capital*, mimeografado, 184 páginas.

rativas relacionadas à justiça e injustiça. Essa parece ser a primeira tentativa de ligar teoria sociológica geral e teoria sócio-jurídica à experimentação de laboratório (através de polígrafo e da mensuração de reações eletrodermais), traduzindo a teoria em nível operacional, mas sem especificação para níveis baixos de interação. O projeto está sendo realizado por Cláudio Souto e Solange Souto para a área de concentração «Controle Social» do Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Todos os outros projetos em desenvolvimento no momento são relativos à pesquisa aplicada, e são vinculados à área de concentração «Direito e Desenvolvimento» do Programa de Mestrado em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ou à área de concentração «Direito Econômico e de Empresas», do Programa de Mestrado da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.¹⁸

18 Projetos ligados à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: «Reação Social ao Comportamento Desviante no Grande Rio» - o objetivo é estabelecer, provavelmente com o auxílio de entrevistas, os parâmetros de reação e medidas de punição social com respeito a certos comportamentos considerados desviantes, levando-se em consideração as características sócio-culturais do Rio de Janeiro (Profs. Miranda Rosa, Maria Teresa Miralles e outros).

«Reforma do Ensino Jurídico» - o objetivo é medir através de questionários as atitudes de professores e estudantes das Escolas de Direito da Guanabara e São Paulo com relação ao Direito de Aprender e a Reforma do Ensino Jurídico (Profs. Joaquim Falcão e Maria Teresa Miralles).

«Atitudes dos Juizes das Cortes Criminais na Guanabara» - seu objetivo é avaliar, através de entrevistas, as atitudes dos juizes das cortes criminais da Guanabara com relação ao funcionamento da maquinaria legal, à lei, e ao fenômeno criminal, considerando a vida profissional antes do ingresso na judicatura (Profa. Maria Teresa Miralles).

«Atitudes e Percepções da Mulher Delinqüente» - o objetivo é analisar através de questionários as atitudes das detentas nas penitenciárias da Guanabara com relação à delinquência, vida anterior, momento da detenção, processo criminal, a vida na prisão (Profa. Maria Teresa Miralles).

«Sociedades de Capital Aberto» - o objetivo é identificar, com o auxílio de entrevistas e análise de conteúdo, demandas específicas, como elas foram processadas, e como ocorreu a conversão dentro do sistema social através da lei que criou as sociedades de capital aberto (Prof. Paulo Sá).

Projeto ligado à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo:

«A Sociedade em Conta de Participação — suas implicações tributárias» — um projeto de pesquisa empírica que estuda o funcionamento deste tipo de sociedade, e devido às suas características especiais, seu conceito e implicações práticas na área de tributação. Dirigida pelo Prof. Laércio F. Betiol, da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Entrevistas com funcionários fiscais, com especialistas em contabilidade, e com autores brasileiros que estudaram este tipo de sociedade, formam parte do projeto.

Novas Linhas Propostas da Sociologia do Direito no Brasil

O Comitê da área de Direito do Conselho Nacional de Pesquisas brasileiro, organizado para avaliar o Programa de Pesquisa Fundamental e Estudos de Pós-Graduação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Brasil, no próprio fato de seu estabelecimento em 1974¹⁹, significou um novo fenômeno, uma vez que a área «Direito» não tinha sido incluída no plano básico prévio. Além disso, e o fenômeno é ainda novo, dos oito membros do grupo, três não eram vinculados à Faculdade de Direito, mas foram convidados a participar porque desenvolveram pesquisas empíricas de Sociologia Jurídica em departamentos de Ciências Sociais. Finalmente, o Comitê reconheceu unanimemente a importância básica da Sociologia do Direito para o ensino e pesquisa jurídicos e, por último, enfatizou a pesquisa fundamental de natureza sócio-jurídica.

Conforme o relatório do Comitê, a ser publicado, «dado que os cursos de pós-graduação em ciências jurídicas são orientados sobretudo para a preparação de professores e que esses cursos devem dar importância à elaboração do conhecimento, eles devem perseguir dois objetivos principais:

a) Com vistas à compreensão crítica dos fenômenos jurídicos, o primeiro objetivo seria o desenvolvimento de uma ampla base em Sociologia do Direito, Filosofia do Direito e Dogmática Jurídica, com ênfase em pesquisa fundamental.

b) O segundo objetivo seria o conhecimento dos problemas na especialidade científica ou profissional, de acordo com as necessidades regionais».

As considerações referentes à pesquisa básica que se seguem foram apresentadas pelo autor deste artigo no Comitê e constituíram parte do relatório desse Comitê.

19 As reuniões ocorreram no Rio de Janeiro, dias 10 e 11 de janeiro, e em Recife, dias 5 e 6 de fevereiro de 1974, respectivamente no Departamento de Ciências Jurídicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

A propósito das novas linhas de pesquisa em Sociologia do Direito a serem desenvolvidas no Brasil, projetos de pesquisa fundamental logicamente constituem a base para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa aplicada, estes por sua vez estando mais próximos das técnicas do desenvolvimento sócio-econômico do país²⁰. Com relação a projetos de pesquisa empírica da Teoria Sociológica do Direito, deve ser dada prioridade àqueles que estudam a composição social do direito, a justiça e a equidade como fenômenos empíricos, as relações entre direito e formas coercíveis (leis, costumes, decisões judiciais, decretos, regulamentos, estatutos, etc.), assim como as relações entre direito e sociedade, e entre direito e mudança social em geral.

Parece inegável que existe uma conexão direta entre a Teoria Sociológica do Direito e a Teoria Sociológica Geral. Um modelo sócio-teórico geral reduzido, trabalhado num nível muito alto de generalidade, levando em consideração muito poucas variáveis, seria da maior importância na transformação da teoria sociológica geral do direito em um estudo capaz de verificação experimental, mesmo ao nível de laboratório. Tudo indica que este seria um caminho apropriado para uma ciência social do direito teórica, uma base segura para a pesquisa sócio-jurídica aplicada e, através desta, para uma técnica de desenvolvimento social à luz de dados empíricos confiáveis no que se relaciona com a perspectiva sócio-jurídica desse desenvolvimento.

Problemas teóricos gerais, tais como os da interação social e dos processos sociais, podem obviamente ser estudados em função do direito, inegavelmente um fenômeno social da

²⁰ Mesmo nos Estados Unidos, país onde os estudos de Sociologia Jurídica são tipicamente de natureza aplicada, sente-se a necessidade de uma Teoria Sociológica do Direito: «Estudiosos da Sociologia do Direito devem permanecer menos preocupados do que parecem estar sobre as aplicações legais imediatas dos métodos e descobertas sociológicas e devem concentrar sua atenção principalmente na perfeição da Sociologia do Direito como ciência 'básica'». (Harry W. Jones, *A View from the Bridge*, «Law and Society», suplemento da edição de verão de «Social Problems», Summer 1965, p.43).

Posição análoga é defendida por Jerome Hall: «Talvez se ganhe alguma coisa em relação a um propósito qualquer com a informação de que 70 por cento dos votantes, e não simplesmente uma maioria deles, têm certas características. Mas uma precisão muito mais significativa se atinge em ciência social pelo uso de conceitos precisos, especialmente daqueles que articulam a matéria assunto da disciplina». (Jerome Hall, *Comparative Law and Social Theory*, Louisiana State University Press, 1963, p. 121).

maior importância. Note-se que, do ponto de vista empírico, a sócio-fisiologia da interação social, por exemplo, já é bem desenvolvida em certos países, como os Estados Unidos e a Alemanha, com numerosas experiências de laboratório executadas, embora essas experiências ainda não tenham estabelecido conexão satisfatória com uma consistente teoria geral do fato social. Pesquisas brasileiras sobre Sociologia do Direito poderiam contribuir de forma especial à construção dessa indispensável base de teoria pura, em moldes passíveis de experimentação, sobretudo se adequadamente financiadas. Tal teoria geral do fenômeno social, verificável, e mais, capaz de experimentação, é uma necessidade premente que afeta todas as áreas do conhecimento social científico-empírico, inclusive a de Economia.

Como já foi dito, as perspectivas para a ciência social do direito aplicada são profundamente diversificadas. De fato, estudos aplicados de Sociologia do Direito se referem, em geral, às relações entre a realidade social total e as formas coercíveis (das quais o direito é, ou tende a ser, o conteúdo): leis, decretos, regulamentos, costumes, decisões judiciais, a doutrina dos juristas, tratados, estatutos, contratos, as convenções coletivas, etc..

Daí os tipos de estudos aplicados possíveis incluem investigações sobre a mudança social, quer das técnicas relativas às formas coercíveis, quer do papel de seus técnicos, os juristas. Outro tipo é o estudo das tendências de transformação dos sistemas (ou ordenamentos) vigentes de conteúdos normativos de formas coercíveis, ou do conteúdo normativo de certas formas coercíveis específicas em vigor. Além disso, as tendências para eficácia ou ineficácia social do conteúdo normativo desses sistemas, desses ordenamentos, ou dessas formas coercíveis vigentes, podem ser examinadas. Podemos ter ainda a investigação das tendências para eficácia ou ineficácia social do conteúdo normativo de formas coercíveis em projeto (por exemplo, projetos de lei) ou o estudo das tendências para eficácia ou ineficácia social de formas coercíveis específicas em si mesmas ou das tendências à sua transformação, abstraindo-se de seu conteúdo normativo, etc..

De fato, o Comitê do Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil preferiu transferir às próprias instituições interessadas o estabelecimento das linhas de prioridade na pesquisa aplicada, mas é provável que esses projetos de pesquisa manifestem a tendência de concentrar-se no domínio da Sociologia Jurídica do Desenvolvimento Sócio-Econômico, que reflete a preocupação básica do país no presente momento.

Valores tropicais de cultura em face de impactos tecnológicos

Roberto Mota

O Trópico é o direto. A luz do sol cai perpendicular sobre nós. Não sei se haveria algum determinismo, não digo geográfico, mas geodésico, em nossa parte do planeta. Quase mais astrológico, do que astronômico. (E que falta me faz agora o vocabulário dos astrólogos!). Em qualquer época do ano, o sol; sempre o sol.

Já nas zonas temperadas, a luz como que se transforma em abstração, quase em «ente de razão», para usar a linguagem dos escolásticos; em «flatus vocos», se ousar dizer.

O Trópico é o concreto. O imediato. O que se dá todo de uma vez. O barroco, quase. O plano da razão — que em nenhuma latitude abdica ou pode abdicar de seus direitos — encontra-se misturado, absorvido, chupado e atolado na matéria concreta, no estofo de que são feitas todas as representações, todas as construções humanas. O estilo dito manuelino, as igrejas coloniais do Brasil todo estão aí, feito monumentos e comprovações do que estou querendo dizer. Não é que tudo tenha a mesma importância — plano racional e matéria com detalhes de mil e uma noites. O concreto — concretamente tudo que existe — é a mistura inextrincável do importante e do acidental. A importância é diferente; a existência a mesma.

Concreto, portanto, é a palavra que me parece resumir todos os valores tropicais. Economia concreta, relações humanas, relações sociais concretas, arte e religião concretas. Meu ponto de vista acredito que esteja próximo ao do fundador e diretor deste seminário, o Doutor Gilberto Freyre. Creio que a mesma palavra, *concreto*, revela o que há de mais fundamental, o núcleo mais íntimo de toda a sua obra.

Seu pensamento é em certos escritos menos conhecido do que *Casa Grande e Senzala* ou *Sobrados e Mocambos* que se faz mais explícito. Daí porque, para se conhecer bem Gilberto Freyre, há necessidade de leitura integral de sua obra excepcionalmente una, coerente, sem que se possa fazer acepção de volumes. Os estudos, para serem bons, têm que assumir feição meio de psicanálise; psicanálise longa, em que o essencial é deixar que o próprio analisando fale, que se revele, que se traia, por assim dizer, em mecanismos livres às vezes adiadas, exigindo paciência meio de detetive por parte do pesquisador.

Tenho tido quase como «hobby» a leitura atenta dos livros só aparentemente secundários de Gilberto Freyre. *Sugestões em Torno de Novos Contatos com Universidades Europeias*, por exemplo. Ou *The Racial Factor in Contemporary Politics*, que não se compreende, pelo que representa de síntese tão feliz das idéias do autor sobre relações raciais — no Brasil e no mundo — que uma instituição como o Joaquim Nabuco ainda não tenha feito traduzir e publicar. Tradução que poderia ficar a cargo do mestre de antropologia e de letras inglesas que é o Professor Waldemar Valente.

Outro desses escritos, secundários só na aparência, faço questão de repetir, é *A Propósito de Frades*, que Gilberto Freyre bem poderia ter intitulado *A Propósito de Minha Própria Obra*, tão fortes, para o olhar de cientista social com algum conhecimento de métodos psicoanalíticos de interpretação, os mecanismos projetivos e auto-reveladores que se descobre em sua leitura.

Não se trata absolutamente, quero salientar, de obra escrita em primeira pessoa. O pronome «eu» aparece em situações estritamente indispensáveis e o nome Gilberto Freyre nem uma vez.

Não seria demérito se aparecessem. Mas o bom conhecedor de Gilberto Freyre sabe — não me refiro àqueles de seus livros representados por memórias ou diários — que mais do que quando se cita ou menciona, mais do que quando diz eu, é ao tratar de frades, médicos, filósofos ou navegadores que dá as verdadeiras chaves para a interpretação de sua obra de antropólogo, historiador social e pensador.

Volto a dizer, se me permitem o parêntese, que acho perfeitamente legítimo que um autor do porte do Sr. Gilberto Freyre fale de si próprio em primeira pessoa, se assim lhe aprouver. O que tem irritado muitos de seus críticos, aliás, é menos que fale de si mesmo, como é dado a fazê-lo em artigos de jornais, do que seu prestígio e a importância de sua obra, lhe garantirem esse privilégio, compartilhado na razão inversa em que é invejado.

Creio às vezes redescobrir em Gilberto Freyre — pirandellianamente — um autor em busca de um leitor. Sugestivamente, um de seus livros — também dos na aparência secundários — chama-se *Seis Conferências em Busca de Um Leitor*. Como se ele próprio se apercebesse da riqueza da mensagem que transmite e, ansioso por sua recepção integral, tivesse que insistir, oportuna ou importunamente, em seus pontos fundamentais.

Nenhuma razão para espanto, no que eu digo sobre *A Propósito de Frades*. Trata-se ao mesmo tempo de «post-scriptum», com muita coisa a lembrar o Proust de *Le Temps Retrouvé* ou o Unamuno de *Vida de Don Quijote y Sancho*, a *Casa Grande e Senzala* e de manifesto-prefácio dos estudos de Luso-Tropicologia «tout court», antecipando em poucos anos a própria criação deste seminário.

Faz portanto, *A Propósito de Frades*, publicado em 1959, mas começado desde 1956 ou 1955, figura de ponte, de transição muito nítida e coerente, entre *Casa Grande e Senzala* e a devoção explícita de seu autor a estudos tropicológicos, estes porém virtualmente parte de sua obra desde as primeiras publicações.

E antes que eu saia de vez do assunto de relações entre obra e autor, permita-me ainda a douda e paciente assembléia a que tenho a honra de dirigir-me, outra breve expaciação. Por que tanto espanto, freqüentemente fingido, a respeito das auto-referências de Gilberto Freyre que, principalmente na parte mais exotérica de sua obra, não se peja de falar de si mesmo, e, às vezes, com todos os ff, rr, yy, e gg? Não precisa Freud para que se saiba que toda obra, de qualquer autor, representa um exercício de auto-projeção.

Gilberto Freyre dá-se ao luxo de ser explícito e declarado neste ponto. Tanto melhor.

O contraste entre valores tropicais e tecnologia é do tipo do que opõe, usando palavras do diretor deste seminário em *A Propósito de Frades*, «o particular ao universal, o concreto ao abstrato, e ousa até dizer, o especificamente regional ao abstratamente geral (pg. 71)». Valores tropicais dos quais Gilberto Freyre vem codificando a ciência, que se poderia, ainda em suas palavras, definir como «pragmatismo experimental... em face do mundo;... gosto pelo estudo direto da natureza diferente da europeia; humildade diante dos fatos; ... capacidades de entusiasmo por cores e formas de gente e de paisagem, diferentes das clássicas ou das greco-romanas». (pg. 60).

Assim definidos valores tropicais e tropicologia, pode-se legitimamente encarar, na mística de São Boaventura ou do próprio São Francisco de Assis, do Cântico do Sol ou do sermão dos pássaros, do amor seráfico, isto é, incandescente, por cada existente concreto, não digo a precursora, mas a antepassada de tais valores e de estudos.

As expressões «escola franciscana» ou «nominalismo franciscano» parecem-me adequadas aqui, apesar das diferenças entre São Boaventura, Duns Escoto e Guilherme Okham, sem falar em Roger Bacon, sem dúvida os maiores expoentes na filosofia e na teologia franciscanas medievais. Mais do que contra Santo Tomás de Aquino, foi contra seu próprio confrade Duns Escoto, o das «formalidades», da «haecceitas», da «distinctio formalis a parte rei», que Okham amolou a navalha de seu nominalismo, expresso no aforisma de que os seres não devem ser multiplicados sem necessidade, «entia non sunt multiplicanda sine necessitate», o que, bem entendido, nada tem a ver com problemas atuais, conjugais ou demográficos.

Seja, porém, na contemplação dos aspectos da natureza inesgotável ou na radical intuição da unidade, de irreducibilidade de qualquer existente a qualquer outro, através dos bons ofícios de fórmulas abstratas puramente racionais, está sempre presente a inspiração mística do próprio São Francisco, estendendo a sal-

vação a genes, animais e aos próprios elementos inanimados da natureza, em gloriosa recapitulação total e cósmica.

Desde o Iluminismo, passando por Hegel e — especialmente no que se refere a cientistas sociais — por Max Weber, ficamos acostumados a encarar toda a história do Ocidente como a crescente manifestação da Racionalidade e por conseguinte da abstração, do espírito de cálculo e de método, que eliminaria, talvez com lentidão, mas de modo inexorável, os remanescentes de formas concretas, de tudo aquilo que Weber classificava de «magia», «Zauberei». Até mesmo distinto economista e homem público brasileiro como se deliciava no uso do germanismo «Entzäuberung», que quer dizer desmagização ou desmistificação.

«Destropicalização», portanto, se aceitamos de trópicos e de valores tropicais as caracterizações aqui apresentadas. Na ilusão do progresso contínuo e unilinear do espírito abstrato, gelado, de racionalidade e método, muitos brasileiros, mesmo quando professadamente nacionalistas, têm se deixado dominar por ânsias anti-tropicais, anti-concretas, anti-franciscanas de seríssimos efeitos sobre nossa constituição por assim dizer antropológica ou nacional.

Exageros às vezes de marxistas, mais do que de Marx. Pois o que representa o *Capital*, cujo subtítulo muito significativamente se chama «Crítica da Economia Política», senão uma denúncia inteligentíssima e eruditíssima das contradições a que leva o desenfreado espírito de abstração. E o que de mais abstrato existe que o dinheiro, essa medida de todas as coisas em que o próprio «homo faber» transforma-se, por assim dizer? O caráter revolucionário da obra de Marx talvez se possa dizer que parta precisamente de seu caráter de reação contra a racionalidade abstrata, feita rainha, deusa patrona do Ocidente, nas bolsas de valores, em empresas pluri-nacionais que julgando todos os povos em termos apenas de mão-de-obra e rentabilidade, destrói, a deusa da ganância, individualidades nacionais e expressões concretas, franciscanas, de culturas locais e regionais.

Infelizmente, os atuais seguidores de Marx raras vezes se apercebem dos aspectos, que ousa paradoxalmente chamar

reacionários, da obra de seu mentor. Mas já passa do tempo em que se deve salvar o pobre do Marx das abstrações ingênuas, mas capazes de conseqüências catastróficas, dos marxistas.

O Trópico é o singular. É a percepção, e a valorização do que existe aqui e agora. Relações humanas econômicas, sociais, sexuais, culturais imediatas. Mas sobrevivem, podem sobreviver os valores tropicais em face de impactos tecnológicos? Não é a técnica, como dizia Werner Sombart que eu não vejo por que considerar desatualizado, «filha do espírito europeu de racionalidade e abstração?» Por menos deterministas que queiramos ser, não será que se impõe a constatação de que o modo tropical de existir estaria condenado, diante dos inevitáveis impactos da infra-estrutura tecnológica sobre relações sociais e formas culturais?

A questão se complica por causa de relações internacionais. Se as áreas tropicais possuem posição periférica e dependente em relação aos grandes centros de economia e tecnologia — que importamos e provavelmente continuaremos a importar por muitas décadas — não será por assim dizer fatal a importação concomitante de valores sociais e culturais não tropicais, abstratos, weberianos, que viriam substituir, que já substituíram ou estão substituindo em grande parte, nossa concretez ibero-tropical de genealogia franciscana?

Não me considero qualificado para garantir a sobrevivência do modo de vida tropical. O regionalista, tradicionalista e, a seu modo, modernista Alphonse Daudet sabia do que falava na estória da cabra de Monsieur Séguin, que lutou a noite toda contra o lobo, mas de manhã foi devorada.

E já que cedi à minha francofilia, possa eu mencionar apenas o título do último livro do também regionalista, tradicionalista e — sempre a seu modo — modernista Henri de Montherlant: *Tous Feux Éteints — Todos os Fogos Apagados*. Talvez, nossos olhos já contemplem a luz de estrelas mortas.

Como etnólogo, gosto de observar as sobrevivências ainda fortes, sem dúvida — dos valores tropicais concretos, exilados

quase, reprimidos muitas vezes, ocultos. Uma área que tem sido num campo de estudo e pesquisas nos últimos dois anos é a das religiões populares, especialmente o Xangô do Recife. A sociedade branca ou brancarrona do Recife finge só tomar conhecimento da tremenda vitalidade desses cultos através do noticiário pitoresco ou policialesco dos jornais e da televisão.

Mas desconfio que o Xangô é fenômeno que em muito ultrapassa a área dos arrabaldes populares, dos morros e dos córregos. Reprimimos nossa morenidade nas abstrações do exotismo e da aculturação, a que têm cedido etnólogos dos mais competentes.

Assumimos ares de repugnância diante do concreto, do sangrento e do seboso dos sacrifícios, diante de possessões que se aparentam, em espécie senão em grau, aos fenômenos da mais alta mística, no que têm de contato imediato e direto do devoto com o Santo. Pois a própria Igreja Católica — e isso não só a partir do II Concílio do Vaticano, mas desde a introdução no Brasil, ainda no século XIX da arte e da devoção sulpicianas — vem fazendo esforços para se adaptar ao abstrato, ao limpo, ao burguês da nova era.

Estes estudos do Xangô, sobre os quais não me posso alongar sob pena de submeter a audiência de toda uma nova conferência, têm me mostrado a força que modos de agir e de pensar tropicais, concretos, selvagens quase, conservam no inconsciente popular. Sistemas de prestações econômicas diretas, que haveriam de seduzir o Marcel Mauss de *Essai sur le Don*, como seduziram Roger Bastide; formas diretas de dependência mais do que apenas rituais entre devotos, ou entre devotos e mestres — pais e mães de santo — que aliás estão longe de ser paradisiacamente igualitárias. Presença concreta, sacramental ousado dizer, em símbolos nos quais deuses africanos e santos europeus se transubstanciam.

A lição do Xangô me parece ser a da total explicitação, longe dos olhares indiscretos dos não-iniciados, de formas de comportamento econômico, social e cultural de que todos somos portadores, mas que, para inglês não ver, conservamos bem ocultas no mais fundo de nosso inconsciente coletivo.

Temo encerrar estas considerações meio com jeito — ou sem jeito — de «narodnik», de populista russo do tempo dos czares, anterior à revolução bolchevista. Ou com ar de pregador, clamando pela volta, pela conversão a valores tropicais e populares, onde não chega a maquilagem amarela das recentes luminárias da cidade.

Os testes como instrumento de seleção e orientação vocacional

Rubem Eduardo da Silva

Qualidade fundamental dos instrumentos de seleção e orientação vocacional.

Um aspecto característico dos instrumentos usados em Psicologia e Educação é a necessidade de demonstrar em que proporção desempenham o papel que deles é esperado. Não se pode concluir o que medem os testes simplesmente analisando os nomes que lhes são atribuídos. Os testes não medem diretamente aquilo em que estamos interessados. Do comportamento externo constatado pelo teste, são feitas as deduções a respeito das características do indivíduo, objeto de estudo. É por isso que a primeira e mais importante pergunta que deve ser respondida sobre um teste é para que constatação é ele um instrumento válido. É preciso verificar em cada situação, se o teste está medindo aquilo que se deseja que ele meça.

A validade de um teste é um índice de sua qualidade para fornecer uma medida de algo diferente do que ele mede diretamente. Assim, é válido um teste de raciocínio abstrato, quando se pode constatar que um resultado obtido por um indivíduo neste teste indica sua posição com relação a seus companheiros, quanto ao raciocínio abstrato e não apenas quanto ao número de questões que conseguiu acertar. Para se constatar o que mede realmente um teste, será necessária uma série de averiguações que conduzirão à sua validação.

O processo de validação de um teste, que deve ser contínuo, vai possibilitar se aprender cada vez mais sobre o que significam os seus escores, para que sejam interpretados adequadamente. O significado de um teste, segundo Dunn¹, deve ser deduzido do acúmulo de informações sobre ele. Validação de um teste é um processo semelhante ao da avaliação de uma teoria científica, sendo necessárias diversas observações e suas interpre-

tações lógicas². É preciso encontrar os meios para se investigar até que ponto o desempenho no teste é indicador da qualidade do comportamento em que se está diretamente interessado.

Os tipos de validade dos testes

Os testes podem ser usados para diversos objetivos. Como sua validade indica estão desempenhando os objetivos visados, serão necessários diferentes tipos de investigação para se estabelecer a validade de um teste. Um comitê constituído pela Associação Americana de Psicólogos, Associação Americana de Pesquisas Educacionais e Conselho para Mensuração em Educação dos Estados Unidos, ao estabelecer os «*Padrões para Testes Educacionais e Psicológicos e seus Manuais*» distinguiu três tipos de validade: de conteúdo, relacionada com um critério e de conceito. Pela validade de conteúdo se demonstra se o conteúdo do teste é uma amostra adequada das situações ou da matéria sobre que devem ser tiradas conclusões. A validade relacionada com um critério é obtida comparando-se os escores de um teste com outras variáveis consideradas indicadoras das características ou do comportamento em questão. Este tipo de validade pode ser preditivo, quando o teste é usado para antecipar o critério, um tipo de comportamento com o qual será comparado no futuro; se porém, o critério já existe quando é aplicado, ter-se-á validade simultânea. A validade de conceito é avaliada investigando-se que qualidades um teste mede, isto é, determinando-se até que ponto determinados conceitos podem ser deduzidos do desempenho no teste³.

Os três tipos de validade são apenas conceitualmente independentes. Na realidade eles se interrelacionam. Quando se analisa a validade relacionada com um critério, ao se estudar a capacidade de um teste para predizer um comportamento futuro, por exemplo, pode-se, ao mesmo tempo, analisar seu conteúdo e contribuir com esta análise para se esclarecer a validade de conceito. O mesmo interrelacionamento poderá ser constatado se se tomar como ponto de partida a validade de conceito ou a validade de conteúdo. De acordo com os objetivos visados pelos testes,

poderá ser dada ênfase a determinado tipo de validade, porque se faz necessária tal evidência. Conseqüentemente, não é o teste que determina o tipo de validade, mas o uso que dele se faz. Um estudo completo sobre um teste exigirá, porém, informações sobre os três tipos de validade.

Quando o teste é usado para seleção ou orientação, o que se espera dele é que seja capaz de predizer características do comportamento que deverão atuar no futuro, na escola ou no trabalho. Aqui o teste deverá predizer o comportamento do indivíduo em situações específicas. O desempenho no teste será comparado com um critério, uma medida independente e direta do comportamento que o teste deve predizer. Com este tipo de validade, ter-se-á uma medida da correlação entre duas amostras do comportamento. Como afirma Anastasi⁴, não existe diferença básica entre teste e critério. Ambos são diferentes amostras de comportamento, cuja interrelação permite predizer um com o auxílio do outro. O critério, em si, não é essencialmente superior ao teste, nem deve ser considerado como uma classe de fenômeno à parte. Porque um teste é considerado válido enquanto se relaciona com um critério, haverá então tantas validades para um teste quantos forem os critérios com os quais possa ser relacionado. Não se terá, portanto, a validade de um teste mas as validades que darão margem às diversas interpretações de acordo com as diferentes situações.

Em seleção e orientação, geralmente, por motivo de ordem prática, o teste é submetido a uma validação simultânea para ser usado posteriormente com valor preditivo. A grande vantagem de um teste com valor preditivo de um comportamento futuro é que tanto os indivíduos poderão ter alguma segurança de seu provável sucesso em determinado curso ou atividade, como também as instituições poderão escolher os indivíduos que têm possibilidade de melhor rendimento. O processo de validade simultânea é muito mais simples, prático e econômico do que o da validação preditiva. O problema fundamental é saber se é possível usar, para predizer o comportamento, com certo intervalo temporal, os dados obtidos em uma validação simultânea. O maior obstáculo a essa utilização será a mudança das características das habilidades testadas em virtude do exercício do desem-

penho da atividade que se quer prever. Seria necessário fazer correlação das habilidades testadas antes e depois do desempenho considerado como critério. Como observa Horst⁵, se a função medida pelos instrumentos psicológicos se relaciona significativamente com o desempenho considerado como critério, então o treino neste desempenho, como consequência das atividades escolares ou do trabalho, poderia aumentar o nível geral dos escores, de tal modo que não representariam os resultados que teriam sido obtidos antes da participação na atividade que se quer prever.

A preocupação com os aspectos práticos dos resultados dos testes não deve levar a se descuidar da sua fundamentação teórica. A teoria deve estar sempre presente, como base e força propulsora da prática, nas atividades profissionais. Conforme constata Cattell e Butcher⁶, a teoria psicológica e a pesquisa básica, geralmente, se preocupam mais em saber-se o teste representa adequadamente um conceito, enquanto a pesquisa aplicada é mais freqüentemente interessada na sua capacidade para prever um determinado desempenho. Mas, é imprescindível se entender a razão das correlações encontradas, para que possam ser melhor interpretadas, nas situações concretas, e, melhor proveito delas se possa tirar na prática. Não se pode, portanto, esquecer a validade de conceito quando se tem interesse em validade relacionada com um critério.

Interpretação do coeficiente de correlação

Não se pode analisar o valor dos testes em seleção e orientação sem se referir à interpretação do coeficiente de correlação. Foi graças às técnicas desenvolvidas pela análise do coeficiente de correlação que puderam ser desenvolvidos os estudos que possibilitarão prever o comportamento com base em dados estatísticos. Para que se possa prever determinado tipo de comportamento é necessário se saber até que ponto variações em dois modos de agir estariam relacionadas. O coeficiente de correlação vai informar o grau de relação existente entre dois tipos de comportamento de tal modo que, conhecendo-se as variações de

um, se possa concluir sobre as variações do outro. O coeficiente de correlação, na opinião de Guilford⁷, mais do que qualquer outro elemento estatístico, abriu novos horizontes em Psicologia e Educação, porque possibilitou descobrir e verificar como os elementos e fenômenos estão correlacionados, o que é fundamental para o progresso de uma ciência.

Para se interpretar a correlação existente entre dois fenômenos, pode-se proceder de várias maneiras. Comparando-se os resultados das variáveis independentes — testes — com os da variável dependente — critério — pode-se calcular a possibilidade que tem um indivíduo de obter determinado grau de sucesso a partir de seus escores nos testes, com o auxílio de uma tabela de esperança. Os estudantes que precisam tomar decisão sobre sua escolha profissional poderão ser informados sobre os vários graus de probabilidade de obter sucesso em determinadas áreas.

O índice mais usado para se interpretar a correlação existente entre dois fenômenos é o coeficiente de correlação. Elevando-se este ao quadrado, obtém-se o «coeficiente de determinação». Este indica qual proporção da total variância do critério está associada como a variância da variável preditiva. E, subtraindo-se este resultado da unidade, obtém-se informação sobre a percentagem da variância devida a outras causas. Extraído-se a raiz quadrada deste último resultado, i.e., a unidade menos o quadrado do coeficiente de correlação, obtém-se o «coeficiente de alienação» ($K = \sqrt{1 - r^2}$). Este coeficiente indica a proporção de erro presente na predição com a utilização do teste, quando o critério é expresso em unidade padrão. Se este coeficiente for subtraído da unidade, obtém-se o «coeficiente de eficiência preditiva» ($1 - \sqrt{1 - r^2}$) que indica a percentagem de erro reduzida, com a utilização do teste, do total de erro de uma predição baseada apenas no acaso. Finalmente, um outro índice utilizado para interpretar a correlação existente entre dois fenômenos é o «erro padrão de estimativa» ($S_{est} = DP_c \sqrt{1 - r^2}$) que é, simplesmente, o coeficiente de alienação multiplicado pelo desvio padrão do critério, e deve ser utilizado quando as medidas deste não são apresentadas em unidades padrão.

Analisando os índices acima apresentados, observa-se que o «coeficiente de alienação» é equivalente à percentagem de va-

riância devida a outras causas ($1 - r^2$). O «coeficiente de alienação» e o «erro padrão de estimativa» indicam o tamanho do erro de mensuração. Estes índices são importantes quando, tratando-se de decisões individuais, se deseja saber qual a probabilidade de se obter determinado resultado no critério, sabendo-se seu escore no teste. Levandô-se em consideração o erro de mensuração, pode-se prever a flutuação possível no resultado obtido e a probabilidade de erro ao se predizer determinado nível da variável dependente — o critério. Se a finalidade principal dos testes fosse predizer resultados exatos a serem obtidos pelos indivíduos, a perspectiva seria muito pessimista para o uso de tais instrumentos, conforme observa Anastasi⁸, uma vez que, mesmo com coeficiente muito elevado, como 0,80, dificilmente encontrado, ainda seria bastante acentuada a possibilidade de erro nos escores preditos. Seria então extremamente raro um teste, realmente, eficiente para predizer um critério. Na realidade, porém, os testes não são utilizados para predizer uma posição exata dos indivíduos, no futuro, mas para predizer que os indivíduos ultrapassarão os resultados considerados críticos na variável dependente. Num processo de orientação vocacional, por exemplo, não há necessidade de se informar ao orientando que probabilidade existe para ele obter tais notas, seu interesse é saber da sua possibilidade de ingressar no curso e obter resultados satisfatórios.

Condições que afetam o coeficiente de validade

O tamanho da amostra estudada afeta diretamente o coeficiente de validade. Com amostras pequenas, será necessário um coeficiente elevado para que seja estatisticamente significativa, podendo, por outro lado, apresentar-se estatisticamente significativa um coeficiente muito baixo, pelo simples fato de ter sido obtido em uma amostra muito grande.

A homogeneidade ou heterogeneidade da amostra afetará também o coeficiente de validade. Com amostras heterogêneas, podem ser obtidos, mais facilmente coeficientes mais elevados do que com amostras homogêneas. Por conta desta sensibilidade do coeficiente de validade à homogeneidade ou heterogeneidade da amostra, alguns autores⁹ advogam sua substituição pelo erro pa-

drão de mensuração, que é independente da variação das características medidas.

Para se chegar a uma conclusão sobre a validade de um teste para selecionar melhor os candidatos a um curso ou trabalho, seria necessário aplicá-lo a todos os candidatos, admiti-los e depois relacionar os resultados obtidos no desempenho das atividades para que foram escolhidos (critério) com os do teste. É evidente que este processo é por demais dispendioso e não pode ser executado numa situação prática. O que se faz, na realidade, é relacionar os resultados dos candidatos já selecionados. A homogeneidade provocada pela seleção reduzirá então o coeficiente de validade. O problema estaria resolvido se, ao invés do coeficiente de validade, fosse utilizado o erro padrão de mensuração. Este índice, porém, tem suas limitações, pois, sendo expresso em termos de unidades de escala do critério, só pode ser utilizado para comparar a eficiência de duas ou mais situações de predição se as escalas do critério forem comparáveis. O coeficiente de correlação, por ser um número abstrato, independente das unidades de mensuração, pode ser utilizado como base para comparar a acuidade das várias situações de predição, mesmo que unidades diferentes e não comparáveis estejam envolvidas.

Coeficiente de validade e valor do teste

Ao se analisar a contribuição dos testes usados em seleção e orientação, tomando-se como ponto de referência o «coeficiente de eficiência preditiva», o coeficiente de validade deveria ser muito elevado para que o uso de tais testes se revelasse de alguma utilidade. Um teste com um coeficiente de validade de 0,80 contribuiria para uma redução de apenas 40% do erro provocado por uma predição baseada só no caso. Apoiando-se nesta interpretação é que Hull¹⁰, na década de 20, exigia um coeficiente de validade em torno de 0,45 para que pudesse ser considerado de alguma utilidade prática. Só com um coeficiente deste nível se começa a ter 10% de redução do erro devido a uma decisão com base apenas no «palpite». Cronbach e Gleser¹¹, em sua obra pioneira, que se tornou clássica, sobre teoria da decisão,

demonstrou que o «coeficiente de eficiência preditiva» não é um índice adequado para descrever o valor do teste na maioria das situações em que devem ser tomadas decisões.

Ao se considerar o valor informativo do teste, a atenção deve ser dirigida para o que é acrescentado aos elementos existentes, uma vez que já são úteis para uma tomada de decisão. Não se pode considerar a contribuição trazida pelo teste, tendo como ponto de partida uma decisão baseada apenas no acaso, porque, como observa Cronbach¹², na maioria das situações em que o teste pode ser usado, já existe uma quantidade substancial de informações, que possibilitam uma base para uma decisão melhor do que a baseada no simples acaso.

A contribuição de um teste com determinado coeficiente de validade, num processo de seleção, é relativa, porque depende, entre outros, de dois elementos: a) percentagem de candidatos selecionados; b) percentagem dos candidatos bem sucedidos, posteriormente, que teriam sido escolhidos sem o auxílio do teste. Taylor e Russell¹³, elaboraram tabela para mostrar como varia a contribuição do teste em virtude do que denominaram de «razão de seleção» e «razão de sucesso».

Anastasi¹⁴, comentando uma das tabelas de Taylor e Russell, tomando por base a razão do sucesso de 60%, sem uso de teste, mostra como, mesmo com o coeficiente de validade máximo (1,00), ganha-se apenas 3% quando a razão de seleção é de 95%. Por outro lado, quando a razão de seleção é de apenas 5%, a contribuição de um teste com validade de 0,30 pode ser de 22%. Da mesma maneira, quando é por demais elevada a «razão de sucesso» sem uso dos testes, será insignificante a contribuição destes, por mais elevado que seja o coeficiente de validade, podendo ser substancial, porém, no caso de ser muito baixa a «razão de sucesso» sem uso de testes.

A experiência tem demonstrado, conforme constata Guilford¹⁵, que o coeficiente de validade dos testes tem variado entre 0,00 e 0,60, com a predominância na parte mais baixa da distribuição. Os psicólogos e educadores já começam a abandonar a idéia de insistir em coeficientes elevados como 0,70 e

0,80. Não resta dúvida que seria muito mais interessante se trabalhar com testes de elevado coeficiente de validade. Consciente da sua responsabilidade em se empenhar para obter sempre mais elevado nível de coeficiente de validade nos seus testes, o especialista nesta área não pode deixar de constatar que a experiência de mais de meio século tem demonstrado que não se deve esperar dos testes, padrões de validade considerados ideais. Não se pode deixar de reconhecer que testes com coeficientes de validade muito baixo, entre 0,30 e 0,20, podem dar uma real contribuição, justificando sua inclusão numa bateria, sobretudo se medem algo diferente dos outros.

Predição utilizando grupo de testes

O uso de mensurações múltiplas em Psicologia e Educação, que tem sua base na teoria dos traços e fatores, pode ter em vista, conforme Mosier¹⁶, três finalidades distintas. Em primeiro lugar, várias observações devem ser feitas se se deseja obter graus refinados de discriminação entre os indivíduos. Se, por exemplo, é aplicado um teste de cinco questões do tipo tudo ou nada, com um ponto para resposta certa e zero para resposta errada, apenas seis distinções podem ser feitas entre os indivíduos. Se um maior número de diferenciações é desejado, maior deverá ser o número em questões. Pressupõe-se aqui precisão absoluta nas observações feitas, o que é impossível na prática.

Surge então a segunda finalidade importante no uso da mensuração múltipla: elevar o índice de precisão. Sabendo-se que cada observação contém alguma imprecisão, aumentando-se as observações da mesma característica, será obtido um resultado composto, com um índice mais elevado de precisão. Para que isto aconteça, porém, é imprescindível que as diversas medidas sejam interrelacionadas, uma vez que deverão representar a mesma característica fundamental. O que se pretende com os vários testes é diminuir o erro aleatório, assim como os efeitos sistêmicos de outros fatores não relacionados.

Finalmente, o terceiro objetivo da mensuração múltipla é proporcionar informações sobre aspectos não relacionados do

comportamento a ser predito. Este é o objetivo visado quando vários testes são agrupados para formar uma bateria quando se tem em vista medir vários aspectos de aptidão para predizer o sucesso na escola. Aqui, a finalidade não é repetir várias observações do mesmo aspecto do comportamento mas, medir diferentes aspectos do critério. Devido à complexidade do critério, vários elementos do comportamento devem ser considerados. Devem ser escolhidos para fazer parte da bateria, os testes que apresentarem índices mais elevado de correlação com o critério e menores entre si.

Para ressaltar a diferença entre o segundo e o terceiro objetivos acima, imaginem-se duas situações em que os dois objetivos possam ser considerados. Suponha-se que três testes 1, 2 e 3 devam ser escolhidos para predizer determinado critério. Se este é simples, dependendo de um determinado fator «A», os testes deverão medir este mesmo fator de tal modo que, na hipótese de cada um medir além do fator comum «A» um fator específico, a contribuição da variância dos testes 1, 2 e 3 seja maior do que a de cada fator isolado. A soma dos escores dos três testes será, portanto, menos afetada pelos fatores específicos e muito mais representativa do fator «A» do que os escores de cada um dos três testes. Se, porém, o critério é complexo, relacionado com três fatores, por exemplo, A, B e C, os testes deverão ser escolhidos de tal modo que cada um meça um fator específico e não haja duplicação. O desejado então é que os escores de cada um dos testes dependa de um fator separado e de fatores próprios a cada um deles de tal modo que a interrelação entre os três testes seja zero.

Correlação múltipla e equação de regressão

Com vários testes para predizer um critério complexo, o problema que se enfrenta é o de se chegar à melhor maneira de agrupá-los para se obter o máximo rendimento com eles. Sabendo-se que a contribuição de cada teste depende, em proporção direta, da sua correlação com o critério, e, inversa, desta correlação com os outros testes, na composição do escore total os pesos

a serem dados aos testes devem levar em conta estas duas variáveis, de tal modo que as discrepâncias entre o escore composto e a medida de sucesso, a ser predita, sejam as menores possíveis. A técnica adotada para se conseguir tal objetivo tem sido a correlação múltipla, que proporciona os pesos para a equação de regressão múltipla. Os pesos aí obtidos são os mais satisfatórios se o critério adotado é o menor quadrado da diferença entre o sucesso predito e a medida de sucesso obtido. Através deste método, denominado dos mínimos quadrados, os pesos são escolhidos de tal modo que a soma das diferenças entre sucesso predito e obtido seja a mínima. A correlação múltipla proporciona então a mais eficiente combinação de testes com seus respectivos pesos para que se possa obter o máximo poder preditivo dos testes usados.

Alguns pressupostos são necessários para que a correlação múltipla possa atingir seus dois objetivos fundamentais: 1) determinar os pesos a serem aplicados a cada teste de tal modo que o total dos quadrados das discrepâncias entre o comportamento predito e o observado para um grupo de indivíduos seja o menor possível; 2) apresentar uma estimativa da acuidade da predição. O pressuposto fundamental para utilização adequada da equação de regressão múltipla, é que o comportamento considerado como critério seja proporcional a uma soma dos escores dos vários testes juntamente com seus pesos. Pressupõe-se então que haja compensação entre as habilidades necessárias para a adequação do comportamento, de tal maneira que o indivíduo alcance um nível satisfatório de desempenho, apesar da deficiência de algumas habilidades necessárias que seriam compensadas pelo alto nível das outras. É pressuposto também que o aumento do nível de uma das habilidades, mantendo-se constantes as outras, aumente sempre o nível do critério.

Para que se obtenha um melhor resultado, com a utilização dos vários testes, para predizer, através da correlação múltipla, é necessário que cada um dos testes possa dar sua contribuição para a bateria através da mensuração de um novo fator atuante no critério e ainda não presente nos outros. O que se constata, na prática, porém, é que, conforme observa Cronbach¹⁷, a correlação múltipla atinge rapidamente um platô,

de tal modo que os testes que se acrescentam, depois do terceiro ou do quarto, raramente trazem alguma contribuição de valor. A grande dificuldade é encontrar testes que, incluídos numa bateria, possam dar uma contribuição única ao conjunto dos já existentes, porque, em geral, eles se superpõem na mensuração dos fatores atuantes no critério.

A variável «supressiva»

Um fenômeno paradoxal pode ocorrer na correlação múltipla quando, uma variável independente, apesar de sua correlação zero com a dependente, pode contribuir para aumentar o nível de correlação por conta de sua correlação com as outras variáveis independentes. Esta variável é denominada «supressiva» porque, não medindo as variâncias do critério, exerce sua ação suprimindo das outras medidas preditivas as variâncias comuns a ela e não presentes no critério.

McNemar¹⁸ explica, através de um diagrama que produzimos abaixo, como atua a «variável supressiva» para elevar o nível da correlação múltipla. O autor parte da idéia de que uma correlação pode ser interpretada em termos de elementos comuns às duas variáveis e pode ser obtida através da seguinte fórmula:

$$r_{xy} = \frac{n_c}{\sqrt{n_x + n_c} \sqrt{n_y + n_c}}$$

onde n_x é igual ao número de elementos únicos a X; n_y , o número de elementos únicos a Y; e n_c , o número de elementos comuns a X e Y.

Supondo que se tenha um conjunto de três variáveis: X_1 , X_2 e X_3 , as duas primeiras com 10 elementos cada, e a terceira com cinco; e, que X_1 e X_2 têm quatro elementos em comum; X_2 e X_3 , cinco; X_1 e X_3 , nenhum; o seguinte diagrama representaria as três variáveis com interrelação de seus elementos.

$$\begin{array}{cc} X_1 & X_3 \\ \hline aaaaaabbbbcddddd \\ \hline X_2 \end{array}$$

Aplicando-se a fórmula acima seriam obtidas as seguintes correlações:

$$r_{12} = 0,400, \quad r_{13} = 0,000, \quad r_{23} = 0,707$$

Considerando a variável X_1 como critério e as variáveis X_2 e X_3 como preditivas, teríamos os seguintes pesos: beta 2 (B_2) = 0,800 e beta 3 (B_3) = - 0,566; e a correlação múltipla seria $R_{1.23} = 0,566$. Apesar da correlação nula da variável X_3 com o critério e o peso negativo, houve um substancial aumento com a utilização desta variável na correlação múltipla. Este resultado se deve ao fato de a variável X_3 suprimir os efeitos dos elementos presentes na variável X_2 , comuns a estas duas variáveis e ausentes do critério. Considerando ausentes os elementos «d», a correlação entre X_1 e X_2 , utilizando a mesma fórmula anteriormente apresentada, seria 0,566, resultado igual ao da correlação múltipla. A variável X_3 funcionou, portanto, para suprimir os efeitos dos elementos não relevantes e assim contribuiu para a correlação múltipla apesar de ser nula sua correlação com o critério.

Embora não seja muito freqüente se encontrar, na prática, o efeito da «variável supressiva» explicado conceitualmente por McNemar, algumas constatações são apresentadas pelos autores. Horst¹⁹ apresenta um caso de atuação da «variável supressiva» na predição de sucesso no treinamento de pilotos durante a segunda guerra mundial. Foram utilizados quatro testes de aptidão na seleção dos candidatos: habilidade mecânica, numérica, espacial e verbal. Os três primeiros apresentaram correlações positivas e significativas com o critério, enquanto o quarto revelou correlação muito baixa com o critério e, razoavelmente elevada com os outros testes. Apesar de ser negativo o peso dos escores do teste de habilidade verbal, a correlação múltipla foi mais alta com a inclusão deste. Analisando-se o fenômeno, constatou-se que, embora a habilidade verbal não fosse importante para o treinamento dos pilotos, era necessária para o bom desempenho nos outros três testes de aptidão, uma vez que possibilitaria compreender as instruções e as questões usadas nestes. Incluindo o teste de habilidade verbal, com peso negativo na

equação de regressão, se suprimiria habilidade irrelevante para o critério, reduzindo-se os escores daqueles que se saíam bem nos testes, mais por conta da habilidade verbal do que das habilidades exigidas para o sucesso no treinamento dos pilotos.

O método do escore múltiplo crítico

Em situações em que algumas habilidades fossem tão importantes que não pudessem ser substituídas por outras, não seria possível então a compensação quando as primeiras habilidades se apresentassem em nível muito abaixo do necessário para o desempenho esperado. Neste caso, não seria possível utilizar a equação de regressão múltipla, sendo então necessário usar o método «escore múltiplo crítico». Este método consiste em determinar escores mínimos para aquelas habilidades essenciais, abaixo dos quais os candidatos não seriam aceitos. Estes escores mínimos deverão ser determinados na base do julgamento, através do processo de ensaio e erro. A necessidade da utilização de escore crítico se apresenta quando se trata de habilidades exigidas para dirigir automóvel, como observa Mosier²⁰. Por mais elevadas que sejam as outras habilidades para dirigir, se a acuidade visual do indivíduo for abaixo de determinado limite não poderá dirigir com segurança.

Em todas as situações em que for possível a sua utilização, o uso da equação de regressão múltipla é preferível ao do método de «escore múltiplo crítico». Este é, sem dúvida, mais simples de ser aplicado quando já foram estabelecidos os escores mínimos. Conforme observa Guilford²¹, arrisca-se mais ao se rejeitar alguém com base em um teste do que no conjunto de vários, porque neste último caso a precisão é certamente maior. Se os testes que fazem parte de uma bateria apresentam alguma intercorrelação espera-se que o total de escores apresente maior precisão do que uma parte deles. Uma outra grande vantagem da equação de regressão múltipla é que permite uma avaliação de cada indivíduo situando a sua posição no grupo em que se encontra, enquanto com o outro método se sabe apenas se os indivíduos foram aceitos ou não, se se situaram ou não em determinado nível. Em muitas situações, como observa Anasta-

si²², a melhor estratégia é utilizar uma combinação dos dois processos. Aplica-se inicialmente o método do «escore múltiplo crítico» para rejeitar os indivíduos abaixo dos escores mínimos e depois se aplica a equação de regressão múltipla para se obter a posição relativa dos indivíduos com relação ao critério.

Seleção e classificação através de testes

Em Psicologia e Educação, o uso dos testes deve oferecer informações para decisão não apenas quanto a um, mas a vários critérios. O problema da decisão a ser tomada tanto pela instituição como pelo indivíduo é, como observam Cronbach e Gleser²³, na sua forma mais ampla, um problema de classificação, que inclui também a orientação vocacional.

A classificação se distingue da seleção porque nesta uma das alternativas é a rejeição do indivíduo. Uma outra distinção a merecer menção entre seleção e classificação é que neste são dois ou mais critérios a serem preditos pelos testes. A decisão vocacional é basicamente uma classificação feita pelo indivíduo após comparar as várias informações com relação aos diversos critérios. A classificação feita por uma instituição tem por objetivo predizer os vários níveis de desempenho nos diversos critérios a serem apresentados pelos diferentes indivíduos. Na orientação vocacional existe apenas um indivíduo diante de uma imensa quantidade de critérios, enquanto na classificação são vários indivíduos com um número mais reduzido de critérios.

As exigências feitas de uma bateria de testes numa classificação são maiores do que numa seleção. Os testes devem ter diferentes validades para os vários critérios. Se os testes apresentarem a mesma validade para os diversos critérios não têm valor para uma classificação porque não poderiam indicar os diferentes níveis de desempenho a serem esperados dos indivíduos. Na classificação, os testes terão que informar não apenas que tais indivíduos têm possibilidade de sucesso em determinadas atividades, mas deverão informar que certos indivíduos poderão desempenhar com maior sucesso atividade A do que atividade B, C, etc.

Para que os testes desempenhem então seu papel, satisfatoriamente, num processo de classificação, deverão, como afirmam Thorndike e Hagen²⁴, no conjunto, apresentar uma validade ampla para todos os critérios e, individualmente, revelar uma «validade diferencial» para cada um dos critérios. O valor de cada um dos testes será proporcional à sua «validade diferencial», - a qual, quando se trata de dois critérios, foi expressa por Cronbach²⁵ por meio da seguinte fórmula:

$$s_1 r_{1t} - s_2 r_{2t}$$

sendo s_1 e s_2 os desvios padrão dos dois critérios; r_{1t} e r_{2t} os coeficientes de validade preditiva do teste «t» com os dois critérios.

Uma bateria ideal para classificação seria aquela em que os testes apresentassem correlação positiva elevada com um critério e correlação baixa ou mesmo negativa com os outros. Tal ideal poderia ser obtido com menos dificuldades se os critérios apresentassem correlação muito baixa ou nula entre si.

O método clínico no processo de seleção

As técnicas até aqui discutidas para utilização das informações apresentadas pelos testes com vistas a uma decisão a ser feita sobre os indivíduos ou pelos indivíduos são, simplesmente, aplicações de fórmulas que podem ser feitas mecanicamente. Todos os indivíduos são considerados da mesma maneira, tratando-se objetivamente as informações obtidas sem se preocupar com aspectos característicos próprios de cada indivíduo em cada situação. Poder-se-ia então perguntar se melhores resultados não poderiam ser obtidos através de julgamentos feitos por profissionais experimentados, a partir dos dados obtidos e com acréscimo de informações que não podem ser fornecidas pelos testes. A questão aqui colocada é se o tratamento clínico dos resultados dos testes é mais eficiente do que o tratamento estatístico.

Muitos afirmam que os métodos objetivos no tratamento dos dados para uma seleção deixam de lado uma grande quanti-

dade de informações válidas que poderiam ser utilizadas por um clínico qualificado que julgaria, em cada caso, a adequação dos dados a cada indivíduo. O clínico poderia usar muitos dados que surgem na entrevista, por exemplo, e que não podem ser obtidos através dos instrumentos de mensuração existentes. Não estando preso a um esquema rígido de uma equação de regressão, poderia adaptar-se às situações particulares de cada indivíduo para uma melhor utilização das informações.

É preciso distinguir duas funções diferentes que podem ser desempenhadas pelo método clínico. Em primeiro lugar, muitas informações obtidas através de entrevistas não poderiam ser fornecidas pelos escores dos testes. Tanto as informações obtidas pelo método clínico como as obtidas pelo método estatístico são importantes num processo de seleção, tendo cada tipo de informação seu aspecto peculiar. As informações obtidas pelo método podem ser submetidas a tratamento estatístico para se poder constatar a sua contribuição para o processo de seleção. É difícil dizer qual dos dois métodos é o melhor porque, como observa Anastasi²⁶, cada um desempenha melhor seu papel no seu próprio domínio, sendo a situação ideal, para um, diferente da do outro. Quando os dois métodos são comparados na mesma situação um dos dois poderia ser beneficiado.

Uma segunda função é o tratamento clínico dos escores dos testes ou outros dados num processo de seleção. A indagação aqui é se o clínico pode tomar decisões mais adequadas com base na sua experiência do que através de dados estatísticos, como a equação de regressão. Será que um profissional competente, utilizando a sua experiência, obterá melhor resultado num processo de seleção do que alguém que se basear simplesmente nas fórmulas fornecidas pelo método clínico?

Thorndike²⁷ afirma que a grande vantagem do método clínico na avaliação dos escores é a flexibilidade de tratamento que pode ser dada, não se restringindo a uma combinação linear apenas. Esta flexibilidade, porém, está condicionada a dois pressupostos que muito dificilmente se fazem presentes: 1) que o critério não possa ser predito por uma combinação linear dos escores dos testes; 2) que haja muitos profissionais capazes de

descobrir a melhor combinação dos escores dos testes para melhor prever o critério. A experiência tem demonstrado que o método clínico para interpretação dos testes não se tem revelado superior ao método estatístico. Meehl²⁸, em 1954, fez uma revisão exaustiva da literatura sobre o problema e dos 20 casos estudados, em que se fazia comparação dos dois métodos, com exceção de um caso apenas, as predições feitas com o método estatístico eram superiores ou aproximadamente iguais às feitas pelo método clínico. Em 50% dos estudos feitos até 1954, o método estatístico se revelou superior ao método clínico. Em 1966, Sawyer²⁹, revendo a literatura sobre o assunto, concluiu que os clínicos não melhoram as predições estatísticas, mesmo quando usam os dados estatísticos como parte de suas informações. Os dados sugerem que a melhor contribuição dada pelos clínicos não é quando eles fazem as avaliações finais a partir de dados, mas quando suas informações são introduzidas com os outros dados, numa equação de regressão ou outro processo de combinação estatística que irá possibilitar avaliação final.

Cronbach³⁰, analisando os resultados obtidos pelo método clínico, conclui que a razão principal da reduzida eficiência deste método é que os clínicos combinam dados por meio de uma maneira intuitiva de dar pesos, cuja adequação não é testada posteriormente. Por outro lado, as fórmulas estatísticas são cuidadosamente verificadas em amostras representativas do universo a que pertencem os indivíduos testados; e são aplicadas sempre da mesma maneira, atribuindo sempre os maiores pesos às variáveis que mais contribuem para predição. Os clínicos, por sua vez, não têm a mesma constância na atribuição dos pesos e são freqüentemente, influenciados por preconceitos e estereótipos, tratando muitas vezes de modo diferente os indivíduos por conta da diferença de sexo, por exemplo, sem que haja evidência para sua maneira de agir.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — DUNNETE, Marvin D. *Personnel selection and placement*. Belmont, Wadsworth, 1966, p. 113.
- 2 — CRONBACH, Lee J. Test validation. In: THORNDIKE, Robert L., ed. *Educational measurement*. 2. ed. Washington, American Council on Education, 1971, p. 445.

- 3 — STANDARDS for educational and psychological tests and manuals. Washington, American Psychological Association, 1966, p. 12-3.
- 4 — ANASTASI, Anne. The concept of validity in the interpretation of test scores. In: CHASE, Clinton J. & LUDLOW, H. Glenn, ed. *Readings in educational and psychological measurement*. Boston, Houghton Mifflin Co. 1966, p. 64.
- 5 — HORST, Paul, *Psychological measurement and prediction*. Belmont, Books/Cole Pub. Co., 1968, p. 345.
- 6 — CATTELL, Raymond B. & BUTCHER, H. J. *The prediction of achievement and creativity*. New York, The Bolbs-Merril Co., 1968, p. 92.
- 7 — GUILFORD, J.P. *Fundamental statistics in psychology and education*. 3. ed. New York, McGraw-Hill, 1956 p. 135.
- 8 — ANASTASI, Anne. *Psychological testing*. 3. ed. New York, Macmillan, 1968, p. 131.
- 9 — BLOMMERS, Paul & LINDQUIST, E.F. *Elementary statistical methods in psychology and education*. Boston, Houghton Mifflin Co., 1960, p. 432.
- 10 — HULL, C.L. Aptitude testing. Yonkers, N.Y.: World, 1928 Cap. 8. Apud GUILFORD, J.P. *Fundamental Statistics in psychology and education*. 3. ed. New York, McGraw-Hill 1956. p. 146.
- 11 — CRONBACH, Lee J. & GLESRE, Goldine C. *Psychological tests and personnel decisions*. 2. ed. Urbana, University of Illinois Press, 1965, p. 67.
- 12 — New light on test strategy from decision theory. In ANASTASI, Anne, ed. *Testing problems in perspective*. Washington, American Council on Education, 1966, p. 54-5
- 13 — TAYLOR, H.C., & RUSSELL, J.T. The relationship of validity coefficients to the practical effectiveness of tests in selection. *J. appl. Psychol.*, 1939, 23, 265-78. Apud GUILFORD, J.P. *Fundamental Statistics in psychology and education*. 3. ed. New York, McGraw-Hill, 1956. p. 380.
- 14 — ANASTASI, Anne. Op. cit. p. 134-5.
- 15 — GUILFORD, J.P. Op. cit. p. 146.
- 16 — MOSIER, Charles I. Batteries and profiles. In: LINDQUIST, E.F., ed. *Educational measurement*. Washington, American Council on Education, 1966, p. 770-3.
- 17 — CRONBACH, Lee J. *Essentials of psychological testing*. 2. ed. New York, Harper & Raw, 1960, p. 340.
- 18 — McNEMAR, Quin. *Psychological statistics*. 3. ed. New York, J. Wiley, 1962, p. 186-7.
- 19 — HORST, Paul. Op. cit. p. 355
- 20 — MOSIER, Charles I. Op. cit. p. 785.
- 21 — GUILFORD, J.P. Op. cit. p. 429.
- 22 — ANASTASI, Anne. Op. cit. p. 151.
- 23 — CRONBACH, Lee J. Op. cit. p. 12.
- 24 — THORNDIKE, Robert L. & HAGEN, Elizabeth. *Measurement and evaluation in psychology and education*. 3. ed. New York, J. Wiley, 1969, p. 636.

- 25 — CRONBACH, Lee J. Op. cit. 357.
- 26 — ANASTASI, Anne. Op. cit. p. 152.
- 27 — THORNDIKE, Robert L. *Personnel selection*. Test and measurement techniques. New York, J. Wiley, 1966, p. 201.
- 28 — MEEHL, Paul. *Clinical versus statistical prediction*. A theoretical analysis and a review of evidence. Minneapolis, University of Minnesota, 1966, p. 119.
- 29 — SAWYER, J. Measurement and prediction, clinical and statistical. *Psychological Review*, 1966, 66, 178-200. Apud HILLS, John R. Use of measurement in selection and placement. In: THORNDIKE, Robert L., ed. *Educational measurement*. 2. ed. Washington, American Council on Education, 1971, p. 697.
- 30 — CRONBACH, Lee J. Op. cit. 347.

VOCACIONAL

PIETÁ — essência e aparência

Ruy dos Santos Pereira

É muito difícil apontar na iconografia religiosa, um tema que não tenha interesse. Não só pelo assunto em si, quer se trate de um santo ou de um episódio, mas, também, pelas interpretações, modificações e até mesmo, supressões, que sofre no decorrer do tempo. Em função de fatores, os mais variados, que não analisaremos aqui.

Criados por artistas, sob encomenda e orientados por teólogos, é interessante estudar as variações, as reinterpretações e mesmo recriações, que os artistas, dependendo de suas criatividade, genialidades e independências, produziram. Em que pese a estreita faixa de liberdade onde atuavam. Hoje, a dependência do artista é bem menor.

Ocorre, com demasiada frequência, em qualquer arte e mais especificamente em escultura e pintura, que um gênio crie um modelo, um padrão e que este molde, consciente ou inconscientemente, com pequenas variações, seja repetidamente copiado por outros artistas nem tanto artistas. Quase cópias nas quais pode-se apreciar a parte técnica, mas, dificilmente, a parte criativa. Assim, Miguel Ângelo condicionou em escultura, em uma de suas Pietá, uma pauta que, com escassas diferenças, tem sido seguida por muitos escultores. Mas Miguel Ângelo era Miguel Ângelo. E cria sobre o mesmo tema a Pietá Rondanini. Estranho e desafiante grupo para ser interpretado. Superação do barroco ou antecipação de uma arte mais subjetiva? Não seria um pouco ingênuo rotular esta Pietá de trabalho não terminado, quando o próprio criador assina sua obra?

Sem pretensões de sermos completos, face à vastidão do assunto, vamos tentar sintetizar suas origens, suas representa-

ções, principalmente em escultura e em grau menor na pintura, e avançarmos uma tentativa de interpretação, ao comentar uma escultura de Alves Dias.

As origens

Não obstante a consulta a outras fontes, vamos nos guiar pela excepcional e recente «Iconography of Christian Art» de Gertrud Schiller, edição inglesa de um original alemão em 5 volumes.

A sinonímia é variada. Em latim é a «Imago beatae Virginis de pietate». Em Portugal e no Brasil: Nossa Senhora das Dores ou da Piedade. Na Inglaterra e na Itália é usual o simples nome de Pietá. Em França, La vierge de pitié. Em Espanha, La Piedad ou Nossa Senhora «do Trespasso». Onde se originou o culto, na Alemanha, é conhecida como «die Marienklage» (lamentação de Maria), «das Vesperbild» ou «die Pietá».

De acordo com Shiller, a palavra Pietá traduz uma atitude religiosa penetrada de uma auto-entrega amorosa a Deus, com reverente e desejada união mística com Cristo. Deste modo, torna-se compreensível, que, nem sempre a dor ou o sofrimento de Maria seja plasticamente expressado.

A sugestão inicial do tema parece ter sido do Beato Henrique Suso (1295 - 1366), da Ordem dos Pregadores, que em suas «Considerações das lágrimas de Nossa Senhora», escreve que o Corpo Sagrado foi depositado nos Seus braços e «neles teve o primeiro descanso, depois de morto, como no primeiro, que começou a viver no mundo» (Vida do Beato Henrique Suso, traduzida de Latim em Português, por Fr. Luiz de Sousa - 1764). Ainda conforme Schiller, Suso transformou a imagem de sofrimento em júbilo, exultação. Também, segundo a mesma autora, St. Mechtilde, no seu livro «Buch besonderer Gnaden», (Livro da Graça especial), acentua que a tônica do tema foi sobre a Redenção pelo sofrimento do Cristo e não pela dor de Maria. E o repouso no regaço materno se transforma em expressão de fé, confiança, entrega e união no sentido místico.

Observa-se a face de Maria, em diferentes peças, uma gama de expressões que vai do riso, como uma Pietá datada de 1300, originada da Suíça, a outra na qual Maria se assemelha a uma adolescente brincando com um boneco, como a imagem, cerca de 1340, proveniente do Sul da Alemanha, até as expressões de horror, dor e sofrimento.

Entre estes extremos, contata-se a face jovem e séria da Pietá de Miguel Ângelo e as hieráticas, de uma impassibilidade oriental de certas esculturas.

Mas, convém assinalar, o comum é a expressão de sofrimento, dor e até mesmo de pavor.

Em outras representações, o Cristo lembra o quadro de uma criança no colo de uma mãe amorosa. «Quando criança, frequentemente adormeces e sonhastes no meu colo e agora, repousais aqui, no sono da morte».

Deve-se acrescentar que a expressão de Maria, que em algumas imagens traduz o pavor e a angústia, em outras se mostra pensativa e dirige o seu olhar para o espectador. Noutras como que expressa o sentimento de sofrimento de alguém, colocado numa situação que escapa ao seu poder de compreensão, o sentido deste acontecer.

Comumente a cabeça do Cristo está à direita da Mãe e o corpo colocado horizontalmente. Em outras, o rosto do Cristo está virado para o espectador e noutras a cabeça pende para trás, acentuando a impressão de morte. Merece menção uma Pietá, atribuída ao Aleijadinho, na qual a cabeça do Cristo é apoiada pela cabeça de um anjo.

Um detalhe importante, é que quase sempre o escultor ou pintor torna bem visíveis as cinco chagas do Senhor.

Usualmente, Maria está sentada numa pequena rocha, numa cadeira ou num banco e mais raramente num sepulcro.

Na Galeria Nacional de Praga, Maria mantém as mãos em torno do tórax de seu Filho morto, dando a impressão que o está levantando do chão.

A partir de 1500, ocasionalmente, não mais o corpo, mas a cabeça do Cristo é que repousa no colo, com o corpo enrodilhado aos pés da Virgem. Como um filho cansado descansaria a cabeça no regaço materno. Nas raras composições em pé, como a Pietá Rondanini, a Mãe permanece atrás, sustentando o corpo flácido do Filho.

Data de 1612, um relevo em pedra, no qual o Cristo morto é apresentado frontalmente pela Mãe, que está sentada e na companhia de José de Arimatéia.

Anterior a esta representação, existe outra variante criada por Miguel Ângelo. José de Arimatéia suspende também, por trás, o corpo inerte do Salvador, visto de frente, enquanto Maria, ajoelhada, abraça, lateralmente, o Cristo unindo sua face à cabeça pendente do Filho. Como se traduzisse em gestos as palavras de um sermão do século nono: «Senhor, o mistério que foi profetizado se realizou. Eu beijo sua silenciosa boca, seus lábios inertes, de quem criou toda a natureza visível. Eu beijo seus olhos fechados, de quem restaurou a visão de um cego».

A Pietá na pintura

Muito embora não tenha alcançado a divulgação, ou melhor, a aceitação da escultura, em que pese as limitações inerentes ao material, a pintura atingiu nas mãos dos grandes mestres, por vezes anônimos, o mesmo nível artístico das grandes obras esculturais.

Vamos sumariar algumas, como a Pietá de Jean Fouquet, de cerca de 1470. Neste quadro, a Virgem olha para o Cristo, que está depositado no seu colo, com a face de intenso e contido sofrimento, exteriorizada também pelos dedos das mãos fortemente cruzados. A tela reflete «a projeção do drama divino num mundo puramente humano, numa interiorização do drama».

De um pintor anônimo, conhecido como o Mestre de Avignon, se deve uma maravilhosa Pietá. Maria é representada

como uma mulher já velha e que junta as mãos num gesto de oração, ao lado de outros figurantes, incluindo o doador, num fundo dourado.

Gioto (1267 - 1337), executa o mesmo tema com um detalhe curioso. Um grupo de anjos, com expressões que variam de horror a sofrimento, revoam sobre a dramaticidade da cena, fortemente contrastada pela atitude de observadores, de não participantes, de dois santos colocados à direita do quadro.

Há uma Pietá, de Maso, que cria na tela uma atmosfera onírica, de simplificação, que abre as portas do abstrato, ao não-real.

Bastante estranha é a composição assinada por Cosimo Tura (1430 - 1495). Maria sentada em um túmulo, com o rosto jovem e sério, olha, como se estivesse examinando, o dorso da mão de Cristo. Ao fundo, três cruces de altura descomunal e lateralmente, num tronco quase desprovido de folhas, visualiza-se a figura de um símio. Para só citar as telas que mais nos impressionaram, elegemos a Pietá de Bartolomé Bermejo, marcante pelo realismo e pelo ambiente sombrio, onde o passado e o presente se fundem numa paisagem barrocammente variada.

Na Capela Real de Granada, Espanha, encontra-se a Pietá de Roger van der Weyden. Dificilmente se verá, em pintura, tão belo equilíbrio de formas, goticamente emoldurado, onde sobressai a imensurável dor de Maria, consolada por dois santos. Nitidamente a cruz separa o grupo descrito de uma tranqüila paisagem. Como se o artista quisesse acentuar, vigorosamente, o contraste da tensão máxima do sofrimento individual e a serenidade da natureza.

Tentativa de interpretação

É altamente sugestivo que o tema da Pietá tenha se conservado, do século XIII até os nossos dias.

Em realidade, pode-se afirmar que a conceituação católica está heurísticamente comprovada. Mas, a representação em

escultura e pintura da mesma composição é bem mais antiga. No excelente trabalho de Bandinelli e Giuliano — «Les Étrusques et l'Italie avant Rome», há uma reprodução de uma estátua do século VIII ou VII antes de Cristo, que tem o mesmo feitio, em linhas gerais, de uma Pietá. A estátua etrusca designada como a «Deusa mãe com um guerreiro morto», é a de uma mulher sentada e que tem um homem morto no regaço, apresentando notável semelhança com as posteriores representações católicas. Na arte grega arcaica (vide Charbonneaux, Martin e Villard), está documentado, em pintura, Eos carregando seu filho morto.

Ao lado de um esquematismo constante e facilmente reconhecível através dos séculos, apenas influenciado por critérios religiosos e sociais, característicos de determinadas épocas e regiões, o tema permanece, em essência, inalterado.

Estariamos, assim, em face de uma imagem arquetípica, que expressada artisticamente, traduziria o desejo inconsciente de retorno ao ventre materno. Onde os extremos se tocariam, o nascer e o morrer. Ou melhor, a tríade que existe em toda religião: nascer, morrer e renascer. O que Calderón poeticamente expressou, escrevendo:

... pues estamos
en mundo tan singular,
que el vivir sólo es soñar;
y la experiencia me enseña
que el hombre que vive, sueña
lo que es, hasta despertar.

Vida como um sonho, como ilusão, como etapa, passagem apenas para a vida sem fim. Do transitório para o permanente. Pois como na morte do Cristo está implícita a sua Ressurreição, assim a Pietá traduziria não apenas a volta à proteção materna, mas, também, a possibilidade de nascer novamente para uma vida eterna.

«A Pietá de Alves Dias»

Em Alves Dias observa-se uma acentuada tendência anti-convencional, de um artista que capta o real e reinterpreta o mito.



«PIETÁ» — Escultura de cerâmica queimada cor natural
Autor: Alves Dias
Foto: Celso Marconi — Jornal do Comércio

Em um dos seus bons quadros, a Descida da Cruz, o Cristo é um morto que se espanta com a própria morte ao contemplar suas chagas. Ou um morto que não aceita sua morte. Absurdo? Mas não será precisamente a criação do absurdo, do fantástico e do não-real um dos pontos altos de um autêntico e original artista?

O velho tema de Adão e Eva expulsos do Paraíso, foi inteiramente renovado em suas mãos. Sabe-se, e o belo e ricamente ilustrado livro de Andrée Mazure, «Adan y Eva en el Arte» comprova, que, quer em pintura ou escultura, os artistas sempre representaram os dois com faces de arrependimento, tristeza, abatimento. Expressões de perda, de desamparo. No entanto, Alves Dias pintou o casal primevo com rostos de júbilo. Como Ulisses abandonando Calipso, a imortalidade e a juventude eterna, Adão e Eva tomam em suas mãos os seus destinos humanos. E iniciam os seus itinerários. Como Sófocles, no coro de Antígona, anteveria: «Coisas terríveis, existem muitas, porém nada mais terrível que o homem. Com sua capacidade de inventar artes, mais engenhoso ainda do que seria previsível, para o bem ou para o mal, ele caminha».

E entre as coisas terríveis que o homem fez e continua a fazer, nenhuma atingiu a intensidade do Drama da Paixão.

E é tratando de uma nova maneira este velho mas não esgotado tema, que Alves Dias cria uma Pietá diferente. Ele corporifica um Cristo e uma Nossa Senhora diversos dos tradicionais. A mãe com os joelhos fletidos, levanta do chão o filho morto. Mãe operária, anônima com o fôlego de sofrimento crônico, de zigomas salientes, traço de amargura nos lábios, olhar que não mira ao morto nem ao espectador, olhar introspectivo. Não exterioriza protesto nem revolta. Apenas apresenta o filho morto. Há no Cristo, musculoso e de características fisionômicas, como a mãe, traços raciais de negro e índio, o rosto de sofrimento recente e decisão nas tensas linhas do rosto. Paradoxalmente, há uma fusão de tragédia e erotismo. Na mulher, sobressaem os seios volumosos, de mamilos salientes e uma quase esteatopigia, junto a completa nudez do homem. O drama deixa de ser divino e torna-se exclusivamente humano, intensamente terreno. As potencialidades em sugerir interpretações é inerente a trabalhos incomuns.

Teria o autor, partindo do drama divino, retratado de maneira simbólica, a tragédia das raças sacrificadas, massacradas e destruídas pelo egoísmo, má fé e estupidez dos dominadores? Ou seria a grande mãe-povo, intemporal, humilde e desprotegida, sofrendo as dores, os sacrifícios e as mutilações de uma época industrial-tecnológica, desumana e opressiva? Talvez a tradução concreta que refletiria a fragilidade da vida humana no contexto do cristianismo, do homem peregrino, «homo viator». Ou finalmente a mãe-terra em cujos braços repousaremos até o terrível e inevitável «Dies Irae».

«Mãe que nunca perdeu seus privilégios, de fonte de todas as formas vivas, de guardiã das crianças e de matriz na qual se sepultam os mortos para que nela repousem, se regenerem e regressem à vida.»

REFERÊNCIAS

- 1 — RÉAU, L. — Iconographie de l'Art Chrétien, Paris.
- 2 — SCHILLER, Gertrud — Iconography of Christian Art, Londres.
- 3 — COUTINHO, B. Xavier — Nossa Senhora na Arte, Porto.
- 4 — MALRAUX, André — Psychologie de l'Art - 3 vols., Genebra.
- 5 — SMITH, Robert C. — Frei Cipriano da Cruz - Lisboa.
- 6 — MAZURE, Andrée — Adan y Eva, Madrid.
- 7 — WILENSKI, R.H. — Flemish painters, Londres.
- 8 — WATTENBERG, Federico — Museo de Valadolid, Madrid.
- 9 — AZNAR, José Camon — Museo Lazaro Galdiano, Madrid.
- 10 — CHASTEL, André — La crisis de Renacimiento, Barcelona.
- 11 — LANDOLT, Hanspeter — La pintura alemana — Madrid.
- 12 — BENESCH, Otto — De Dürero a Holbein, Madrid.
- 13 — CHÂTELET, Albert e Thyillier — De Fouquet a Poussin, Madrid.
- 14 — VENTURI, Lionello — The creators of Renaissance, Genebra.
- 15 — LASSAIGNE, Jacques — From the Catalan frescos to El Greco, Genebra.
- 16 — SOUSA, Fr. Luiz — Vida do Beato Henrique Suso, Lisboa, 1764.
- 17 — VEUILLOT, Luiz — Jesu-Christo, Paris.

- 18 — LAUTERWASSER, Siegfried e POENSGEN, Georg, Madonnen.
19 — ETZEL, Eduardo — Arte sacra popular Brasileira, São Paulo.
20 — BAUDINELLI e GIULIANO — Les Etrusques et l'Italie avant Rome, Paris.
21 — CHARBONNEAUX, Martin e Villard — Grecia arcaica, Madrid.
22 — BAYLEY, H. — The lost language of symbols, New York.
23 — ELIADE, Mircea — Mito e Realidade, São Paulo.
24 — ELIADE, Mircea — Tratado de História das Religiões, Lisboa.

Comportamento religioso em situação de crise

*Celina Ribeiro Hutzler**

1. INTRODUÇÃO

Na sexta feira 17 de julho de 1975, uma cheia de grandes proporções atingiu o Recife, alagando cerca de 80% da cidade. Na seguinte segunda feira, 21, um boato que a barragem de Tapacurá teria estourado levou a população a correr em desespero pelas ruas.

O propósito desta comunicação é estudar o comportamento religioso dos recifenses nesses dois momentos de crise.

A religião vem sendo compreendida pelos cientistas sociais, desde Durkheim¹, como um sistema socialmente criado de crenças e práticas relativas às coisas sagradas. O sistema de crenças explica não só o sobrenatural, mas inclui, como notou Wallace², crenças substantivas sobre diferentes aspectos e planos da existência. Firth³ definiu o ritual como um padrão de atividade religiosa orientado, fundamentalmente, para o controle de assuntos humanos. Goode⁴ complementou esta visão dizendo que embora o complexo religioso possa ser usado para atingir um fim qualquer, as práticas religiosas podem ser um fim em si mesmas. Ribeiro⁵ encontrou que os fiéis buscam nas igrejas cristãs do Recife principalmente a paz, amor e segurança, enquanto que as religiões de participação — umbanda e candomblé — são procuradas para satisfazer anseios de solidariedade grupal, benefícios e esperanças (nas curas) e depois paz, amor e emoção (nos ritos

* Comunicação apresentada na X REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Salvador, Bahia, 22 a 25 de fevereiro de 1976.

de possessão). A maioria das religiões, sublinhou Herskovits⁶, *faz* coisas para os homens e a função dos rituais é controlar ou tornar benévolos as forças do universo para que se possam atingir objetivos, as mais das vezes, humanos e terrenos.

Tanto Herskovits⁷ como Wallace, consideram a oração — uso de palavras para trazer a intervenção favorável dos poderes do universo nos assuntos humanos — uma das principais categorias do comportamento que se pode definir como religioso. Este tipo de comportamento — rezar — é tanto a forma cristã mais comum de dirigir-se ao sobrenatural como também uma forma de comportamento religioso fácil de ser detectada. Assim, procurou-se, neste trabalho saber quais os principais atributos diferenciais entre as pessoas que rezaram ou não rezaram nas duas situações de crise.

Por outro lado, a religião, lembra Spiro⁸, satisfaz também aos desejos cognitivos dos homens com explicações e significados para fenômenos de outra forma incompreensíveis e sem sentido. Teriam as pessoas explicado a cheia como uma demonstração da força de Deus, como um «castigo» ou simplesmente como resultado de fatores naturais? Este foi um outro aspecto da atitude religiosa que se tentou detectar.

Finalmente, o aparecimento de novas religiões, de movimentos de revivimento religioso ou mudança religiosa vêm sendo associado a situações de crise. Os estudiosos de movimentos messiânicos⁹ estão acordes em que sentimento de grande frustração e desespero, tanto resultante de privações materiais como principalmente de crises estruturais e organizatórias, podem levar à eclosão desses movimentos. Teria o impacto da cheia de 1975, crise conjuntural e não estrutural, sido bastante para, pelo menos, por em dúvida algumas das convicções religiosas de suas vítimas ou teria, pelo contrário, as fortalecido? Esta foi outra questão que se procurou pesquisar.

2. AS CRISES ESTUDADAS

A cheia que atingiu o Recife, em julho de 1975, não foi um fenômeno estranho aos seus habitantes, embora tenha chegado a dimensões e feito devastações nunca antes conhecidas.

Deste 1842¹⁰ que se têm registros históricos das enchentes do Capibaribe e do Beberibe. Mas, cheias antes ribeirinhas e quase mansas que atingiam de 10 a 20% da cidade, tornaram-se, nos últimos dez anos, catastróficas estimando-se que a última tenha alagado 80% da capital de Pernambuco.

Dentre as casas visitadas durante a pesquisa, 61% tinham sido atingidas por uma ou mais das cheias anteriores. Acreditou que a cheia vinha em proporções grandes cerca da metade dos entrevistados apesar de todos terem tido notícia que uma enchente anormalmente grande estava aproximando-se do Recife. Contribuiu para esta descrença a propaganda do Governo em torno da construção da barragem de Tapacurá que «resolveria definitivamente» o problema das cheias no Recife.

As águas começaram a crescer na tarde de sexta-feira 17, derramando-se a partir das 18 horas, atingindo o ponto máximo às 8 da manhã do dia seguinte. Muitas casas, ainda no domingo, tinham água, todas as atingidas muita lama fétida (o precioso húmus de perda tão lamentada pelo conservacionista Vasconcelos Sobrinho), cobras, sujeira e em mais da metade tinham sido perdidos objetos de valor. Dentre os entrevistados, menos de um quarto não teve parentes também atingidos pela enchente. Calcula-se em 100 o número de mortos. As indústrias, comércio e serviços foram seriamente atingidos. A cheia interrompeu as comunicações telefônicas com os bairros atingidos que ficaram isolados e às escuras. Dos entrevistados mais de três quartos não pode permanecer em suas casas, dos que ficaram muitos foram ilhados nos primeiros andares ou nos telhados. A situação foi considerada a pior que todo o Estado de Pernambuco já atravessou.

Evidentemente, o assunto de todas as conversas no Recife era a cheia. Quase sempre falava-se da decepção com o fracasso ou o engodo da proteção da barragem de Tapacurá. Shibutani¹¹, estudando sociologicamente os boatos, notou que um tipo de situação na qual os recursos invariavelmente florescem é um desastre. A excitação popular, o cansaço e o desespero facilitaram a divulgação de uma notícia bem espalhada, acerca de 10 horas da manhã de segunda-feira 21, sobre o suposto rompimento da barragem de Tapacurá.

A grande maioria dos entrevistados soube do boato enquanto da sua duração. Destes, mais da metade (62%) acreditou que fosse verdade. Dos que acreditaram, quase a totalidade (93%) achou pior pensar que a barragem havia estourado do que ter tido a notícia que vinha a cheia.

Quase imediatamente, o Governo apressou-se em desmentir, principalmente através das estações de rádio, o boato, e na palavra do próprio governador, de autoridades e técnicos garantiu que a situação em Tapacurá era normal. Os entrevistados levaram em média 30 minutos entre ouvirem o boato e seu desmentido e quase de uma hora para convencerem-se que nenhuma nova catástrofe estava por acontecer. Neste interim reinou o mais absoluto caos e pânico que a cidade do Recife jamais assistiu.

Enquanto por ocasião da cheia as pessoas agiram com relativa calma e até indiferença a reação do boato foi de desespero. Muitos afirmaram «ter visto as águas correndo novamente pelas ruas». Esperava-se que Recife fosse parcialmente destruído. Corria-se em pânico pelas ruas e os carros engarrafados na confusão do trânsito eram abandonados. Lojas, bancos, repartições públicas, escritórios e até quartéis esvaziaram-se. Todos, acreditando ou não, retornaram às suas casas se estavam longe, tentando salvar a família. Quando tudo serenou o Recife estava chocado, traumatizado e novamente parado.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

O estudo baseia-se em um levantamento feito, através de questionário, do comportamento das pessoas, residentes no Recife, cujas casas foram alagadas pela cheia de 75. Foram entrevistados apenas os donos das casas, homem e mulher separadamente. Foram aplicados cerca de 200 questionários* baseando-se esta comunicação, na apuração preliminar de 100 deles. Como algumas das casas visitadas pertenciam a viúvos, solteiros ou separados, estão apuradas as respostas de 93 homens e 99 mulheres, totalizando 192 pessoas**.

* Os questionários foram aplicados: pelos alunos do Ciclo Geral, área 4, da Universidade Federal de Pernambuco, aos quais o autor deve seus agradecimentos pela valiosa colaboração.

** Nas tabelas, no entanto, só irão aparecer as pessoas que responderam a pergunta específica.

O questionário foi aplicado em fins de setembro começo de outubro, dois meses depois da enchente. As perguntas podem ser divididas em cinco categorias principais:

- a) questões referentes ao grau de prejuízo com a cheia;
- b) questões referentes à situação sócio-econômica das famílias e as características pessoais dos entrevistados;
- c) questões referentes ao comportamento durante a enchente;
- d) questões referentes ao comportamento quando do boato sobre Tapacurá;
- e) questões referentes ao comportamento religioso dos entrevistados nos dois momentos de crise e em situação normal.

A seleção dos bairros foi feita com base em uma relação dos locais atingidos pela enchente cujos moradores, nos termos da Portaria 120 de 31.07.75, da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife, foram dispensados do pagamento de multas e tiveram o prazo para pagamento dos tributos municipais prorrogado. Nestes bairros foram visitadas apenas as casas efetivamente alagadas, escolhidas de forma aleatória.

A amostra foi dividida em dois conjuntos de igual tamanho, um correspondente às famílias de nível sócio-econômico acima da média do bairro, o outro às famílias abaixo da média. Considerou-se que uma amostra assim estratificada não traria desvantagens tendo em vista que foi a classe média a grande atingida pela enchente, uma vez que considerável parte da população proletária e da população marginal vive nos morros que cercam o Recife.

O nível sócio-econômico das famílias foi medido através de um conjunto de indicadores referentes a renda, ocupação, educação, mobilidade social, padrões habitacionais, incluindo-se, também, o julgamento subjetivo dos entrevistados e dos entrevistadores. Estes dados, medidos em uma escala de 5 pontos (1 valor mínimo e 5 valor máximo) foram reunidos em um

índice calculado através do somatório dos pontos efetivamente obtidos dividido pelo somatório do número máximo de pontos que se poderia obter em cada caso, multiplicado por 100*. Os índices poderiam variar de 20 (mínimo) a 100 (máximo).

Procedimento semelhante adotou-se para medir o grau de prejuízo relativo com a cheia. Também em uma escala de 5 pontos foram considerados os danos pessoais, perda de bens materiais, altura das águas na casa, prejuízos sofrido pela família, prejuízos sofridos nos negócios e em cheias anteriores. Neste caso, os índices também poderiam variar de 20 a 100.

Nas questões referentes a comportamento não foi possível estabelecer-se uma escala e calcular índices. Perguntou-se das atitudes tomadas e comportamentos seguidos desde o recebimento da primeira notícia sobre a aproximação da enchente até o momento em que as pessoas convenceram-se que a notícia sobre Tapacurá era falsa. Atenção especial foi dada ao comportamento religioso definido através de: a) comportamento ritual; b) interpretação dos eventos.

O «background» religioso das pessoas foi também pesquisado considerando-se filiação religiosa do indivíduo e sua família, frequência a rituais públicos, crenças em forças e seres sobrenaturais, experiência de contacto com outras religiões, influência da crise no sistema de crenças do indivíduo.

*

$$IR = \frac{\sum_{i=1}^N y_i}{\sum_{i=1}^N Y_i} \cdot 100$$

4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ENTREVISTADOS

O índice sócio-econômico médio da amostra foi de 60,5%, variando no intervalo de 24,0 a 93,2, seguindo uma distribuição normal. Cerca de metade dos casos caíram no grupo médio, um quarto no grupo inferior e um quarto no grupo superior, como mostra a tabela 1.

Tabela 1

Nível sócio-econômico das famílias entrevistadas

ÍNDICE SÓCIO-ECONÔMICO	FREQUÊNCIA	
	Nº	%
20,0 — 46,7	24	24,0
46,8 — 73,3	51	51,0
73,4 — 100,0	25	25,0
TOTAL	100	100,0

Compõem o índice sócio-econômico, entre outros, dados sobre a renda dos chefes de família. A renda média correspondeu a Cr\$ 4.037,17 variando na amplitude de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 30.000,00 distribuindo-se conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2

Renda dos chefes de família

INTERVALOS DE RENDA (*)	FREQUÊNCIA	
	Nº	%
menos 417	5	6,0
417 — 2.085	38	45,8
2.086 — 4.170	15	18,1
4.171 — 8.340	14	16,9
mais 8.340	11	13,2
TOTAL	83	100,0

(*) salário mínimo local Cr\$ 417,00

Outro indicador utilizado foi o nível educacional dos entrevistados. Os homens tinham um nível de escolarização superior ao das mulheres, embora para os dois grupos a moda estivesse na classe dos com primário completo e ginásio incompleto, como mostra a tabela 3.

Tabela 3
Nível educacional dos entrevistados

GRAU DE ESCOLARIZAÇÃO (*)	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	18	19,4	24	24,2	42	21,8
2	25	26,8	32	32,3	57	29,7
3	19	20,4	20	20,2	39	20,3
4	18	19,4	19	19,2	37	19,3
5	13	14,0	4	4,1	17	8,9
TOTAL	93	100,0	99	100,0	192	100,0

(*) 1 — analfabetos e semi-alfabetizados; 2 — primário completo e ginásio incompleto; 3 — ginásio completo e segundo ciclo incompleto; 4 — segundo ciclo completo e superior incompleto; 5 — universidade completa.

Cerca de 43% dos entrevistados eram naturais de Recife, sendo maior a percentagem das mulheres (49%) que dos homens (38%), como mostra a tabela 4. No entanto, os homens residiam, em média, no Recife há 31 anos e 11 meses enquanto as mulheres estavam, em média, há 30 anos e 5 meses. A média de tempo de moradia na casa foi de 12 anos e 8 meses, para o bairro de 14 anos e 8 meses. Conseqüentemente, mesmo os que não foram atingidos por cheias anteriores (37%) tinham familiaridade com as enchentes periódicas que assolam o Recife. Residiam em casa própria três quartos das famílias.

Tabela 4
Naturalidade dos entrevistados

NATURALIDADE	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Recife	35	37,6	48	48,5	83	43,2
Interior Pernambuco	38	40,9	37	37,4	75	39,1
Outros Est. Nordeste	17	18,3	11	11,1	28	14,6
Outros Estados Brasil	2	2,1	2	2,0	4	2,1
Exterior	1	1,1	1	1,0	2	1,0
TOTAL	93	100,0	99	100,0	192	100,0

A idade médias dos homens de 48 anos e 1 mês, a das mulheres 43 anos e meio. A idade relativamente elevada justificava-se considerando-se que foram entrevistados apenas os chefes de família. As idades variaram, tomando-se junto os dois grupos, na amplitude de 20 anos a 77 anos.

Utilizou-se na classificação das ocupações uma escala de 5 pontos, simplificando-se a sugerida por Hutchinson e Gouveia* considerando a hierarquia de prestígio. A distribuição foi normal, como mostra a tabela 5 e o índice médio calculado foi de 60,2.

Tabela 5

Ocupação dos chefes de família

CLASSIFICAÇÃO (*)	FREQÜÊNCIA	
	Nº	%
1	11	12,1
2	20	22,0
3	30	32,9
4	17	18,7
5	13	14,3
TOTAL	91	100,0

* B. Hutchinson em seu estudo **TRABALHO E MOBILIDADE** apresentou uma hierarquia das profissões por prestígio, que modificada ligeiramente, foi trabalhada por A. Joly Gouveia. Utilizou-se, no presente trabalho, a listagem fornecida por Gouveia, voltando-se a unir «supervisão do trabalho manual» e «ocupações não-manuais de rotina» (como havia feito Hutchinson), correspondendo, agora, nesta escala ao nível 3. Uniu-se, também, no nível 5, «altos cargos políticos e administrativos, proprietários de grandes empresas» com «profissões liberais, cargos de gerência ou direção, proprietários de empresas de tamanho médio» considerando-se a pequena representatividade proporcional de escalão mais alto. Ao nível 1 correspondem, aqui, as «ocupações manuais não especializadas e assemelhadas». Ao nível 2 correspondem as «ocupações manuais especializadas e assemelhadas». Ao nível 4 correspondem as «posições mais baixas de supervisão ou inspeção de ocupações manuais, proprietários de pequenas empresas comerciais, industriais, agro-pecuárias, etc.».

Assim, utilizou-se uma escala de 5 pontos, correspondendo 1 às profissões de menor prestígio e 5 às profissões de mais prestígio.

O índice para o grau de prejuízo relativo com a cheia médio da amostra foi de 58,8, variando de 26,7 a 93,3 e distribuindo-se conforme mostra a tabela 6. A altura média das águas nas casas foi de 134 cm, tendo a maioria dos entrevistados declarado que teve muita água dentro de casa. Embora em uns poucos casos a água atingisse apenas o jardim, houve casas com 300 cm de água em seu interior.

Tabela 6

Grau de prejuízo com a cheia

ÍNDICE DE PREJUÍZO	F R E Q U Ê N C I A	
	Nº	%
20,0 — 46,7	26	26,0
46,8 — 73,3	62	62,0
73,4 — 100,0	12	12,0
TOTAL	100	100,0

5. RELIGIOSIDADE DOS ENTREVISTADOS

Como era de esperar, a grande maioria dos entrevistados (80%) era católica, declarando-se evangélicos 11%, espíritas 5% e 4% sem filiação religiosa. Poucos (12%) não tinham a mesma religião dos pais. Também poucos (16%) declararam ter pertencido a outra religião, destes três quartos foram católicos. Para os dados sobre filiação religiosa não houve diferenças entre homens e mulheres.

No entanto, os homens freqüentavam menos regularmente a igreja que as mulheres, como mostra a tabela 7. Também tinham menos interesse em assistir rituais de outras religiões. Cerca de metade dos entrevistados declararam, por uma razão ou outra, terem assistido cultos públicos de outras religiões e foram as igrejas evangélicas as mais visitadas, seguindo-se das espíritas e católicas (neste último caso vale lembrar que muitos dos que se declararam não católicos já havia pertencido à religião majoritária).

Considerando-se as razões para irem às igrejas também distinguiram-se os homens das mulheres. Metade dos homens que foram a uma sessão espírita declarou ter ido por «curiosidade», igual motivo levou um quarto das mulheres. Estas foram ao espiritismo na proporção de 34% por terem «precisado», motivo que levou 17% dos homens. Ninguém declarou-se umbandista ou xangozeiro, mas um quarto dos entrevistados já estiveram em um terreiro: nenhum dos homens por precisão mas um quarto das mulheres disseram ter precisado de ajuda para resolver problemas diversos, enquanto que três quartos dos homens e dois terços das mulheres que foram à umbanda e ao xangô (macumba ou candomblé) motivaram-se pela «curiosidade». Esta curiosidade não se manifestou em relação aos cultos judaicos visitados apenas por 4 dos entrevistados.

Procuraram uma cartomante 42 dos entrevistados, em sua grande maioria (81%) mulheres.

Tabela 7

Frequência a rituais públicos

DISCRIMINAÇÃO	FREQUÊNCIA					
	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rituais de sua religião:						
vão sempre	39	42,4	65	65,7	104	54,4
só grandes festas	22	23,9	24	24,2	46	24,1
nunca vão	31	33,7	10	10,1	41	21,5
TOTAL	92	100,0	99	100,0	191	100,0
Rituais outras religiões (*):						
frequentam/aram	39	42,9	57	58,8	96	50,5
não frequentam/aram	52	57,1	40	41,2	94	49,5
TOTAL	91	100,0	97	100,0	190	100,0

(*) Perguntados em uma outra oportunidade se tinham ido a uma missa, culto evangélico, sessão espírita, terreiro, sinagoga, etc. um maior número de pessoas deu resposta afirmativa.

Quanto ao sistema de crenças, a totalidade das mulheres e 98% dos homens acreditavam em Deus.

Mais da metade dos entrevistados acreditava no demônio, quase 30% em assombração (mas 40% tinham histórias de alma para contar!). Na proteção de Iemanjá e nos perigos de Exu confiava cerca de um quarto dos entrevistados. Metade acreditava em sorte e azar, pouco mais que isso em mau-olhado (muitos por terem prova). Como fetiches protetores o escapulário tinha bem mais prestígio que a figa. Em todos os casos, como mostra a tabela 8, os homens eram mais céticos que as mulheres.

Acreditava que reza pode curar três quartos da amostra, 84% das mulheres e 72% dos homens. Também maior porcentagem de mulheres (66%) que de homens (37%) tinha devoção especial por um santo. A Virgem Maria, em suas diversas formas, recebeu o maior número de escolhas destacando-se a devoção por N.S. da Conceição. Dos santos masculinos foi Santo Antônio quem apareceu com mais prestígio sobrepujando ao próprio Cristo.

Dos dados da amostra pode-se inferir que as mulheres eram mais preocupadas que os homens com assuntos religiosos, embora isto não signifique, como notou Loudon¹², que elas sejam mais «religiosas» em um sentido amplo.

Indicam também a predominância de um catolicismo definido por Thales de Azevedo¹³ como «popular», instrumental, que se exprime por uma síntese ou sistema de devoções aos santos e que é largamente sincrético. O transbordamento da influência dos cultos afro-brasileiros sobre suas fronteiras para atingir pessoas outras e de categorias sociais outras que seus filiados já foi notada por R. Ribeiro¹⁴, há mais de vinte anos, antes da grande divulgação que a música popular brasileira e os meios de comunicação de massa vêm fazendo aos orixás.

Tabela 8

Crença em seres e forças sobrenaturais

DISCRIMINAÇÃO	FREQÜÊNCIA					
	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Crê em Deus	90	97,8	99	100,0	189	99,0
não	2	2,2	—	—	2	1,0
TOTAL	92	100,0	99	100,0	191	100,0
Demônio existe	42	47,7	69	69,7	111	59,4
não	46	52,3	30	30,3	76	40,6
TOTAL	88	100,0	99	100,0	187	100,0
É devoto de santos	33	36,7	64	66,0	97	51,8
não	57	63,3	33	34,0	90	48,2
TOTAL	90	100,0	97	100,0	187	100,0
Crê em assombração	19	21,4	34	35,4	53	28,6
não	70	78,6	62	64,6	132	71,4
TOTAL	89	100,0	96	100,0	185	100,0
Iemanjá ajuda	17	18,5	29	29,6	46	24,2
não	75	81,5	69	70,4	144	75,8
TOTAL	92	100,0	98	100,0	190	100,0
Exu atrapalha	19	28,9	26	26,3	45	23,7
não	72	79,1	73	73,7	145	76,3
TOTAL	91	100,0	99	100,0	190	100,0
Escapulário protege	42	46,2	65	66,3	107	56,6
não	49	53,8	33	33,7	82	43,4
TOTAL	91	100,0	98	100,0	189	100,0
Figa protege	18	19,8	33	33,3	51	26,8
não	73	80,2	66	66,7	139	73,2
TOTAL	91	100,0	99	100,0	190	100,0
Crê em mau-olhado	42	46,2	63	63,6	105	55,3
não	49	53,8	36	36,4	85	44,7
TOTAL	91	100,0	99	100,0	190	100,0
Crê em sorte/azar	41	45,0	53	53,5	94	49,5
não	50	55,0	46	46,5	96	50,5
TOTAL	91	100,0	99	100,0	190	100,0

6. COMPORTAMENTO RELIGIOSO NAS CRISES

Para Geertz¹⁵, a religião modela toda a atividade do indivíduo criando disposições e motivações especiais. Assim, as pessoas religiosas, isto é, motivadas pela religião, tendem a comportar-se de acordo com os padrões religiosos ou terem comportamentos religiosos.

A diferença entre homens e mulheres referente ao comportamento religioso rotineiro vai explicar porque as mulheres mais preocupadas com religião rezaram em proporções muito maiores que os homens, nas duas situações de crise. De fato, 80% das mulheres rezaram, fizeram promessas ou pediram ajuda aos céus durante a cheia, 57% das que acreditaram que Tapacurá tinha estourado também rezaram. Dos homens metade (53%) rezou durante a cheia assim como 38% dos que acreditaram no boato sobre Tapacurá.

Diferença significativa encontrou-se entre o comportamento religioso nas duas crises. Muitos que não pediram auxílio ao sobrenatural durante o boato disseram que «não tiveram tempo para isso», «nem se lembraram». Há que levar em conta que enquanto a cheia durou dois dias inteiros, o boato perdurou por cerca de uma hora. Ao primeiro impacto de uma catástrofe, há uma tendência, como observou Haas¹⁶, das vítimas ficarem aturdidas, aturdidas mas não sem ação. A preocupação inicial parece ter sido a de salvar-se fisicamente. Infelizmente, não foi perguntado quando as pessoas rezaram durante a enchente, mas pelos dados sobre o «estouro» de Tapacurá pode-se inferir que não foi nas primeiras horas.

Não se esperava, quando se pensou no inquérito, encontrar tantas pessoas que tivessem apelado para o sobrenatural, principalmente entre os homens. O apelo ao sobrenatural em ocasião de crise confirma a assertiva de muitos cientistas sociais, como T. Parsons¹⁷, que afirmam que do ponto de vista psicológico a religião tem mais relevância nos pontos máximos de pressão e tensão na vida humana, ajudando o ajustamento à frustração e à sensação de impotência diante de eventos inesperados e incontroláveis. Igualmente Homans¹⁸ achou que a ansiedade pode

manifestar-se em comportamento ritual diminuindo a sensação de insegurança. Spiro defendeu que a religião satisfaz desejos substantivos dos homens e na ausência de tecnologias competitivas que dêem razoável margem de confiança, as técnicas religiosas são consideradas capazes de ajudar. Acrescenta Spiro que os rituais religiosos têm importante função psicológica, reduzindo a sensação de desesperança e sua subsequente ansiedade.

Rezaram, nas duas ocasiões, as pessoas mais religiosas. No entanto, é possível distinguir claramente alguns sistemas de crenças que predis põem mais à oração em ocasiões de pressão.

Como todos, ou quase todos, acreditavam em Deus, seria irrelevante analisar-se os dados por esse ângulo. A frequência regular aos cultos públicos, em primeiro lugar, seguindo-se da devoção a santos e da crença no demônio forma o conjunto de elementos de religiosidade que mais predispuseram à oração. Em um próximo segundo lugar ficou a crença em almas do outro mundo e no poder protetor do escapulário compondo o conjunto de elementos do catolicismo «popular» descrito por T. Azevedo¹¹.

No entanto, não se encontrou associação significativa entre a crença em Iemanjá, o temor por Exu, a crença na proteção da figa, a curiosidade por outras formas de religiosidade além da própria, a crença em mau-olhado, em sorte e azar e o ato de rezar por ocasião do perigo. Notara Ribeiro¹⁹ entre os sacerdotes de cultos afro-brasileiros, no Recife, um fatalismo revelado na atitude de achar que cada um tem o tempo certo para morrer.

Estes dados confirmam a suposição de Wallace²⁰ de que a religião é mais um conglomerado que uma síntese das várias instituições de culto. Yinger²¹ havia também afirmado que quando a sociedade torna-se mais diversificada e complexamente estratificada, sua religião dominante transforma-se em um conglomerado frouxo de sistemas de crenças e práticas. Não haveria pois a unificação do sistema de crenças e práticas pensado por Durkheim porém muito mais um sincretismo religioso onde crenças destacadas ou fragmentos de crenças e ritos são reinterpretados e absorvidos. Como notara Diegues Jr.²² foi o catolicismo um elemento básico da unidade cultural brasileira

podendo classificar-se no que Herskovits²³ definiu como «focus cultural». Era pois de esperar-se que no aspecto focal (religioso) grandes mudanças e absorção de novos elementos se operassem, como resultado do processo de aculturação dos vários povos em contato, no Brasil.

A tabela 9 resume os atributos de religiosidade das pessoas que rezaram ou não rezaram por ocasião da cheia. Note-se que a amostra feminina de pessoas que não rezaram (18 casos) é tão pequena que torna perigosa qualquer generalização. Preferiu-se pois apresentar apenas os dados para o conjunto total dos entrevistados.

Estranhamente, não foram encontradas diferenças entre os grupos (rezaram, não rezaram) e o grau de prejuízo com a cheia. Considerando-se o índice combinado ou cada um dos indicadores individualmente nenhuma diferença significativa foi encontrada. Tomando-se somente a altura média das águas, o grupo que rezou teve 133 cm de água dentro de casa, contra 135 cm para o grupo que não rezou. Para ambos os grupos o índice combinado de prejuízo ficou em torno de 58,5.

Pode-se admitir a hipótese de que todos os entrevistados com suas casas e muitos com a de seus parentes alagadas estavam submetidos, igualmente, a um alto grau de pressão.

Analisando-se as diferenças de nível sócio-econômico, para os que rezaram a curva apresentou-se levemente enviezada à esquerda, indicando níveis mais baixos, enquanto que a curva para os que não rezaram apresentou-se levemente enviezada à direita, indicando níveis mais altos.

Considerando-se o pequeno número de mulheres que não rezaram somado ao fato de terem sido entrevistadas as mesmas famílias, as análises subsequentes serão feitas apenas para o grupo masculino, onde houve maior equilíbrio.

Tabela 9

Comportamento religioso na cheia e em épocas normais

COMPORTAMENTO RELIGIOSO NORMAL	Nº	COMPORTAMENTO NA CHEIA		
		REZARAM %	NÃO REZARAM Nº	REZARAM %
Vão regularmente à igreja	87	67,4	16	26,2
não	42	32,6	45	73,7
TOTAL	129	100,0	61	100,0
Devotos de santos	77	61,1	19	31,7
não	49	38,9	41	68,3
TOTAL	126	100,0	60	100,0
Crêem no demônio	85	66,9	25	42,4
não	42	33,1	34	57,6
TOTAL	127	100,0	59	100,0
Escapulário protege	81	62,8	25	42,4
não	48	37,2	34	57,6
TOTAL	129	100,0	59	100,0
Crêem em assombração	43	34,1	10	17,2
não	83	65,9	48	82,8
TOTAL	126	100,0	58	100,0
Reza pode curar	106	82,2	41	69,5
não	23	17,8	18	30,5
TOTAL	129	100,0	59	100,0
Iemanjá protege	33	25,8	12	19,7
não	95	74,2	49	80,3
TOTAL	128	100,0	61	100,0
Exu pode atrapalhar	30	23,4	14	22,9
não	98	76,6	47	77,1
TOTAL	128	100,0	61	100,0
Figa protege	34	26,4	16	26,7
não	95	73,6	44	73,3
TOTAL	129	100,0	60	100,0
Vão a outros cultos	63	50,0	32	52,5
não	63	50,0	29	47,5
TOTAL	126	100,0	61	100,0
Crêem em mau-olhado	70	54,3	34	56,7
não	59	45,7	26	43,3
TOTAL	129	100,0	60	100,0
Crêem sorte e azar	62	48,1	31	51,7
não	67	51,9	29	48,3
TOTAL	129	100,0	60	100,0

O índice sócio-econômico combinado dos homens que rezaram foi de 59,6 contra 62,9 para os que não rezaram, distribuindo-se conforme indica a tabela 10.

Tabela 10

Nível sócio-econômico e comportamento religioso na crise.
Homens

ÍNDICE SÓCIO-ECONÔMICO	FREQUÊNCIA			
	REZARAM		NÃO REZARAM	
	Nº	%	Nº	%
20,0 — 46,7	12	24,5	7	16,3
46,8 — 73,3	27	55,1	21	48,8
73,3 — 100,0	10	20,4	15	34,9
TOTAL	49	100,0	43	100,0

Notou-se também que um nível educacional mais alto, profissões de maior prestígio e renda mais alta predominaram, levemente, entre o grupo que não rezou, como mostra a tabela 11.

Quanto à naturalidade não foram encontradas diferenças significativas.

As pequenas diferenças encontradas podem indicar que em situação de grande tensão desaparecem algumas diferenças de religiosidade que possam caracterizar as distintas classes sociais. Embora o sistema de crenças possa variar conforme os tratos sociais, aceitando-se a hipótese de Max Weber²⁴, a ansiedade provocada por uma catástrofe induziria as pessoas a socorrerem-se no ritual religioso. Ao nível superficial de inquérito realizado não foi possível observar variações porventura existentes na prática ritual ou como Deshen²⁵ concluir que a situação social dos atores causa diferenças analíticas de significado e sentido na prática do ritual.

Tabela 11

Características individuais e comportamento religioso na crise.
Homens

DISCRIMINAÇÃO	FREQUÊNCIA			
	REZARAM		NÃO REZARAM	
	Nº	%	Nº	%
Nível educacional (*)				
1	11	22,5	6	14,0
2	13	26,5	12	27,9
3	10	20,4	9	20,9
4	9	18,4	9	20,9
5	6	12,2	7	16,3
TOTAL	49	100,0	43	100,0
Ocupação (*)				
1	5	10,4	5	11,9
2	14	29,2	6	14,3
3	14	29,2	16	38,1
4	9	18,7	8	19,0
5	6	12,5	7	16,7
TOTAL	48	100,0	42	100,0
Renda (Cr\$ 1,00)				
menos 417	3	7,3	1	2,4
417 — 2.085	19	46,4	19	46,4
2.086 — 4.170	8	19,5	7	17,1
4.171 — 8.340	6	14,6	8	19,5
mais de 8.340	5	12,2	6	14,6
TOTAL	41	100,0	41	100,0

(*) Nível educacional: 1 — analfabetos e semi-alfabetizados; 2 — primário completo ginásio incompleto; 3 — ginásio completo segundo ciclo incompleto; 4 — segundo ciclo completo superior incompleto; 5 — universidade completa.

(**) Ocupações: 5 — altos cargos políticos e administrativos, profissões liberais, cargos de gerência ou direção, proprietários de empresas de tamanho grande e médio; 4 — posições mais baixas de supervisão ou inspeção de ocupações manuais, proprietários de pequenas empresas; 3 — supervisão do trabalho manual e ocupações não-manuais de rotina; 2 — ocupações manuais especializadas e assemelhadas; 1 — ocupações manuais não especializadas.

As pessoas que rezaram quando tiveram a notícia do «estouro» de Tapacurá foram as mesmas que rezaram por ocasião da cheia. Apenas duas pessoas, no total de entrevistados que não rezaram na cheia e acreditaram no boato, declararam ter orado na segunda crise, como mostra a tabela 12. Encontrou-se, portanto, uma grande coerência de atitude embora, como foi anteriormente ressaltado, um número consideravelmente menor de pessoas «teve tempo de rezar» na hora do pânico.

Tabela 12

Pessoas que rezaram durante o boato

COMPORTAMENTO DURANTE O BOATO	SOUBERAM DO BOATO (*)		ACREDITARAM NO BOATO (**)					
			TOTAL		REZARAM NA CHEIA		NÃO REZARAM NA CHEIA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rezaram	64	38,8	51	49,5	49	59,0	2	10,0
Não rezaram	101	61,2	52	50,5	34	41,0	18	90,0
TOTAL	165	100,0	103	100,0	83	100,0	20	100,0

(*) Consideradas apenas as pessoas que souberam do boato enquanto da sua duração.

(**) Consideradas apenas as pessoas que souberam e acreditaram no boato.

O número de interpretações fatalistas e ou religiosas sobre os acontecimentos foi surpreendentemente pequeno, não chegando sequer a representar 5% do total de respostas possíveis sobre: porque acreditou ou não que vinha a cheia, se acredita que outra cheia possa vir a atingir a casa, qual a causa das enchentes no Recife, porque acreditou ou não no boato sobre Tapacurá, porque as outras pessoas acreditaram ou não na cheia. Atribuindo claramente aos eventos razões não naturais apareceram apenas 2% das respostas, valendo ressaltar que *nenhum* dos 192 entrevistados deixou de dar pelo menos uma vez uma interpretação não religiosa aos acontecimentos.

O questionário foi aplicado dois meses depois do dia da enchente. Nesse interim, os meios de comunicação de massa bombardearam a população com uma série de explicações frizando a situação geográfica peculiar do Recife, o alto índice pluviométrico na bacia do Capibaribe (e esta foi uma cheia do Capibaribe, tendo o Beberibe ficado manso e bonzinho), as deficiências de infra-estrutura que contribuíram para o agravamento do problema e, principalmente, denunciando o embuste da propaganda referente à barragem de Tapacurá. Na verdade apareceram explicações de toda espécie, mas sempre colocando razões naturais como um cidadão que insistiu em correlacionar os satélites artificiais com as enchentes recifenses, porém satélites de origem humana e terrestre.

A existência de explicações dentro das fronteiras do conhecimento contribuiu para que as pessoas não fossem buscar explicações metafísicas. Afirmou Spiro⁸ que a religião satisfaz aos desejos cognitivos dos homens apenas *na ausência de explicações competitivas* para os fenômenos. Por outro lado, a crise não parece ter sido tão forte ao ponto das pessoas precisarem buscar, na religião, uma explicação do sofrimento, embora utilizassem o ritual como forma de aliviar tensões e obter um mínimo de segurança psicológica.

As crenças fundamentais não foram abaladas. O mundo continuava a fazer sentido. Dentre todos os entrevistados apenas seis disseram que a cheia mudou sua maneira de ver a religião: confirmando sua fé. Para nenhum a crise pôs em dúvida suas convicções religiosas. Muitos afirmaram que «religião não tem nada a ver com isso» ou «minha fé é inabalável».

Se a religião não tinha nada a ver com isso, por que rezaram? Ao nível do inquérito atual esta pergunta não pode ser respondida com segurança, mas é possível desconfiar que oraram pela mesma razão que se assobia no escuro: para espantar o medo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 DURKHEIM, E. - The elementary forms of the religious life, in Religion, society and the individual, org. J.M. Yinger. New York, Macmillan, 1957 p. 346.
- 2 WALLACE, A.F.C. - Religion: an anthropological view. New York, Random, 1966 p.71-83.

- 3 FIRTH, R. - Religion in social reality, in Reader in comparative religion, ed. W.A.Lessa. Evanston, Ill., Row Peterson, 1958 p. 125-129.
- 4 GOODE, W. J. - Religion and magic, in Reader in comparative religion, p. 329.
- 5 RIBEIRO, R. - Religiões de participação (inédito).
- 6 HERSKOVITS, M. J. - Man and his works. New York, Knopf, 1948 p. 361-363.
- 7 WALLACE, A.F.C. - op. cit. p. 53
- 8 SPIRO, M.E. - Religion: problems of definition and explanation, in Anthropological approaches to the study of religion, ed. M. Banton. London, Tavistock, 1966 p. 109-114.
- 9 QUEIROZ, M.I.P. de - O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo, Dominus, 1965 p. 352-358.
- 10 Plano de desenvolvimento local integrado. Estudo preliminar. Recife. SERFHAU/Pref. Munic. do Recife/W.O. Prochnik, 1970 mimeografado.
- 11 SHIBUTANI, T. - Improvised news - a sociological study of rumor. Indianapolis, N.Y., Bobbs-Morrill, 1966 p. 32.
- 12 LOUDON, J. - Religious order and mental disorder, in The Social Anthropology of complex societies, ed. M. Banton. London, Tavistock, 1963 p.85.
- 13 AZEVEDO, T. de - Catolicismo no Brasil? VOZES, Petrópolis, 63 n° 2, 1969 p.122-123.
- 14 RIBEIRO, R. - Cultos afro-brasileiros do Recife. BOLETIM DO IJNPS, Recife, número especial, 1952 p. 142.
- 15 GEERTZ, C. - Religion as a cultural system. in Anthropological approaches to the study of religion, p. 9-10.
- 16 HAAS, J.E. - Sociological aspects of natural disasters. Paper presented at the AIA Symposium, Chicago, 1975 mimeografado.
- 17 PARSONS, T. - Motivation of religious belief and behavior. in Religion, society and the individual, p. 382-385.
- 18 HOMANS, G.C. - Anxiety and ritual. in Reader in comparative religion. p.113-118.
- 19 RIBEIRO, R. - Cultos afro-brasileiros do Recife. p. 132.
- 20 WALLACE, A.F.C. - op. cit. p. 84.
- 21 YINGER, J.M. - Religion, society and the individual. p. 157-159.
- 22 DIEGUES Jr., M. - Regiões culturais do Brasil. Rio de Janeiro, CBPE. 1960 p.482-483.
- 23 HERSKOVITS, M.J. - The processes of cultural change, in The science of man in the world crisis, ed. R. Linton. New York. Columbia Univ., 1945 p. 143-170.
- 24 WEBER, M. - The Sociology of religion. trad. E.Fischhoff. Boston, Beacon, 1967 p.20, 80-97.
- 25 DESHEN, S.A. - On religious change: the situational analysis of symbolic action. COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY, London, 12 n° 3, 1970 p.272.

O desvelar do oculto em Benjamin Lee Whorf: problemas epistemológicos*

Roberto de Amorim Almeida

Entre as mais recentes aporias em relação à problemática do conhecer, poucos foram os pensadores que levantaram tantas polêmicas e controvérsias quanto às concepções expostas pelo especialista em linguagem e antropólogo cultural, Benjamin Lee Whorf.

Estas podem ser condensadas em uma única afirmação: é fundamentalmente errônea uma certa crença ocidental que tem as *possibilidades cognoscitivas* de todos os seres humanos como uma estrutura lógica a priori, isto é, que estas não somente se situam «antes» da comunicação feita através da linguagem, mas que também são independentes da mesma. Em suma: a afirmação de Whorf é que as possibilidades cognoscitivas encontram correspondência naquilo a que poderíamos denominar de padrões lingüísticos, que por sua vez delimitando as maneiras dos seres humanos perceberem este ou aquele mundo, determinam consequentemente o modo como estes se relacionam a respeito dos mesmos¹. E, como variam largamente os modos de perceberem desses diferentes seres, variam também largamente os modos destes de pensarem, de se expressarem, enfim, de se relacionarem com a realidade.

Partindo desta afirmação, somos levados, portanto, pelo menos segundo Whorf, a admitir um «novo princípio» que o mesmo denomina de *o princípio do desvelar do oculto*, segundo o qual todos os observadores não podem possuir a mesma «imagem» do universo, a não ser que a sua formação lingüística encontre correspondência em outra, isto é, que a sua maneira de se

(*) Conferência realizada em 1976 no Mestrado de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

relacionarem com o universo sejam idênticas². Ou segundo as palavras do próprio: somos levados a tomar em consideração a existência de um novo princípio «segundo o qual todos os observadores não são levados pela evidência física a terem a mesma imagem do universo, e não ser que sua formação lingüística seja semelhante...»³.

Nas línguas indo-européias, por exemplo, os substantivos e os verbos formam as unidades gramaticais básicas, sendo a frase, a proposição essencialmente uma combinação dessas partes. A existência desta combinação duradoura, permanente, que é ao mesmo tempo separável, ou melhor, o comportamento ativo e passivo destes é portanto fundamental em relação a qualquer tipo ou arte de questionar a realidade no mundo ocidental⁴.

O contrário encontramos, por outro lado, nas línguas nootka ou hopi dos índios da ilha Vancouver (Canadá), que não têm ou possuem esta distinção (separação) entre o substantivo e o verbo. Eles, na verdade, exprimem o acontecer, a temporalidade como um todo, como uma única unidade, mais precisamente: enquanto através da linguagem ocidental se diz por exemplo, «uma luz lampejou» ou «ela» (uma entidade hipostatizada) «lampejou» a língua nootka ou hopi se expressa através de uma única unidade, ou usa um único termo «lampejo»⁵.

Esta problemática pode ser facilmente reconfirmada através, por exemplo, da obra de Karl Loewith, pensador alemão, que partindo de outro ponto de vista, chegou também a conclusões idênticas às do especialista em linguagem e antropólogo cultural Benjamin Lee Whorf. Segundo Loewith o pensar, a linguagem, a maneira de se relacionar do homem pós-greco-romano dá forte acentuação ao problema tempo, que se traduzindo numa conversação através de registros, diários, numa atitude histórica, num interesse pelo futuro, enfim, não enfatizando a problemática da temporalidade como um todo, como um eterno repetir da totalidade, alcança assim, continua Loewith, sua maximização na posição escato-teleológica do pensar ocidental da idade hodierna⁶.

A evidente distinção, pelo menos para as línguas indo-européias, entre o passado, o presente e o futuro, não existe portan-

to nas línguas nootka ou hopi, pois elas não fazem nenhuma distinção entre os tempos verbais, mas indicam, isto sim, o que as proposições nootka ou hopi desejam de fato expressar: sua peregridade⁷. Assim, em lugar do embasamento temporal, da concepção de finalidade que rege a linguagem ocidental pós-greco-romana e mais ainda a hodierna, as línguas nootka ou hopi se expressam através do que poderíamos denominar de manifestações, ou seja, tudo aquilo que é acessível aos sentidos é denominado como o manifesto; o contrário, porém, como o não manifesto, o não-sentido, em última análise, o oculto. Isto quer dizer: nas línguas nootka e hopi as coisas são expressas por outros meios, onde está implícito todo um outro modo de pensar, próximo, digamos, da experiência não-mediata da realidade, enfim, da compreensão imediata da temporalidade num âmbito de totalidade.

Deste modo afirma Benjamin Lee Whorf explicitamente que, as línguas nootka e hopi são bem capazes de possuírem ou de terem uma compreensão do universo, a partir de uma maneira inteiramente diferente da nossa, ou mais precisamente: assim como é possível em nosso pensar ter-se um número qualquer de geometrias diferentes da euclidiana, todas dando uma explicação igualmente perfeita das configurações do universo, é possível também ter-se descrições deste, todas igualmente válidas, não contendo a nossa habitual (hodierna) compreensão acerca do mesmo⁸.

Este estudo epistemológico não se destina a discutir os inúmeros problemas relacionados à antropologia cultural e à ciência da linguagem propostos por Benjamin Lee Whorf de uma maneira explícita, mas levantar a questão, que a chamada «afirmação whorfiana» sobre o relacionamento, ou relacionamentos existentes entre os processos cognoscitivos (que correspondem àquilo denominado de determinações lingüísticas) e realidades específicas, fazem parte hoje em dia mais do que nunca de uma revisão geral do processo cognoscitivo atual. Isto é: até que ponto as possibilidades cognoscitivas do nosso pensar se relacionam ou encontram correspondência com os seguintes fatores: cultura, civilização e época⁹. É evidente que, exposto desta maneira, o problema excede de muito as fronteiras da antropologia cultural e

da própria lingüística e coloca em questão, ao que poderíamos mesmo denominar de o ponto crucial do nosso estudo: os fundamentos do nosso conhecimento.

É interessante frisar neste sentido, por exemplo, que Oswald Spengler, quase ao mesmo tempo que Wilhelm v. Humbolt, a partir de outra posição (perspectiva) incluiu em certo sentido esta tese em sua obra, a saber, as possibilidades cognitivas como manifestações de diferentes contextos: cultura, civilização e época¹⁰. Segundo seu modo de ver, o ser humano contém em seu processo cognoscitivo, tanto um número de «formas» que são inerentes ao mesmo, e logicamente necessárias, assim como também, «formas» de pensar que são universais e necessárias, mas que só alcançam tal universalidade através de determinadas culturas. Assim, temos, segundo este, vários e diferentes *modos de conhecer* característicos de certos grupos e de certas épocas dos seres humanos¹¹.

Spengler, no entanto, não nega a validade universal das *leis formais da lógica* ou *as verdades dos fatos empíricos*, mas sim, afirma a possibilidade da «verdade» poder se revelar através de formas diversas: é neste sentido que Spengler enuncia a existência dos diferentes modos do conhecer. A saber: as fórmulas matemáticas, por exemplo, enquanto tais tem fundamentalmente uma necessidade lógica, mas sua, digamos, interpretação visualizável, que lhes dá significação, provém ou é uma expressão da cultura, da civilização ou da época que as criou. Deste modo, nossa possibilidade cognoscitiva tem «apenas» um valor manifestativo.

Esta análise estabelecida por Spengler se fundamenta principalmente na sua famosa «oppositio» entre o homem apolíneo e o homem fáustico. De acordo com Spengler, o símbolo, diríamos, primordial do pensar apolíneo da antiguidade greco-romana seria a existência material, corpórea, finita das coisas, enquanto que o símbolo do pensar fáustico do ocidente, isto é, da idade moderna seria o espaço infinito. Deste modo, *espaço* para os antigos greco-romanos significa fundamentalmente o *mè ón*, ou seja, o que não é. Por conseguinte, a matemática apolínea é uma teoria de grandezas visualizáveis, encontrando o seu cume na construção geométrica, o que na matemática

posterior, na matemática da idade moderna é, na verdade, um dado elementar. Esta matemática, governada, por assim dizer, pelo símbolo primordial do espaço infinito, é em contraste com o pensar apolíneo da antiguidade greco-romana, uma teoria das *relações puras*, indo culminar no cálculo diferencial leibniziano, e em última análise, na geometria dos espaços multi ou pluridimensionais, etc..., que em sua impossibilidade de serem visualizadas, teriam sido completamente inconcebíveis para o antigo pensar greco-romano.

Uma outra «oppositio», ou melhor, aporia fundamental para Spengler é o caráter estático (circular) do pensar dos antigos greco-romanos em contraposição ao caráter, por que não dizer, dinâmico do pensamento hodierno¹². Assim, para os antigos físicos greco-romanos, um átomo era um corpo material miniaturizado. Para a física moderna porém, e principalmente, para a física contemporânea, ele o é, na verdade, um centro de energia, que irradia «ações» no espaço infinito. Isto quer dizer: a física dos antigos greco-romanos não continha ou possuía uma conotação temporal, isto é, a mesma não considerava a temporalidade digna de ser questionável. A física contemporânea, no entanto, ocupa-se fundamentalmente com o tempo, o acontecer, sendo a noção de *entropia* provavelmente, a que mais a caracteriza.

Em síntese: a tese de Whorf é fundamentalmente idêntica à de Spengler, uma baseada no estudo da antropologia cultural e da lingüística, a outra numa concepção geral da história¹³. Mais precisamente, tanto o relacionamento existente entre as diferentes determinações lingüísticas whorfianas com respeito a este ou àquele mundo, assim como, as diversas possibilidades cognitivas spenglianais como manifestações de realidades específicas não poderão alterar as potencialidades da experiência sensível, irão modificar porém a percepção, isto é, quais os aspectos da realidade experimentada, que serão focalizados ou acentuados e quais os que serão subestimados.

Nada há de problemático nesta afirmação, que acabamos de citar, pelo contrário, ela é na verdade de toda trivial, nada havendo que possa levar a provocar a ou as polêmicas travadas em torno de tal ou tais teses, isto é, nada havendo que possa

justificar a aporia que freqüentemente caracteriza toda discussão em torno das teses de Benjamin Lee Whorf, Oswald Spengler e outras semelhantes¹⁴. O fato é que, a percepção é universalmente humana porque encontra correspondência no «equipamento» cognoscitivo do homem, isto é, porque só através da mesma é que o homem se relaciona com este ou aquele mundo, isto porém dependendo naturalmente de um sistema de símbolos, ou seja, através do fator linguagem¹⁵.

Se contudo anteriormente afirmamos a possibilidade do verdadeiro, da realidade poder se revelar através de formas diversas, devemos por outro lado, indicar também os *limites* destas. Neste sentido devemos dizer, que as possibilidades cognoscitivas delimitadas tanto pelas diversas determinações lingüísticas (Whorf) assim como pelas manifestações das diferentes realidades específicas (Spengler), não podem ser completamente *erradas, fortuitas ou arbitrárias*. Isto quer dizer: o ser humano não é nunca um mero espectador, que seja simplesmente condicionado por determinações lingüísticas, realidades específicas, ou que apreenda simplesmente mundos, conforme seus caprichos pessoais. Pelo contrário, tanto essas determinações, assim como, as possibilidades cognoscitivas do ser homem possuem, por assim dizer, uma característica fundamental: ambas são essencialmente interrelacionais, ou seja, assim como o ser humano em seu relacionamento com o exterior tem de ter possibilidades cognoscitivas inatas para poder questioná-lo, assim também, depende este questionamento de «estímulos» provenientes desse exterior, mais precisamente, onde, quando e como este se apresenta. Deste modo, é perfeitamente possível que diferentes culturas, civilizações e épocas tenham diferentes predileções na escolha de certos «ângulos» da verdade, da realidade e na recusa de outros¹⁶.

Isto no entanto não significa em hipótese alguma, que o que seja real, verdadeiro, só o seja no contexto deste ou daquele mundo. Na verdade, dependem desses contextos delimitarem quais os aspectos do verdadeiro, do real que lhes são ou não válidos, que por sua vez, porém, representam conseqüentemente, nada mais nada menos, do que aspectos de uma realidade fundamental, ou melhor: do real, do verdadeiro que em sua totalidade não se pode esgotar nunca em sua, digamos aqui sucintamente, infinita multiplicidade.

Em vista disso é possível compreendermos melhor agora o que devemos entender pela seguinte afirmação: as possibilidades cognoscitivas têm de corresponder a verdades, a realidades, enfim, à última realidade. Isto, entretanto, não deve e não pode significar que as possibilidades cognoscitivas de tais contextos correspondam à realidade em sua totalidade, e ainda menos que a *representem* perfeitamente, dado a característica *discursiva* do pensar humano, que o leva a refletir somente sobre aspectos desta. O que na verdade acontece é que tais contextos ao representarem «partes» da totalidade garantem para si mesmo a sua existência, isto é, a sua continuidade. E isto quer dizer: a verdade, a realidade em sua totalidade se revela através destes diferentes contextos, que porém, por ser total, infinita, deve ser entendida como um «continuum» desvelar, que ao aparecer está sempre se ocultando...

NOTAS

1 A respeito disso devemos ainda assinalar o seguinte: esta relação entre fatores lingüísticos e mundos específicos faz parte de uma concepção geral que se desenvolve aproximadamente desde os últimos 50 anos. No entanto, isto não é também inteiramente correto visto que Wilhelm v. Humboldt já a tinha colocado em questão no século XIX. Cf. W. v. Humboldt, Ueber die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistigen Entwicklung des Menschengeschlechts, Bonn-Muenchen (1960).

2 Neste sentido é absolutamente necessário dizer, que nossa intenção neste estudo, não é tanto analisar detalhadamente a obra de Benjamin Lee Whorf em todas as suas nuances, mas sim, o seu problema fundamental: o *novo princípio de relatividade*, por nós traduzido como o princípio do desvelar, por melhor se enquadrar dentro do pensar whorfiano e especialmente em relação a questões acerca do saber, isto é, a epistemologia. Isto quer dizer: este princípio, mais precisamente este verbo desvelar possui neste sentido nada mais nada menos do que a conotação do termo *revelação* e a expressão *oculto*, ocultar tem aqui o significado de *realidades específicas*, ou o aparecer destas, em última análise, da realidade em sua totalidade, que por sua vez está sempre sendo colocada em questão. Cf. B.L. Whorf, Collected Papers on Metalingüística, Washington (1952) 21.

3. Ibid. Tradução do Autor.

4 Este esquema de uma entidade duradoura que seja ao mesmo tempo separável é essencial para a compreensão da própria *estrutura* do pensar ocidental, encontrando esta estrutura sua expressão máxima, por assim dizer, nos fundamentos da filosofia de Immanuel Kant. De acordo com a tese de Kant, conhecida já desde Aristóteles, existem em relação às possibilidades cognoscitivas, às assim denominadas formas de intuição, espaço e tempo, e às categorias de entendimento, substância, causalidade e outras, ou sejam, gêneros supremos que coordenam o pensar, e que acompanham universalmente, em última análise, todo ser de razão, todo o ser racional.

5 A respeito disto seria portanto de suma importância se aplicássemos as contidas combinações proporcionais da linguagem ocidental a estas línguas. Isto quer dizer: poderiam as proposições das línguas do tipo nootka e hopi serem reproduzidas pelas proposições ocidentais ou seriam estas últimas uma decorrência (formalização) da própria estrutura do linguajar indo-europeu?

6 A respeito desta aporia cp. principalmente o livro do autor Karl Loewiths *Rueckgang in das griechisch-roemische Urspruenglichkeitsverstaendnis*, em: *Natur und Geschichte - Zur Frage nach der urspruenglichen Dimension abendlaendischen Denkens vor dem Hintergrund der Auseinandersetzung zwischen Martin Heidegger und Karl Loewith*, Meisenheim am Glan (1976) 130-142.

7 Cf. B.L. Whorf, op. cit., 67.

8 Ibid.

9 Neste sentido, é necessário dizer, que a nossa intenção no presente estudo, não é tanto analisar detalhadamente as diferentes conotações existentes entre os termos: cultura, civilização e época. O próprio significado de tais conceitos é objeto de profundos debates. Kroeber e Kluckhohn, por exemplo, em relação ao termo cultura colecionaram e examinaram cerca de 160 definições, sem chegar a uma que fosse definitiva. Cf. A.L. Kroeber e C. Kluckhohn, *Culture - A Critical Review of Concepts and Definitions*, New York (1963).

10 Cf. neste sentido por ex. O. Spengler, *Der Untergang des Abendlandes*, vol. 1, Muenchen (1922).

11 Entre os vários e diferentes modos de conhecer que, segundo Spengler, só alcançam sua universalidade através de determinados contextos culturais temos na arte, por exemplo, casos bem nítidos. Mais precisamente, o caráter não naturalista da arte primitiva foi concebido, afirma Spengler, como sendo consequência não da falta de habilidade ou de conhecimento técnico desta, mas antes, como expressão de uma *intenção artística* diferente da nossa ou de outras formas de pensar. A mesma coisa se aplica também para citarmos outro exemplo, à chamada degenerescência da arte clássica no final do período helenístico.

Esta concepção foi mais tarde exaustivamente analisada por W. Worringer que demonstrou através de estudos baseados na arte gótica, que os modos artísticos diametralmente opostos aos cânones clássicos resultam não de uma incapacidade técnica, mas de uma diferente concepção do mundo. Cf. por ex. W. Worringer, *Formprobleme der Gotik*, Muenchen (1911).

12 Este mesmo contraste manifesta-se na concepção da antiguidade greco-romana em relação à psicologia. A psicologia greco-romana era fundamentalmente estática, pressupunha uma harmonia entre o espírito e o corpo cujas *partes*, segundo esta, são a razão (*logistikón*), a emoção (*thymoeidés*) e a catexia (*epithymetikón*). Ao contrário da psicologia ocidental, que, sendo dinâmica, imagina um espírito-corpo onde forças psicológicas possam se interatuarem.

13 Um-excelente estudo sobre a dependência da percepção, conhecimento, afeição, avaliação, processos inconscientes, comportamento normal e anormal, etc... com relação à cultura é dado em *Culture and Behavior* de C. Kluckhohn. Cf. C. Kluckhohn, *Culture and Behavior*, em: *Handbook of Social Psychology*, vol. 2, Cambridge (1954).

14 A respeito dessa problemática, podemos explicitar de um modo curto e preciso o seguinte: se, primeiramente, por exemplo, formos supor o estudo de uma preparação histológica ao microscópio, qualquer pesquisador que não for daltônico perceberá, obviamente, nesta a mesma imagem, cores, formas, etc... determinadas, é claro, pela aplicação dos diferentes corantes histológicos usados durante o estudo feito pelo mesmo. Isto, no entanto, nos conduz impreterivelmente a um segundo, digamos, tipo de aporia, ou seja, aquilo que o observador julga ver, depende fundamentalmente de suas potencialidades cognitivas, de ser não só um mero observador, mas um pesquisador altamente treinado.

Em outras palavras, aquilo que para um leigo seria somente um caos de formas e cores, seria para um pesquisador, por exemplo, células com seus mais variados componentes, e mesmo isto

dependerá, em última análise, da linha de interesse e do tipo de aprendizado do pesquisador. Assim, o que é realmente colocado em questão, depende essencialmente de nossas possibilidades cognitivas, isto é, de nossa, por assim dizer, possibilidade de apreensão, de nosso tipo de atenção ou interesse que, por sua vez, é determinada pela linha de treinamento. Em suma, pelos símbolos linguísticos através dos quais representamos, resumimos e comunicamos a realidade observada. O que é evidente, portanto, nesta curta, porém precisa análise, é que a mesma é igualmente válida para quaisquer que sejam os traços ou tipos de relacionamento que possamos vir a ter com o mundo.

15 Devemos mencionar porém neste sentido, que a relação existente entre «fatores linguísticos» e «concepção de mundo» não é unidirecional ou determinante, mas recíproca, fato que Whorf nunca explicitou com suficiente clareza. Ou seja: a estrutura da linguagem parece delimitar quais os traços da realidade a serem escolhidos e por conseguinte que forma adquirirão estes. Por outro lado, no entanto, estes traços parecem determinar a própria estrutura da linguagem.

Um bom exemplo neste sentido é a evolução do latim clássico para o latim medieval. A visão gótica do mundo recriou uma língua antiga, e isto é verdade tanto no que diz respeito ao aspecto léxico quanto ao aspecto gramatical. Assim, os escolásticos inventaram os mais variados tipos de expressões que são atrocidades do ponto de vista da língua de Cícero, conforme sentiram os humanistas do Renascimento em sua luta para fazer ressurgir a língua e mais ainda sentiram os regras superficiais da gramática fossem respeitadas, a perda da romanidade. Isto é, embora as regras superficiais da gramática fossem respeitadas, a linha de pensamento e construção foram profundamente alteradas. Isto também se aplica ao aspecto retórico, conforme nos é demonstrado, por exemplo, pela introdução da rima no final das palavras em franca oposição à métrica clássica. E isto significa exatamente, nada mais nada menos, não somente um tremendo abismo entre diferentes concepções de mundo, mas também a determinação da própria estrutura da linguagem por tais concepções.

16 Esta problemática pode ser, por exemplo, em psicologia, facilmente confirmada através do estudo de um grupo de esquizofrênicos que, tendo em comum suas «ilusões», acomodam-se, de certo modo, muito bem uns com os outros, mas são na verdade incapazes de reagir ou adaptar-se a situações exteriores e esta realidade.

ROBERTO DE AMORIM ALMEIDA — Doutor em Filosofia pela Universidade de Munique, Professor Adjunto do Mestrado de História e Psicologia e do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

TEMAS EM DEBATE

À guisa de um comentário, no seminário de tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco

(Tema da 1ª Reunião Ordinária: A Ecologia Atlântico-Tropical do Recife, Projetada nos seus Característicos e Projetável nos seus Planejamentos Urbanos).

Telmo Maciel

Não aceitaria, por hipótese alguma, a condição de Expositor de um Tema dessa natureza. Creio que seria, de minha parte, assumir uma posição mais que audaciosa. Agora, comentar um trabalho feito por Especialista, do nível intelectual do Prof. Antonio da Rocha Penteado, da Universidade de São Paulo, e isto, em companhia do Geógrafo-Tropicologista Mário Lacerda de Melo, pareceu-me uma tarefa viável. Afinal de contas, tendo uma noção do que seja Ecologia, e, Engenheiro, de certo modo desligado do Planejamento de Espaços, na minha formação, não descuidei de obter algum preparo nesta área, pelo menos, no quanto ela convoca conhecimentos, por exemplo, de Pesquisa Operacional.

Apresento-me à Reunião como um «discípulo», aplicado, que vem dizer do que até aqui aprendeu, em algumas Reuniões a que compareceu, e, através das leituras que fez de algumas Conferências publicadas.

Embora na condição de Comentarista ocorre-me que não tenho em mãos o texto da Conferência (o Conferencista acaba de declarar que não teve tempo de redigi-lo).

Venho, fazendo uso de linguagem de estudante, dar conta do que li em «algumas apostilas», sem ter, hoje, um contacto prévio com «o ponto da aula a ser ministrada».

Farei inúmeras citações, umas ao pé da letra, outras, procurando sintetizar ensinamentos de Mestres.

Dedicando-me ao Planejamento Técnico-Econômico, na minha posição de quem faz Estatística, para Engenharia e para Economia, tive o cuidado de inserir no âmbito de minha formação, a aquisição de conhecimentos, ainda que modestos, sobre Urbanismo, no sentido mais amplo, ou seja, enquanto tem por objetivo organizar o Espaço Urbano, melhor direi, o Espaço «Rurbano», no sentido de que — conforme aprendi: sejam «crescentes as probabilidades de que os grupos sociais que compõem uma população possam se desenvolver, da forma a mais equilibrada possível, humana e socialmente falando», segundo notas de aulas que assisti, do Prof. Antonio Baltar, o que inclui, até, «o exercício da atividade política, entendida como ciência, arte e virtude do Bem Comum». Vê-se, desde logo, que sempre entendi o Urbanismo como extrapolando os limites da Geografia física de uma cidade, para envolver uma Região geo-econômica e sócio-cultural — parte integrante de sua própria vida. Não se pode pensar em cidade (como Recife) e em Região (como o Nordeste), sem pensar em suas relações de interdependência. Nada disso apaga a preocupação fundamental do Urbanista, com as quatro funções clássicas: habitar, trabalhar, recrear o corpo e o espírito e circular — entre estas o habitar sendo o centro das maiores cogitações; numa espécie de referência indispensável às demais.

Pretendendo-se, no contexto do Tema dessa Reunião, focalizar, de algum modo, questões ligadas ao Planejamento Urbano da minha cidade natalina (segundo Tadeu Rocha: ancoradouro de Olinda, por volta de 1536, passando a cidade em 1823 e quatro anos mais tarde, elevada, de Direto, a Capital da então Província de Pernambuco), julguei que não seria de todo despropositado aceitar a missão de Comentador. Mesmo porque, isto me dá a oportunidade de, no ano em que se comemora os 150 anos do Recife como Capital, manifestar minhas opiniões sobre a cidade e suas características mais projetáveis, como Metrópole Regional, numa Área, que ocupa em números redondos: um quinto do Território Nacional e onde habita quase um terço de sua população, dispondo de uma renda «per capita» da ordem de metade da renda «per capita» do País.

Falar do Recife, aliás, me toca muito de perto (permitam-me o gracejo), porque Recife foi, em suas origens o ancoradouro de um grupo de pescadores que aportavam em torno da chamada Ermida de São Pedro — este logradouro, por sua vez, uma expansão do povoado nascido ao redor da capelinha de São Telmo! — assim há quase um Onomástico na recordação. Essas referências, sobre as origens dessa «cidade (digamos assim) ao nível do mar» (daí a brisa com que sempre contamos) — que nasceu avistando os rochedos dos «arrecifes», estão no livro de um Escritor que cabe ser lembrado neste Seminário, o velhinho, já falecido, de há muito, o Prof. Mário Sette.

No seu livro «Arruar» (História Pitoresca do Recife Antigo), Mário Sette descreve carinhosamente, a evolução da cidade, que, como ele diz, «começa ao Norte, com uma exclamação de gabo — *Olinda!*, e acaba, ao Sul, com um voto cordial, muito de sua gente — *Boa Viagem!*»

Trata-se, como se vê, de uma cidade que não morrerá nunca — malgrado, inclusive, as calamidades de cheias que a mim têm feito passar, já por cinco vezes sucessivas, alguns momentos em posições circenses. Esta perenidade está assegurada ao Recife, porque foi construída em torno de uma Igreja de São Pedro (a invocação era, de fato, a São Frei Pedro Gonçalves) e, conseqüentemente, erguida sobre Pedra. Deixando de lado o sentido Edafológico (de estudos de solos) muito ao gosto dos geógrafos (e nestes termos sabemos que o «aterro» é a nossa «formação», e estamos, em grande parte, sobre «mangues»); parodiando o «teológico», ou se quiserem, em sentido poético: sendo a Cidade erguida sobre Pedra — nada prevalecerá contra ela.

Resta, apenas, que os Urbanistas saibam defendê-la, atentos ao comportamento de seu bravo Capibaribe, que ainda não se cansou de alertá-los, com certa veemência aliás, quanto aos descuidos a propósito de assoreamento, de largura de suas pontes, de retificação da calha de seus braços de rios; clamando até (numa espécie de atitude de auto-limitação a seus impulsos) por um sistema de barragens que, injustificavelmente, se providencia, uma a uma, ao compasso de ocorrências calamitosas.

A minha ousadia em aceitar ser o Comentarista desta primeira Reunião Ordinária do Seminário de Tropicologia em 1977, se apoia, como já mencionei, no fato de não haver eu descurado, na minha formação de Engenheiro, de um certo contacto com os problemas ligados àquilo que os franceses chamam «Aménagement des Territoires», contactos que fiz, primeiro em Recife e mais adiante, ampliei, na própria França.

Preparando-me para esta Reunião, conscientizei, aliás, como se apresenta indispensável, a quem quer que venha a participar deste Seminário de Tropicologia, ter em mãos a coletânea de suas Publicações, que a Reitoria vem se esforçando, cada vez, com mais empenho, no sentido de colocar em dia.

Para mim, no contexto do Tema em pauta, sobre muita coisa se poderá discorrer, com validade, se identificarmos, simplesmente, ao menos por aproximação, o «Domínio Tropical» com o «Terceiro Mundo». Aceita a proposição, não tenho dúvidas de que poderia ir até um pouco mais adiante do que o presumível, à primeira vista, por quanto poderia comentar trabalhos e conclusões do Colóquio de Paris (1963) sobre «Recherche Operationnelle et Problemes du Tiers-Monde». Também não têm faltado contribuições da Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional, e eu citaria, até, trabalhos de um conterrâneo do Prof. Rocha Penteado. Refiro-me, por exemplo, aos trabalhos de Pesquisa Operacional do Professor, Engenheiro Naval, pela Universidade de São Paulo e com cursos no M.I.T. (Massachusetts Institute of Technology), particularmente, sobre transportes marítimos - Prof. Antonio Galvão Novaes.

Tenho consciência porém de que a noção de Tropicalidade envolve profunda especulação conceitual.

Sobre o Conceito de Tropicalidade

Conscientizei, pela leitura dos Anais, até agora publicados, que até certa altura do desenrolar deste Seminário permanente, onde se aborda de tudo (literatura, energia solar, desportos, farmacopéia, música, pesca, sexo, profilaxia, pintura, jardim, lazer, traje, indústria, etc.), o termo Tropical pareceu às vezes

surgir (lembrando o Prof. Gilberto Osório de Andrade em certa Reunião), como a pedra colocada na sopa do soldado, da qual se reclamava ser apenas d'água. É que muitas vezes o Tropical funcionou apenas, como um «cerne», como um «pião» em torno do qual se desenvolveram temas vários, interessantes e oportunos.

A leitura dos primeiros Anais dá a impressão de uma idéia que estava em evolução, vivenciada por um Seminário que só o espírito pioneiro do escritor Gilberto Freyre poderia implantar e manter em continuidade.

O que se teria de esperar era uma evolução gradativa, uma, como que, formação de conceito. Daí porque o meu eminente amigo (meu professor não só de História, no Ginásio, mas de Geofísica, no curso Pré-Engenharia), o meu prezado Prof. Gilberto Osório de Andrade, tantas vezes perguntou, seguido de outros Seminaristas, como o Prof. Bezerra Coutinho, por exemplo: «Afinal de contas o que é que se está entendendo aqui, por Tropicologia ou por Tropicalidade?»

Mas, a partir de memorável reunião sob o tema «Domínio Tropical - Dimensão e Conceito Ecológico-Geográfico de Tropicalidade» (IX Reunião-1968), a coisa mudou. O Conferencista foi o Prof. Gilberto Osório de Andrade e um dos Comentaristas, foi, por sinal, o eminente Geógrafo Prof. Antonio da Rocha Penteado.

Lamentavelmente, lá não estava o Prof. Mário Lacerda de Melo, mas nela foi citado, por conta de suas sugestões em outra Conferência memorável, realizada, mais no passado, sob o título: «Modernos Estudos Geográficos de Trópicos» (4ª Reunião de ano anterior).

A partir de então, as idéias se assentaram melhor.

Para a conceituação de Tropicalidade a Conferência de Gilberto Osório foi de tal modo marcante que houve quem declarasse, como o Prof. Bezerra Coutinho, que uma Conferência como a proferida, deveria ter sido aquela por onde deveriam ter começado os Seminários de Tropicologia, porque, precisamente,

aí é que foi atacado, com mais profundidade, o conceito de Trópico, e foi dito, mais claramente, o que se deve entender por Tropicalidade.

Julguei, portanto, indispensável me preparar para esta Reunião, lendo cuidadosamente a citada Conferência. Só assim, pensei eu, poderia vir a entender, bem, tudo quanto se abordaria sob o Tema da Conferência de hoje (Planejamentos Urbanos, pensando em Recife, dentro de um contexto Ecológico-Atlântico-Tropical).

Como me faltasse, até a última hora, o texto do Conferencista, ansiosamente aguardado, fui recordar o que naquela Conferência fora dito, porquanto, como disse o Mestre Gilberto Freyre, naquela mesma Reunião: «não há acordo oficial estabelecido em qualquer centro Acadêmico, em torno do que se possa conceber, precisamente, por 'espaço tropical', por 'Trópicos', de tal modo que facilite uma unificação de estudos dispersos sobre 'assuntos tropicais', 'quase tropicais' e até mesmo 'para-tropicais'. Segundo seus esclarecimentos, há apenas o aspecto físico, transbordando dele o sócio-cultural, com manifestações 'para-tropicais', sob novas perspectivas do homem, da sociedade, em ambientes tropicais diversos, vários e diferentes. Chegou ele a dizer, estamos diante de uma espécie de 'gestalt geográfica'».

Há uma procura de «caráter total» ou «gestaltiana» de uma região, através da consideração de vários componentes: elementos humanos, sócio-culturais, afetando aquilo que é apenas físico. Identificando o fisicamente ecológico, se acrescentariam traços sócio-culturais: projeções da presença humana, permitindo um transbordamento do trópico no sub-trópico ou melhor, dos trópicos nos sub-trópicos, de tudo resultando a Tropicalização de áreas não puramente tropicais em sua Ecologia física.

Com relação ao Brasil, acentuou ele, isto é o que vem acontecendo com o extremo sul não tropical — na medida em que para lá se estendem formas de comportamento características do Brasil Tropical, propriamente dito.

Todas essas considerações de Gilberto Freyre, foram feitas quando o outro Gilberto, o Prof. Gilberto Osório de Andrade,

apresentou a sua tentativa de conceituação Ecológico-Geográfica de Tropicalidade, dizendo apoiar-se, necessariamente, numa trama de conhecimentos reinda, conduzindo mesmo a perplexidades nunca decifradas.

Naquela Conferência, Gilberto Osório chamou atenção de **que: quem quer que adjetive de Tropical alguma coisa, relacionada com a presença no destino do homem nesse mundo, estará se reportando, necessariamente, a dimensões de um espaço material concreto.** Ora, uma afirmação destas me parece premissa essencial a uma reflexão sobre o Tema: «A Ecologia Atlântico-Tropical do Recife, Projetada nos seus Característicos e Projetável nos seus Planejamentos Urbanos», sobretudo quando se **propõe a aceitar comentá-lo, um modesto Engenheiro que, sabe, apenas, digamos assim, o que se entende por Ecologia; que, em matéria de Urbanismos se considera um amador, e, em assunto de Tropicologia tem sido tão somente um espectador agora promovido à condição de Seminarista.**

O espaço material concreto, de que falava Gilberto Osório de Andrade, apresenta-se aliás, nas suas afirmações, «crescentemente desnaturado pela técnica e sobretudo pelo fenômeno urbano» — e foi sobre Planejamento Urbano (claro que no sentido o mais amplo possível) que se veio falar nesta Conferência (com referências à Ecologia-Atlântico-Tropical).

Foi dito também, naquela Reunião, e isto muito me convém recordar, que existe uma certa adequação entre Trópico e Terceiro Mundo.

Como entrar, eu, no Tema da Conferência de hoje sem uma razoável destreza no trato com o conceito de Tropicalidade? A aventura me pareceu viável se aceitarmos esta adequação, ainda que sumária, entre Trópico e Terceiro Mundo.

O Prof. Gilberto Osório de Andrade, admitiu na Conferência que estou recordando, que o «domínio tropical» e «quase-tropical» «apresenta-se contido, praticamente inteiro, no cartograma do Terceiro Mundo» e acrescentou: «conotando-se especialmente do ponto de vista da nosologia geográfica, por sín-

dromes de agressão biológica e síndromes de carência. Tudo se passando como se um «clima social» se apresentasse mais adequado a um clima físico-biológico. Exatamente porque o Mundo Tropical não pode ser delimitado como uma zona de latitudes, sendo uma superfície geográfica com contornos sinuosos, é que cabe bem a justaposição entre Mundo Tropical e Tiers Monde — mesmo porque o trópico não é singular, é plural, não há trópico e sim trópicos, com uma comum tropicalidade; segundo pude depreender de minhas leituras dos Anais publicados.

Depois de tais leituras me senti mais encorajado a uma participação mais intensiva na Reunião de hoje.

Justificando uma posição

Tendo começado a minha vida de professor universitário como Assistente do Prof. Antonio Bezerra Baltar, na Disciplina «Estatística e Economia», na tradicional Escola de Engenharia de Pernambuco e sendo o, sempre muito prezado, Prof. Baltar, o nosso maior perito em Urbanismo — no sentido o mais amplo da expressão — motivei, àquela época, um pequeno grupo de colegas para obter a aquiescência do Mestre amigo, em ministrar um pequeno curso intensivo sobre Matéria extra-curricular, de que ainda hoje guardo notas (naquele tempo não se falava ainda em Cursos de Extensão na UFPE).

Mais ou menos à mesma época, vim a conhecer o movimento de Economia & Humanismo, dirigido pelo Pe. Joseph Lebreton (meu primeiro contacto se deu, através de uma série de conferências: — promoção acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, por iniciativa de um estudante, por sinal, um irmão meu, o Prof. Carlos Maciel).

O grupo de Economia & Humanismo (que teve, inclusive, no Prof. Antonio Bezerra Baltar uma das figuras mais representativas, entre os que no Brasil, particularmente em Recife e São Paulo, tomaram contacto e até conviveram — com intimidade, como no caso de Baltar — com aquele grande dominicano) exerceu considerável influência entre os que se preocupavam com planeamento sócio-econômico de caráter regional.

Grande, realmente, foi a influência daquele religioso-pesquisador que começou a vida com experiências Oceanográficas, como aqui mesmo, neste Seminário de Tropicologia, lembrou o Almirante Paulo Moreira da Silva — Experiências de homem de Mar e de Portos que o levou a escrever, inclusive, aquele livro intitulado «Os Doqueiros de Marselha». Aqui, ocorre-me registrar que o Sr. Cônsul da França, M. Le Paudert, vem pensando em fazer de Marselha «cidade irmã» do Recife (como, «irmã» nossa, é a Geórgia, com relação aos americanos).

Os meus contactos com Economia & Humanismo me fizeram mais atraído pelos problemas de Planeamento Regional.

Logo depois tive a oportunidade de um estágio no Instituto de Estatística da Universidade de Paris, e, em companhia de meu irmão — o nosso atual Reitor — que para Paris também fora, a convite do Professor George Gurvitch (por intermédio do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais) resolvemos freqüentar, também, ao lado de cursos Regulares, ele de Economia e eu de Estatística, Cursos de Extensão, de certo interesse para nossas expectativas, na Escola Prática de Altos Estudos da Sorbonne. Assim é que segui, como simples ouvinte, um curso do Professor François Rouge sobre «Geonomie» ou mais descritivamente de «l'Organisation de l'Espace», onde aprendi, por exemplo, um princípio que cabe evocar aqui: — «Diante do Espaço, no contexto geonômico do termo, a oferta é sempre de essência geográfica e a procura é de essência econômica, ou mais propriamente, sócio-econômica».

Estão aqui pois declaradas, até com excesso de detalhes, as minhas modestas bases para o tratamento de qualquer tema que se reporte ao Planeamento Urbano.

Digressões adicionais sobre conhecimentos de base

Talvez seja oportuno mencionar que chegamos mesmo, Paulo e eu, a fazer um pequeno Estágio-retiro, em La Tourerte (Lyon), com a equipe de «Estado Maior» de Economia & Humanismo, abordando a problemática do chamado Tiers Monde.

Ainda como uma espécie de curiosidade que, no meu caso particular, correu um pouco por conta de minha preocupação de fazer, o quanto possível, de minha modesta competência, neste ou naquele setor, uma «dimensão de caridade» — no sentido cristão do termo, visitei, em companhia de Paulo, a obra do então, internacionalmente, conhecidíssimo Abbe Pierre, com a sua experiência em torno do «Drama da Habitação Popular». Isto nos levou a conhecer Emáus, ou mais detalhadamente o que se chamou: «A aventura dos trapeiros de Emáus» — uma experiência francesa de construção de «Cidades de Emergência», para resolver a situação dos sem teto. Para resolver a situação de e casais, que em França, naquela época, viam os seus filhos conviverem, em plena Paris, na mais absoluta promiscuidade, de tal modo que, se impunham construções, por precárias que fossem, que possibilitassem, ao menos, ao casal a íntima convivência. (A Obra fôra iniciada com um clamor radiofônico, quando de um dos invernos mais fortes de Paris).

O que poderíamos ter visto aqui, tão de perto, fomos ver na França, em plena Paris, porém se fixou de tal modo em minha mente que ainda hoje tenho um ponto de vista firmado sobre Planejamento Urbano: — Não concebo, ainda hoje, em Recife, nada, em matéria de Planejamento Urbano, que não comece pelo ataque sistemático e com profundidade, ao problema da habitação popular.

Uma perspectiva sobre planejamento entre nós

Acabo de enfatizar as minhas maiores preocupações com o problema da habitação popular, que para mim é central no Planejamento Urbano de uma cidade como Recife.

Creio caber aqui a sugestão de uma Reunião do Seminário de Tropicologia, sob o Tema: «Trópico e Habitação Popular no Nordeste».

A precariedade e a escassez da habitação popular está aí, visível entre nós — mesmo depois que se implantou no Brasil

o conhecido Banco Nacional de Habitação (apoiado no Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) com seu respeitabilíssimo programa habitacional — com extraordinária função de reativador da economia nacional, através do setor da Construção Civil, não tem atingido, de fato, a classe mais humilde.

O certo é que, a casa de «Mutirão», hipersintética (quase de só dois ou três aposentos mínimos e uma fossa cética) é coisa de que parece só nos lembramos — e para logo depois esquecer — quando pensamos em alojar a chamada população marginal da beira-rio, após as enchentes.

Recordemos, por oportuno, a construção desta grande obra que se chama «o Complexo de Salgadinho», ligando, com muita beleza, o Recife a Olinda — Só quando já praticamente acabada a 'Obra' depois de longos sofrimentos dos «marginais», transferidos da área para «abrigos», é que se providenciou uma localização verdadeiramente habitacional para eles.

Sabemos como é grave este problema de habitação popular numa cidade que, de há muito, não cresce, «incha», em expressão feliz do Mestre Gilberto Freyre.

São numerosíssimos os bairros populares, de enorme densidade demográfica, concentrados, sobretudo, ao noroeste da cidade, e sempre se pensou; mas nunca se levou adiante, a idéia da execução de uma «Cidade Popular Modelo», onde a habitação popular tivesse um tratamento adequado, sob o aspecto de higiene, num tipo de habitação original, de características tropicais. Isto foi, aliás, motivo de insistentes referências do Pe. Lebrez em Recife, que sempre se lembrava de citar Gilberto Freyre, quando recomendava: não se pensasse na transformação dos bairros populares espontâneos em «habitat» do tipo europeu, e sim no melhoramento do «habitat» nativo. (Recentemente, fiquei sabendo que existem até estudos de um Arquiteto de nossa Universidade — o Prof. Armando Holanda — sobre utilização de materiais locais, para habitação popular).

Algumas extensões e propósitos de planejamento regional

Fôssemos nos estender sobre o Planejamento Regional, ligado ao Recife e falaríamos de «cinturão verde», de «cidades barragens», em torno da Metrópole. Nessas cidades, aliás, não creio muito. Não só Recife mas outras capitais nordestinas têm hoje as suas «brasílias teimosas». Sou mais pelo surgimento, no Nordeste ou mais ao Norte, de uma como que «outra Brasília» — de localização a ser estudada.

Onde estariam, senão «inchando» a Guanabara, os hoje quase um milhão de habitantes de Brasília? Sobre a Novacap, gostaria de endossar interessante reflexão de um Economista amigo, o Professor João Paulo Magalhães. Brasília comprovou como «em países subdesenvolvidos a criação propositada de desequilíbrios (economicamente irracionais — como foi a desequilibradora instalação de Brasília) constitui a melhor forma de provocar reações reequilibradoras, altamente positivas». Mas que não esqueçamos, ao pensar «noura Brasília», localizada no Nordeste ou mais ao Norte, do que disse Gilberto Freyre sobre a Novacap: «uma cidade bonita, empolgante, esplendorosa, de bom clima, etc., mas sem o fator de humanização que lhe dariam os sociólogos e antropólogos, mostrando o homem como ele é, ou inter-atuando-se, entre si».

Certamente, pensando em Pernambuco, minhas reflexões sobre Planejamento Regional não deixariam escapar considerações sobre o que entendo por aproveitamento do «Vale do Capibaribe» — no contexto de uma Reforma Agrária para o nosso Estado. Porque Reforma Agrária não deve ser tabu e se em certas áreas, como no Centro-Oeste e no Norte do Brasil, subentendendo distribuição fundiária, em nome da própria livre iniciativa, em outras áreas vem a ser aproveitamento de vales, irrigação, etc.

Quem sabe, que soluções originais poderiam decorrer da empreitada? Recorde-se que, nesta Região, um Delmiro Gouveia implantou, pioneiramente, uma hidroelétrica no São Francisco, em local que depois seria considerado o mais indicado e foi até, hidrologicamente, estudado pelo falecido, velho Professor desta

Universidade, o respeitável Engenheiro Antonio de Moraes Rêgo. Depois, a grande Obra Hidroelétrica de Paulo Afonso receberia, quando dos trabalhos iniciais da implantação da CHESF, contribuição técnica, originalíssima, como a conhecida solução do «casco de navio», do Engenheiro Marcondes Ferraz, deixando de lado sugestões internacionais, vindas até de Grenoble.

Hoje, do que mais se fala, entre nós, é do Porto de SUAPE, a ser implantado numa área de características idênticas àquela onde, no passado, foi implantado o Porto do Recife. Gilberto Osório, em uma palestra, realizada no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, chegou a detalhes num confronto, não só sobre o aspecto paisagístico, mas em termos de identificação, de maior profundidade, sobre aspectos ecológico-geográficos, entre aquela reentrância, avistável do Cabo de Santo Agostinho, e a enseada que fôra vista de Olinda, com o maior interesse, pelos Holandeses.

Recordando experiências do passado

Comentando Planejamento Urbanístico, no sentido amplo de uma Região que tem Recife como Metrópole, cabe sempre recordar a prestação de serviços do Pe. Lebrete à CODEPE. Há mais de vinte anos atrás, o saudoso pesquisador, cuja memória reverenciamos, assessorado pelo Prof. Baltar, realizou um trabalho de que resultou um «Estudo sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias interessando a Pernambuco e ao Nordeste». Nesta publicação se encontram ricas sugestões que ainda hoje são válidas para o desenvolvimento econômico do Estado e da Região, havendo, também, alguma coisa extremamente útil, sobre urbanização do Recife. Seria de certo modo interessante que retomássemos este «Estudo» porque, como uma vez foi lembrado, aqui, neste Seminário de Tropicologia, pelo Engenheiro Arlindo Pontual: «em nossos setores técnicos de Engenharia, etc., é espantoso como às vezes são abandonados, de repente, sem maiores explicações, certas pesquisas, certos trabalhos, muito bem encaminhados e da maior valia».

Qualquer tentativa de dotar Recife de um bom Plano Diretor, de oferecer à Região Nordeste uma diretriz de Planeja-

mento «projetável em suas características» para outros pontos do «domínio tropical», «sub-tropical» ou «para-tropical», não pode desprezar uma retomada do velho trabalho do Pe. Joseph Lebre.

Pessoalmente, tive uma experiência que me conduziu a exercitar os meus parcos conhecimentos e a assimilar melhor as perspectivas que me foram insinuadas no meu aprendizado aqui e em França. Isto ocorreu quando, a convite do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, fui levado a fazer (contando aliás com a valiosa colaboração do companheiro e amigo Prof. Antonio Carolino Gonçalves, que teve, diga-se de passagem, excelente participação numa das Reuniões deste Seminário que tratou de Demografia e Trópico), uma pesquisa de que resultou, muito antes das agitações camponesas em nosso meio, um trabalho publicado em 1963, sob o título: «Nível de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco».

Optando — com alguma indecisão — sobre o meu desempenho

Todas essas considerações, já um pouco longas, e até pouco simpáticas porque falando um tanto de meu próprio desempenho, pretendem justificar a temeridade em que incorri ao tentar uma abordagem do Tema da Reunião de hoje, na qual seria um mero Comentador se me tivesse chegado às mãos, a Conferência do ilustre Professor Antonio da Rocha Penteado.

Por motivos alheios à minha vontade, fiquei, de uma hora para outra, um tanto livre de um peso maior, que me caía sobre os ombros e então julguei, a princípio, que seria cabível a minha participação, neste Seminário, apenas como um debatedor que fizesse indagações, sobre o que lhe fosse possível perceber por ocasião da leitura do documento pelo Conferencista (a «zaga» de Comentadores, não ficaria prejudicada pelo meu «jogo retraído», o outro Comentador sendo o Geógrafo-tropicologista Mário Lacerda de Melo). Mas pensei, também, por outro lado, que talvez me fosse dada a incumbência de me estender um pouco mais, no uso do tempo disponível, para a abordagem do Tema.

Tomando, o conceito de «domínio tropical» como ajustável, ainda que «a grosso modo», à noção de Terceiro Mundo, me aventurei, então, a redigir a exposição que vem tomando até agora a atenção dos presentes.

Se posso dizer como Simonal, «Moro num País tropical, abençoado por Deus», também posso dizer que moro numa cidade sofrida na qual têm havido ocorrências que agravam a sua situação de cidade «inchada», como Metrópole Regional de uma Área subdesenvolvida.

Vi abrir-se, de repente, para mim, uma fresta para tocar, de leve, num tema em que me sinto um pouco à vontade. É que Recife e a Região onde se insere, como Metrópole Regional, pode oferecer exemplos a «regiões tropicais», «sub-tropicais» e «para-tropicais», não apenas para apresentar problemas angustiantes, mas, também, enquanto se empenha em soluções que considerem realmente o homem — o cidadão — como o que há de mais importante no seu contexto ecológico-tropical. Sim, porque, ao menos, aqui funciona um Seminário de Tropicologia com tão sadias intenções.

Neste Seminário se podem ventilar idéias em favor de um Planejamento Urbano que se coloque frontalmente disposto a superar a «miséria» — algo tão diferente da pobreza. Vi de perto a miséria em Paris — do «clochard», que dorme sobre a valeta do Metrô, para aquecer-se, mas há uma «miséria tropical», que pode até tirar proveito de uma certa simplificação de vestuário. De Planejamento Urbano deste gênero carece o Terceiro Mundo, ajustado à noção de «domínio tropical».

Estados e Nações cujos territórios se encontram total ou parcialmente dentro do «domínio tropical» são objeto de estudos especiais, até de Política Internacional, como já se fez aqui neste Seminário.

O Terceiro Mundo encontra-se em processo de desenvolvimento; muito cioso do princípio de auto-determinação; nos aspectos externos e internos, para garantir sua posição de Estado Soberano; e muito cioso, acentuo, do princípio da não-intervenção, que, afinal de contas, é o princípio universal de paz e convivência internacional.

E ainda: embora não haja continuidade geográfica no Terceiro Mundo há certa identificação, por haver interesses comuns e, apesar da heterogeneidade existente, há programas governamentais de desenvolvimento bem similares, exatamente, porque pretendem superar, rapidamente, a miséria — elevar níveis de vida excessivamente baixos.

Preocupados com programas de suprimento de energia (entre nós, não esquecer a energia solar), de ampliação de transportes, de implantação de indústrias de base, têm, por enquanto, os países do Terceiro Mundo, influência bastante reduzida nas decisões em escala internacional. Pesa muito, em tudo isto a política de Energia Nuclear. O Brasil, felizmente, até neste ponto, acaba de se afirmar. Começamos a ter posição de destaque, como potência emergente, e dentro em pouco, tenho grandes esperanças, teremos condições de liderança política, material e moral. Aí então, é que a Região Nordeste e sua Metrópole — o Recife, poderão projetar, para outras áreas do «domínio tropical», seus exemplos e suas perspectivas de Planejamento Urbano.

Mais alguns apoios de ordem conceitual diante do tema

Por via das dúvidas, e por uma questão de responsabilidade, procurei me dotar de certo preparo, sobre a noção de Tropicalidade para poder entrar em contato, de última hora, com a exposição do Conferencista.

Procurei conhecer melhor a conceituação ecológico-geográfica de Tropicalidade, numa primeira instância, para desenvolver as idéias que até aqui andei expondo. Mas para ousar ser Comentarista da Conferência do Prof. Rocha Penteado deveria insistir, um pouco mais, em reflexões sobre a noção de Tropicalidade, como já disse, exploradas, de modo o mais profundo, na IX Reunião — 1968 deste Seminário.

Gilberto Osório de Andrade mencionou na sua Conferência o conceito de «zona tropical» como uma cintura geometricamente compreendida entre dois círculos paralelos dispostos a

23° e 27' ao norte e ao sul do Equador — o «trópico matemático», ou mais simplesmente, uma superfície delimitada pelos trópicos de Câncer e de Capricórnio. A delimitação por tais círculos imaginários seria carente de fundamento (como naquela ocasião, na condição de Comentarista, lembrou o Professor Antonio da Rocha Penteado) quando se está pensando, realmente, no que se entende por «domínio tropical» (ou seja, em palavras de Gilberto Osório, no «mundo tropical», «como cenário étnico-social de costumes, práticas e interesses real ou presuntivamente condicionados por uma tropicalidade terá de se valer de «correlações» muito mais complicadas ou em outras palavras do Mestre, não será possível definição sumária e sim, o que se impõe, é um procedimento de aproximações sucessivas, de caráter esclarecedor de um conceito geral, não podendo ser enunciado à maneira de um teorema.

«Zonas tropicais» e «domínios tropicais» são coisas diferentes e exemplificam como pela simples menção de latitudes, se está longe de poder dar uma conotação correta de um Espaço geográfico-ecológico.

Não cabe aqui um sumário mais amplo da Conferência de Gilberto Osório sobre o conceito ecológico-geográfico de tropicalidade, onde ele menciona conceitos familiares aos Geógrafos, sobre os quais, para mim, leigo, seria uma árdua tarefa meditar. Conceitos como: «Descarga da Frente Polar Atlântica; das sistoles e diástoles anuais da Massa Equatorial Continental; de Oscilações anuais de Convergências Inter-tropical, etc. dão, bem, uma idéia de como seja complexa a especulação conceitual mais profunda de Tropicalidade.

A Conferência provocou interessantes debates e até evocações de Conferências anteriores, citando pronunciamentos como aquele do Professor Mário Lacerda de Melo que sugeriu a extensão de certas plantas cultivadas e combinações agrícolas, como um indicador de Tropicalidade, além dos «trópicos matemáticos».

Colhi alguma coisa no campo da Biologia: os fenômenos ecológicos básicos da simbiose (plantas que são exploradas) e do

comensalismo (plantas que trocam interesses) pareceram-me, enfoques interessantes, ao lado dos chamados manguezais, (das áreas onde se misturam águas dos rios e do mar).

Toda essa revisão conceitual se me apresentou essencial à apreciação da Conferência de hoje, aos cuidados do Prof. Rocha Penteado, mesmo porque o título da mesma chega a um detalhamento como o da referência a uma Ecologia-Atlântico-Tropical. Parece-me exatamente, porque o Atlântico Norte tem conotações geográficas diversas.

Eu indago pois, se não seria importante, preliminarmente, meditar um pouco sobre o sentido sob o qual essa palavra *Atlântico* está aí inserida. Há grande complexidade no Tema, podendo envolver até aspectos de natureza político-estratégica. Em termos de guerra, Recife já mostrou sua posição privilegiada (e também cobijada) como sentinela do Atlântico, do País e do Continente. Para ir mais adiante, basta ver a identificação estratégica da área do Atlântico Sul porque: se pretende, segundo percebi, ou ampliar o Tratado de OTAN (Organização do Atlântico Norte) ou criar uma «Organização do Atlântico Sul.»

Vamos a uma outra ordem de idéias. O Prof. Gilberto Osório chegou a tembrar que se na configuração do Espaço Tropical brasileiro se levasse em conta, apenas, enfoques mais restritos, como simplesmente a precipitação pluviométrica, todo o «polígono das secas nordestinas» estaria excluído, pois nele são insuficientes os recursos d'água e só por isso, como afirmou, se cairia em plena perplexidade neste Seminário, onde há compromissos com solicitações de caráter concretamente Regional Nordeste. Numa caracterização de Trópico, segundo aprendi, não pode faltar a consideração de efeitos de exposições e sub-exposições de correntes Oceânicas, e de vários fatores outros, configurados em combinações físicas, físico-biológicas, e de várias outras ordens. Teria isto algo a ver com aquelas condições de precipitação pluviométrica decorrentes da Amazônia, uma vez aqui evocadas, por Gilberto Osório, sob o nome de «vasto mar interior»?

Em que sentido, pensando na Região de que Recife é a Metrópole, estaríamos nós falando, aqui, de Ecologia Atlântico-tropical?

Esta alusão ao Atlântico estaria por acaso nos convidando a reflexos sobre a delimitação entre mares tropicais e temperados?

Aqui também foi abordado, como é difícil a caracterização do Trópico fora do Continental. Se nos Continentes já é difícil caracterizar o Trópico — porque há «vários trópicos» e há «regiões sub-tropicais» e «quase-tropicais»; quanto mais no Oceano?

Também foi Gilberto Osório quem lembrou, numa outra ocasião, ser tão grande a dispersão dimensional das propriedades físicas das águas Oceânicas que ainda se torna mais duvidoso, que no Continental, delimitar, com precisão, uma suposta «zona tropical marinha».

Estivesse eu certo de que o título da Palestra de hoje conteria a intenção de chegar a tais detalhes, no tratamento do que se entende por Tropicalidade Continental e Oceânica e creio que nem sequer me aproximaria da condição de Comentarior.

Se eu anteviesse no Tema, preocupações dessa ordem — de Tropicalidade Oceânica e de suas conseqüências, em confrontações entre a América do Sul e a África (onde apesar da coincidência de relevos há diferenças de climas) teria me recolhido à simples posição de espectador, no máximo predisposto a algum debate.

Quero ser sincero e leal. Estou deixando claro que o Tema me intimidou. Fiquei sem saber até que ponto teria de me embrenhar, mais ainda, na abordagem de conceitos ecológicos e geográficos bastante complexos.

Vou confessar também que pensei que talvez a menção de Atlântico tivesse aqui intenções mais simples,

Quem sabe se não se estaria pensando simplesmente em aludir à disponibilidade que tem Pernambuco (Recife) de um «plateau» continental utilizável para a pesca, com fundos de até duzentos metros, dado que estamos próximos do Mar dos Sargãos? (lembro-me que o Almirante Paulo Moreira da Silva, em Con-

ferência sobre Pesca, neste Seminário, mencionou que não temos, por aqui, as águas mais promissoras).

Restou-me também uma esperança: a de que se estivesse pensando em aludir às agressões do Atlântico ao nosso litoral, e, neste caso não mais propriamente ao nosso Recife, mas à nossa querida Olinda, uma de nossas cidades consideradas «um primor de paisagística, ao lado de Igarassú, Tracunhaem, Serinhaem», segundo palavras de um saudoso seminarista deste Seminário de Tropicologia — tipo Tanneenbaum, sustentado por Gilberto Freyre — refiro-me ao nosso falecido Abelardo Rodrigues.

Enfim, são mais considerações e indagações que deixo, pois o comentário seria mais ousado e até pecaminoso, caso ocorresse de improviso, ouvindo só o texto, como nesta ocasião teria de ser.

LIVROS

CÉSAR LEAL

A Palavra Literatura: como Forma de Ação

Edição da Revista ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS
Universidade Federal de Pernambuco
Recife — 1978

BIBLIOTECA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Direção: CÉSAR LEAL

S U M Á R I O

Temas e motivos de Thomas Mann

Influências de Quental na crítica de costumes da literatura portuguesa do século XIX

As imagens cósmicas na poesia de Castro Alves

San Juan de La Cruz

Fray Luis de León

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
EDITORA UNIVERSITÁRIA — Cidade Universitária
Recife, 1978

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

TEMAS E MOTIVOS DE THOMAS MANN

(De Tonio Kroeger ao Dr. Faustus)

A crítica moderna encontra na obra literária de Thomas Mann um dos campos mais férteis para a verificação de seus parâmetros, a eficácia de seus processos e experimentação contínua de sua escala de valores teóricos. Thomas Mann situa-se hoje como um ponto limite: a grande coluna de nosso tempo em cuja extremidade oposta se encontra Homero. Entre esses dois pilares se estende como uma ponte — para falar em termos metafóricos — a literatura do Ocidente. Isso não significa que Thomas Mann seja superior a Virgílio, Dante, Camões, Shakespeare ou Goethe. Uma ponte não se faz, apenas, com duas grandes colunas assim como uma literatura verdadeiramente forte não se faz, apenas, com dois grandes escritores. Em particular, quando se trata não de uma literatura nacional mas da literatura universal, cujos gigantes como Dostoiévski, Cervantes, Balzac ou Proust não pertencem à história particular de uma nação, mas de toda a humanidade.

Thomas Mann, sendo um escritor situado dentro de uma perspectiva temporal muito próxima da nossa, ainda não foi devidamente estudado em toda rica variedade dos motivos, temas e valores que sua arte apresenta. Certamente que ele tem sido investigado, mas o mundo de um romancista não é menos complexo do que o mundo empírico com personagens que têm uma determinada duração, um ambiente constantemente mutável, uma ética e uma estética, um sistema de valores, uma simbologia particular, tudo rigorosamente unido entre si por meio de uma estrutura lógica, uma organização que somente a arte, como criadora de uma realidade superior, pode assegurar.

O tema central da obra de Thomas Mann é a oposição entre a arte moderna e a sociedade burguesa. Ao contrário de Baudelaire que indaga como pode a arte sobreviver em uma época de contínua decadência do espírito e progressivo predomínio da matéria, Thomas Mann, de forma um tanto autobiográfica, narra,

com enorme riqueza de pormenores, a tragédia do artista moderno, desde a vã tentativa de conservar a «sociabilidade da arte» como se apresenta no *Tonio Kroeger* e na *Morte em Veneza*, até o refúgio da Adrian Leverkühn na solidão de seu castelo interior, onde a alma é oferecida ao Demônio em troca da glória. Essa tragédia do artista moderno — ou melhor, da arte moderna — como a definiu Lucács, mantém Thomas Mann ocupado durante mais de meio século.

Os materiais artísticos que motivam a atividade de Mann, como escritor, são o belo, o amor, a morte, o tempo, a enfermidade, as relações familiares, a música, a cozinha (compreendida em seu sentido antropológico como um bem da cultura), a arte como um dos instrumentos mais eficazes para expressar a vida e o seu sentido, a natureza e o mundo interior ou subjetivo de cada homem. O amor, em Thomas Mann, como em Dante, tem uma significação muito vasta. Se o amor é a força que move o Sol e as estrelas, que dizer de seus efeitos sobre o frágil coração humano? O amor, nos romances de Thomas Mann, é frequentemente, confundido por certa crítica impregnada de idéias freudianas como algo diretamente vinculado à sexualidade. Esse desvirtuamento se observa particularmente no cinema, onde tal sentimento adquire um caráter mesquinho, sofrendo uma redução cujas consequências resultam no enfraquecimento do símbolo em suas relações estruturais com o todo da obra. Por exemplo, logo no início do *Tonio Kroeger*, lemos o seguinte:

«O caso era que Tonio amava Hans Hansn, e já sofrera muito por causa dele. Aquele que mais ama é o subjugado e tem de sofrer. Esta lição simples e dura sua alma de catorze anos já aprendera da vida. E ele era de um feitio que guardava bem essas experiências, tomava nota, interiormente, por assim dizer, e, de certo modo, tinha sua alegria nelas, sem, obviamente, dirigir-se por elas e delas tirar proveitos práticos».

Logo após esse trecho, Thomas Mann mostra que Tonio Kroeger, apesar de sofrer por ser o que mais ama, o seu amor não é apenas aquele amor humano, mas um amor que se estende ao mundo da natureza e da cultura: a velha nogueira, o mar Báltico, seu violino, coisas enfim, «cujos nomes — diz textualmente podiam ser aproveitados em versos». Revela-nos, com isso, que

sem o Amor a arte dificilmente poderia existir. Tal concepção do amor pode ser muito antiga mas onde eu a encontrei expressa com maior vigor foi em Dante, cuja influência sobre Thomas Mann, não é mera hipótese, mas uma certeza. O último capítulo de *Tonio Kroeger* é uma carta do protagonista a uma amiga, a pintora russa Lisaveta Ivanovna. Há nessa carta, afirmações sobre o amor que nos lembra alguns trechos da *Vita Nova*:

Admiro os soberbos, os frios que se aventuram nos caminhos das grandes e demoníacas belezas e desprezam o homem — mas não os invejo. Pois, se uma coisa é capaz de fazer de um escritor poeta, então, é este meu amor burguês pela humanidade, pela vida e pelas coisas comuns. Todo o calor, toda a bondade, todo o humor vem dele, e quer-me parecer que seja ele aquele amor do qual está escrito que alguém poderia falar com língua humana angelical e, no entanto, sem ele nada mais ser do que um bronze soante e guiso sonoro».

Se no *Tonio Kroeger* o motivo central é o amor em suas relações com a arte, e a luta do herói resulta de uma tensão bipolar motivada por sua vacilação entre os encantos da sociedade burguesa e a criatividade artística, que afinal triunfa, na *Morte em Veneza*, o amor se desloca para o sentido do belo na arte. Claro que a *Morte em Veneza* é uma obra complexa. Não comporta, portanto, apenas uma, duas ou três interpretações. Como criação estruturada em camadas simbólicas extremamente densas, os seus níveis de significado são múltiplos, embora não se possa colocar de lado suas relações com *Tonio Kroeger*. Segundo creio, o tema central da *Morte em Veneza* é a busca inútil do belo, no sentido grego da palavra, embora Thomas Mann haja conseguido, ele próprio, alcançar nessa obra tal objetivo. O motivo mais constante é a morte, mas quem morre não é um homem e sim o anelo, a esperança de um escritor que, mesmo sendo bem dotado, reconhece a impossibilidade de atingir na sociedade industrial e tecnológica aquela beleza ideal que somente os gregos — em alguns casos — atingiram em toda a plenitude.

Não é difícil descobrir que a transição do *Tonio Kroeger* para *Gustav von Aschenbach* não se faz sem um choque. Enquanto

Tonio Kroeger termina jovem, relativamente bem sucedido, vigoroso tanto no corpo quanto na mente, Aschenbach, ao contrário, se apresenta, logo de início, como portador de uma tensão nostálgica da própria glória juvenil, deprimido, com o coração denotando os primeiros sinais de algo que o conduz a idéias hipocondríacas. E, se procura dar um passeio após o chá, simbolicamente, avista o Sol no poente, observando de súbito que caminha ao crepúsculo, junto a um cemitério, onde lê na fachada da capela bizantina legendas como estas «Eles entram na casa de Deus»; «Aluz eterna os alumie». Tudo isso pode ser observado logo nas primeiras trinta linhas da novela. Mas, a própria figura da Morte é contemplada em pessoa pelo próprio Aschenbach. Surge na forma de homem imprevisível como as imagens do sonho, com uma aparência que nada tinha de comum. Eis como Thomas Mann descreve esse personagem sem nome:

«De estatura mediana, magro, imberbe e de nariz extremamente arrebitado, o homem pertencia ao tipo ruivo e possuía a pele leitosa e sardenta peculiar a este. Evidentemente, não era bávaro como indicava, no mínimo, o chapéu de palha com aba larga e reta, que cobria sua cabeça, dando-lhe a impressão de um estrangeiro, vindo de longe. Porém, trazia a mochila tão em uso no país, afivelada aos ombros, um terno cintado de pano não pisado, de cor amarelada, parecendo trazer uma capa de chuva sobre o braço esquerdo que encostava na cintura. Com a cabeça erguida, de modo que crescendo da camisa esporte solta, aparecia seu pescoço magro, sobressaindo, forte e nu, o pomo de Adão. Olhando agudamente para a distância com olhos incolores e de pestanas vermelhas, entre as quais, estranhamente combinando com seu nariz curto e levantado, havia duas rugas horizontais... Sua pose tinha algo de alcance dominante, corajoso ou mesmo selvagem, pois, fosse porque ofuscado, fazia caretas contra o sol poente, ou porque se tratasse de uma deformidade física constante, seus lábios pareciam curtos demais, eram completamente recuados dos dentes, de modo que estes ficavam expostos, brancos e compridos, até a gengiva».

Como se vê: Aschenbach observa o estranho nos mínimos detalhes mas este acaba por lançar-lhe um olhar tão feroz e agres-

sivo que não se limitou a desviar a vista, mas voltar-se em outra direção e esquecer definitivamente o homem. Contudo, a impressão daquele estranho ficou presente em seu espírito e, ao mesmo tempo, um desejo compulsivo de fazer uma viagem, que recorda a ida de Tonio Kroeger à Dinamarca, só que desta vez o seu destino é a Itália.

A narrativa da viagem, desde sua partida de Pola até a Veneza, é bem um testemunho do vituosismo técnico-estilístico de Thomas Mann, não se podendo por em dúvida sua intenção de alcançar a perfeição máxima na luta contra sua árdua matéria: a palavra. Acredito que nenhum livro de Thomas Mann concentra, em tão poucas páginas, a maestria artística que ele atingiu nessa curíssima novela.

A presença no navio em que viajavam de um velho — um falso jovem — com o rosto pintado, sugere, também, a decadência de tudo aquilo que se encaminha rapidamente para a morte e Veneza, cujo poder político se perdera há séculos, vê na época do comercialismo burguês, o naufrágio de suas obras de arte nas «águaletais da cidade», contaminada por sonâmbulos viajantes que povoam seus hotéis, seus restaurantes, suas praias, enquanto os seus tesouros artísticos vão sendo consumidos pela degeneração da mente moderna.

Aschenbach é o único a tomar consciência de tal situação. Ao chegar em Veneza, se livra do velho, bêbado e horripilante, mas não menos horripilante, lhe pareceu o transporte que o levaria ao centro da cidade. Vejamos como ele descreve a cena: «quem não teria de combater um ligeiro arrepio, um secreto medo e opressão quando, pela primeira vez ou depois de um longo hábito, tivesse de subir para uma gôndola veneziana? A estranha embarcação de tempos baladescos, tradicionalmente inalterada e tão singularmente preta — como entre todas as coisas só o são os ataúdes — lembra caladas e criminosas aventuras em noites murmurantes, lembra, mais ainda a própria morte, marcas e execução sombrias e a última silenciosa viagem».

Ao tomar a gôndola, verificou que sua gôndola estava dirigida ao mar aberto. Ora, ele sabia que aquela direção não o levaria à cidade, mas ao cemitério de Veneza, daí sua ordem ao gondoleiro:

«— Vamos para a estação das barcas». Mas como não obtivesse resposta, repetiu a ordem, virando-se por completo e fitando o gondoleiro no próprio rosto. Eis como Mann descreve esse personagem sem nome: «Era um homem com fisionomia descortês, brutal mesmo, vestido de azul-marinho, com uma faixa amarela na cintura e um desforme chapéu de palha ousado e torto na cabeça, cujo trançado começava a abrir-se. Sua formação de rosto, seu bigode louro e crespo, embaixo do nariz curto e arrebitado, não lhe davam a aparência do tipo italiano. Apesar de ser de constituição física mais para franzina, podendo-se achar não ser ele especialmente indicado para a sua profissão, dirigia o remo com força e energia, empenhando todo o corpo em cada movimento. Algumas vezes, com o esforço, puxava os lábios para trás, descobrindo os dentes brancos. Com as sobrancelhas ruivas, cerradas, ele olhava por cima do freguês, respondendo em tom categórico, quase grosseiro:

— O senhor vai para o Lido.

Observe-se aí, a técnica artística de Thomas Mann. Entre a ordem de Aschenbach e a resposta do gondoleiro, há um enorme trecho que deixa de ser descrição para tornar-se autêntica narrativa. O leitor desatento poderá até perder-se na leitura, pois seria capaz de julgar que o gondoleiro está fazendo uma interrogação, quando na realidade, o que ele faz é adivinhar o lugar para onde se destina Aschenbach. Não há dúvida que este personagem é o mesmo que ele vira em frente à capela bizantina do cemitério de Munique. Basta que se observe a tipologia, os caracteres e sinais que permitem o reconhecimento. Por exemplo: são comuns o nariz arrebitado, a magreza de ambos, a cor da pele, os lábios afastados dos dentes. No de Munique, os lábios curtos poderiam ser provocados pelas caretas que ele fazia diante do sol; no de Veneza, os dentes à mostra poderia ser o efeito do esforço que o homem fazia com o remo. Ambos estão com a cabeça coberta por um chapéu de palha. Quanto ao caráter, ou pelo menos a sua aparência, ambos eram agressivos e apesar de franzinos demonstravam uma força selvagem nos movimentos e atitudes. O primeiro não era bávaro, parecendo estrangeiro vindo de «muito longe»; o segundo não parecia italiano e, ao chegar no Lido, ao procurá-lo o gondoleiro havia desaparecido.

Não há dúvida de que este personagem foi introduzido por Thomas Mann como um recurso técnico-expressivo destinado a dar um caráter lúgubre ao motivo da morte. O personagem, nesse caso, seria a própria morte e o objetivo de Thomas Mann é criar a ambigüidade muito próprio de seu estilo, criando assim dificuldades para uma interpretação literal da história de Gustav Von Aschenbach.

Ao desaparecer a motivação da morte, Thomas Mann reintroduz o motivo do amor, com o aparecimento em cena do jovem Tadzio. Repete-se aqui o paralelismo Hans Hansen-Tonio Kroeger Tadzio-Aschenbach. Assim como depois irá observar-se na *Montanha Mágica* o paralelismo no episódio Pribislav — Hans Castorp.

A beleza só pode ser revelada pelo amor, o amor é luz, é claridade, porque só a luz pode desviar a atenção do intelecto para os sentidos. Intelecto e memória, diante da claridade sobre um ser ou coisa bela, ficam em suspensão, porque a alma embriagada pela alegria fica presa no mais belo dos objetos tocados pelo Sol; e só com o auxílio de um corpo ela consegue elevar-se para uma contemplação mais alta ainda. E, mais adiante, ao prosseguir sob o efeito de um dos mais belos diálogos de Platão, Thomas Mann escreve:

«O amante é mais divino do que o amado, porque no amante está o Deus e no outro não — pensamento tão carinhoso e irônico que jamais talvez tenha sido pensado antes e do qual nasce toda a travessura e a mais secreta voluptuosidade do anseio».

Aplicando-se, por analogia, os termos técnicos de Aristóteles para definir o mito trágico, diríamos que Gustav Von Aschenbach é um Tônio Kroeger «complexo», numa associação que se assemelha a de Georg Lukacks ao definir o *Tasso* de Goethe como um *Werther* «concentrado». O que se pode observar em ambas as novelas de Thomas Mann é a presença do conflito entre a sociedade industrial, burguesa, capitalista ou tecnológica de um lado e do outro a arte moderna. Neste caso, Aschenbach tanto pode simbolizar a arte moderna como também a impossibilidade do artista moderno de captar a verdadeira beleza, por haver se divorciado

das raízes da criação, como resultado de uma ordem imposta — contra a sua vontade — pela sociedade burguesa. Assim, Aschenbach, que é o mesmo que na juventude visita a Dinamarca com o nome de Tonio, a Dinamarca que simboliza ainda a sociedade burguesa representada pelo seu pai — o cônsul Kroeger, numa época em que vacilava ainda entre os encantos que lhe oferece a vida social e a difícil tarefa do artista, acaba por decidir-se pela criação literária, tornando-se famoso por suas obras que tinham alcançado milhares de leitores. Mas agora, ao sentir-se velho e doente símbolos da dúvida sobre a validade do seu trabalho como escritor — busca encontrar a verdadeira beleza para expressá-la numa obra definitiva que o salve da morte. Daí sua viagem à Itália e a busca de Veneza, símbolo de uma arte magnífica já narrada antes por D'Annunzio e por Barrés. Ali chegando, somente ele pode contemplar o belo com o qual sempre sonhara, pois os demais não podem ver essa beleza, já que a cidade está mergulhada nas brumas e emanações letais de uma peste — o comercialismo turístico. Era natural que somente ele pudesse contemplar o belo de que é símbolo o jovem Tadzio. Por isso, quando Tadzio, ao desaparecer no mar na forma de um Apolo, Aschenbach sente que a beleza que ele sonhara não pode ser mais captada pelo seu gênio a consciência de que fora um escritor perfeito perante um público de filisteus está presente, mas também a consciência de que ele está sob o domínio da «peste» e jamais expressará o verdadeiro belo. *A Morte em Veneza* não é portanto a morte de um homem, a morte do corpo de Aschenbach, mas a de sua alma, de seu espírito, uma espécie de Inferno de Dante onde a carne sofre o castigo pelo fogo mas a alma nada sofre porque já morreu. Isso é confirmado mais tarde por Adrian Leverkühn, ao dizer, acusando o seu Demônio:

«Em verdade, diletos companheiros, se a arte é incerta e não avança um só passo, se tudo é demasiado difícil e as pobres criaturas de Deus não sabem como sair de sua miséria, a culpa é de nossa época. Mas se alguém com o fito de sair da estagnação e atingir o triunfo, faz um pacto com o Diabo, então esse alguém compromete a sua alma e se condena a carregar sobre os próprios ombros toda a culpa de sua época».

Em *A Montanha Mágica* os temas e motivos se desdobram, alcançando uma complexidade crescente. Alguns críticos e estudiosos da obra romanesca de Thomas Mann têm encontrado aqui cerca de seis motivos os quais merecem não apenas uma retificação quanto a interpretação de seus conteúdos mas, também, do

número desses motivos básicos. Não há dúvida de que *A Montanha Mágica* foi composta obedecendo a uma rigorosa qualificação de seus elementos estruturais baseados no número, não tão rigorosa quanto à concepção da *Divina Comédia*, de Dante, mas tão consciente, em suas intenções teóricas, quanto *As Flores do Mal*, de Baudelaire. No caso de Thomas Mann, ao contrário de Dante, o seu número preferido não é o 3 ou 9; mas o 7, ainda que o 7 esteja sempre em Dante. O leitor desatento da *Montanha Mágica* nem sempre poderá perceber o significado das palavras que ele escreveu no final do prefácio desse romance. Ei-las:

«Portanto, o narrador, não poderá terminar a história de Hans Castorp de um só golpe. Os 7 dias de uma semana não serão suficientes. Tampouco bastarão 7 meses. O melhor será não se perguntar de antemão quanto tempo transcorrerá sobre a terra enquanto a história ocupa o seu narrador. Esperamos, em nome de Deus, que não chegue a ser 7 anos».

Procurando identificar os motivos presentes nesse romance, como o próprio título deste ensaio o exige, descobri 7 e não apenas 6 como observara o prof. Lion, ao comentar essa obra de Thomas Mann. Acredito que poderei dizer que além desses motivos não há mais nenhum, assim como dissera Aristóteles sobre as seis partes da tragédia grega, no capítulo VI da *Poética*. Os motivos são:

1º — U'a Montanha Encantada, formadora de um espaço onde a história se organiza. Esta montanha é o símbolo do Purgatório tal como se apresenta em Dante. A idéia da purificação pelo fogo aqui também está presente através da febre que os purifica dos 7 pecados capitais. A Montanha não podia ser o símbolo de uma sociedade européia do futuro, como quer o prof. Lion, ao afirmar que ali se encontram apenas europeus, pois quando, em uma passagem do romance, Hans Castorp indaga de Joaquim quem é uma mulher enlutada que ele vê no jardim, este responde, sem olhar para a mulher:

1º — Ah! é «Tous-les-Deux». Aqui todos chamam-na assim, pois é só o que se ouve. É mexicana, não fala sequer uma palavra de alemão e muito mal o francês.

2º — Um mundo tipicamente manniano, apoiado numa técnica naturalista de composição associada a um simbolismo que

o coloca em posição singular em relação aos demais escritores naturalistas ou realistas europeus de fins do século XIX.

3º — Um personagem característico da novela pedagógica de Goethe — *Anos de Aprendizagem do Guilherme Meister* — que sobe a Montanha (assim como Enéas descera ao Inferno para adquirir sabedoria) onde se auto-educam não em uma Universidade, de onde já saíra como engenheiro, mas na escola da vida. Aqui poderia servir-lhe de lema os versos de Camões:

A disciplina militar prestante
não se aprende Senhor na fantasia,
sonhando, imaginando ou estudando
senão vendo, tratando e pelejando.

4º — Dois humanistas — Setembrini e Naptha — representantes da divisão ideológica do mundo entre liberais admiradores da Revolução Francesa e o comunista primitivo. Essas duas personagens asseguram ao romance uma unidade de exposição de idéias através de uma verdadeira teoria da conversação inteligente. De um deles — Setembrini — diz o narrador: «Seus lábios formavam as palavras com um certo prazer. Ouviam-se-as com satisfação». Embora não tenham vida própria, sem eles o romance não passaria de uma história interessante e insípida.

5º — Um episódio de amor entre o herói Castorp e uma estranha mulher de nome Claudia Chauchat. Este motivo proporciona excursos sobre o amor e a beleza do corpo, ainda que este simbolize a doença e a morte. Para não voltar ao tema como a brevidade exige, permitam-me transcrever um trecho da declaração de amor que Hans Castorp faz a sua amante:

«Oh! encantadora beleza orgânica que não se compõe nem de pintura a óleo, nem de pedra mas sim de matéria viva e corruptível, cheia do segredo febril da vida e da podridão! Vê a simetria maravilhosa do edifício humano, os ombros e as cadeiras, os seios floridos em ambos os lados do peito, as costelas alinhadas por pares, um umbigo no centro, na brandura do ventre, e o sexo obscuro entre as coxas. Vê os homoplatas como se movem sob a pele sedosa das costas, e a coluna vertebral que desce até a dupla

luxúria fresca das nádegas, e os grandes ramos dos vasos e dos nervos que passam do tronco às extremidades pelas axilas, e como a estrutura dos braços corresponde à das pernas. Oh! as doces regiões da junção interior do cotovelo e do tornozelo, com sua abundância de delicadezas orgânicas sob suas almofadas de carne, que festa mais amena o acariciar esses lugares deliciosos do corpo humano! Festa para morrer logo sem um só lamento! Sim, meu Deus, deixa-me sentir o odor da pele de tua rótula, sobre a qual a engenhosa cápsula articular segrega seu azeite resvaladiço! Deixa-me tocar devotamente com minha boca a artéria «femoralis» que pulsa no fundo da coxa e que se divide, mais abaixo, nas duas artérias da tibia! Deixa-me sentir a exalação de teus poros e apalpar teu velo, imagem humana de água e albumina, destinada a anatomia do túmulo e deixa-me morrer com meus lábios colados aos teus!

Não abriu os olhos, depois de ter falado. Permaneceu sem se mover, a cabeça para trás, as mãos, que seguravam a pequena lapiseira de prata, separadas tremendo e vacilando sobre os seus joelhos.

Ela disse:

— «És, sem dúvida, um galanteador que sabe cortejar, profundamente, à alemã».

6º — A presença do tempo, um tempo não só subjetivo e objetivo, mas um tempo místico, simbólico, ou alegórico, um tempo que parecendo ser o *passado* ou o *futuro* não é mais do que o «presente». Quando ele diz, no prefácio, que a história se passa num remotíssimo passado, significa apenas que a *Montanha Mágica* é a última crônica de uma época já morta para sua atividade artística. Por outro lado, um tempo tão distanciado, permite ao narrador exercitar mais livremente a sua ironia, tal como ocorre nos romances do *Ciclo de José* ou até mesmo no *Dr. Faustus*.

7º — A numerologia, como uma espécie de *leitmotiv*, ou motivo diretivo, com ênfase no número 7. Ele chega ao Sanatório de Berghoff em julho, o 7º mês do ano. Ali fica no quarto 34,

cujos números somados entre si formam o número 7. Ao fazer a primeira refeição, verifica que o refeitório tem 7 mesas. Ao observar o primo Joaquim tomar a temperatura na boca, indaga:

— Quanto tempo dura isto?

Joaquim mostrou 7 dedos.

Mas já passaram os 7 minutos, diz Castorp.

Joaquim fez um sinal negativo com a cabeça. Depois tirou o termômetro da boca e disse:

— Sim, quando se vigia, o tempo passa muito lentamente. Gosto de tomar a temperatura quatro vezes ao dia, porquanto isto nos faz observar, propriamente, o que seja um ou 7 minutos, do mesmo modo que, aqui, não se faz nenhum caso dos 7 dias da semana.

Daí eu acreditar que a composição numérica chegou a Thomas Mann não através dos místicos ou dos neo-místicos, mas diretamente de Dante. Na *Montanha Mágica* há constantes elogios a Virgílio, guia de Dante. Dante é louvado por seu espírito, por ser um cidadão ativo e lúcido com uma consciência profunda da arte e de seu valor como princípio do conhecimento das coisas terrenas e da vida. O sentido da presença de Dante torna-se, assim, um princípio para a compreensão da obra de Thomas Mann. Segundo ele, a crise da arte moderna resulta das condições histórico-sociais da época que obrigam o artista a refugiar-se nas sombras. Mas Dante é um exemplo de um escritor que resistiu esteticamente ao espírito da época e foi buscar um clássico, que vivera 13 séculos antes dele, o guia para sua revolução na poesia. O próprio Thomas Mann é um exemplo de artista moderno que não se entregou às seduições das massas mas tampouco se refugiou no gabinete como o fez Adrian Leverkühn, o Dr. Faustus.

O Dr. Faustus representa o ponto culminante da carreira literária de Thomas Mann. Possivelmente, é a obra mais complexa da literatura mundial, escrita nos últimos cem anos. É natural, portanto, que eu me restrinja aqui apenas a algumas indicações

sobre essa epopéia, em que os temas artísticos, políticos, teológicos e filosóficos se entrelaçam formando um tecido estrutural de complexidade crescente.

George Lukács, crítico e filósofo húngaro, que representa na *Montanha Mágica* o papel de Naphta, em um estudo de 1948, afirma que o problema central do Fausto de Mann é a relação entre o «grande» e o «pequeno mundo». O «grande mundo» é o mundo da humanidade, o mundo do homem coletivo, com a perspectiva irreal de um povo livre, sonhado pelo Dr. Faustus de Goethe. Esse «grande mundo», onde a arte encontraria a sua «sociabilidade», se dissolve no Dr. Faustus de Thomas Mann, um «grande mundo» real só pode ser um mundo democrático. Como um tal mundo é impossível, na sociedade contemporânea, o Dr. Faustus se refugia no seu estúdio, o «pequeno mundo» oposto ao mundo social e, psicológica e moralmente, se isola de tudo o que o circunda. Assim a problemática da arte moderna, vista simbolicamente através da música, constitui o núcleo da análise feita nesse livro pelo autor do já distante Tonio Kroeger.

Vejamos, antes de qualquer comentário mais específico sobre determinados temas, a fabulação da obra. O Dr. Faustus está concebido como uma biografia escrita em 1944 por um suposto amigo do compositor: Serenus Zeitblom. O relato é feito três anos após a morte de Adrian Leverkühn, que por haver feito um pacto com o Diabo, em troca da glória, identifica-se com o conhecido personagem de Marlowe e Goethe, o Diabo aparece com frequência a Leverkühn, sempre mudando de aspecto, tanto na fisionomia como nos trajes, constituindo suas conversações com Adriana, um dos capítulos mais importantes do romance de Mann. Entretanto, o Diabo aqui não se parece tanto com o de Goethe. Lembra mais o Demônio da visão do mal de Dostoiévski. Mas o Demônio de Dostoiévski não se apodera inteiramente do ser de Ivan Karamazov tanto que esse lhe diz em certa ocasião:

— Eu sei que tu és a minha encarnação. A encarnação de meus pensamentos e de meus sentimentos, mas só de meus sentimentos e pensamentos mais asquerosos e estúpidos.

O Diabo de Thomas Mann tem muito de humano do Demônio que atormenta Ivan, quando, por exemplo, se queixa de reumatismo, ao que Ivan exclama:

«O Diabo com reumatismo?»

E este responde:

«Por que não? Se eu me encarno? Quando me encarno sofro as conseqüências. Satanás sum et nihil humani a me alienum puto (Sou Satanás e nada do que é humano me é estranho).

Apesar de tudo, o Demônio de Thomas Mann é mais terrível, pois se apodera de todo o ser de Adrian Leverkühn. E quanto a vocação musical de Leverkühn? Como explicá-la? Na juventude, Leverkühn foi conduzido a um asilo e ali refugiou-se no piano. Do ponto de vista do caráter, constitui um mistério o fato de um homem tão observador quanto Thomas Mann criar um tipo de compositor que tem tão pouco dos traços de espírito do povo alemão. Comum a esse povo, o Adrian tem apenas a facilidade de compreender tudo com rapidez e uma inteligência agudíssima. Não parece ser vocacionalmente um músico, segundo se conclui das observações de seu amigo Zeitblom. Ama a ordem e daí uma explicação do seu gosto pela teologia. Contudo, poderia dizer-se que seu gosto pela ordem seria antes o resultado dos seus estudos teológicos, ainda que um de seus mestres — o professor Scheleppfuss — ensinasse que a psicologia religiosa é uma demonologia, influenciada pela sensualidade e o freudianismo. Os estudos de matemática também lhe serviram para desenvolver a capacidade de abstração favoráveis ao espírito musical. Sua única preocupação é a música mas o interesse por ela é estranhíssimo: as possibilidades de complicações infinitas e combinações inusitadas, como um grande mestre do xadrez, que busca no tabuleiro esgotar todos os lances que seria possível a cada peça, por isso Zeitblom tem dúvidas sobre a vocação musical do amigo, embora reconhecendo-lhe a qualidade de gênio espantoso, talvez o maior da música, desde a morte de Beethoven. Vive desligado do real, inteiramente isolado do mundo e voltado para dentro de si mesmo, mostrando um desprezo sem limites pela vida mundana, pela falsa glória proporcionada pelos mecanismos da propaganda e da vida

social e tudo o mais que a rodeia. Duvida de tudo e zomba daquilo que se apresenta como sério e grandioso, mantendo uma atitude ascética, fria e solitária. Uma força irresistível o leva às construções barrocas e dissonantes. Era, portanto, natural que usasse o sistema dodecafônico e adotando a atonalidade.

Serenus Zeitblom é um humanista. Mas não um humanista na acepção que daria ao termo um erudito do Renascimento. É um homem que ama as «coisas humanas», mas sua formação intelectual tem todas as deficiências próprias de uma época em que a influência do «kitsch» já começa a se fazer presente através dos meios de comunicação de massa. Por isso, Zeitblom se torna, muitas vezes ridículo aos olhos do Dr. Faustus. Adrian não só ironiza algumas idéias do amigo e biógrafo mas até lhe opõe — ou melhor opõe ao seu humanismo — o cômico, o catastrófico, o apocalítico, além de uma ironia cortante que passa despercebida do próprio Zeitblom.

Contudo, Zeitblom parece compreender muito bem que a música do Dr. Faustus não foi feita para a sensibilidade ou o sentimento alheio. Ela visa apenas proporcionar ao espírito de seu autor um «prazer» e uma visão da ordem universal da Natureza. Quanto aos personagens principais, que o romance não poderia dispensar sem que lhe ocorresse um certo enfraquecimento da estrutura, conta-se exatamente doze:

Protagonistas { Adrian
Zeitblom

Símbolos da decomposição { Dr. Cahim Breisacker
Saul Feltberg

Desajustados { Clarissa
Instintores
Rudi
Inês

Professores de Adrian { Nonemmacher
E. Kumpff
Wendel Kretschmer
Schleppfuss

A caracterologia e tipologia desses personagens podem constituir um dos temas mais sugestivos para dissertações dos críticos e teóricos da literatura. Uma análise de todos os elementos demonstra as diferenças fundamentais entre o *Faust* de Goethe e o *Faustus* de Mann. Creio que, efetivamente, a tese de Lukács é muito boa, quando identifica no *Faust* de Goethe a representação do «grande mundo», o mundo social, objetivo e conseqüentemente épico. O *Faustus* de Mann, ao contrário, é apenas a projeção do «pequeno mundo», o mundo individual, interior e subjetivo. Será que um ser assim, introvertido, mas inclinado à busca da realidade oculta, subjacente à realidade fenomênica não seja capaz de ver melhor do que o outro? Possivelmente, sim. É provável que, nesse aspecto, já não esteja inteiramente de acordo com Lucács. Creio que o Dr. Faustus, de Mann, vê melhor do que todos os outros que anteriormente dominavam a cena, desde Markiwe.

Ao contrário do *Faustus* de Marlowe, sempre ardiloso e inclinado à fraude, o *Faustus* de Mann, às vezes, se apavora com a figura do próprio Diabo. Quando no *Faustus* de Marlowe, o Demônio se apresenta de forma horripilante, o sábio ordena-lhe que se retire e volte com melhor aparência, vestido de franciscano, pois a um Diabo convém piedoso aspecto»; Mas Adrian Leverkühn acaba por descobrir que a feiura do Demônio não é mais do que a representação caricatural da auto-destruição do império nazista que durou apenas a centésima parte de um período que deveria durar um milênio. Ainda segundo Lucács, essa feiura é também o símbolo da decomposição do homem e da obra artística, da auto-liquidação do espírito criador. Há, portanto, uma analogia perfeita entre o espírito de auto-destruição nazista e o espírito de auto-destruição da arte moderna, simbolizada na música atonal de Adrian Leverkühn.

O agente da dissolução artística é, no Dr. Faustus, o próprio Leverkühn, ainda que não possua consciência de que o seu isolamento o levará a trágica representação desse papel. O próprio Demônio o desvia de suas auto-reflexões — as reflexões de Adrian valorizando a vida estravagante que, em última análise é a causa do próprio inferno. Por isso, não é de admirar que o Demônio afirme ser «a vida estravagante a única que satisfaz a uma mente orgulhosa». Um homem soberbo jamais trocaria tal tipo de vida «por uma existência morna».

O Diabo de Leverkühn — Lucács viu bem este aspecto — é um crítico filosófico e histórico que sabe tudo sobre a situação da arte no mundo contemporâneo. Falando da arte moderna ele diz:

«A produção não está ameaçada de desaparecer?

E tudo isto que se coloca em papéis revela fadiga e desgosto. Também o compor música tornou-se muito difícil. Quando a obra não está mais de acordo com a verdade, como se pode trabalhar? O que nego é uma certa satisfação que a situação da «obra» em geral me traz. Sou contrário às OBRAS em geral. Como não poderei experimentar um certo prazer pelo incômodo que ora atormenta a idéia mesma da obra musical? O movimento histórico do material musical se voltou contra a obra concluída... O colher a expressão na universalidade da conciliação entre o movimento do material e a obra acabada é o mais íntimo princípio da ficção musical. Ora, esta universalidade terminou. A pretensão de pensar que o universal está contido harmonicamente no particular desmentiu-se a si mesma. Terminaram as convenções de valores antecipados e obrigatórios que garantiam a liberdade do jogo».

Esta passagem demonstra que para o Demônio de Thomas Mann as estéticas e poéticas não só foram arquivadas pela arte moderna mas atirada ao lixo. Daí por que o Dr. Faustus se queixa de que com tantas inovações, fazer arte tornou-se uma atividade extremamente complicada em nosso tempo. A esta altura, poderíamos fazer uma indagação. Simbolicamente, quem seria o Dr. Faustus, entre criaturas históricas, visto da perspectiva do mundo subjetivo e também do mundo objetivo? Não seria necessária que Georg Lucács dissesse que se existe alguém que lembre a figura do Faustus, este alguém seria a figura ascética, afastada do mundo e ávida de vida, temerosa do mundo e dura como a de um ditador de Frederico Nietzsche.

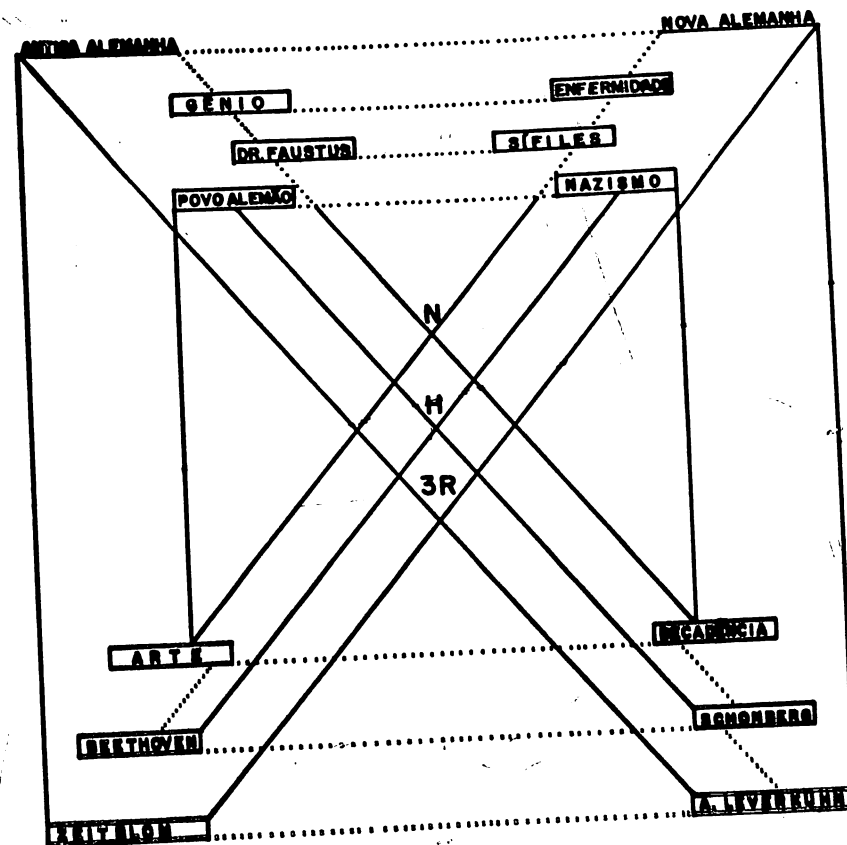
A tese principal da obra — se é que existe alguma tese no *Dr. Faustus*, é a impossibilidade de coexistência da grande e da verdadeira arte com o mundo moderno, dominado por um progresso material que a cada dia consome cada vez mais uma arte de quinta classe, elaborada pelos *mass media*, os meios de

comunicação coletiva, o que obriga os homens de gênio a se refugiarem na torre de marfim, no seu gabinete ou no seu estúdio. Esse isolamento, transforma o artista em um bruxo, produtor de uma arte envolta numa aura de mistério que confunde o leitor com a magia das palavras ou as dissonâncias, presentes tanto na poesia quanto na pintura e na música. A dissonância presente na música do Dr. Faustus resulta de uma intenção teórica: a ânsia de luta do artista contra a mediocridade dos escritores cujos livros formam os «best-sellers», cujos discos são vendidos aos milhões, como ocorre com a arte do mau gosto definida pelos alemães com o nome de «kitsch». A propósito, um ensaio de Roberto, Schwarz — *Grande Sertão e Dr. Faustus**, identifica os personagens desse romance de Mann como saídos principalmente da burguesia acadêmica, alguns aristocratas decadentes e membros da pequena propriedade rural, todos excelentes consumidores do «kitsch»**. Mas em relação ao conceito de dissonância não devemos deixar de lado o que diz dele um dos gênios da música contemporânea:

«Não há nada que nos obrigue a buscar satisfação unicamente no repouso. Há mais de um século são a cada dia mais numerosos os exemplos de um estilo em que a dissonância converteu-se em algo independente, em uma coisa que conta por si mesma. Não é nem o anúncio nem a preparação de nada. Nem a dissonância engendra ordem, nem a consonância assegura qualquer garantia de ordem, de segurança» (Stravinsky, *Poétique musicale*, Paris, 1945).

No *Dr. Faustus*, Zeitblom analisando a música de Leverkühn relaciona-a com as tendências mais profundas da desumanização da arte na Alemanha sob o hitlerismo e afirma que agora «o coro é instrumentalizado enquanto a orquestra é vocalizada — e com o objetivo — de fazer aparecer efetivamente desolado o limite entre homem e coisas. Dessa, a essência da obra musical do Dr. Faustus está justamente na dissonância, ou melhor, na «Consciente subversão da função harmonia». «Toda a obra é dominada pelo paradoxo — diz Zeitblom — segundo o qual a dissonância exprime tudo o que a obra tem de sério e elevado, devoto, espiritual, enquanto a harmonia e a tonalidade são reservadas para o mundo infernal; neste caso o mundo da vulgaridade e do lugar comum».

ESTRUTURA DO DR. FAUSTUS



O gráfico demonstra a estrutura altamente complexa do *Dr. Faustus*, em que os temas artísticos, filosóficos, políticos, científicos, sociais se cruzam em todas as direções, fugindo ao caráter linear da *novela-rio* predominante no século XIX. Os símbolos N, H, e 3R são respectivamente Nietzsche, Hitler e 3º Reich, constituindo pontos de intersecção entre as duas Alemanhas: a velha Alemanha e a «nova», instaurada pelo Nazismo. Beethoven representa não só a música mas é símbolo de toda a grande arte do Ocidente. É a própria Alemanha. O paralelismo mostra na outra extremidade Schonberg, o compositor austríaco (como Hitler) cuja música atonal é adotada por Adrian, que agora pretende destruir Beethoven. Observe-se que Nietzsche é o «gênio-enfermo». O gênio é Faustus atacado de sífiles. A sífiles (símbolo do Nazismo) é o mal que ataca o povo alemão. Zeitblom, representante da velha Alemanha, é o biógrafo do Dr. Faustus. As linhas pontilhadas identificam os paralelismos. (Diagrama de César Leal).

Em uma determinada ocasião, o Dr. Faustus conversa com o seu biógrafo, quando ele de súbito diz:

— Acho que não deve existir?

— O que, Adrian, não deve existir?

— O que é bom e nobre, o que se diz humano, mesmo que seja bom e nobre aquilo pelo qual os homens combatem, pelo qual a assaltaram as bastilhas, aquilo que os vencedores anunciaram triunfantes, é isto que eu quero destruir.

— Escuta, meu amigo, não te compreendo muito bem. Que queres destruir?

— A *Nona Sinfonia*, respondeu.

O Dr. Faustus compreende que para fazer triunfar sua arte é necessário destruir o maior símbolo da criação humana na arte musical, que é a obra de Beethoven. É preciso destruir Beethoven para que sua arte triunfe. Então a última obra de Leverkuhn é justamente uma Sinfonia ao Fausto, escrita em contraponto à Nona do Beethoven. Consegue fazê-lo, mas esse seu triunfo não é um triunfo seu, mais do Demônio. Aqui os símbolos se cruzam em todas as direções. Beethoven não é só a música mas o símbolo de toda a arte do Ocidente. É também o símbolo do povo alemão. Mas o Faustus, é também símbolo da genialidade desse povo. Só que agora, o gênio está enfermo, atacado de Sífilis. A doença é portanto outro símbolo e isso vai aumentando num crescendo enorme a complexidade do romance.

No final, Leverkuhn é salvo, assim como no último momento Deus salva o *Dr. Faust* de Goethe. Este foi salvo pela milícia dos anjos e há uma apoteose no céu dos anjos celebrando a vitória sobre o Demônio. Salva-se o Dr. Faust pelo agir constante, criando sem cessar em benefício dos homens. O Dr. Faustus de Thomas Mann se salva por que reconhece poucos momentos antes de mergulhar nas sombras da loucura e da morte o princípio demoníaco presente em sua música. Repudia criticamente esse princípio, através dessas palavras cheias de sabedoria:

«Em verdade diletos companheiros, se a arte é incerta e não avança um só passo, se tudo é demasiado difícil e as pobres criatura de Deus não sabem como sair de sua miséria, a culpa é de nossa época. Mas se alguém compromete a sua alma e se condena a carregar sobre seus ombros toda a culpa da época. É fácil dizer: sede sóbrio e vigiai. Pois muitos são incapazes de conservar a serenidade e de vigiar. Em lugar de se preocuparem com aquilo que é necessário para melhorar a vida na terra, em lugar de buscarem a criação de uma ordem humana propícia a uma nova dignidade para a obra de arte, estes infelizes perseguem o impossível e se entregam a uma infernal embriaguez. Deste modo, perdem suas almas e apodrecem».

INFLUÊNCIAS DE QUENTAL NA CRÍTICA DE COSTUMES DA LITERATURA PORTUGUESA DO SÉCULO XIX

O tema deste Seminário, ainda que muito importante para os estudantes de letras, constitui uma limitação muito séria para o crítico de poesia, especialmente para aquele que se habituou a certos tipos de análise e investigação tendo como objeto não apenas as idéias, temas e conteúdos das obras de arte literária, mas antes sua estrutura, a disciplina estilística, a perícia técnica e os problemas de estratégia de composição que o autor é freqüentemente chamado a resolver. Analisar a crítica de costumes na poesia de um Horácio, de um Shakespeare e até mesmo de Camões, para não citar a enorme riqueza de elementos que iremos encontrar em dramaturgos como Molière ou Gil Vicente é uma tarefa altamente estimuladora e que não deixa de seduzir a um número sempre crescente de teóricos e estudiosos da literatura, particularmente daqueles que têm a visão crítica concentrada sobre os valores extrínsecos, ou melhor ambientais e sociais, condicionantes das obras de arte literária. Contudo, a tarefa já não é fácil quando esse tipo de investigação se desloca para um grupo de autores que embora importantes do ponto de vista do historiador da literatura, pouca ou nenhuma significação tem à crítica literária. Em particular, quando esta crítica de

costumes que estudamos aqui, se fazia em uma época em que a «ficção narrativa» já havia desenvolvido tremendamente os seus poderes e uma revolução, sem precedentes na história cultural do Ocidente se processava no âmbito da expressão poética. Dentro dessa perspectiva, Eça de Queiroz — por exemplo — é um artista centrado na modernidade. A crítica que ele faz aos costumes da sociedade portuguesa de seu tempo corresponde às intenções teóricas do realismo, e não de um mero realismo sinónimo de escola literária, mas do Realismo como constante na história da cultura, de Homero aos nossos dias.

Se a crítica de costumes podia alcançar níveis de eficácia tão elevados entre os ficcionistas, já na poesia o problema se complicava por várias razões. Uma delas, ao meu ver, seria a inexistência de poetas bem dotados — poetas épicos e dramaturgos — gêneros em que os costumes podem ser postos em evidência como parte integrante da própria estrutura das obras criadas; outra seria a inadequação das espécies de poesia lírica mais indicada para a crítica social, pois o espírito da modernidade em toda a Europa, desde a segunda metade do século XVIII, orientava-se no sentido da criação de uma poesia nova, definida por Novalis e outros românticos alemães, como a «poesia do futuro», e que já não admitia lugar para a sátira e o epigrama. Dentro dessa visão contemporânea do poema, que importância poderia ter para um crítico moderno uma obra como a de Guerra Junqueiro, tão valorizada em seu tempo? Perdoem-me se não concordo comigo, ao chamá-lo de mera «curiosidade histórica».

Entretanto, se o tema deste Seminário é a crítica de costumes na literatura portuguesa do século XIX, cabendo a cada expositor a análise de um determinado gênero ou de um escritor isolado, por que não procurar, então, essa crítica na prosa doutrinária dos poetas, ao invés de buscá-la em sua poesia? Colocada a questão nesses termos, creio que será mais proveitoso para o leitor e para o analista limitar o campo de sua apreciação e eleger o poeta e as idéias do poeta que mais contribuíram para a precisão quase científica da crítica da literatura portuguesa aos costumes da sociedade que se estabeleceu no

mundo ibérico após a morte de D. Sebastião e Felipe II. Este poeta é Antero de Quental, um dos mais legítimos representantes do espírito europeu, em particular do ibérico.

A superioridade de Antero sobre seus contemporâneos consiste precisamente na riqueza e força das imagens, na transparência da linguagem, sempre grave, elegante e penetrada de uma luz que de certo modo lhe filtrava o pensamento, impedindo que elementos estranhos à essência da verdadeira poesia chegassem aos seus poemas. Mesmo assim, elas se apresentam carregadas de vigoroso conteúdo ideológico, de valores morais que revelavam também sua condição de profeta e guia de uma geração. Embora maldizendo Baudelaire, foi de certo modo um seu irmão na preocupação com os problemas de Deus e do Demônio, ou como diria T.S. Eliot, não tanto de Deus e do Diabo, de «missas negras e blasfêmias românticas, senão com os verdadeiros problemas do bem e do mal».

Se alguém deseja reformar uma sociedade enfêrma é aos profetas e aos poetas que deve ouvir, pois eles é que andam na frente, embora considerados pelos donos das convenções e de instituições falidas apenas como extraviados e loucos;

Estendei vossas almas como mantos
Sobre a cabeça deles... e do peito
Fazei-lhes o degrau, onde com jeito
Possam subir a ver os astros santos.

Sim! É preciso caminhar avante!
Andar! passar por cima dos soluços!
E, como o que numa mina vai debruços,
Olhar apenas uma luz distante.

É preciso passar sobre as ruínas,
Como quem vai pisando um chão de flores!
Ouvir as maldições, ais e clamores,
Como quem ouve músicas divinas!

São versos das *Odes Modernas*, poemas escritos quase na adolescência, mas que já revelam o poeta preocupado com o futuro, ensinando que o veneno deve ser bebido sem contração dos lábios, que se deve descer ao Inferno e dele retornar com olhar sereno. Antes já havia lamentado que para uma luta tão árdua fossem tão poucos os combatentes;

Com que passo tremente se caminha
Em busca dos destinos encobertos
Como se estão volvendo olhos incertos!
Como esta geração anda sozinha.

Todavia, não era esta uma geração solitária. Era aquela que iria constituir os alicerces da grande literatura portuguesa da modernidade, uma espécie de ponte muito vigorosa entre a tradição renascentista de inconformismo com as convenções e o espírito moderno de que é representante, não apenas de Portugal mas da Europa, o grande Fernando Pessoa. Antero é o profeta de *Mensagem* assim como Camões bem poderia ter sido o profeta da *Causa da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*.

No final dos Lusíadas, Camões queixa-se de não poder continuar, por ter voz rouca, não do Canto mas de falar a quem já não tinha ouvidos para ouvir. Os escritos de Antero revelam que aquele povo padecia, efetivamente, de um grave defeito de audição. O castigo, segundo Antero — é a degradação da vida econômica, a ruína do sistema de produção, o desaparecimento da indústria, da agricultura e do comércio, a má compreensão de Camões por D. Sebastião, e sua louca aventura no Marrocos.

Antero de Quental subestima os escritores e cientistas da época. É possível que até tivesse algumas razões quando lamenta a substituição dos antigos filósofos, sábios e criadores nas artes e nas ciências pela «tribo vulgar dos eruditos sem crítica». A análise da situação que precede e anuncia o advento do espírito de decadência é algumas vezes muito aguda.

Saímos de uma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre; entramos num recinto sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó de livros velhos, e habitado por espectros de doutores.

Criticando os costumes literários do período, revela-se irônico, mas nem sempre demonstrando conhecer as novas teorias do poema, que mais tarde, especialmente em Ezra Pound, Apollinaire e T.S.Eliot, iriam encontrar um desenvolvimento mais amplo. Acusa a poesia portuguesa de haver se transformado em mera cópia do passado, interessada apenas em traduções e sem nenhum espírito inventivo. Tal espírito, segundo ele, é considerado um perigo.

Inventar é considerado um perigo e uma inferioridade; uma obra poética é tanto mais perfeita quanto maior for os versos traduzidos de Horácio, de Ovídio. Florescem a tragédia, a ode pindárica, e o poema herói-cômico, isto é, a degradação da poesia.

A seguir, define como «galhofeira e cínica» a invenção e a originalidade da época, já que os autores estavam preocupados apenas com «as misérias, intrigas e expedientes da vida ordinária», dizendo que os romances picarescos espanhóis e as comédias populares portuguesas são «irrefutáveis atos de acusação, que contra si mesma, nos deixou essa sociedade, cuja profunda desmoralização tocava os limites da ingenuidade e da inocência no vício». Mas Quental, ao criticar o comportamento da sociedade e suas criações artísticas, não se limita apenas à poesia, ao teatro, ao romance. Ataca a arquitetura, contrastando as criações pós-renascentista com aquelas em que Portugal havia demonstrado o seu gênio, é exemplo o manuelino português. Condena o excesso de mármore da arquitetura jesuítica, afirmando que eles julgaram atingir o grande, quando fizeram apenas o monstruoso, pondo em relevo a «construção da área proporcional e delicada» das catedrais e dos mosteiros, particularmente a concepção espiritual «dos Jerônimos, da Batalha e da Catedral de Burgos». Acaba por considerar toda a arquitetura do período representante de um «espírito depravado e sombrio, testemunha de acusação de uma época de verdadeira morte moral». Enumera as grandes realizações da ciência européia, cita os nomes de Leibnitz, Bacon, Lavoisier, Newton, e lamenta que entre eles não se encontre um só que se possa colocar entre aqueles que promoveram e difundiram o moderno pensamento europeu. Ataca a corrupção, brutalidade e adultério dos reis, citando os nomes de Afonso VI, João V, Felipe V, Carlos IV. Diz que o mau exemplo desses monarcas depravou o costume dos pequenos, onde a corrupção é norma, com a família vendida por dois vinténs aos «vícios dos nobres e dos poderosos». Para ele, essa é a época dos amancebados, da bastardia. Era o clima espiritual que o maior poeta português do século XVIII — Bocage — satirizava ironicamente em verso heróico:

Não lamentos, oh! Nises, teu estado
Putas tem sido muita gente boa;
Fidalguices mais putas tem Lisboa,
Milhões de vezes, putas têm reinado.

No Primo Bazílio, Luíza também justifica o adultério: «Não abriu os braços a Bazílio voluntariamente. Tinha sido uma fatalidade; fôra o calor da hora, o crepúsculo, uma pontinha de vinho talvez... Estava doida, decerto. E repetia as atenuações tradicionais; não era a primeira vez que uma mulher enganara o marido; e se muitas eram por vício, ela fôra por paixão... quantas mulheres viviam num amor ilegítimo e eram ilustres, admiradas. Rainhas mesmo tinham tido amantes».

Para criticar os costumes da sociedade portuguesa, Antero não recorre ao poema, como fazem os dramaturgos, os épicos — inclusive Camões — e os líricos mais dedicados à sátira e ao epigrama. Ele recorre ao ensaio — pois é como ensaio que o vejo a se exprimir em seus discursos e conferências. Com isso estabelece antes de Ezra Pound e T.S.Eliot — implicitamente, é claro — o princípio de que é necessário um estilo para cada gênero em que o escritor se exprime. Nada mais ridículo do que a pseudo-poesia que se dissemina como uma praga na prosa de certos romancistas e até mesmo ensaístas e oradores, vício muito comum entre os brasileiros, dada a ingenuidade de nosso povo, que considera como fácil o duro ofício do escritor, especialmente do poeta.

Ainda que a fuga aos temas seja uma virtude que o meu espírito cultiva com extremo cuidado, cabe-me, agora, resumir uma das mais poderosas fontes de sugestões para os escritores da época, que é o discurso *Causa da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos* pronunciado por Quental no Cassino Lisboense, em 27 de maio de 1871, tema das principais idéias até agora comentadas. Nesse discurso, Antero começa por revelar o quadro de abatimento e insignificância a que chegaram Portugal e Espanha entre os séculos XVII e XIX, tanto mais grave — acentuava ele — quando comparado com a grandeza, a força e originalidade dessas nações nos últimos séculos da antiguidade, durante toda a Idade Média e nara pertence ao passado, pertence também à geração de seu tempo e ainda às gerações do futuro.

Claro que ele não pretende transformar a literatura em um mero retrato da sociedade. Essa pretensão da literatura como retrato social ignora profundamente as diferenças entre a observação da

realidade social pelo artista — poeta, romancista, etc. — e o pesquisador social. Todos nós sabemos que a literatura possui o mérito peculiar de registrar fielmente as feições do tempo e de preservar as mais pitorescas e expressivas representações dos costumes, como notou um dos primeiros historiadores da poesia inglesa: Thomas Warton. Mas é preciso crer na ampla capacidade de generalização e idealização dos autores. Ao contrário do cientista social, o escritor — e Eça de Queiroz é um exemplo — ao tentar a captura do real não prescinde nunca de uma aguçada percepção, das sensações, da fantasia, do sonho, material de sua experiência (na linguagem de George Santayans) que «jaz sob a superfície das idéias convencionais».

Não é de admirar o sentimento de respeito que tributava a Antero, Eça de Queiroz, mestre de caracterologia e tipologias literárias, sendo o Primo Bazílio a «expressão mais acabada no naturalismo português», no dizer do escritor João Gaspar Simões. Não há dúvida de que os tipos de Eça foram, muitos deles, construídos com material fornecido pela crítica anterior. Pois Antero é além de poeta altamente qualificado, um produtor ativo, uma fonte constante de matéria prima com que são construídos pelos prosadores portugueses uma tipologia e um ambiente bem caracterizado e que formam na literatura do seu país, a partir da década de 70, um bem vincado sistema de personagens que podem ombrear-se, sob muitos aspectos, com o melhor de seu tempo na novela européia.

Daí a exuberante vida dos tipos ecianos. São imortais — porque vivem em toda parte e agora — figuras como Gonçalo Ramires, com seus mórbidos complexos de inferioridade, um conselheiro Acácio, sempre a afirmar o óbvio em tom solene, um conde D. Abranhos, adulator, oportunista, hipócrita, obedecendo aos chefes, deixando se pisar como um capacho, derramando-se em bajulações aos poderosos, mas tratando os que lhe são subordinados asperamente, com a cabeça repleta de frases feitas, decoradas das obras de autores modelares no longo aprendizado da «sebenta» Coimbra, mas sendo ele próprio incapaz de criar uma idéia, pois os hábitos mentais de sua educação haviam adquirido um caráter indissociável de sua própria natureza.

Os romances de Eça de Queiroz respondem às solicitações teóricas de Quental. Em a *Dignidade das Letras e das Literaturas Oficiais*, Antero condena os escritores que se sacrificam «ao ídolo vulgar do favor público e não às aras severas da inteligência, do pensamento isolado, mas carregado de energia. Ataca os que procuram apenas a fama, pois se tornam cegos, já que «passam ao lado da verdade mas não a observam ou conhecem sequer». Mais adiante, diz que o público não gosta dos aduladores, mas dos amigos sinceros e independentes que lhes dizem a verdade em toda a sua dolorosa crueza. E cita exemplos de escritores assim. Proudhon, Herculano; «não os Castilho, os Martinez de La Rosa, os Sainte Beuve». «Este — diz êle — porque são das Academias, dos Conselhos, dos Senados, dos altos cargos, é por isso mesmo que não são nem do povo nem da nação». Acrescenta que o povo quer obras difíceis, que o instrua, que o eduquem, que o compreendam. «Quer obras severas, graves, sérias, fortes; não brincos de criança, distrações de ociosos, entretenimento de fúteis, porque ele trabalha e não o consolam nem aliviam essas polidas mas ocas ninharias. Uma literatura cortesã, convencional, respeitando as aparências e conveniências, menos a verdade, só pode ser aplaudida pela multidão de ociosos, dos banais, cujo mau gosto ilude as aparências do estilo, melodias de formas e exterioridades».

É claro que essas idéias de Antero refletem as energias e fraquezas de uma posição intelectual e literária extrema em limites que fazem supor uma excessiva valoração dos elementos sociais integrantes da obra de arte literária. Daí o evidente paradoxo entre suas idéias de modernização da literatura e seu apego extremado às questões de natureza social e moral nelas implícito. Na época de Antero a grande poesia já era escrita sob a pressão de um bem organizado corpo de doutrinas que ainda hoje prevalece, sendo a grande poesia moderna uma continuação daquela que se havia estabelecido na França nos meados do século XIX. Essa poesia busca efeitos estético-lingüísticos, embora não se despreocupe tanto, como pensam alguns, com as questões de moralidade ou com o ambiente social e histórico de um determinado contexto, onde ela se organiza e estrutura.

Antero de Quental parece haver compreendido bem o problema e daí a distância entre a sua atividade como líder de uma revolução social e literária e os seus poemas mais acabados. Apenas nas *Odes Modernas* e outros poemas da juventude, observa-se uma pregação moral direta. Nos *Sonetos* ele se eleva a uma altitude que faz o leitor esquecer os problemas morais contidos na mensagem. Apenas as brisas da filosofia sopram constantemente sobre as estrofes. Mas, retirando-se do poema a técnica expressiva, a força das imagens visuais; retirando-se o poder de tornar concreto o apenas sensível, não resta senão o esboço de uma filosofia comum e explícita — como Eliot viu também na poesia de Lucrécio e na Divina Comédia, de Dante. Sob esse aspecto, Antero mostra-se um artista consumado. Sua poesia oferece, do ponto de vista estético oportunidades de análise verdadeiramente fascinantes.

Quando falo da influência de Antero na criação de tipos e de personagens, omitindo outras fontes que podiam parecer mais lógicas aos intérpretes da prosa portuguesa do fim do século, não estou senão propondo desenvolvimentos, a uma tese bem conhecida dos estudiosos de teoria literária. A tese de que os temas apresentados, mesmo desorganizadamente, por poetas como Antero de Quental, ou Baudelaire, ou Coleridge, embora já reveladas antes por filósofos, ou historiadores, só com ele encontram aquele poder de catalização criador dos grandes movimentos e das grandes escolas literárias.

Ao descobrir o véu que envolve diferentes aspectos da realidade social, o poeta acaba por fornecer aos romancistas um mundo tão estranho e fascinante, antes ainda não observado, nem nos estudos do historiador nem nas pesquisas do antropólogo ou sociólogo da literatura. Daí a importância da presença em todo movimento literário de um poeta consumado, pois o poeta não é o que vive em um mundo de sonhos — como vulgarmente se pensa — mas o verdadeiro intérprete da realidade. Permitam-me concluir com uma citação de Santayana em estudo em que analisa os elementos e função da poesia:

A imaginação de um grande poeta é tão metódica à de um astrônomo e igualmente ampla; ele possui a paciência do naturalista, o amor ao detalhe e «olho treinado para observar as mais puras gradações e as linhas essenciais: não conhece a pressa; não tem posição esdrúxula nem abusa da originalidade; encontra os efeitos que procura no próprio tema escolhido, e o tema que escolhe está sempre contido em seu inevitável mundo.

AS IMAGENS CÓSMICAS NA POESIA DE CASTRO ALVES

O primeiro centenário de morte de Castro Alves abriu aos estudiosos da literatura — críticos, professores e poetas — amplas possibilidades de generalizações acerca da importância da língua poética do romantismo no Brasil e suas manifestações mais antecipadas e tardias, além da análise de outros temas de crescente interesse para os que se dedicam aos estudos teóricos ou teórico-críticos de literatura. A ausência de uma crítica de poesia dotada de equipamentos especiais para o estudo da obra poética tem contribuído para a criação de um clima apropriado a nossa crônica desatualização no plano teórico. Costumamos dar uma excessiva valorização aos elementos constituintes dos temas, conteúdos e argumentos da poesia, mas é muito pouco a atenção que se dedica aos elementos formais, ou melhor, estruturais, mas diretamente vinculados com o sistema da língua na sua organização interna e que vão formar o mundo das imagens, as configurações simbólicas e alegóricas, a concretização do espiritual, do meramente sensível.

Daí, o receio do choque com grande parte dos leitores, quando se escreve sobre poetas como Castro Alves. Geralmente, o gosto do público em matéria poética, é gosto condicionado por padrões que não correspondem aos preceitos da teoria e da filosofia da arte, ou até mesmo ao gosto da maioria dos poetas portadores de instrumentos intelectuais sofisticados, entendendo-se o termo em sua melhor acepção.

A obra poética de Castro Alves, dentro dessa perspectiva, pode ser considerada de três ângulos; o formal, o conteudístico e o estrutural. O primeiro, levando em conta apenas os elementos de composição do verso, sua distribuição na estrofe, os valores constituintes da camada sonora, o sistema das imagens, os mitos, as alegorias, símbolos e outros elementos estritamente poéticos, convidaria o analista a uma investigação no plano do estilo, do uso pelo poeta dos valores estéticos do idioma. O segundo, concentraria sua atenção na eficácia dos recursos expressivos centrados nos conteúdos, nos argumentos, nas condições sociais e políticas da época, vendo o autor da «ODE AO DOIS DE JULHO» como um

poeta bardo, um condoreiro ansioso por uma participação efetiva na luta contra os poderosos e sempre a favor dos humildes e dos oprimidos.

No terceiro caso, — o estrutural* — Castro Alves teria de ser encarado sob os dois aspectos mencionados, ou melhor, sob um ponto de vista que eliminasse a dicotomia «forma-conteúdo» em favor de uma visão estrutural. Sendo a estrutura um todo interdependente, a redução sociológica pura não resolve o problema da compreensibilidade de determinado autor, ou melhor de sua arte, em todos os níveis de complexidade.

Como todo o meu trabalho em relação à crítica e ao ensino da literatura se prende ao plano do poético, ou melhor dos valores especificamente expressivos de linguagem — mais expressivos do que comunicativos — preferi, ao comentar, ainda que sumariamente, um autor de tão larga produção quanto Castro Alves, abordar apenas alguns aspectos de sua poesia lírica, concentrando-me, pois, na análise daqueles elementos, que fizeram dele um poeta, um artista capaz de colocar em metro uma série de ritmos transportadores de imagens que, cuidadosamente analisados, não pertenceriam tanto ao âmbito da oratória, como têm pretendido fazê-lo alguns críticos, mas ao da verdadeira e da grande poesia.

Acredito que uma das maiores forças da poesia de Castro Alves está em sua capacidade de criar imagens que eu venho procurando definir como «cósmicas». São numerosas as passagens em que tais imagens aparecem:

São eles — os dois gigantes
no século de pigmeus.
São eles — que a majestade
arrancam da mão de Deus
— Este concentra na fronte
mais astro — que o horizonte,
mais luz do que o sol lançou...
— Aquele — na destra alçada
traz segura sua espada
— Cometa que ao céu roubou.

* A expressão estrutural nada tem a ver com a Escola de estruturalistas franceses, especialmente na acepção de Todorov, Greimas, Kisteva e outros.

Observem que neste décima, Castro Alves procura aproximar o leitor da experiência que lhe é familiar. Astros, sol, luz, espada, cometa, pigmeus, gigantes. São palavras chaves. Com essas palavras ele cria as grandiosas imagens que liga o homem ao cosmos, ao mistério, ao domínio dos horóscopos, dos oráculos. Essa estrofe é do poema intitulado «Duas Ilhas» — as ilhas de Santa Helena e Jersey, onde viveram aprisionados ou exilados Napoleão e Victor Hugo. Leitores mais requintados, habituados ao mundo da grande poesia, poderão não ficar impressionados com imagens que Napoleão se assemelha a um gigante, que tem na mão direita uma espada, formada de um cometa que ele roubou ao céu. Tampouco acreditariam que Victor Hugo concentrasse na frente mais luz do que lançou o sol ao espaço, desde a criação. Não há dúvida, porém, de que tais imagens são populares. E daí o segredo da penetração profunda de Castro Alves na grande massa de leitores apenas alfabetizados.

Outro segredo, não muito comum entre os românticos, é o emprego que ele faz das imagens intensificadoras da classificação de Henry Wells. Este tipo de imagem é característica da poesia do medievo e podemos encontrá-la, com frequência, na obra dos poetas medievais. Dante é o supremo criador desse tipo de imagem, classificada por T.S.Eliot de imagem visual. Tal imagem nos põe diretamente diante do objeto que ela descreve, ainda que tal objeto seja uma criação pura da linguagem. A alegoria, por exemplo, é um tipo altamente representativo. Escutemos a «Ode ao Dois de Julho»:

Era no Dois de Julho. A pugna imensa
travara-se nos aceros da Bahia
o anjo da morte pálido cosia
uma vasta mortalha em Pirajá.
Neste lençol tão largo, tão extenso,
como se fora uma dobra do infinito
o mundo perguntava erguendo um grito
«Qual dos Gigantes morto rolará?»

Debruçados do céu... a noite e astros
seguiram da peleja o incerto fado...
era tocha — o fuzil avermelhado
era o Circo de Roma — o vasto chão
por palmas — o troar da artilharia
por feras — os canhões negros rugiam
por atletas — dois povos se batiam
enorme anfiteatro — era a amplidão.

Não, não eram dois povos que abalavam
naquele instante o solo ensangüentado
era o porvir em frente do passado
a liberdade — em frente à Escravidão.
Era a luta da águia e do abutre
a revolta dos pulsos contra os ferros
o pugilato da razão — com os erros
o duelo da treva e do clarão.

No entanto a luta recrescia indômita
as bandeiras — como águias eriçadas
se abismavam com as asas desdobradas
na selva escura da fumaça atroz
Tonto de espanto cego de metralha
o arcanjo do triunfo vacilava
o cadáver sangrento dos heróis.

Mas quando a branca estrela matutina
surgiu no espaço... e as brisas forasteiras
no verde leque das gentis palmeiras
foram cantar os hinos do arrebol.
Lá do campo deserto da batalha
uma voz se ergue clara e divina;
Eras tu — liberdade peregrina
Esposa do porvir — noiva do sol!

Eras tu que, com os dedos ensoados
no sangue dos avós mortos na guerra
livre sagravas a Colúmbia da terra,
sagravas livre a nova geração!
Tu que erguias, subida na Pirâmide
formada pelos mortos do Cabrito,
um pedaço de gládio — no infinito
um trapo de bandeira — na amplidão!...

Na primeira estrofe desta Ode, surge logo a imagem do anjo costurando uma mortalha. A visão cósmica da imagem está presente na comparação desse lençol com um pedaço roto do infinito. Na segunda estrofe, observa-se a humanização, por via metafórica, de elementos cósmicos como a noite e os astros. Não são deuses nem anjos os que se debruçam nos céus para acompanhar os lances da batalha. São as estrelas e a noite. A seguir, faz-se uma pergunta entre elementos da natureza e da cultura: «Era tocha — o fuzil avermelhado». Agora se inverte a ordem; surge primeiro o elemento da cultura. Era o Circo de Roma — o vasto chão». As palmas nessa terrível batalha são formadas pelo troar da artilharia e, novamente, as feras, elementos da natureza, são substituídas no seu rugido pelo rugir dos negros canhões. Agora, pergunta-se «E o anfiteatro dessa luta?» Ele responde: «a amplidão». Mas a seguir, desfaz a imagem dos dois povos, e dando a metáfora um impulso de natureza cinética, diz que a luta era

entre o passado e porvir, a Liberdade e a escravidão. Continuando essa operação dinâmica, desdobra o sentido em novas imagens em série:

Era a luta das águias e do abutre
a revolta do pulso — contra os ferros
o pugilato da razão — com os erros
o duelo da treva e do clarão.

Na quarta estrofe, ele nos põe diante de imagens intensificadoras típicas, as quais correspondem ao aguçamento e dureza da batalha. Então surgem as bandeiras com «águias eriçadas», que se abismam, desdobrando as asas pela selva escura da fumaça. Observem que a fumaça passa a ser considerada uma selva, uma selva onde entre as águas vacila o anjo do triunfo, cego e tonto de espanto e metralha. Ainda nessa décima, aparece uma figura alegórica: a Glória. É ela que surge, em forma de mulher com os cabelos desgrehados, para acalantar o cadáver dos heróis. Em outros momentos, a liberdade é visualizada na forma de uma pessoa assentada no lombo das cordilheiras. Até mesmo as chamadas metáforas lingüísticas, isto é, metáfora que pelo seu uso muito antigo e cediço, perderam a condição de figuras expressivas próprias da linguagem idiomática, são renovadas. Por exemplo quando ele escreve:

Livre, como o tufão, corre o vaqueiro
pelos morros e várzeas e tabuleiro do intrincado cipó
Que importa os dedos da jurema aduncos?
A anta, ao vê-lo, oculta-se nos juncos, voa a nuvem de pó.

Nessa estrofe, os dedos aduncos da jurema são uma metáfora literária, mas a «nuvem de pó» que voa é uma metáfora lingüística. Contudo, não fadiga o leitor e até o comove pela evocação da vida sertaneja, a luta do homem no trópico. Sob esse aspecto, Castro Alves é um poeta essencialmente americano, ou melhor, latino-americano, cheio de admiração pelas terras, pelos vales, pelas florestas, pássaros, regatos, plantas, frutas. Entre esses elementos ele encontra a matéria prima para a formulação de imagens de uma força emocional impressionante. Por exemplo, considera a escravidão «um nojento crocodilho», que expulso da onda turva do Nilo veio abrigar-se em nossas terras. Admira-se de

que Deus «não ouça um som discorde e vil» que paira nos céus, carregado pelos ventos. Este pelo pescoço o negro cativo. A seguir, este brado cheio de revolta, que destaco precisamente pelo valor poético, e não oratório, como querem alguns:

Senhor, não deixes que se manche a tela
onde traçaste a ação mais bela
de tua inspiração
O sol de tua glória foi toldado...
Teu poema da América manchado,
Manchou-o a escravidão.

Aqui, a América foi considerada como uma pintura divina, uma pintura em que o sublime pintor foi o próprio Deus. Mas, subitamente, essa pintura foi manchada pelo homem. Prantos de sangue, vagas escarlates toldam agora os nossos rios — que passam a ser para ele «Eufrates lúbricos — dos servos do Sião». As palmeiras se torcem, torturadas, quando escutam os gritos dos aflitos sofredores:

Oh! Ver não posso este labéu maldito
Quando dos livres ouvireis o grito?
Sim... Talvez amanhã
Galopa, meu cavalo, serra acima...
Arranca-me a este solo. Ela te anima
aos baços da manhã.

Quando falo de imagens cósmicas na poesia de Castro Alves, busco apenas lembrar a relação que ele estabelece entre a experiência do leitor e sua própria experiência, escolhendo com grande sabedoria, ainda que não expressa com muita arte, a figuração apropriada ao choque ou fascínio que a imagem criada desperta em nosso espírito. Eis um exemplo:

O inglês — marinheiro frio,
que ao nascer, no mar se achou...
Porque a Inglaterra é um navio
que Deus no Mancha ancorou.

Nas oitavas reais dedicadas a Napoleão, à terra, ao mar, ao céu — tudo reunido — forma um espaço estreito para os pés do gigante «enjaulado» em Santa Helena:

A terra, o mar, os céus — espaço estreito
eram pra tua planta de gigante,
o firmamento colossal, flutuante
como diadema — os Sóis... E como leito
o antártico polo de diamante...
O penhasco fatal de Santa Helena.

Às vezes, sua grande poesia reflete, em imagem simples e tosca, a força de uma imaginação e fantasia poderosas. Nessas ocasiões — são freqüentes as imagens luminosas, metáforas solares, um alegorismo que o aproxima da experiência mística. A suavidade expressiva demonstra que, por muito pouco, ele não chega ao núcleo mais interno da grande poesia, ainda que as asas passem tocando a fímbria do fogo sagrado. «Sub tegmine Fagi» é um exemplo que eu gostaria de mencionar aqui. Há nesse poema um verso que considero como dos mais belos da língua portuguesa. Refiro-me ao oitavo do poema, ou seja o segundo da segunda estrofe. Ei-lo:

A poesia — é uma luz... e a alma — uma ave...

Como geralmente os opostos são atraídos, um quer as trevas e outra quer o ar:

A andorinha, que é a alma — pede o campo
a poesia quer a sombra — é o pirilampo
Pra voar... p'ra brilhar...

Nesse mesmo poema, o pensamento é comparado a um cavalo fegoso, cujas crinas soltas ao tufão, o sol é comparado a um condor sangrento que sonolento se aninha no poente como a abelha na flor.

Como se vê, as imagens luminosas povoam quase todos os poemas de Castro Alves. Em «O Vôo do Gênio», poema dedicado à atriz Eugênia Câmara, tudo se encontra densamente tocado pela luz. Nesse poema ele empreende uma fuga ao mundo das realidades cotidianas, mundo do qual ele raramente se afasta, para situar-se numa esfera mais elevada, no campo do enigmático, no mistério, da fantasia. Em tais ocasiões, suas forças artísticas e espirituais não podem ser contidas pelo positivismo dominante nas intenções teóricas que fizeram dele um poeta social pouco preocupado em «beber o fogo claro que enche os espaços limpos», como diria Baudelaire. Eis uma estrofe desta composição:

«Onde me levas, pois? — Longe te levo
ao país do ideal, terra das flores,
e a fantasia lagos mais azuis.
E fui... e fui — ergui-me ao infinito,
La onde o vôo da águia não se eleva...
Acima — o firmamento — abismo em luz!

Conclusão

Mas, apesar de toda a importância histórica de Castro Alves, da obra poética que ele criou durante uma vida tão curta e cheia de fadigas, não se pode dizer, como às vezes se ouve ou se lê em conferências, ensaios, estudos, livros, etc., que ele é um poeta maior. Como artista, ele está muito longe de um Gonçalves Dias e até mesmo de um Álvares de Azevedo, para ficarmos apenas entre estes dois poetas também do Romantismo.

Outra indagação: teria ele se situado exatamente na posição em que costumam situar-se todos os grandes poetas? Creio que a resposta deve ser negativa. Ele surgiu no crepúsculo do Romantismo, quando o movimento na Europa já havia arrefecido o impulso de força teórica desde a primeira metade do século, assim em relação à França. Por que nos países anglo-saxões, na Alemanha e Inglaterra, por exemplo, o romantismo constitui apenas um capítulo da história literária, uma vez que as melhores vozes já haviam silenciado desde o início do século XIX, e algumas ainda do século XVIII, Castro Alves aplicava teorias românticas, mas não naquilo que havia nelas de mais válido para os que se dedicam à poesia. As teorias de Novalis, que advogara para a forma romântica de expressão a «indeterminação e o distanciamento», a neutralidade do sujeito lírico, a fusão do heterogêneo, a magia de linguagem, a união da fantasia com o vigor da mente, o cultivo de uma fantasia ditatorial, que desse à linguagem uma completa autonomia, em relação aos temas tudo isso foi ignorado por Castro Alves. E justamente em uma época em que se operava a mais radical transformação da poesia através da prática poética de Baudelaire e seus seguidores. Também não se impressionou Castro Alves com as teorias dos irmãos Schlegel, do jovem Goethe do *Werther*. Os ingleses pouco influenciaram sua expressão, a não ser, em poucos momentos, as contraditórias ondas de pessimismo e entusiasmo de Lord Byron. Nenhum dos grandes poetas românticos escapara a essas influências transnacionais.

As obscuridades, as sutilezas, a ambigüidade de autores como Coleridge, Wordsworth, Shelley, Keats teriam contribuído muito para fazer de Castro Alves um poeta mais competente do que ele foi. Na expressão romântica de Álvares de Azevedo, esses valores da língua poética são refletidos com maior vigor. Aqui se nota a presença daquelas forças visionárias e universais que começavam a entender a poesia não como expressão de uma linguagem do sentimento, mas como uma operação da inteligência atuando sobre a linguagem. Em Castro Alves, não.

Tais considerações buscam demonstrar que a poesia de Castro Alves refletia em primeiro plano não idéias próprias, mas idéias do romantismo francês. Mas o romantismo chegou à França como produto de importação. Retirando-se o prefácio do «Cromwell», de Victor Hugo, é muito pobre a teorização dos autores franceses até o aparecimento de Baudelaire, Rimbaud, o Conde Lautreamont e Mallarmé.

Contudo, os versos de Castro Alves ficarão como um monumento de nossa cultura, a cultura brasileira, a quem ele tanto serviu em um determinado momento histórico, sacrificando o seu enorme talento expressivo a favor de uma causa que ele considerava justa e por ela se bateu com entusiasmo e ardor. Mas não terminarei com minhas próprias palavras. É a Castro Alves a quem tomo emprestado a linguagem final desta nota sobre o primeiro centenário de sua morte, em que ele, de um modo um tanto bombástico, nos dá bem a medida de seu temperamento poético:

Bravo! a quem salvo o futuro
fecundando a multidão!
Num poema amortalhada
nunca morre uma nação
Como Goethe Moribundo
brada «luz o Novo Mundo
num brado de Briaréu...
Luz! pois, no vale e na serra
que, se a luz rola na terra
Deus colhe gênios no céu.

SAN JUAN DE LA CRUZ

O estilo de San Juan de la Cruz é demasiadamente estimulante para os que gostam de analisar traços que o diferenciam de

outros poetas espanhóis do século XVI. Do ponto de vista metodológico, o perigo que incorre o observador ou intérprete de sua poesia é, felizmente, bastante conhecido: observações isoladas, posto que engenhosas, podem colocar em perspectiva ilusória a visão da obra de arte como estrutura complexa, constituída de unidades e sub-unidades menores cuja importância não se encontra tanto na presença dos variados elementos da estrutura mas na complexidade das funções específicas de cada elemento em relação ao todo. A poesia de San Juan de la Cruz é tão obscura quanto o conteúdo de suas imagens. É quase poesia surrealista. Creio que, em muitos aspectos, ela só pode ser comparável às mais difíceis passagens do Paraíso, de Dante, notadamente os símbolos visionários e intensificadores do Canto XXVIII, ou às metáforas dos dramaturgos e poetas espanhóis do período barroco.

Por tudo isso, a valoração de San Juan de la Cruz, em termos modernos, é uma tarefa árdua, a ser delegada a todos os que se dedicam aos estudos especializados de literatura. Estudar esse poeta é estudar a poesia mística. E o estudo da mística espanhola não deve ser ocupação apenas de teólogos ou críticos eminentes. Tampouco será uma atividade para diletantes. Esse é um trabalho que de forma sistemática deve impor-se aos Departamentos de Letras das Universidades, aos seus programas de estudo, à orientação dos alunos dos Cursos Pós-Graduados, para que grandes poetas como San Juan, Santa Teresa D'Ávila e Frei Luis de León, possam ocupar o lugar que merecem no vasto e multiversificado panorama da Literatura do Ocidente.

Quando estudo um poeta antigo — ou que se não é antigo pelo menos não chega a ser moderno — tenho sempre em vista uma preocupação: verificar até que ponto ele pertence ao nosso tempo, se suas criações são realmente ahistóricas, possíveis de uma abordagem essencialmente sincrônica, ou se tal poesia continua a influir, ou pode de fato influir ou influi sobre os poetas contemporâneos.

Quando falo de «contemporâneos» refiro-me, naturalmente, àqueles que mais têm contribuído para a renovação da expressão poética e de seus processos, a partir do século XVIII, quando as novas teorizações deixam de levar em conta temas, assuntos e

conteúdos e passam a concentrar suas atenções nos problemas específicos da linguagem e das forças expressivas que nela se apoiam.

Sendo um dos mais indiscutíveis valores da lírica no século XVI, não são ainda numerosos os estudos que compõem a sua bibliografia, no campo poético. Só de alguns anos para cá, seus poemas vêm chamando a atenção dos críticos. Essa revalorização vem se fazendo em dois planos: primeiro, no plano das influências da mística na mente moderna; segundo, no âmbito das valorizações críticas. Neste último plano, são bem conhecidos os estudos dos próprios espanhóis, notadamente Menéndez Y Pelayo, Dámaso Alonso e outros para os quais a poesia de San Juan de la Cruz representa um dos mais belos monumentos literários criados pelas línguas neolatinas. No primeiro plano, San Juan de la Cruz avulta como criador de um simbolismo pessoal que, ao contrário do simbolismo tradicional, o torna precursor de Baudelaire — e até certo ponto de Poe — antecipando-se a personalidades poéticas como Rimbaud, Rainer Maria Rilke, W.B. Yeats, Juan Ramon Jimenez e tantos outros, nos quais não se pode ocultar a presença de San Juan de la Cruz, por mais que alguns busquem ou se esforcem em mascarar as ambivalentes categorias do simbolismo particular que os tornam difíceis, atemporais e estranhos.

Como se vê: a complexidade do tema é tanto maior quanto menor — Hegel já previra tal fenômeno — é a crença do mundo moderno em valores que não expressem ou representem os fundamentos essenciais da cultura contemporânea, uma cultura condicionada por forças de pressão tremendamente fortes, apoiadas nos grandes desenvolvimentos das ciências da natureza, a partir do século XVI, seguida, nos séculos XVII e XVIII, pela revolução industrial e agora pelos poderes quase divinos da tecnologia. Desde que Rousseau, em fins do século XVIII, teorizou que se devia partir do ponto zero da História na busca de novas formas de arte, não têm sido poucos os que desejam avançar desse limite para a criação de novos produtos a serem incorporados à consciência cultural do homem moderno.

Se eu próprio escrevo poesia de vanguarda, recorrendo com freqüência aos elementos gráficos, aos próprios sinais da máquina de escrever, tais como pontos, barras, seqüências de barras e de pontos, como justificar minha posição ao analisar um poeta como San Juan de la Cruz? Como escrever sobre um dos mais altos valores da mística, quando são tantos os que consideram hoje a posição mística como «anacrônica», especialmente se se leva em conta os valores estruturais da poesia moderna, ou melhor, da poesia da modernidade, poesia que, pelo exagerado racionalismo de algumas de suas manifestações paradoxalmente «irracionais», foi definida por Valéry como uma «festa do intelecto». Mas será, efetivamente, para todos os poetas de nosso tempo, essa posição racionalista a que melhor caracteriza, ou serve para descrever os valores de nossa poesia? A poesia contemporânea?

Creio que não. A mística é um dos motores mais potentes da criação poética e os grandes poetas modernos têm sido decisivamente influenciados pela mística. Os místicos espanhóis do século XVI, especialmente San Juan de la Cruz, mostraram, através de depoimentos sobre o processo criador, que para chegar-se ao êxtase místico, muitas técnicas de comportamento psicológico têm de ser desenvolvidas. Claro que me refiro ao modo de ação, à praxis necessária para chegar-se a esse estado, estado muito próximo dos já observados na antigüidade entre os gregos, hindus, chineses e, mais recentemente, nos êxtases místicos de alguns poetas simbolistas, cuja busca do conhecimento de tais estados foi modernamente tentada pela Antropologia e até pelos ramos mais sofisticados da Psicologia, como por exemplo, a Psicanálise. Não são poucos os artistas de nosso tempo, entre os quais não se deve excluir W.B. Yeats, Prêmio Nobel de Literatura de 1922, que, embora cultíssimo, não aceitava o pensamento racionalista de nossa época, rejeitando quase toda a metodologia da ciência moderna, chegando a formular, em 1901, uma tosca teoria pela qual fundamentou três princípios de uma crença particular baseada no seguinte:

- 1º — Que as fronteiras de nossa mente estão sempre se deslocando, e que muitas mentes podem fluir umas nas outras, e criar e revelar uma mente única, uma energia única.

- 2º — Que as fronteiras de nossa memória se deslocam, e que nossas memórias são partes de uma grande memória: a memória da natureza.
- 3º — Que essa grande mente e memória podem ser evocadas por símbolos.

Por mais estranha que possa parecer essa teoria de Yeats, a verdade é que ela está muito mais próxima de San Juan de la Cruz do que de Shakespeare, Milton ou Goethe. Tal posição levou Yeats a escrever poemas considerados incompatíveis com o estágio de desenvolvimento científico em que vivemos. T.S.Eliot investiu fortemente contra a posição de Yeats, chegando a afirmar que «o mundo sobrenatural deste poeta é um mundo equivocado». Mais contundente foi o crítico Richards — o famoso Sr. Richards — quando disse textualmente: «Yeats se meteu agora em um mundo de fantasmagorias simbólicas, que o tem mergulhado em uma incerteza desesperada. E esta incerteza sua procede de haver adotado como técnica de composição o recurso ao êxtase místico, a fases de consciência dissociada, e às revelações feitas em tais estados de dissociação se encontram unidas de maneira insuficiente à realidade corrente».

Não faria esta citação se ela não servisse para aclarar a minha tese de que San Juan de la Cruz é o autor que mais acentuadamente tem influído com sua marca na melhor poesia de nosso tempo. E se T.S.Eliot criticou, certa vez, como vimos linhas atrás, os êxtases de Yeats, anos depois, ele próprio não só retificava sua posição em relação a Yeats, mas até passava a adotar técnicas operativas de trabalhos próprios dos místicos. Lamentou, em famoso ensaio, a perda pelo poeta moderno de hábitos criadores baseados num amplo treinamento da imaginação visual. As palavras de condenação a Yeats escritas por Eliot em 1934, são retificadas em 1941, dois anos depois da morte de Yeats:

«Há poetas cujos poemas podem ser estudados mais ou menos isoladamente para prazer, deleite e experiência nossa. Há outros cuja poesia, além de proporcionar prazer e experiência, têm uma importância histórica maior. Yeats pertencia a esta última

classe. Foi um dos poucos cuja história foi a história do nosso tempo; um dos que constituem uma fração de nossa época, não podendo esta ser compreendida sem eles. Mas antes já havia afirmado, em 1929, ao escrever seu ensaio sobre Dante, que o autor da *Divina Comédia* recorrera à alegoria que é um processo altamente visualizador de formas e de símbolos. Por isso Dante expressa visões. E o que são visões para T.S.Eliot? Nada mais do que um hábito psicológico, cuja arte esquecemos, porém tão bom quanto qualquer dos nossos hábitos intelectuais modernos. Mais adiante, diz que hoje o costume de ter visões ficou relegado aos loucos e aos ignorantes, mas que em «certa época foi uma espécie de sonho significativo, interessante e disciplinado».

San Juan de la Cruz foi dos que contribuíram para a aceitação por Eliot desse tipo de literatura de visões. Que a influência do místico espanhol sobre ele existe, é um fato que não se pode negar. Em seu conhecidíssimo livro de poemas *The Four Quartets*, T.S.Eliot, em certa passagem, escreve estes versos: tão modernos que para alguns críticos desarmados não chegariam sequer a ser poesia, não passando de um mero jogo de palavras, embora jogar com as palavras não seja uma característica frequentemente observada em seus poemas:

«Para possuir o que não possuis
deves ir pelo caminho da desposseção.

Compara-se agora estes versos com os de San Juan de la Cruz:

«Para venir a donde não posees
has de ir por donde no posees.
Para venir a saberbo todo
no quieras saber algo en nada».

O mais surpreendente nessa influência da mística espanhola sobre a poesia moderna é que ela se tornou presente até mesmo nos chamados poetas ateus, como Paul Eluard, membro do Partido Comunista Francês, que deu a um de seus livros o título «Mourir de ne pas mourir» (Morro porque não morro), tomado de Santa Teresa e San Juan de la Cruz. No *Dicionário Literário de Bompiani* há um comentário sobre esse aspecto da poesia de Eluard:

«O morro porque não morro de Paul Eluard nos mostra que ele, prosseguindo sua experiência poética pelas mesmas rotas percorridas pelos místicos espanhóis, não segue uma senda onírica, mas as cintilações e iluminações que se sucedem segundo um ritmo e um jogo de associações puramente interiores. Por outro lado, o título de uma coletânea de seus versos (Mourir de ne pas mourir) Morrer por não morrer foi tomado de Santa Teresa, mostra o seu desejo de expulsar o tempo e chegar à «evidência», onde o poeta vê a inocência recobrada».

Com simbolismo denso, Rainer Maria Rilke é outro poeta moderno que não escapou à influência de San Juan de la Cruz. Em todas as suas elegias, o tema dominante é a solidão ascética para o encontro com a maior beleza que somente se realiza na morte. Outro tema é o do Amado e da Amada, símbolos místicos da alma e de Deus. Na Décima Elegia de Duino, escreve Rilke estes versos plenos de uma beleza que não é produto da razão poética mas da contemplação e da idéia de subida ao cume do monte:

«Solitário, o morto ascende à montanha da dor original.
E nem uma só vez seu passo ressoa no destino insonoro.
Mas se os infinitamente mortos despertassem um símbolo,
em nós, olhai, mostrariam talvez os engastes pendentes,
das avelãs vazias, ou a chuva que cai
sobre o reino obscuro da terra em primavera

E nós imaginamos a aventura da ascensão,
sentiríamos uma ternura imensa,
quase perturbadora,
quando uma coisa feliz cai.

E antes afirmara na mesma Elegia:

«E amais alto, as estrelas. Recém-Nascidas. Estrelas
do país da Dor. A Lamentação revela os seus nomes:
Aqui veja: o Cavaleiro, o Bordão, e a esse denso grupo
chamado a Coroa dos Frutos. Além,
perto do polo: Berço, Caminho, O Livro Ardente, Boneca, Janela.
E no céu do sul, puro como a palma de uma sagrada mão,
o fulgor Pimpo do M, símbolo das Mães».

Yeats, considerado o maior poeta inglês do século, chegou a declarar ser irreconciliável a «posição entre a vida de auto-afirmação do mundo prático e a vida consagrada à recuperação e contemplação do precioso símbolo» que leva o poeta à

presença de Deus. O tema da mortificação, tão caro a San Juan de la Cruz, é constante em Yeats. Diz ele:

«Todo visionário sabe que o olho da mente acaba por ver um mundo caprichoso e variável, que a vontade não pode afeiçoar ou mudar, conquanto possa convocá-lo e bani-lo de novo». Mas acredita ele que há um lugar na árvore da vida para a paixão mística que «é exaltação e negação da vontade».

E isso se consegue pela mortificação. No Cântico Espiritual, os elementos orquestrais do poema são potencializados pela distribuição dos versos em uma estrutura que se caracteriza pela divisão da estrofe — o que ocorre pelo menos uma vez — ou seu agrupamento em unidades polimórficas induzidas pela dramatização do discurso poético. Em versão original, a primeira voz do Cântico é a da Esposa — símbolo da alma — que se distribui através de um período rítmico acumulado de 114 sílabas, das quais 60 são produtos de decassílabos e 54 hexassílabos. A uma interrupção da mesma voz, quando então se faz uma indagação às criaturas, em estrofe perfeita — a lira — quinteto em que ao primeiro hexassílabo se segue um verso heróico, ou decassilábico, retornando-se ao menor por duas vezes repetido, rimando-se o 4º e o 5º entre si, embora o 4º seja um heróico quebrado e o último um decassílabo. O período rítmico do quinteto é, portanto, de 38 sílabas, na metrificação de língua portuguesa, das quais 20 sílabas correspondem aos decassílabos e 18 aos hexassílabos. Assim os versos 1º, 3º e 4º são heróicos quebrados e os 2º e 5º decassílabos.

A resposta das criaturas é dada através de um período rítmico idêntico, mas não ocorre o mesmo em relação ao novo agrupamento dramático de quase 8 estrofes, distribuídas no período rítmico de 304 sílabas, das quais 144 correspondem aos hexassílabos e as restantes — 160 — ao verso heróico. A estrofe 13 do Cântico foi partida à altura da quinta sílaba do primeiro decassílabo, sendo este completado pela voz do Esposo:

Vuelvete paloma,
Que el ciervo vulnerado
por el otero asoma
al aire de tu vuelo y fresco toma.

A resposta da Esposa aumenta, agora, para 494 sílabas o período rítmico, formado pelos 65 versos correspondentes às estrofes 14 a 27, entre as quais se encontram versos de grande beleza, como estes:

De flores y esmeraldas
En las frescas mañanas escogidas
haremos las guirnaldas
en tu amor floridas
Y en un cabello mio estretejidas.

Esta lira é um «milagre de inventiva rara» como dizia Coleridge, ao referir-se a certos detalhes do Palácio do Kublai Khan, poema escrito em estado de êxtase ou de sonho — induzido por outros hábitos criadores e não pela revelação mística, como ocorre em San Juan de la Cruz. A resposta do Esposo é dada agora em apenas 4 estrofes ou seja um período rítmico de 152 sílabas em oposição às 494 da Esposa, que se limita a expressar-se em duas estrofes seguidas por duas do Esposo, as de número 34 e 35. O Cântico termina com a predominância, no diálogo, da voz inicial, ao concluir o poema, recitando as cinco estrofes restantes, de números 36 e 40.

Ao todo, o poema apresenta 1.520 sílabas, se não estou enganado, quando visto do ponto de vista da métrica portuguesa. Esse número seria mais elevado na métrica espanhola, o que não alteraria os resultados dos objetivos que tive em mente ao estudar tais aspectos da poesia de San Juan. Tais razões, contudo, devem ser esclarecidas. A ênfase dada aos problemas de estrutura métrica, rítmica e silábica, se funda no princípio moderno de que a língua poética da lírica não se apoia mais no significado puro das palavras, mas antes no conceito de sílaba, como já propusera, com êxito, Emyl Staiger, em seus *Princípios Fundamentais da Poética*, conceito que se une diretamente à idéia de musicalidade, da criação contínua de significantes sonoros. A sílaba não possuindo significação em si mesma, soa como nota musical, constituindo-se num fator lingüístico da maior importância para a teoria do poema. Dentro dos conceitos de Staiger, ela é justamente o elemento mais propriamente lírico da língua, já que a épica se apóia na palavra e o dramático na frase, na oração. Constitui um dos elementos fundamentais do estudo da poesia, por ser integrante da camada

dos sons, camada que não pode ficar sem exame quando se procura distinguir e fundamentar os efeitos estéticos gerais procurados no estilo.

Ao escolher a lira — o quinteto com metro alternado, — San Juan de la Cruz não estava criando um novo tipo de estrofe. Ela já havia penetrado na Espanha e Portugal através de Garcilaso e Boscán. Mas o que se deve louvar é a sabedoria da escolha do Santo, ao ajustar a expressão de seu pensamento místico e uma forma altamente musical, em que os valores inerentes e os valores relacionais, valores que constituem as harmonias sonoras de um lado, e do outro as recorrências, os paralelismos e dissonâncias, se apresentam como características freqüentemente observadas nos poetas contemporâneos. Efetivamente, San Juan de la Cruz é um poeta contemporâneo. Sua poesia não é histórica porque o conceito de sincronia, tal como o utiliza Ramon Jakobson, o torna um poeta do presente e não do passado. Ele é tão atual quanto T.S. Eliot e sua poesia pode ser estudada à luz dos critérios teóricos modernos, não sendo monótona, pela estrofe que teria utilizado, mas ao contrário, ele, como vimos antes, dramatizou a lira, no Cântico Espiritual, reunindo várias delas num conjunto, partindo versos ao meio, servindo-se de um simbolismo particular e não de metáfora cinética, ou alegoria como ele julgou fazer, ao comentar e dar às suas palavras uma interpretação única. O simbolismo de San Juan de la Cruz é um simbolismo pessoal, vigoroso, sugestivo, que flui em versos agrupados em estrofes, mas estrofes orquestradas e não mecânicas como se pode constatar nas formas fixas derivadas do doce estilo novo italiano, especialmente aqueles que utilizam versos monométricos, ou mesmo polimétricos, mas sem quebrá-los, dramatizá-los, ou utilizar recursos como o acavalgamento, tão sabiamente usado por Garcilaso de la Vega.

Quando falei de símbolos na poesia de San Juan de la Cruz, não quis me referir a símbolos teológicos, metafísicos ou da liturgia. Falei do símbolo como algo mais do que a alegoria ou metáfora continuada, embora eu reconheça ser bastante fluida a muralha que separa os diferentes tipos de imagens na poesia. Para muitos teóricos, o problema da distinção entre imagens, símbolos e metáfora é complexo. Basta dizer que alguns analistas do

poema só distinguem o símbolo da imagem por ser esta passível de invocação uma vez, como metáfora, mas se a recorrência for constante, a repetição torna-se norma, então a metáfora se transforma em símbolo.

Para a Teoria da Literatura, o simbolismo de San Juan de la Cruz é afim do simbolismo contemporâneo. Mas para o Santo, esse simbolismo era um simbolismo natural e não particular, nascendo daí um problema que constitui desafio para os que estudam sua poesia. Como conciliar a idéia de alguns críticos com as intenções do Santo, ao dar aos seus poemas uma interpretação única, guiada pelo raciocínio lógico? Toda expressão poética é *conotativa*, mas ao explicar seus poemas, San Juan de la Cruz o faz de forma acentuadamente *denotativa*. Creio que se trata de uma evidente contradição entre o processo criador e as razões lógicas que procuram explicar, numa relação de um para um, todas as palavras, todos os versos, todas as estrofes de seus poemas, como se tais explicações constituíssem o núcleo mais interno de suas composições.

Ao analisar o sentido de cada verso, de cada palavra, ele esboça, na realidade, uma espécie de Teoria da Literatura Mística mas não uma teoria mística da literatura, problema que seria conveniente analisar para que o crítico moderno verifique até que ponto se pode realizar uma nítida dicotomia entre poesia e mística. De início, um fato pode ser logo colocado pelo investigador literário: San Juan de la Cruz não faz em seus comentários nenhuma referência aos seus processos meramente poéticos. Estes, segundo dá a entender, não lhe podem ser assegurados nem por ciência nem por experiência, pois ambos são enganosos e poderiam falsear o sentido daquilo que ele busca: desnudar o espírito e expulsar dos sentidos todos os desejos em relação às coisas materiais, ficando assim, através da purificação e mortificação, apto para a união com Deus.

O problema que se coloca aqui é da maior atualidade do ponto de vista da Teoria da Literatura. Em nenhuma universidade, hoje, se pode ensinar que a expressão poética possa ter uma explicação única. Daí o conceito de conotação, para acentuar as características da linguagem poética como ambígua, podendo um poema ter mais de dois, dez ou cem significados para cada leitor

esteticamente sensível. Contudo, San Juan de la Cruz comenta um a um todos os seus versos e lhes atribui, como vimos antes, uma explicação de textos científicos mas não de textos literários, é claro que sua explicação se destina apenas a revelar os planos de sua experiência mística, numa ascensão que termina com a visão da alma diretamente unida a Deus, ou seja Deus e alma tornados um só, como o próprio Dante confessa no seu conceito de *transumanar*, dando o exemplo de Glauco que ao comer uma erva marinha, alimento dos deuses, se tornou deus no mar como os demais. Em San Juan de la Cruz este problema foi tratado por Francisco Yndurain, em estudo intitulado *Mística y Poesia en San Juan de la Cruz*. Ele está certo quando diz que ao comentar seus poemas, o Santo não está atuando como poeta ou crítico de sua poesia, mas apenas agindo como místico. Se a poesia mística não pode ser explicada nem por ciência nem por experiência, a verdade é que San Juan de la Cruz se mostra um lógico muito seguro de toda a cultura bíblica, principalmente, como reconhece Yndurain, ao revelar o sentido de sua poesia, através da visão mística.

O que proponho aqui, aos estudiosos, e eu próprio prometo dedicar estudos mais demorados, é saber se não se pode contestar os teóricos atuais da literatura, mostrando que a poesia pode ter uma linguagem puramente denotativa e não conotativa, quando se trata da poesia de um verdadeiro místico, pois a explicação única teria uma justificativa: a de que ela não pertence ao próprio autor do poema — como fez Edgar A. Poe — mas resulta de uma revelação comunicada por Deus, através da experiência mística. Deus seria então o melhor intérprete de San Juan de la Cruz, pois o pensamento de Deus seria o próprio pensamento de San Juan. Claro que tal interpretação, envolve, no processo, um problema de crença. Se a mística permite ao homem a união com Deus, então o pensamento divino pode ser humanamente comunicado, tornando-se o poeta místico o próprio agente da comunicação divina. Como no caso da poesia de San Juan, está provada a existência misteriosa de uma grande beleza, beleza que pode ter sido comunicada pelo próprio Deus através do Amor sobrenatural e da contemplação, «infusa e escura que procede de Deus no interior da alma», porém que é, como diz Mário Casella, da Universidade de Florença, um raio de treva para o entendimento, «Deus seria então o criador principal da obra de contempla-

ção, uma atividade vital imanente que se cumpre raras vezes na Terra». (Mário Casella). Disso resulta ser San Juan de la Cruz um poeta atemporal, tão de nossa época como de qualquer outra no futuro, pois desligada dos conceitos de espaço e tempo ele resiste para além das dimensões do tempo e da História.

FRAY LUIS DE LEON

Quando Menéndez y Pelayo — o que era muito próprio do seu estilo ao julgar os clássicos — chamou Fray Luis de León de «Horácio espanhol», muitos leitores competentes viram nisso um elogio. Contudo, aplicando-se ao estudo da mística os critérios próprios da ciência da literatura, a poesia de Fray Luis de León revela uma singularidade criativa que não pode admitir comparações, nem mesmo comparações inteligentes, como costumavam ser as de Menéndez y Pelayo. A poesia de Fray Luis de León possui muito da obscuridade da poesia do século XX, o que é suficiente para torná-la desagradável aos maus leitores de poesia moderna. Mas é por essa obscuridade que essa poesia se inscreve no grupo dos estudos sincrônicos de literatura, o que não ocorre com a poesia de Horácio que, ao contrário da de um Virgílio, de um Lucrécio ou um Dante, pertence apenas ao grupo dos estudos diacrônicos. Claro que sincronia e diacronia não podem ser vistos como conceitos inteiramente dissociados, mas seria absurdo dizer-se que a poesia de Horácio tem para o investigador contemporâneo o mesmo interesse que pode despertar em sua consciência a língua poética da mística espanhola.

Fray Luis de León viveu em uma época de novos modelos poéticos. E não era o século XVI um século de modelos apenas literários. Os modelos filosóficos também se impunham, os políticos, os modelos matemáticos. Em uma época em que os modelos — tanto métricos quanto estróficos — eram um patrimônio comum a todos os poetas europeus — admite-se a semelhança de Fray Luis de León com outros artistas, não apenas de seu tempo mas até com o remoto Horácio. Especialmente o Horácio das *Odes*, espécie literária que o poeta latino considerava como a mais representativa de sua mais legítima poesia. As *Sátiras* horacianas, embora escritas em hexâmetros perfeitos, revelavam um estilo muito aproximado da prosa. Além disso, não representavam uma

expressão subjetiva do mundo, das constelações de objetos e suas relações interiores, não criava uma perspectiva onde a alma pudesse objetivar-se e contemplar a si mesma. Eram antes memórias, pregação moral, teorias poéticas, reflexões sobre a sociedade romana em uma época de grandes triunfos militares, literários e políticos. Sob esse clima de pura reflexão, as Epístolas completam as *Sátiras* como documentos pelos quais muito pode ser conhecido da vida em Roma na época de Augusto. E por ser um moralista — o máximo representante da pregação moral em verso perfeito — é que se tornou um integrante da *bella scuola*, na *Divina Comédia*, ao lado de Homero, Virgílio, Ovídio, Lucano e daquele que se considerou o sexto em tão distinguida corporação: «si ch'io fui sesto tra cotanto sano».

Em um poeta tão completo quanto Fray Luis de León me parece desnecessária a investigação das fontes de sua poesia. Se elas devem servir à compreensão de seus poemas, então se faça como fez Dámaso Alonso, ao entroncar o simbolismo espanhol na própria tradição secular, cuja principal característica é a divinização do humano presente tanto no *Romancero* quanto em Garcilaso. O domínio que tem Fray Luis da língua espanhola, a musicalidade e orquestração de seus versos, um certo panteísmo que o leva a «desumanização» do poema, a sábia utilização da lira criada por Bernardo Tasso, o situa bem no centro de seu tempo. Quanto à influência de Horácio, não me parece tão significativa quanto pretendia Menéndez y Pelayo, especialmente se a atenção do analista se concentra sobre os numerosos modelos estróficos criados pelos italianos e, a seguir adotados por todas as línguas modernas da Europa, inclusive Portugal, onde Camões não criou um só modelo: nem no plano das formas métricas, nem no das estróficas, ou até de espécies, ou sub-gêneros — ou gêneros menores — como o soneto, a sextina, a canção. Ao escolher a lira como forma preferida de sua expressão mística, criou Fray Luis o fez por ser a estro cujo período rítmico — 38 sílabas na versificação portuguesa — mais se aproximava da tradição ibérica do verso curto, numa espécie de resistência aos padrões do doce estilo novo italiano, que tinha, na lírica, seu mais notável representante em Petrarca. É típica essa resistência dos espanhóis aos modelos estrangeiros. Se tais modelos são levados à Espanha — e isso já foi observado por Ernst Robert Curtius —

logo são aperfeiçoados, transformados. Assim, a tão decantada sujeição de Fray Luis de León aos modelos estrangeiros não seria mais do que uma forma de luta do poeta salmantino pela superação de tais modelos. A interpretação um tanto distorcida de uma lição de Ezra Pound, tem levado alguns críticos a definirem como «diluidores» poetas da maior competência intelectual e técnica. Tais poetas, ao invés de diluidores, devem ser definidos como inovadores porque são justamente os espíritos criativos os que primeiro aceitam a colaboração entre o novo e antigo, como forma de superação, através de uma síntese, das polêmicas em literatura e arte. O produto dessa ação catalizadora nem sempre é reconhecida como original. Mas o «original» só pode ser concebido como aquilo que é feito sem modelo numa definição de dicionário. Para tais críticos, o conceito de original seria meramente dicionarístico, até mesmo, talvez, anti-semântico, o que, evidentemente não seria possível, e isso acarreta prejuízos a uma perfeita compreensão das verdadeiras obras de arte literária. Os «abortos» dialéticos da conceituação de F. Schlegel, são tomados como obras sérias, o que na realidade não o são, enquanto poemas criados por legítimos poetas, verdadeiros produtos de uma síntese entre tradição e renovação, são apontados como objetos diluídos, artefatos epigônicos de movimentos que só poderão demonstrar sua eficácia quando forem capazes de realizar a unificação necessária entre o *novo* e o *velho*. Razão tem Eliot, quando afirma que a tradição não se herda. Conquista-se. E a conquista da tradição não é tarefa para espíritos lerdos, preguiçosos, pois só com muitas fadigas pode um verdadeiro poeta incorporar a sua geração o passado que não passa por existir vivo, a cabeça levantada no presente do tempo.

Dentro da mística espanhola, ao lado de Santa Teresa e San Juan de la Cruz, avulta a personalidade poética de Fray Luis de León. Entre os poetas líricos, no mundo poucos se ombreiam com ele. E, na mística, apenas San Juan de la Cruz se aproxima da elegância, domínio da língua poética e capacidade de metaforização e simbolização dentro dos mais estritos critérios da poesia moderna. Sobre esse aspecto, não se deve apenas mencionar Fray Luis. Seria injusto fazê-lo sem lembrar os demais representantes da mística, fato já tratado em nota prévia sobre San Juan de la Cruz.

Sempre acreditei que a mística de Espanha constitui um farol para a compreensão da poesia que se escreve no Ocidente desde a segunda metade do século XIX. O intelectualismo, os elementos ocultistas, os símbolos de treva e de luz, a musicalidade como elementos expressivos na poesia de Baudelaire, Rimbaud, Lautreamont, Claudel, Mallarmé, Valéry, T.S.Eliot, Ezra Pound, Jorge de Lima, Jorge Guillén, Fernando Pessoa, Eugênio Montale e tantos outros, mostram quanto eram geniais esses místicos-poetas de Espanha. Tal aproximação com os poetas contemporâneos revela a amplitude de interesses que a mística espanhola pode despertar, não só na consciência dos estudiosos da literatura mas dos próprios poetas jovens, como reconheceu Musil, ao afirmar que a «solidão do eu no mundo e entre os homens» se encontra mais precisamente no espírito do poeta moderno. Para Saint-John Perse um poema não deve ser mais do que a «pura linguagem do exílio». É possível que tenha sua origem na mística grande parte do vocabulário simbólico dos *The Four Quartets*, de T.S.Eliot, das *Elegias de Duino* de Rilke, do *Livro de Sonetos e Invenção do Orfeu* de Jorge Lima. Em todos eles, encontramos a idéia mística — até certo ponto — da purgação pelo fogo, da purificação da alma, do amor como princípio supremo, de símbolos associados às imagens de abismo, azul, transferência, exílio, solidão, carne, separação, libertação, chama, fogo, estrela, treva, caos. Por mais que se procure negar, não há dúvida de que a mística está associada, também, à idéia de magia. Os poetas modernos, com sua tendência para o satanismo, buscam toda espécie de fórmulas para tornar a linguagem cada vez mais enigmática. Por isso, recorrem aos conceitos de feitiço, magia negra, cabala. Alguns se confessam ateus, mas o que são, na realidade, com todos os seus conjuros e blasfêmias, os seus melhores leitores o sabem: são místicos, quase santos, extraviados em um mundo cada vez mais dominado pela tecnologia e os seus ídolos. Em relação à musicalidade do poema contemporâneo, não se deve esquecer o núcleo teórico que lhe dá apoio: harmonia, ritmo e euforia é o que já propunha um precursor de Baudelaire: Novalis. Na teorização de Novalis, esse trecho é decisivo: «Poemas que somente soam bem, porém que não apresentam o menor sentido ou coerência, os que somente se entendem ao máximo algumas estrofes, como puros fragmentos das coisas mais diversas». Isso é apresentado como «magia da linguagem», como observou Hugo Friedrich em seu

livro *Estrutura da lírica moderna*, mas na realidade, os místicos sempre associaram aos sons das palavras um sentido misterioso, oculto, que tanto Santa Teresa, San Juan de la Cruz e Fray Luis de León fizeram prevalecer em suas composições. A desumanização do humano e a humanização da natureza é uma característica que tanto se pode encontrar nos poetas modernos quanto nos místicos espanhóis. Por exemplo: quando um poeta moderno desumaniza o poema — entendendo-se o termo em sentido puramente descritivo e não valorativo — o faz como numa espécie de humanização da natureza, como ocorre em Fray Luis de León. Sobre essa relação, gostaria de citar um poema de Rafael Alberti: — «Miss X, enterrada en el viento del oeste», onde se encontra este verso citado por Hugo Friedrich: «Sol muerto por el rayo, Luna carbonizada». Compare-se este verso de Fray Luis de León: «Mostrad vuestra alegría/en esta claridad centellando». Ambos se servem de elementos cósmicos. Em Rafael Alberti se vislumbra o caos. Em Fray Luis, a ordem e a beleza. Mas ambos estão ligados pela humanização de elementos da natureza. No primeiro, o Sol é morto pelo raio e a Lua é carbonizada. No segundo, nota-se um apelo para que a estrela revele sua alegria, cintilando na treva. Embora aparentemente distanciados, ambos transferem à natureza os tributos do tipicamente humano. Agora eu desejaria fazer um depoimento pessoal. Quando comecei a escrever poemas, Fray Luis de León se tornou logo um dos meus autores preferidos, ao lado de Dante, Homero, T.S.Eliot. Foi sob a influência de Fray Luis de León que escrevi o poema em heptassílabos «Tema para uma canção elegíaca», que aparece em meu livro *Invenções da Noite Menor*. O quarteto final dessa canção é justamente o seguinte:

Eternos serão os rastros
daquele que a um sonha fita:
— é a treva que acende os astros
e oferta luz infinita.

No início deste estudo, falei sobre o problema das influências. Entre essas, Horácio. Todavia, colocando de lado a questão das fontes, o que se encontra de particular em Fray Luis de León? Acredito que a resposta mais correta seria aquela capaz de despertar nos historiadores literários, críticos, teóricos e, particularmente, nos poetas algo que pudesse servir de agulhão à sua cu-

riosidade. Leiam Fray Luis e vejam o que há de pessoal, de intransferível ainda que não incomunicável. Uma pesquisa dessa ordem teria no mínimo o valor de ensinar muito a todos os que se preocupam com tais questões. A originalidade dos místicos espanhóis se encontra não no plano das formas ou modelos expressivos mas no plano interior da fantasia, da imaginação, do sentimento, da capacidade e harmonização dos climas interiores do espírito, climas purificados na ascese, na quietude e no silêncio de seus castelos místicos, onde incessantemente ecoa a música das palavras. A treva, na poesia dos místicos, é sempre motivo para revelação da luz. A música da linguagem acorda nas almas a memória das origens, o passado pode ser recuperado pela meditação e pela contemplação, as riquezas, os bens terrenos, de nada valem quando se comparam aos bens espirituais. Por isso, afirma Fray Luis, em sua Ode a Francisco Salinas:

El aire se serena
y viste hermosura y luz no usada,
Salinas, cuando suena
la música estremada,
por vuestra sabia gobernada.

A cuya son divino
el alma, que enlovido está sumida
torna a cobrar el tino
y memoria perdida
de su origen primera esclarecida.

Só um poeta muito competente poderia encontrar versos tão belos ao expressar o sentimento de vergonha que atinge o homem célebre, ao ver-se apontado pelo dedo de todos, e, justamente, por essa razão, tudo fazer para fugir às glórias mundanas, com seu ruído e sua vacuidade:

Que descansada vida
la del que huye el mundanal ruido,
y sigue la escondida
senda, por donde han ido
los pocos sabios que en el mundo han sido:

Que no le enturbia el pecho
de los soberbios grande el estado
ni del dorado techo
se admira fabricado
del sabio Moro, en jaspes sustentado.

No cura si la fama
canta con voz su nombre pregonera
ni cura se encarna
la lengua lisonjera
lo que condena la verdad sincera.

Que presta a mim contento
Si soy del vano dedo senalado?
Si en busca deste viento
con ansias vivas, con mortal cuidado?

São trechos da Vida Retirada. Essa Ode tem influenciado uma verdadeira legião dos melhores poetas contemporâneos, inclusive Boris Pasternak, que num de seus poemas confessa extremada aversão à celebridade e a tudo o que signifique honrarias, ao contrário de Aschenbach, protagonista de *A Morte em Veneza*, de Thomas Mann. Esse personagem encarna um escritor que se tornara famoso com o pensamento fixo na ânsia de projeção social e que, de súbito, verifica que tudo quanto produzira era falso, quando já não havia tempo mais para criar o verdadeiro tesouro espiritual que a maturidade acaba por despertar em sua consciência. Assim o que mata Aschenbach não é a epidemia de cólera — simples metáfora — mas a descoberta dos falsos princípios em que fundamentara sua obra de escritor, sua filosofia de auto-realização baseada no êxito mundano, no preenchimento do vazio interior pelas imagens vazias produzidas, em série, pela ânsia das viagens, essa praga inventada pelo comercialismo como uma panacéia para os males de algumas mentes angustiadas e enfermas.

Na poesia de Fray Luis de León, como na de San Juan de la Cruz e Santa Teresa, há sempre aquele anseio, ou melhor diria, senso de adequação entre sensibilidade criativa e sensibilidade receptiva, ou, por outras palavras, entre a sensibilidade do autor e a sensibilidade do leitor. É isso que torna os místicos tão atuais, tão presentes e influentes na íntima correspondência que deve existir entre o criador da obra e seu receptivo, o leitor. Nada pode ser mais importante para quem escreve poesia do que encontrar um seletto número de mentes educadas — esteticamente educadas — com as quais possa estabelecer aquela comunhão que resulta da existência, entre autor e leitor, de um clima intelectual comum. Um dos grandes males da crítica moderna — que por sinal é boa crítica — é sacrificar demasiadamente a interpretação de

passagens difíceis em um poema através de comentários fáceis e despropositados, enquanto outras, menos complexas, são submetidas a juízos estéticos altamente sofisticados. No primeiro caso, um bom poeta pode ser apequenado, no segundo, um poeta medíocre pode ser elevado a um patamar demasiadamente alto para o seu nível. Uma crítica assim em nada contribui para a compreensão dos valores, signos, padrões e critérios das estruturas criadas. Com a poesia dos místicos ocorre, freqüentemente esses equívocos da crítica. Em certa passagem da *Vida Retirada* escreve Fray Luis de León.

Del monte en la ladera
por mi mano plantado tengo un huerto
que con la primavera,
de bella flor cubeirto
ya muestra en esperanza el fruto cierto.

Houve quem interpretasse essa lira como um huerto realmente cultivado por Fray Luis de León. Que interesse, todavia, teria o poeta em revelar suas habilidades de horticultor? É claro que estamos diante de um símbolo-místico. Um símbolo cuja estrutura pode ser estudada aplicando-se não só os métodos da ciência da literatura, mas a intuição e a própria experiência do crítico como leitor especializado de poesia. E é como leitor especializado em poesia, que o analista literário identifica logo a língua poética dos místicos, através de palavras como «ladera», «huerto», «monte», «plantado», «esperanza», quando essa análise recai sobretudo sobre um San Juan de la Cruz ou um Fray Luis de León. Com isso não quero fazer crer ao leitor que mística e poesia sejam a mesma coisa. Há místicos poetas e não poetas. E até mesmo alguns que detestam a comunicação de suas experiências místicas através de poemas. Tratando-se da *Vida Retirada*, é bem possível que esta estrofe busque simbolizar no «huerto» o próprio êxtase da contemplação. Como nos mostra Helmut Haztfeld, em seu *Estudios Literários Sobre Mística Espanhola*, o próprio Valéry, com seu acentuado intelectualismo, não fugiu ao fascínio da poesia de San Juan de la Cruz. Diz Haztfeld: «Não desconhecia Valéry o misticismo como captação intuitiva da verdade, como tampouco desconhecia Bergson: Existem certezas inexplicáveis... Isto origina os

místicos». Valéry só tardiamente tomou conhecimento da importância da mística, quando já não dispunha de tempo para recomeçar tudo sob sua influência. Sob esse aspecto, possivelmente mais culto — não tenho certeza — T.S.Eliot tirou melhor partido do profundo conhecimento das doutrinas místicas, da poesia oriental e dos íntimos segredos de Dante, que afirmou ser a *Divina Comédia* um poema místico, pelo menos num dos níveis de interpretação dos quatro que revelou em sua carta ao Can Grande de la Scala. Ainda em relação a Valéry, permitam-me citar novamente Helmut Hazfeld: «Por suposto, Valéry certo ao abandonar a idolatria do intelecto, porém não em renunciar a purificação da alma. Mas como essa foi sua conduta durante todos os anos de sua criação literária, quando compôs seus grandes poemas, sua poesia forçosamente havia de ser oposta à San Juan de la Cruz, ainda que, teoricamente, acreditasse Valéry que partilhava com o santo espanhol o conceito e a *raison d'être* da poesia. San Juan de la Cruz efetivamente considera o lirismo um grito estilizado e aclara na introdução de sua *Chama de amor viva* que às vezes um poema deve conter exclamações como oh! e ah! para expressar adequadamente o inefável». Em sua *Vida Retirada* Fray Luis de León confirma, na prática, esse postulado teórico de San Juan de la Cruz.

Oh monte! Oh fuente! Oh rio!
Oh secreto seguro deleitoso!

Claro está, voltando à análise do símbolo da contemplação mística, que Fray Luis podia haver plantado um horto com suas próprias mãos. Contudo, esse horto entra em sua poesia apenas como instrumento de comunicação através do qual a experiência mística é associada à experiência particular de qualquer leitor que também já tenha cultivado um horto e conheça a estação em que ele se cobre de flores e o tempo em que os frutos poderão ser colhidos. Aproximar a experiência do autor à experiência do leitor tem sido uma constante em quase todos os poetas, especialmente nos místicos. Apesar desse desejo de aproximação, há sempre um elevado coeficiente de dificuldades na exegese da poesia mística — se é que existe tal poesia — pois é preferível falar da poesia dos místicos, o que é outra coisa. Há nela uma obscuridade somente comparável a que pode ser encontrada na

poesia barroca ou dos poetas modernos mais diretamente influenciados pelos simbolistas franceses. A dificuldade principal está no fato de não serem os místicos poetas preocupados com questões de estética, de métodos, de processos expressivos. Para eles, o importante é a revelação da experiência mística o que fazem com admirável perícia técnica. Isso assombra, quando eles próprios confessam que a poesia é apenas instrumento dessa revelação. Daí afirmar San Juan de la Cruz que os seus poemas não podem ser explicados nem por ciência nem por experiência, o que dá lugar a um sério problema para a teoria da literatura, a que me referi em nota prévia sobre San Juan de la Cruz, ao falar dos conceitos de «conotação» e «denotação» aplicados ao estudo interpretativo dos poetas místicos.

Essas considerações visam justificar toda posição crítica que busque fugir às análises exaustivas de poemas como os de Fray Luis, cuja beleza suplanta qualquer tentativa de explicação, ou dão lugar apenas a um criticismo parasitário, rico em erudição e respostas inadequadas ao caráter de uma investigação científica dos problemas literários. Por isso, ao escrever sobre Fray Luis de León, minha única preocupação é mostrar ao leitor como é importante, para melhor compreensão da poesia moderna, um certo convívio com os místicos. E se o leitor gostar dessa poesia será quase certo que poderá apreciar melhor toda a beleza dos poemas de Rilke, Benn, Montale, Jorge de Lima, Juan Ramon Jimenez, Jorge Guillén, Dylan Thomas, Saint-John Perse, Ungaretti e tantos outros.

A grande poesia moderna possui uma interioridade, uma profundidade psicológica de visão que não pode dispensar, sem prejuízos para o próprio autor, a experiência da mística. É isso que na atualidade transformou Dante num dos temas centrais da teoria do poema. O Paraíso, que é na *Divina Comédia*, um universo de luz, a partir do instante em que essa luz se reflete no rosto de Beatriz e é logo comunicada a Dante, através do conceito de «transumanar» (Paraíso, I, 64-73), é uma das presenças mais fortes na poesia dos místicos espanhóis. No Canto XXX, a primeira estrofe mostra-nos a rosa de luz com inusitada força:

In forma dunque di candida rosa
 mi si mostrava la milizia santa
 che nel suo sangue Cristo face sposa.

Fray Luis está muito mais próximo dessas flores, desses rios, jardins e lagos iluminados do que de Horácio e outros poetas antigos. No Canto XXXIII, a idéia do nó místico está sempre colocada diante dos olhos do leitor:

La forma universal di questo nodo
 credo ch'i'vidi, perché piú di largo
 dicendo questo, mi sento ch' i' godo.

Mas, onde a presença de Dante, até do ponto de vista formal está mais forte é na «Exposição do Livro de Job», em que a terça rima é exercitada por Fray Luis com soberba maestria. T.S.Eliot lamentou que, em toda sua vida, não houvesse conseguido escrever mais do que uns vinte versos no verdadeiro estilo de Dante. Fray Luis, sem deixar de ser ele próprio, conseguiu escrever centenas, o que é realmente uma façanha, quando se deixando à margem o pensamento e a visão mística de Dante, nele se procura apenas o domínio do verso, a perícia técnica, a força das imagens. Imagens quase sempre intensificadoras. Esses são alguns dos elementos constantemente procurados pelos poetas contemporâneos. Mas Fray Luis, poeta superiormente dotado para o relato místico de suas experiências é também um conhecedor profundo dos segredos do hebraico, do grego e do latim, disciplinas que o tornariam — mesmo independentemente de ser um místico e um poeta — um técnico competentíssimo da palavra. Para demonstrar essa força e essa perícia técnica, essa capacidade não apenas estratégica mas também tática de dominar a linguagem, nada melhor do que enviar o leitor aos próprios textos de Fray Luis de León. E esse é o meu conselho aos que desejam iniciar-se no conhecimento da língua espanhola, em particular na produção dos místicos — essas vigorosas antenas captadoras do mistério: Santa Teresa, San Juan de la Cruz e Fray Luis de León.

PESQUISAS

Contexto social, estruturas lingüísticas e desenvolvimento intelectual

Waldecyr C. de Araújo Pereira
e Luiz Antônio Marcuschi

Este trabalho apresenta um resumo da problemática a ser investigada pelos professores Waldecyr C. de Araújo Pereira e Luiz Antônio Marcuschi na Universidade Federal de Pernambuco.

O estudo terá por objetivos: (1) analisar as relações entre contextos sociais de diferentes níveis sócio-econômicos e a natureza e uso de estruturas lingüísticas; (2) evidenciar as relações entre os níveis de faixas etárias de um mesmo contexto social e a natureza e uso de estruturas sintáticas e (3) comprovar as relações entre a natureza e uso de estruturas sintáticas e os níveis de desenvolvimento intelectual. Serão utilizadas estratégias metodológicas visando à análise das relações entre mudanças das variáveis, com vistas a uma compreensão estrutural nos níveis sincrônico e diacrônico. Como aplicação serão construídos aceleradores do processo do desenvolvimento intelectual, objetivando a promoção sócio-cultural dos menos favorecidos.

Os problemas serão investigados com a utilização de técnicas de análise que permitem o estabelecimento das relações entre as mudanças das variáveis com o fim de validar empiricamente as hipóteses.

Os dados serão obtidos a partir de contextos sociais bem diferenciados quanto às variáveis sócio-econômicas, com a utilização de experimentos especiais para cada uma das etapas da pesquisa.

As técnicas paramétricas, não-paramétricas e modelos lógicos serão utilizados para a análise das hipóteses estatísticas.

ANÁLISE DOS PROBLEMAS

A diferença de desempenho lingüístico de pessoas de níveis sócio-econômicos diversos levou Bernstein (1971); Labov (1966, 1970a, 1970b); Cazden (1970); Deutsch (1965 e 1967); Oevermann (1972); Bereiter e Engelmann (1966) a formularem a hipótese do reflexo de processos sociais na aquisição de linguagem.

Os estudos empíricos apontados comprovaram que os fatores sociais são suscetíveis de influenciar de modo decisivo a aquisição da linguagem e o nível de desempenho lingüístico do indivíduo.

Entre os trabalhos que mais frutificaram encontra-se a hipótese de Bernstein (1971) segundo a qual o comportamento lingüístico de um falante depende da estrutura social em que se acha inserido e, particularmente, das realizações sociais, e interações que se verificam no interior do grupo a que ele pertence, partindo já de seu meio de socialização: a família. A fim de comprovar suas hipóteses e desenvolver esquemas de ação, Bernstein (1971, 1973) realizou entre 1958-1971, na Inglaterra, uma série de experimentos e levantamentos empíricos. A análise dos dados ali coletados deu origem à teoria dos códigos lingüísticos próprios de cada classe social e ao estabelecimento da hipótese do *deficit lingüístico* (Marcuschi, 1975).

As duas variantes sociolingüísticas encontradas por Bernstein (1971) receberam o nome de «código elaborado» (Classe média) e «código restrito» (Classe trabalhadora), os quais apresentam divergências fonológicas, sintáticas e semânticas, bastante acentuadas. O chamado «código restrito» deixa à sua camada social correspondente pouca autonomia comunicativa, dá-lhe um número reduzido de chances de sucesso, reduz o limite de suas opções; a tendência a operações de ordem concretas, verificadas neste código levaria a relações sociais mais rígidas e a um certo fechamento do grupo numa espécie de solidariedade mecânica. A partir dessas constatações Bernstein (1971) verificou também a situação de desprivilegio em relação ao êxito escolar em que se encontram crianças de classe baixa, uma vez que os programas de ensino são transmitidos num código que não lhes é familiar. Isso leva, não raro, as crianças de classes menos favorecidas ao abandono escolar ou fracasso em anos mais adiantados.

Embora um tanto simplista e com uma série de defeitos técnicos, próprios de estudos pioneiros, era evidente a relevância sócio-política da hipótese bernsteineana na elaboração de programas escolares.

Esses estudos tiveram grande repercussão suscitando uma série enorme de pesquisas similares em outros países com o fito de analisar a língua em relação com o fator social de elaboração de programas de ensino corretivo, como nos Estados Unidos, segundo as informações detalhadas de Bois-Reymond (1971) e Gerb Iben (1974).

A hipótese do *deficit lingüístico* de Bernstein (1971), sofreu críticas sob o ponto de vista terminológico e metodológico uma vez que tais 'Códigos' não seriam mais que variações contextuais-funcionais, Labov (1970 e 1972) e Oevermann (1972) de um mesmo código, assim que, melhor teria sido chamá-los de registros sócio-semânticos diferentes. Da mesma forma sua simplificação da estrutura social em duas classes nítidas simplificava a realidade social (Oevermann, 1972) e reduzia as possibilidades de uma maior mobilidade. Tanto os critérios lingüísticos como os sociológicos mereceram reparos que logo vieram de todos os lados. Assim, partindo da hipótese bernsteineana, Oevermann (1972) da Alemanha Federal refinou o aparato teórico de Bernstein acrescentando-lhe uma série de elementos novos. O modelo utilizado por Oevermann (1972) para a estratificação social foi o de Scheuch (1961), com maior número de elementos considerados do que apenas a cultura dos pais e a renda familiar, utilizados originalmente por Bernstein (1971) em sua estratificação social.

Apesar do aumento dos «filtros» na estratificação social e também um maior rigor na definição das características dos fatores pesquisados, Oevermann (1972) chegou a uma corroboração bastante próxima da teoria de Bernstein (1971). Muitas das diferenças deveram-se a uma variante nova introduzida por Oevermann ou seja, à análise de textos escritos, o que Bernstein não fizera, pois analisara apenas protocolos de gravações orais. As conclusões de Oevermann (1972) e a influência bernsteineana na Alemanha Federal levaram os estudos, lá, a uma enorme proliferação e à criação de novos programas de ensino.

Na linha bernsteineana foram realizados também nos Estados Unidos vários estudos empíricos por autores como M. Deutsch (1965); Bereiter/Engelmann (1967) e outros. O levantamento feito por M. Deutsch (1965), em testes aplicados a crianças brancas e negras, revelou que havia fatores específicos a cada classe social, relevantes para a competência lingüística e desenvolvimento cognitivo. As crianças de classe baixa achavam-se em nítida desvantagem, que aumentava no correr dos anos; isto foi caracterizado como o *deficit cumulativo*. Essas pesquisas levaram a formular os programas de *ensino compensatório* para melhorar a situação dos desprivilegiados. Deutsch (1965) mostrou que um

contexto social baixo reflete-se de modo coibidor no desenvolvimento psíquico e lingüístico da criança: a partir daí, estabeleceu uma relação de dependência entre os dois fatores.

Os resultados das pesquisas anteriores, embora fundamentados em levantamentos de dados, foram energeticamente contestados nos trabalhos de Labov (1966 e 1970b) que não aceita a hipótese do deficit lingüístico opondo-lhe a hipótese da *diferença lingüística*.

A crítica partida de Labov (1970a e 1970b) ao aparelho teórico da hipótese bernsteineana diz que esta acha-se orientada pelos valores da classe média, ignorando as diferenças funcionais que se manifestam na sociedade. Além disto, na valorização dos códigos, a ação social fica excluída. Labov (1970a e 1970b) chega, pois, a resultados praticamente opostos aos de Bernstein, em seus estudos sobre lógica do inglês não standard, dos negros dos Estados Unidos. Labov (1970a e 1970b) volta-se contra a idéia de que as crianças em contextos sociais desprivilegiados tenham estímulos verbais menores, falem e ouçam frases não bem-formadas, que possuam uma capacidade expressiva deficitária e que não saibam pensar lógica e abstratamente. A intenção de Labov é investigar a capacidade de expressão, a riqueza vocabular e gramaticalidade dos negros falantes de um inglês não-standard.

Com respeito à capacidade de expressão, por exemplo, Labov (1970a e 1970b) parte imediatamente para uma crítica da atitude metodológica dos pesquisadores da hipótese de deficit ao criarem uma situação de artificialismo em seus levantamentos o que falseia os dados e distorce os resultados. Labov (1964, 1970a e 1970b) dá técnicas alternativas novas e desenvolve métodos especiais para superar essa situação assimétrica entre entrevistador e entrevistado.

Outros autores como Hess e Shipmann (1965); Sigel, Anderson Shapiro (1966) e Sigel e McBane (1967) evidenciaram diferenças entre esquemas de usos da linguagem e classe sociais diferentes. Hess e Shipmann (1965) encontraram diferenças semelhantes às que Bernstein (1971) encontrou entre crianças ne-

gras das classes média e baixa na articulação de nomes associados a objetos familiares. Os reforços diferentes de conceitos particulares, dentro destes contextos sociais podem ser responsáveis pelas diferenças apresentadas pelas crianças.

Uma vez levantadas as relações existentes entre contexto sócio-econômico e variantes sócio-lingüísticas específicas à luz do pano de fundo teórico acima indicado será tentado um passo a mais, que por enquanto não mereceu ainda muita atenção dos lingüistas, psicólogos, sociólogos: levantar-se-á hipóteses que tentarão estabelecer as relações entre estruturas sintáticas por faixa etária e contexto sócio-econômico.

Servirão de base para o levantamento de dados lingüísticos os modelos da gramática gerativa e transformacional de N. Chomsky (1965) que têm condições de fornecer elementos necessários para o desenvolvimento de uma análise detalhada das estruturas sintáticas. Carol Chomsky (1971) desenvolveu um estudo sobre a aquisição da sintaxe por faixas etárias para a língua inglesa, mas não por faixa etária e contexto sócio-econômico. Tal seria uma hipótese de trabalho nova, até o momento não tentada, pelo menos até 1971, como salienta Menyuk (1975). Alguns elementos básicos nesta linha foram levantados por Braine (1963), Brown e Fraser (1964), Miller e Ervin (1964), Ervin-Tripp (1966) McNeil (1970), mas todos eles restritos à aquisição de estruturas sintáticas em crianças nos primeiros estágios lingüísticos e sem a preocupação de analisar a correlação desses fatos com o contexto sócio-cultural.

A análise dos dados obtidos sugere que ambientes lingüísticos influenciam a qualidade dos esquemas de pensamento, a velocidade do desenvolvimento intelectual e a variação na capacidade de resolução de problemas. Por exemplo, as diferenças na velocidade de desenvolvimento intelectual indicadas por Almy, Miller e Chittenden (1966) podem ser interpretadas como uma consequência de tais diferenças experimentais.

A determinação e compreensão das implicações dessas diferenças lingüísticas podem explicar o insucesso das crianças de contextos sociais menos favorecidos nas atividades escolares e nos famosos testes de inteligência que utilizam experiências e linguagem de contextos sociais mais favorecidos.

Um outro problema que vem desafiando os investigadores é o da aquisição das estruturas sintáticas. A construção de uma seqüência de estruturas sintáticas levando em consideração uma necessidade lógica de uma linguagem já formada é mais simples que a construção de uma seqüência levando em consideração o desenvolvimento psicológico da criança. As histórias do desenvolvimento psicológico são necessárias, dado que a qualidade da linguagem varia como uma função do nível do desenvolvimento da criança. A linguagem não apresenta sempre o mesmo papel através do desenvolvimento (Wener e Kaplan 1963). Sua significação depende da capacidade da criança de diferenciar, interpretar e integrar os elementos lingüísticos. De acordo com Carol Chomsky (1971), há uma seqüência na aquisição das estruturas sintáticas. Isto indica a possibilidade de um relacionamento entre a aquisição das estruturas lingüísticas e o desenvolvimento intelectual. Tal pode ser reforçado pela observação feita de que a criança manifesta entre os fatos a relação que faz entre as palavras, nunca invertendo o agente e paciente, etc., seguindo, pois, na linguagem, as relações sugeridas pelo contexto extra-lingüístico (Brown 1976).

Com isto uma nova questão se apresenta com grande força e importância na compreensão do desenvolvimento intelectual: a da relação entre as estruturas lingüísticas e as operações mentais. Apesar da resistência de Piaget (1973) e Inhelder (1970) em admitirem o papel central da linguagem na geração das operações mentais, alguns pesquisadores como Chomsky (1965), Miller (1962), Bruner (1966), Vygotsky (1962), Beilin (1965) têm apontado as estruturas lingüísticas como componentes indispensáveis ao desenvolvimento intelectual.

Referindo-se ao problema, Piaget (1973) comenta que a linguagem é apenas uma condição necessária e não suficiente para a construção das operações mentais e mesmo assim, falta determinar se as mesmas somente funcionam sob a forma lingüística, ou se dependem de «estruturas de conjunto» ou sistemas dinâmicos, não formulados como sistemas na linguagem corrente.

Inhelder (1970) assume que a estrutura das frases das crianças de nível operatório resulta de uma transformação de um

jogo de transformações operadas sobre frases, no sentido de uma gramática transformacional de Chomsky e ainda admite a suposição que estas transformações se acham intimamente ligadas ao que caracteriza como «elaboração das operações». Ela seria tentada a afirmar que o que se põe em prática é um processo paralelo de descentração e coordenação. Com relação ao problema de interação entre linguagem e operações mentais, Inhelder (1970) esperaria que as formas superiores da linguagem tivessem um efeito decisivo sobre a aquisição das estruturas lógicas correspondentes. Não obstante, aponta as experiências de Sinclair (1968) que indicaram que as transformações da linguagem permitem de um modo muito precário superar as dificuldades inerentes ao pensamento operatório.

Por outro lado Chomsky (1965) e Miller (1962) evidenciam, que as regras de transformações sintáticas propiciam um meio de aperfeiçoar as «realidades» que alguém encontra.

Os resultados das pesquisas de Bruner (1966) permitem concluir que para a criança bem sucedida na internalização da linguagem como instrumento cognitivo, torna possível representar e transformar sistematicamente as regularidades da experiência com maior flexibilidade e poder do que anteriormente. Neste ponto Vygotsky (1962) chama a atenção para o sistema do segundo sinal, o qual substitui o condicionamento clássico por um sistema lingüístico internalizado, para dar forma e transformar a própria experiência. A linguagem e o pensamento se desenvolveriam, inicialmente, de um modo paralelo. Até cerca de dois anos o pensamento se desenvolveria sem linguagem, a partir daí o pensamento tornar-se-ia lingual: assim, o pensamento pré-lingüístico se tornaria verbal e a linguagem pré-intelectual se tornaria racional. Vygotsky (1962) postula, porém, uma radical «historicidade» da consciência humana e sua vinculação funcional com a praxis humana socializada. Torna-se, por isso, fundamental a análise da interação social da criança e a sua relação com as operações mentais como um nível superior de estruturação daquelas experiências. Com isto, volta-se a completar o esquema de relações que o título desta pesquisa sugere.

Piaget (1973) afirma que é legítimo considerar a linguagem como desempenhando um papel central na formação do pensamen-

to, mas somente na medida em que ela constitui uma das manifestações da função simbólica, sendo o desenvolvimento desta dominado pela inteligência em seu funcionamento total.

O problema da relação entre linguagem e desenvolvimento intelectual exige mais pesquisas, contudo, os dados existentes permitem admitir como hipótese, que a linguagem tem um papel central na generalização das ações para a formação das operações mentais, e que as mesmas estariam identificadas com operadores lingüísticos e conceituais.

Finalmente, o problema de acelerar o desenvolvimento intelectual da criança é de grande importância social e ainda não apresenta soluções definitivas.

Alguns pesquisadores como Beilin (1965, 1969); Cohen (1967); Feigenbaum (1964); Gréco (1959); Inhelder e Sinclair (1969); Kingslay (1967); Kohnstamm (1967); Mernslein (1967); Morf (1959); Overbech (1970); Pascual-Leone e Bovet (1966); Peters (1970); Rothenberg (1968); Sigel e Hooper (1965); Smedslund (1968); Smith (1968); Winer (1968) e Wohlwill (1959) apresentam resultados bastante contraditórios quanto aos efeitos do treinamento para a aquisição de operações mentais.

Beilin (1965) mostrou que a linguagem é uma variável relevante na indicação de mudanças cognitivas durante o estágio de operações concretas. A criança não assimila estas regras verbais quando é colocada em tarefas perceptuais. Deste modo, o efeito parcial do treino verbal pode resultar de outros fatores por exemplo, integração de operações cognitivas e completa emancipação da criança de elementos perceptuais, por causa da idade da criança ou da sua história experimental.

Pereira (1973, 1976) constatou o papel da linguagem para a interiorização das regras descobertas a partir das ações realizadas sobre objetos físicos. A linguagem servia para a representação das sínteses elaboradas pelo sujeito. É de se esperar que a generalização de ações para a interiorização das operações só seja possível com a ajuda do aparato lingüístico.

Braine (1959) sugere que crianças medidas por métodos não verbais apresentam um estágio de desenvolvimento intelectual mais elevado do que o obtido pelo método piagetiano. Flavell (1971) afirma que o sucesso nos testes de desenvolvimento intelectual depende do domínio de conceitos como «mais», mesmo número de, etc..

Inhelder (1970) comenta que não é a utilização de certas expressões verbais, nem ainda a indução de uma estrutura superior de frases, o que dá origem à operação. Ela continua dizendo, que as crianças que passaram sob a influência da aprendizagem lingüística mostram que aprenderam a centrar-se nos fatores pertinentes do problema, como por exemplo na covariação das dimensões das transformações.

O ponto principal é exatamente o das covariações das dimensões ou a relação entre as mudanças das variáveis que participam do problema. Tais resultados sugerem a necessidade da realização de novas pesquisas, visando à determinação dos aceleradores responsáveis pelo desenvolvimento intelectual. É bem possível que o emprego das estruturas sintáticas utilizadas na análise e representação das relações entre mudanças de variáveis produza os efeitos desejados.

Finalmente, em face das análises feitas, podemos admitir que se estruturas sintáticas podem influenciar a estrutura do pensamento, e se crianças de diferentes contextos sociais experimentam diferenças sintáticas, então diferenças na competência para a solução das tarefas piagetianas podem ser explicadas por tais diferenças entre estruturas lingüísticas e o seu contexto social de uso.

METODOLOGIA

Inicialmente serão obtidas amostras aleatórias estratificadas por faixas etárias de crianças pertencentes a contextos sociais bem diferentes, definidos por variáveis sócio-econômicas.

Em seguida cada experimentando fará um experimento com todas as oportunidades de utilizar as estruturas sintáticas necessárias para explicar verbalmente as relações entre as mudanças

das diversas variáveis. Serão gravadas as respostas para que os protocolos verbais assim obtidos possam ser analisados de acordo com as técnicas sugeridas por Chomsky (1965). As estruturas sintáticas a servirem de base de controle serão escolhidas de protocolos verbais de experimentos Piagetianos, para então figurarem como indicadores de estágios e de fases de transição do desenvolvimento operacional mental.

As técnicas de levantamento de dados de Labov (1970 a 1972) bem como as de Bernstein (1971) no concernente a interpretações das relações entre linguagem e contexto social serão utilizadas para as análises e a determinação das relações entre as variáveis lingüísticas e econômico-culturais.

As relações entre os níveis de faixa etária e da natureza e uso das estruturas sintáticas, serão testadas e analisadas com auxílio das técnicas não-paramétricas.

Os experimentandos serão então submetidos a experimentos específicos sugeridos pelas tarefas piagetianas, para a análise e a determinação das operações mentais e o estágio do desenvolvimento intelectual. A análise de defasagens entre os diversos níveis de faixa etária de um mesmo contexto e entre faixas etárias de contextos diferentes, indicará as diferenças qualitativas e quantitativas das operações mentais utilizadas. As técnicas não-paramétricas serão utilizadas para a verificação das diferenças estatísticas significativas.

Os sujeitos das diversas faixas etárias dos diferentes contextos sociais que, na classificação, apresentarem uma posição inferior à esperada, serão submetidos a um treinamento especial durante algum tempo. Serão mantidos alguns grupos correspondentes sem treinamento para servirem como grupos de controle.

Após o treinamento, os experimentandos serão novamente submetidos a tarefas piagetianas e os dados obtidos analisados com técnicas estatísticas paramétricas.

Serão utilizados os modelos da Psico-Lógica de Piaget (1953) para a análise dos protocolos verbais obtidos nos diversos

experimentos visando a determinar as relações entre variáveis nos níveis sincrônico e diacrônico, com o objetivo de uma maior compreensão das estruturas subjacentes.

Para as interpretações teóricas será definido todo o aparato conceitual e os sistemas de referências de modo a se poder determinar as relações entre as mudanças de variáveis e as possíveis estruturas subjacentes. Será considerado de interesse a descoberta das contradições nos diversos sistemas, a fim de considerá-las como elementos indicadores de mudanças. Tais descobertas poderão sugerir modificações nas análises dos dados obtidos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMY, Miller; Chittenden, E. & Miller, P. - (1966) — Young Children's thinking studies of some aspects of Piaget's theory. New York, Teachers College Press, Columbia University.
- BEILIN, H. - (1965) — Learning and operational convergence in logical thought development, *Journal Experimental Child Psychology*, 2, 317-339.
- BEILIN, H. - (1969) — Stimulus and cognitive transformation in conversation. In *Studies in cognitive development: Essays in Honor of Jean Piaget*. New York, Oxford University Press.
- BEREITER, Carl & Engelmann, S. - (1966) — Teaching disadvantaged children in the Preschool, Prentice Hall.
- BERNSTEIN, Basil - (1971) — Class, codes and control. Theoretical studies towards a sociology of language, Vol. I, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- BERNSTEIN, Basil - (1973) — Class, codes and control. Applied studies toward a sociology of language, Vol. II, Londres, Routledge & Kegan Paul (Contém uma série de trabalhos de Bernstein e seus colaboradores).
- BOIS-REYMOND, Manuela du - (1971) — Strategien Kompensatorischer Erziehung Das Beispiel der USA. Edition Suhrkamp, Frankfurt, Main.
- BRAINE, M.D.S. - (1963) — The ontogeny of English phrase structures: The first phrase. In: *Language*: 33pp 1-13.
- BROWN, R. & Fraser, C. - (1964) — The acquisition of Syntax. Monographs of the society for research in Child Development. 29 pp 43-79.
- BROWN, R. - (1976) — O desenvolvimento da linguagem na criança. In: G.A. Miller (org) *Linguagem, Psicologia e Comunicação*, Cultrix, pp 124-134.
- BRUNER, J.S. - (1964) — The course of cognitive growth, *American Psychologist*, 19:1.15.
- BRUNER, J.S.; Oliver, R.R. & Greenfield, P. - (1966) — *Studies in cognitive growth*, New York, Wiley.
- CAZDEN, C.B. - (1970) — The situation, A neglected source of social class. Differences in language use. In: *Journal of Social Issues*, 26(2) pp 35-60.
- CHOMSKY, C. - (1971) — The acquisition of syntax in children from 5 to 10, MIT Press, Paperback Edition.

- CHOMSKY, Noam - (1965) — Aspects of the theory for syntax. MIT Press, Cambridge University Press.
- CHOMSKY, Noam - (1967) — Syntactic structures. S'Grawnhage, Netherlands, Mouton.
- COHEN, G.M. - (1967) — Conservation of quantity in children; The effect of vocabulary and practice. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 19:150-54.
- DEUTSCH, Martin - (1965) — The role of social class in language development and cognition. *American Journal of Orthopsychiatry*, 35:75-88.
- DEUTSCH, Martin - (1967) — The disadvantaged child. New York, Basic Books.
- ERVIN-TRIPP, S.M. - Language development. In: L.W. Hoffmann, M.L. Hoffman (org) *Review of child development*. New York Russel Sage Foundation, pp 55-105.
- FEIGENBAUM, K.D. and H. Sulkin - (1964) — Piaget's problem of conservation of discontinuous quantities: A teaching experience, *Journal of Genetic Psychology*, 105:91-97.
- FLAVELL, J.H. - (1971) — The uses of verbal behavior in Assessing children's cognitive abilities. pp 198-209 em *Measurement and Piaget*. Gren Donald Gross (ed) McGraw Hill Book Company.
- GRÉCO, P. - (1959) — L'apprentissage dans une situation à structure opératoire concrète: les inversions successives de l'ordre linéaire par des rotations de 180 degrés, em Gréco, P. & Piaget, J. - *Études d'épistémologie génétique VII: Apprentissage en Connaissance*, PUF, Paris, 68-182.
- GRÉCO, P. - (1963) — Apprentissage et structures intellectuelles Em Fraisse, P. & Piaget, J. (ed). *Traité de psychologie expérimentale VII, L'intelligence*, PUF, Paris, 157-207.
- GRÉCO, P. - (1959) — Induction, déduction et apprentissage. Em Goustarde, M.; Gréco, P.; Metalon, B. & Piaget, J. - *Études d'épistémologie génétique. X: La logique des apprentissages*, PUF, Paris, 3-59.
- HESS, R.D. & Shipmann, V.C. - (1965) — Early experience and the socialization of cognitive modes in children. *Child Development*, 36, 869-886.
- IBEN, G. - (1974) — Kompensatorische Erziehung, Analysen Americannischer Programme, Juventa Verlag Nünchen.
- INHELDER, B. - (1970) — Desarrollo, regulación y aprendizaje In: J. de Ajuriaguerra et alu *Psychologia y epistemologías genéticas*. Paidós, Buenos Aires, pp 134-144.
- INHELDER, B. and H. Sinclair - (1969) — Learning cognitive structures. In: *Trends and Issues in Developmental Psychology*, ed. by, P.J. Mussem, J. Langer and M. Covigton. pp 2-21, Rinehart, N. York.
- INHELDER, B.; Sinclair, H. e Bovet, M. - (1974) — Learning and the development of cognition, Routledge, London.
- KINGSLEY, R.C. and V.C. Hall - (1967) — Training conservation trough the use of learning sets, *Child Development*, 38:11-26.
- KOHNSTAMM, G.A. - (1967) — Teaching children to solve a piagetian problem of class inclusion, Mouton, Paris.
- LABOV, W. - (1964) — Stages in the acquisition of standard English, In: Roger, W., Shuy (ed) *Social dialects and language learning*, National Council of Teachers of English, Champarign Illinois.
- LABOV, W. - (1966) — The social stratification of english in New York City Center for Applied Linguistics, Washington, D.C.
- LABOV, W. - (1970a) — The study of language in its social context. In: *Studium Generale*, 23 pp 30-87.
- LABOV, W. - (1970b) — The logic Nonstandard English. In: James, E. Alatis (ed) *Report of the Twentieth Annual Round Table Meeting of Linguistics and Language studies*. Washington Georgetown University Press, pp 1-43.
- LABOV, W. - (1972) — Some principles of linguistics methodology In: *Language in society* 1(1) pp 97-120.
- MARCUSCHI, Luíz A. - (1975) — Linguagem e Classes Sociais. Editora Movimento. Porto Alegre.
- MENYUK, Paula - (1975) — Aquisição e desenvolvimento da linguagem. Pioneira, São Paulo. Trad. do inglês The Acquisition and development of language.
- MERMELSTEIN, E., Carr, E., Mills, D. e Schwartz, J. - (1967) — Training techniques for the concept of conservation, *Alberta Journal of Educational Research*, 13:185-200.
- MCNEIL, D. - (1970) — The development of language. In: Paul, M. (org) *Carmichael's Manual of Child Psychology*, New York Behavioral Science Book Service, 1 cap. 15.
- MILLER, G.A. - (1962) — Some psychological studies of grammar, *American Psychology*, 17 pp 748-762.
- MILLER, W. & Ervin, S. - (1964) — The development of grammar in child language, In: *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 29 pp 9-34.
- MORF, A. - (1959) — Apprentissage d'une structure logique concrète (inclusion) effects et limites em MORF, A. Smedislund, J., Bang, V. y Wohlwill, J. - *Études d'épistémologie génétique, IX, L'apprentissage des structures logiques*. PUF; Paris, pp 15-83.
- OEVERMANN, Ulrich - (1972) — Sprache und soziale Herkunft. Ein Beitrag zur analyse schichtspezifischer Sozialisationsprozesse und ihrer Bedeutung fur den schelerfolg. Suhrkamp Verlag, Frankfurt.
- OVERBECH, C. and M. Chiwartz - (1970) — Training in conservation of weigth, *Journal of Experimental Child Development Psychology*, 9:253-64.
- PASCUAL-LEONE, J. and M. Bovet - (1966) — L'apprentissage de la quantification de l'inclusion et la theorie operatoire *Acta Psychologica*, 25:334-56.
- PEREIRA, Waldecyr C. de Araújo - (1973) — The relationship between girl's overt verbalization, performance, retention, rules and strategies as they learn a mathematical structure; a study based and learning. Technical Report, nº 29.3. The Wisconsin Research and Development Ceter for Cognitive Learning, Madison, WIS, USA.
- PEREIRA, Waldecyr C. de Araújo - (1976) — A influência da verbalização nos processos do pensamento. *Boletim do Departamento de Psicologia, Ano I, nº I, Dezembro, Universidade Federal de Pernambuco*.
- PETERS, D.L. - (1970) — Verbal mediators and cue discrimination in the transitions from Nonconservation to conservation of Number *Child Development*, 41:702-22.
- PIAGET, J. - (1953) — *Logic and Psychology*, Manchester University Press.
- PIAGET, J. - (1963) — *Problems de Psico-linguistique* Presses Universitaires de France, Paris.

- PIAGET, J. - (1973) — Problemas de Psicolingüística. Ed. Mestre Jou, São Paulo.
- ROTHEMBERG, B. and J.H. Orost - The training of conservation of number in young children, *Child Development*, 40:707-26.
- SCHEUCH, E.K. - (1961) — Sozialprestige und soziale Schichtung In: D.V. Glass, R. Köing (org) *Soziale Schichtung und soziale mobilität*. Köln und Opladen. Westdeutscher Verlag, pp 65-103.
- SIGEL, I.E., Anderson, L.N. & Shapiro, H. - (1968) — Categorization behavior of lower and middle-class Negro preschool children differences in dealing with representation of familiar objects *J. Negro, Ed. Summer*, pp 218-229.
- SIGEL, I.E. - A. Roeper and F.H. Hooper - (1966) — A training procedure for acquisition of Piaget's conservation of quantity: A pilot study and its replication. *British Journal of Educational Psychology*, 36:301-11.
- SIGEL, I.E., McBane, Bonnie - (1967) — Cognitive competence and level of symbolization among five-years old children In: Hellmuth J. (ed) *The disadvantaged child*, Vol. I Seattle Wash Special Child Publ.
- SMEDSLUND, V. Bang and J.F. Wohlwill - (1963) — Patterns of Experience and the acquisition of concrete transitivity of weight in eight-years-old children, *Scandinavian Journal of Psychology*, 4:251-56.
- SMITH, I. - (1968) — The effects of training procedure upon the acquisition of conservation of weight, *Child Development*, 33:515-26.
- VYGOTSKY, L. - (1962) — *Thought and language*, Wiley, N.York.
- WENER, H. & Kaplan, B. - (1963) — *Symbol formation*, New York. Wiley.
- WINER, G.A. - (1968) — Induced set and acquisition of number conservation, *Child Development*, 39:195-205.
- WOHLWILL, J.F. - (1959) — Un essai d'apprentissage dans le domaine de la conservation du nombre. In: *l'apprentissage des structures logiques*. By, A. Morf, J. Smedslund, V. Bang and J.F. Wohlwill, pp. 125-35. *Études d'epistemologie génétique*, Vol. IX Presses Universitaires de France, Paris.

BC
(orig)

MDB
AC
ONG